

Sebastião Carlos Leite Gonçalves

**GRAMATICALIZAÇÃO, MODALIDADE EPISTÊMICA E
EVIDENCIALIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO
PORTUGUÊS DO BRASIL**

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Campinas (SP)

2003

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
(Nível de Doutorado)

Sebastião Carlos Leite Gonçalves

**GRAMATICALIZAÇÃO, MODALIDADE EPISTÊMICA E
EVIDENCIALIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO
PORTUGUÊS DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística do IEL/UNICAMP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Área de Concentração: Sociolingüística

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Braga

Campinas (SP)

Fevereiro/2003

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	04
Nº CHAMADA	UNICAMP
	G586g
V	EX
TOMBO EC/	54309
PROC.	124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	19/10/03
Nº CPD	

CM00185623-3

B18 ID 294472

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

G586g

Gonçalves, Sebastião Carlos Leite

Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil. / Sebastião Carlos Leite Gonçalves. - - Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientadores: Maria Luiza Braga

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Sociolinguística. 2. Mudança lingüística. 3. Funcionalismo (gramática). 4. Modalidade (epistemológica). I. Braga, Maria Luiza. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Banca Examinadora


Prof.ª Dra. Mônica Graziela Zoppi-Fontana
Coordenadora da Subcomissão de Pós-Graduação
em Linguística IEL/Unicamp
Matr. 20452-1


Prof.ª Dra. Maria Luiza Braga – Orientadora
IEL/UNICAMP; UFRJ

Prof.ª Dra. Mary Aizawa Kato
IEL/UNICAMP

Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho
USP/São Paulo

Prof.ª Dra. Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner
UNESP/São José do Rio Preto

Prof.ª Dra. Edair Maria Gorski
CCE/UFSC

Prof.ª Dra. Ingedore Grunfeld Villaça Koch – suplente
IEL/UNICAMP

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho – suplente
UNESP/São José do Rio Preto

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Sebastião Carlos

Leite Gonçalves

e aprovada pela Comissão Julgadora em
30/04/2003.


Prof.ª Dra. Mônica Graziela Zoppi-Fontana
Coordenadora da Subcomissão de Pós-Graduação
em Linguística IEL/Unicamp

Agradecimentos

Registro aqui meus agradecimentos àquelas pessoas que, de forma direta, tiveram grande importância no desenvolvimento deste meu trabalho.

Em primeiríssimo lugar, quero agradecer à minha orientadora, Profa. Dra. Maria Luiza Braga, para mim, eternamente Malu. O profissionalismo e a competência com que ela sempre conduziu seus orientandos são exemplares. Amizade, respeito, carinho e delicadeza são atributos inerentes à sua personalidade. Sou grato a você, Malu, pela convivência fraterna, durante todos esses tempos, especialmente aqueles em que passei no Rio de Janeiro. Ao seu lado, as coisas se tornaram bem mais fáceis e agradáveis.

Ao Prof. Dr. Ataliba T. Castilho e à Profa. Dra. Mary A. Kato, pelas valiosas contribuições que deram, por ocasião do exame de qualificação. Os enganos que persistem, por certo, são de minha inteira responsabilidade.

Aos professores que compuseram as bancas das minhas qualificações de área ("Gramática" e "Linguística Textual"): Profa. Dra. Maria Cecília Perroni, Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho, Profa. Dra. Ingedore G. V. Koch, Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia, e, em especial, Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner, minha mais constante interlocutora durante a elaboração deste trabalho.

Aos Professores Solange Aranha e Álvaro Hattner, do Departamento de Letras Modernas da UNESP/São José do Rio Preto, pela versão do resumo deste trabalho para o inglês.

Aos integrantes do Grupo de Estudos de Gramática Funcional da UNESP/São José do Rio Preto, e do Subgrupo "Modalização" (GT "Descrição do Português" da ANPOLL), pelas discussões de aspectos que foram relevantes para o meu trabalho.

Aos professores de universidades estrangeiras, com quem tive a oportunidade de dialogar sobre pontos específicos deste trabalho: Prof. John Ross, Prof. Robert Van Valin Jr., Prof. Lylle Campbell e Prof. Paul Hopper.

À Bel Massoni, porque compartilhamos um sofrimento vitorioso nessa reta final do doutorado.

Ao Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da UNESP/São José do Rio Preto, pela acolhida e pelo apoio recebidos.

Às agências de fomento que me concederam auxílio durante o doutoramento: CNPq, pela concessão de bolsa de estudo no período de março a julho/1997, e PICD/CAPES/UNESP, pelo auxílio deslocamento, durante o período de setembro/1997 a fevereiro/2001.

Por fim, quero agradecer também àquelas pessoas que indiretamente me apoiaram durante todos esses anos. Não vou mencioná-las nominalmente por questão de espaço e porque a memória pode não me ser fiel. Aos meus familiares e aos meus amigos, não menos importantes por aparecem em último lugar nessa lista, fica minha eterna gratidão pelo apoio e pela compreensão das vezes que nem sempre puderam contar comigo.

Resumo

Como proposta de estudo de caso, este trabalho investiga cinco contextos de usos do verbo **parecer** no português brasileiro. Assumo, como hipótese, que esses diferentes usos podem ser interpretados como um caso de gramaticalização (GR), aqui entendida, na sua acepção clássica, como um processo que envolve a mudança de estatuto categorial de um elemento lingüístico (Hopper & Traugott, 1993).

Para a descrição das propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas que, sob a perspectiva sincrônica, caracterizam os diferentes padrões de uso do verbo **parecer**, utilizo, como quadro teórico, o modelo de Gramática Funcional de orientação holandesa (Dik, 1989, 1997). Nessa caracterização, recorro a dados empíricos e mostro que um processo de GR se implementa, na medida em que **parecer**, identificado com a categoria dos verbos plenos (**parecer**₁), passa a assumir funções de satélites atitudinais, de caráter adverbial (**parecer**_{4,5}), colocando-se completamente para fora da estrutura de predicação. Nessa trajetória de mudança, pontos intermediários o relacionam com a classe dos verbos-suporte (**parecer**₂) e com a dos verbos de atitude proposicional (**parecer**₃).

Uma investigação histórica referenda apenas parcialmente a trajetória sincrônica de GR de **parecer**, captando os pontos extremos de sua escala de mudança. Entretanto, na comparação entre a evolução histórica das formas **achar** e **crer** com a de **parecer**, é possível manter a proposta de gradualidade da sua escala de mudança, justificando assim tratá-lo como um caso de GR. Confirmam essa hipótese dois conjuntos de parâmetros distintos aplicados a esse estudo de caso; o primeiro, de Lehmann (1995 [1982]), mostra que **parecer** apresenta ainda um relativo grau de autonomia e, portanto, grau baixo de GR; o segundo, representado pelos critérios de Hopper (1991), revela que **parecer** encontra-se ainda em processo de GR.

O estudo apresentado permite duas possibilidades de interpretação que comprovam a hipótese deste trabalho: ou o verbo **parecer** ainda se encontra nos estágios iniciais de um processo de GR, com a possibilidade de vir a se identificar com categorias mais gramaticais (como a dos clíticos ou mesmo dos afixos, processo que demandaria outras alterações morfológicas), ou seu curso de GR foi interrompido.

Diante dessas conclusões, relativamente às categorias semântico-pragmáticas de **evidencialidade** (EV) e de **modalidade epistêmica** (ME), envolvidas no processo de GR de **parecer**, é possível propor que, em razão de não se caracterizar como uma língua que possui evidenciais gramaticais, o PB está ainda em processo de GR da EV, começando pelo nível mais baixo da hierarquia proposta para esse domínio, ou seja, pela marcação da EV Indireta que, no atual estágio de mudança, ainda se entrecruza com a ME. Assim, a exemplo de outras línguas com sistema gramatical de EV, é possível que o PB gramaticalize somente evidência indireta e a assuma a evidência direta como forma não-marcada ou marcada por zero. Diante dessa possibilidade, o verbo **parecer**, na sua trajetória de GR, pode deixar de codificar ME, em detrimento de um valor puramente evidencial.

Palavras-chave: mudança lingüística; funcionalismo (gramática); gramaticalização; modalidade (epistemológica); evidencialidade.

Abstract

This work, under a case-study perspective, analyses five contexts in which the verb **parecer** (*to seem*) is used in Brazilian Portuguese. My hypothesis is that these different uses may be interpreted as a grammaticalization issue (GR), understood here in its classical sense, as a process that involves the category change of a linguistic element (Hopper & Traugott, 1993).

In order to describe the syntactic, semantic and discursive-pragmatic properties that characterize the different use patterns of the verb **parecer**, the Dutch Functional Grammar model (Dik, 1989, 1997) is used as theoretical background. Based upon this characterization, empirical data is used to show that a process of GR is put into practice once **parecer**, identified as full-verb class (**parecer₁**), claims the functions of attitudinal satellites, with adverbial characteristics (**parecer_{4,5}**), and is put completely apart from the predication structure. Through this way of change, intermediate points relate it with the support verbs class (**parecer₂**) and with the propositional attitude verbs class (**parecer₃**).

A historical investigation only partially confirms the way **parecer** becomes grammatical, and captures the extreme points in its changing scale. However, if we compare the historical evolution of **achar** (*to think*) and **crer** (*to believe*) with **parecer**, it is possible to keep the graduation of its changing scale, which justifies its treatment as a GR issue. Two sets of distinct parameters support this hypothesis in this case study: the first shows that **parecer** still presents a relative level of autonomy and, thus, low GR grade (Lehmann, 1995 [1982]); the second reveals that **parecer** is still in the process of GR (Hopper, 1991). We shall admit that the verb is either found in the initial stages of a GR process, or it had its GR course interrupted.

The conclusions related to the evidentiality (EV) and epistemic modality (EM) involved in GR process of **parecer** lead to the proposal that, because it is not characterized as a language with evidentials, Brazilian Portuguese is still in process of grammaticalization of EV, beginning by the lower hierarchical level proposed for its domain, i.e., by the Indirect Evidentiality, that in the course of events, interconnects with EM. Thus, as in other languages with grammatical system of EV, Brazilian Portuguese may turn into grammar only indirect evidence and take direct evidence as a unmarked form or zero-marked. If we consider this possibility, the verb **parecer** may grammaticalize even more and will not encode EM, but merely an evidential value

Key words: linguistic change; functional grammar; grammaticalization; epistemic modality; evidentiality.

Title: GRAMMATICALIZATION, EPISTEMIC MODALITY AND EVIDENTIALITY: A CASE-STUDY IN BRAZILIAN PORTUGUESE.

Lista de figuras, quadros e tabelas

	página
FIGURAS	
Fig. 1: Fases da gramaticalização (Lehmann, 1995 [1982])	29
Fig. 2: Esquema de desenvolvimento do auxiliar <i>be going to</i> (Hopper e Traugott, 1993)	36
Fig. 3: Gramaticalização como um epifenômeno (Newmeyer, 2001)	43
Fig. 4: Modelo de interação verbal (Dik, 1989)	53
Fig. 5: Conhecimento mútuo entre falante e ouvinte (Dik, 1989)	56
Fig. 6: Esquema da representação da oração em camadas (Dik e Hengeveld, 1991)	62
Fig. 7: Esquema de estruturação da oração, segundo o modelo da GF (Dik, 1989)	67
Fig. 8: Tipologia funcional da modalidade epistemológica (Hengeveld, 1988)	76
Fig. 9: Equacionamento entre modalidade epistêmica e evidencialidade	89
Fig. 10: Formas concorrentes de parecer ao longo dos séculos	153
Fig. 11: Evolução da expressão de forma dativa de parecer (sec. XIII a XX)	183
Fig. 12: Evolução da expressão de pessoa do SN-sujeito de achar (sec. XIII a XX)	183
Fig. 13: Evolução da expressão de pessoa do SN-sujeito de crer (sec. XIII a XX)	183
Fig. 14: Expressão de tempo morfológico de parecer (sec. XIII a XX)	184
Fig. 15: Expressão de tempo morfológico de achar (sec. XIII a XX)	184
Fig. 16: Expressão de tempo morfológico de crer (sec. XIII a XX) ..	184
Fig. 17: Desenvolvimento sintático-semântico de parecer	188
Fig. 18: Desenvolvimento sintático-semântico de achar	188
Fig. 19: Desenvolvimento sintático-semântico de crer	189
Fig. 20: Trajetória de mudança (GR) das formas parecer , achar e crer	191
QUADROS	
Q. 1: Correlação entre categorias metafóricas, classes de palavras e tipos de constituinte (Heine <i>et al.</i> , 1991)	33
Q. 2: Correlação entre categoria sintática, função discursiva e classe semântica (Heine <i>et al.</i> , 1991)	34
Q. 3: Correlação entre caso e categoria prototípica (Heine <i>et al.</i> , 1991)	34
Q. 4: Diferenças principais entre a atuação da metáfora e da metonímia..	40
Q. 5: Unidirecionalidade vs. mecanismos de gramaticalização	42
Q. 6: Tipos de entidades referidas por Termos (Dik, 1997)	62
Q. 7: As camadas da oração e suas respectivas variáveis (Dik e Hengeveld, 1991)	64
Q. 8: Tipologia das modalidades (Dall'Aglio-Hattnher, 1995)	75
Q. 9: Tipos de evidência (Willet, 1988)	80
Q. 10: Significado dos evidenciais (Willet, 1988)	81

Q. 11: Quadro sinóptico da evolução diacrônica de parecer , achar e crer	186
Q. 12: Equivalência entre parecer no português histórico e no PB atual	190
Q. 13: Parâmetros de gramaticalização (Lehmann, 1995 [1982])	198
Q. 14: Propriedades dos predicadores de oração matriz (Gonçalves, 2002)	205
Q. 15: Aspectos gerais da gramaticalização de parecer	222
Q. 16: Aferição da gramaticalização de parecer	223
Q.17: Distribuição de informantes selecionados por variáveis sociais e tipo de amostra de fala	249

TABELAS

Tab. 1: Período de especialização de parecer na codificação de modalidade epistêmica (em números relativos)	207
Tab. 2: Comparação da frequência de achar _{3,4} e parecer _{3,4} com outros modais epistêmicos de mesmo valor (Casseb-Galvão e Gonçalves, 2001)	208

Sumário

	Página
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS	ix
INTRODUÇÃO	
1. Considerações iniciais	1
1.1. Estudos anteriores envolvendo o verbo parecer	1
1.2. Modalidade epistêmica e evidencialidade	7
2. Objetivos	8
3. Hipótese	8
4. Corrente linguística a que se filia o trabalho	9
5. Metodologia (constituição de <i>corpus</i> e instrumental de análise)	10
5.1. Composição das amostras	10
5.1.1. <i>Corpus</i> do português diacrônico	10
5.1.2. <i>Corpus</i> do PB contemporâneo	11
5.2. Outros procedimentos	13
6. Estrutura da tese	14
Capítulo I: Gramaticalização: tendências	
1. Introdução	17
2. Gramaticalização: definições e tendências	19
3. Gramaticalização: uma teoria?	26
3.1. Estágios da mudança	29
3.2. Princípio e mecanismos	31
4. Resumo	49
Capítulo II: Abordagem funcional da modalidade epistêmica e da evidencialidade	
1. Introdução	51
2. A opção pelo modelo funcional de gramática de Simon Dik	53
2.1. A representação da oração	57
2.1.1. Estrutura hierárquica	58
2.1.2. Ordenação dos constituintes oracionais	66
3. Estratégias de (des)comprometimento	69
3.1. A modalidade epistêmica	69
3.2. A evidencialidade	79

4. Proposta de análise	87
4.1. Modalidade epistêmica, evidencialidade e gramaticalização	88
4.2. Modalidade epistêmica, evidencialidade e textualidade	90
5. Resumo	93

Capítulo III: Caracterização do fenômeno em estudo

1. Introdução	95
2. O tratamento de parecer na estrutura da oração em camadas	98
2.1. Organizador de predicação nuclear	99
2.2. Suporte de predicação	102
2.3. Predicado encaixador de proposição	111
2.4. Satélites parentéticos	120
2.4.1. Parecer ₄ : um quase-satélite	123
2.4.2. Parecer ₅ : satélite atitudinal	125
3. A ordenação dos constituintes nas construções com parecer	128
3.1. Parecer ₁	129
3.2. Parecer ₂	129
3.3. Parecer ₃	130
3.4. Parecer _{4,5}	137
3. Resumo	139

Capítulo IV: Evolução histórica do uso de *parecer*

1. Introdução	143
2. Do latim ao português arcaico	147
3. Do português arcaico ao português moderno	151
3.1. Século XIII	154
3.2. Século XIV	161
3.3. Século XV	164
3.4. Século XVI	169
3.5. Século XVII	173
3.6. Século XVIII	174
3.7. Século XIX	177
3.8. Século XX (até a década de 1950)	179
4. Frequência de uso e alterações morfossintáticas	181
5. Resumo	185

Capítulo V: Critérios de gramaticalização

1. Introdução	195
2. Os parâmetros de Lehmann (1995 [1982])	198
2.1. Parâmetros paradigmáticos	200
2.1.1. Peso vs. paradigmáticação: integridade	200
2.1.2. Coesão vs. paradigmáticação: paradigmaticidade	203

2.1.3. Variabilidade paradigmática	206
2.2. Parâmetros sintagmáticos	210
2.2.1. Coesão vs. sintagmatização: conexão	210
2.2.2. Peso vs. sintagmatização: escopo	212
2.2.3. Variabilidade sintagmática	215
3. Os princípios de Hopper (1991)	216
3.1. Estratificação [<i>layering</i>]	217
3.2. Divergência	218
3.3. Especialização	219
3.4. Persistência	219
3.5. Descategorização	221
4. Resumo	222
CONCLUSÕES	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233
ANEXOS	243

INTRODUÇÃO

1. Considerações iniciais

Neste trabalho, investigo construções com o verbo **parecer** sob a perspectiva da Gramaticalização (GR, daqui em diante). O interesse por esse predicador deve-se ao fato de as construções em que ele ocorre já terem sido bastante enfocadas por teorias diversas, dada a quantidade de mecanismos sintáticos, semânticos e pragmáticos manipulados no seu emprego. Entretanto, ainda falta uma descrição mais completa que busque relacionar seus diferentes empregos. É esse caminho que pretendo percorrer no desenvolvimento deste trabalho, esperando, com isso, contribuir para um melhor entendimento dos mecanismos envolvidos nas diferentes construções em que esse verbo figura, uma vez que a perspectiva por mim adotada – a do funcionalismo – procura, na descrição de qualquer fenômeno lingüístico, conjugar os componentes sintático, semântico e pragmático, que, via de regra, acabam sendo negligenciados em grande parte dos trabalhos que, nas suas análises, ora privilegia um, ora outro desses componentes, mas nunca todos conjuntamente.

1.1. Estudos anteriores envolvendo o verbo *parecer*

No âmbito da lingüística portuguesa e sob perspectivas teóricas variadas, encontrei vários trabalhos que abordam construções com o verbo **parecer**, os quais passo a relatar brevemente. De antemão, chamo atenção para o fato de que nem todos os usos de **parecer** que descrevo e analiso neste trabalho são exaustivamente tratados pelos autores aqui resenhados.

Um trabalho de bastante repercussão, que aborda os usos impessoais de **parecer** (com complemento finito e não-finito), é a tese de Quicoli, de 1972, aqui

referenciada indiretamente, por meio de seu artigo *On Portuguese impersonal verbs*, de 1976. Nesse seu trabalho, baseado no modelo padrão da teoria gerativa e vacilante em refutar por completo a idéia de que a oração completiva de verbos impessoais possa ser analisada como seu Sujeito¹, o autor busca mostrar “que verbos como **parecer** não têm um SN lexical como seu Sujeito em estrutura profunda. Isto é, seu Sujeito, em estrutura profunda, é um nó-SN vazio, ou talvez uma sentença toda”². Ambas as alternativas são coerentes com as análises apresentadas pelo autor, uma vez que toda sua argumentação dirige-se para o objetivo de mostrar que um SN que aparece em estrutura superficial anteposto ao verbo **parecer** não é seu Sujeito em estrutura profunda, mesmo nos casos em que o Sujeito anteposto desencadeia concordância com o verbo. Para a explicação da concordância, Quicoli postula duas regras distintas:

- (a) a de **recolocação do Sujeito** [*subject replacement*], que, de modo ordenado, cíclico, prevê que a concordância ocorre nos limites da oração matriz, depois da regra de deslocamento do Sujeito da oração encaixada, o que explica a concordância em orações do tipo “As coisas parecem [estar quentes em Belfast]”, sendo o deslocamento uma regra opcional e a concordância, uma regra obrigatória. Se não há o deslocamento, a concordância opera normalmente nos limites da oração encaixada, resultando sentenças do tipo “Parece estarem quentes as coisas em Belfast”. Essa regra, diz o autor, é uma regra de transformação cíclica preservadora da estrutura, porque, quando toda a oração com **parecer** é encaixada em outro predicado (“Fabiano crê que [as coisas parecem estar quentes em Belfast]”), a operação de movimento ocorre dentro da subordinada, onde as transformações devem ser preservadoras da estrutura.

¹ Embora tenha sido Quicoli o primeiro a levantar a questão da existência de Sujeitos oracionais, depois de apresentar uma série de argumentos favoravelmente à sua hipótese de que **parecer** não comporta um SN lexical como Sujeito, em certa altura de seu artigo, relativamente ao estatuto da oração completiva, ele diz: “it is clear that none of the arguments above can be raised against an analysis in which *parecer* is regarded as a main verb which takes a sentential complement (either as its subject or as its object)”. (Quicoli, 1976; p. 69).

² [Here I will argue] that verbs like *parecer* do not take a lexical NP as their subject in deep structure. That is, their subject in deep structure is an empty NP-node, or perhaps a whole sentence”. (Quicoli, 1976; p. 65).

(b) a de **separação do SN** [*NP detachment*], que, também de modo ordenado, pós-cíclico, move o SN de uma oração encaixada para a cabeça da sentença ou, nos termos do autor, para o nó mais alto da sentença. Diferentemente da regra em (a), a regra de separação do SN não é uma regra de transformação de raiz e só opera depois do desencadeamento da concordância nos limites da oração encaixada. Por meio dessa regra, também opcional, explicam-se sentenças do tipo “As coisas parece estarem quentes em Belfast”

O trabalho de Permutter (1976), também dentro do quadro da teoria gerativa padrão, volta-se para a distinção entre Sujeitos pré e pós-verbais no português. A hipótese do autor é a de que, em estrutura profunda, Sujeitos de construções com verbos existenciais, favorecedores que são da ordem VS, deixam de o ser em estrutura superficial, em razão de uma regra cíclica de rebaixamento [*downgrading*] de Sujeito. Dentre os sete argumentos que apresenta para a identificação de Sujeitos “reais”, duas regras dizem respeito a construções com **parecer**, analisadas nas seguintes sentenças:

- (1) a. Parece que as crianças estão cansadas
 b. As crianças parece que estão cansadas
 c. As crianças parece estarem cansadas
 d. As crianças parecem estar cansadas

Permutter descreve essas construções em (1) em termos de duas regras:

- (a) **alçamento de Sujeito**: a construção em (1d) seria derivada da estrutura subjacente (1a), por uma regra de alçamento do Sujeito, possível somente com Sujeitos pré-verbais;
- (b) **Início de cabeça** [*Head start*]: as construções (1b) e (1c) são descritas pela regra que tira o SN-Sujeito da oração encaixada e o antepõe ao verbo da oração matriz, sem, entretanto, desencadear a concordância, regra que afetaria somente Sujeitos pré-verbais, considerados, na visão do autor, Sujeitos “reais”.

Por meio dos critérios apresentados, que afetam somente Sujeitos "reais", Permutter confirma sua hipótese da existência de SN's que têm "removido" seu estatuto de Sujeito em construções existenciais.

Como trabalhos mais recentes envolvendo o verbo **parecer**, no âmbito da lingüística espanhola, citem-se os trabalhos de Combé (1981) e de Ausín e Depiante (2000). O primeiro, sob o óptica da Gramática Funcional (GF, daqui em diante) trata de fenômenos de discrepância entre a predicação e sua expressão em sentenças, com enfoque especial para a posição de Sujeito. O segundo, na versão minimalista da gramática gerativa, preocupa-se com a expressão ou não do clítico experienciador de **parecer**. Também esses dois autores restringem-se aos casos das construções impessoais.

Reinterpretando as análises de Permutter (1976) dentro do quadro da GF, Dik (1981) descreve **parecer** como "verbo de um lugar, que pode tomar uma predicação por argumento e que pode ser expressa por um Sujeito sentencial" (p. 165)³. O diálogo entre os textos desses dois autores gira em torno da posição do Sujeito no Português. Porém, diferentemente de Perlmutter, Dik (1981) analisa os Sujeitos pós-verbais como Sujeitos "reais" que tomam uma posição também padrão do Sujeito, em português, que não se submete a qualquer regra de transformação. Isso significa, para Dik, que o Português é uma língua que apresenta mais de uma posição padrão para o Sujeito. Assim, (i) a posição inicial de Sujeito é descrita como um caso especial de uma regra mais geral que coloca constituintes Tópico ou Foco na posição inicial; (ii) nenhuma regra de inversão de Sujeito posposto ou inversão S-V é necessária: o princípio é o de que o Sujeito termina na sua posição padrão pós-verbal, se ele não tiver sido colocado em P1, por conta de sua funcionalidade pragmática.

É na segunda parte de seu artigo que Dik se dedica mais profundamente a discutir os vários tipos de padrão de concordância em construções com **parecer**, de

³ Faço aqui a ressalva de que as considerações de Dik, nesse artigo, baseiam-se no modelo de oração em camadas proposto em Dik (1978, 1980), versão bastante anterior à revisão do modelo proposta em Hengeveld (1989), que teve por objetivo um tratamento mais adequado da modalidade. Assim, nas construções de **parecer**, consideradas no artigo em questão, o verbo teria sob seu escopo uma proposição e não uma predicação, como ficará claro logo mais adiante.

onde concluí que (i) Sujeitos vão para a posição P1, no padrão [P2, P1 S V O, P3], quando eles também têm a função pragmática de Tópico; (ii) Sujeitos-tópicos encaixados em verbos como **parecer** podem ser deslocados para a posição P1 da oração principal; em tais casos, a oração completiva pode ser realizada na forma finita ou na forma infinitiva, mas em ambos os casos o verbo da oração encaixada concordará com o Sujeito-tópico (1b, 1c); (iii) a função de Sujeito, em construções com verbos como **parecer**, pode, opcionalmente, ser atribuída ao Sujeito de uma predicação encaixada; nesse caso, o complemento restante deve assumir a forma não-finita, e o verbo matriz, e não o verbo encaixado, concorda com o Sujeito da encaixada (1d). Se, em tais casos, o Sujeito encaixado também tem a função de Tópico, ele deve ser colocado na posição P1 da oração principal.

Observe-se que os autores até aqui abordados desconsideram construções em que **parecer** é um predicado organizador de uma predicação (**parecer**₁) e aquelas em que o verbo assume funções equivalentes à de advérbios (**parecer**_{5,4})⁴. Adianto que esses tipos constituem construções já bastante antigas no português, como será visto no percurso diacrônico que apresento no capítulo IV deste trabalho.

Sem um enfoque direto nas construções com o verbo **parecer**, mas apenas exemplificando tratamentos mais gerais, existem na lingüística brasileira vários outros trabalhos de autores filiados a diferentes paradigmas.

Na linha gerativista, citem-se os trabalhos de Kato e Mioto (2000), Mioto e Kato (inédito), Mioto *et al.* (1999), que, em seus exemplos, abordam especialmente dois dos tipos de construções por mim identificados no presente trabalho (**parecer**₂ e **parecer**₃). Analisando construções impessoais, a exemplo de construções com **parecer**, Kato e Mioto (2000) contestam a análise tradicional do português sobre a consideração da existência de Sujeitos oracionais. Os autores mostram que as consideradas orações subjetivas, na tradição gramatical, são, na verdade, constituintes selecionados como complementos em estrutura profunda, sendo o

⁴ Embora não claro no artigo de Quicoli (1976), tanto as análises de Permutter quanto as de Dik privilegiam construções do Português Europeu, razão talvez que os leve a considerar agramaticais sentenças que são possíveis no PB, como por exemplo, *as crianças parecem que estão cansadas* (cf. Permutter, 1976; p. 97).

Sujeito um pronome nulo não-referencial, **pro**, equivalente ao **it** do Inglês. Os casos de subordinadas integrantes topicalizadas para uma posição na periferia da sentença são analisados como tendo um comportamento típico de adjunto sintático. Em Mioto e Kato (inédito), discutem-se aspectos gerais da sintaxe de subordinação de sentenças. Em Mioto *et. al.* (1999), **parecer** é focado na discussão da relação existente entre a estrutura argumental e o caráter inacusativo de alguns verbos, cuja comprovação parte sempre do cotejo de estruturas com predicados inacusativos e transitivos, na tentativa de demonstrar que: (i) existem verbos, como **parecer**, que subcategorizam complemento, mas não argumento externo; (ii) o constituinte que aparece na posição de Sujeito não é, na verdade, argumento externo do predicado.

Na linha funcionalista, há os trabalhos de Neves (1996, inédito), de Castilho e Castilho (1996) e de Gorski *et al.* (2002). Os dois primeiros, abordando o domínio funcional da modalidade, exemplificam apenas os usos de **parecer** em construções nas quais ele veicula a modalidade epistêmica (**parecer**₃). De modo descritivo mais completo, o trabalho de Gorski e suas colaboradoras aborda, entre outras formas de base verbal, a GR de **parecer** e de **achar**, considerados, no seus estágios mais gramaticalizados, como variantes da expressão da modalidade epistêmica, dado o mesmo estatuto categorial que ambas as formas assumem.

Na mesma linha dos trabalhos de Castilho e Castilho (1996) e de Neves (1996, inédito), mas sob a perspectiva da Semântica Argumentativa, cite-se ainda o já bem conhecido trabalho sobre modalidades de Koch (1996).

Em nenhum desses trabalhos, no entanto, encontra-se referência explícita à sobreposição da modalidade epistêmica à categoria de evidencialidade, aspecto que também se verifica nas construções com **parecer**, como mostrarei neste trabalho.

Embora todos esses trabalhos sejam bastante úteis pelas suas especificidades temáticas, alguns usos de **parecer** continuam negligenciados, mesmo no trabalho de Gorski *et al.* (2002), que adotam uma perspectiva muito próxima a por mim assumida. Neste meu trabalho, identifico, em amostras de fala do português brasileiro (PB, daqui em diante), 5 tipos de construções diferenciadas com

o verbo **parecer**. Essas construções, se arranjadas numa escala de GR, permitem a verificação de uma mudança no estatuto categorial de verbo.

A elaboração dessa trajetória de mudança de estatuto categorial de **parecer** me permitiu descrever, mais aprofundadamente, todos os seus diferentes empregos e buscar uma referendação histórica, o que, acredito, seja a mais importante contribuição deste trabalho.

1.2. Modalidade epistêmica e evidencialidade

No processo de desenvolvimento categorial de **parecer**, verifica-se que, funcionalmente, ele deixa de ser empregado nas funções referenciais da linguagem para ser uma expressão das atitudes subjetivas do falante. Nesse caminho de mudança, duas categorias semântico-pragmáticas emergem: a modalidade epistêmica e a evidencialidade.

Além da mudança de estatuto categorial, a identificação de valores evidenciais para o verbo **parecer** é o que apresento de novo em relação a valores semântico-pragmáticos anteriormente atribuídos a ele, especialmente nas construções impessoais. Argumento com relação a esse aspecto que, além de modalizar epistemicamente um conteúdo proposicional, marcando a atitude do falante com relação ao valor de verdade da proposição, a presença do verbo revela também o modo como o falante adquire o conhecimento da informação proposicional apresentada: uma inferência sua, ou seja, uma evidência indireta acerca da informação, razão que o leva a se descomprometer com a verdade da proposição, apresentando-a como possibilidade/probabilidade. Esses valores permanecem nos usos mais gramaticalizados, nos quais o verbo se identifica com satélites atitudinais de caráter adverbial.

2. Objetivos

Assumindo que o fenômeno em estudo pode ser concebido como um caso de GR no PB, o presente trabalho tem por objetivo:

- (i) descrever e analisar mais completamente construções com o verbo **parecer**, a partir de amostras de fala do PB contemporâneo, privilegiando seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos;
- (ii) alocar, num *continuum* de graus de gramaticalidade, os diferentes usos de **parecer**, de modo a possibilitar a identificação de propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas que justifiquem sua mudança de estatuto categorial;
- (iii) buscar uma referendação histórica da escala de gramaticalidade de **parecer** em dados do português diacrônico, mostrando ao mesmo tempo as razões discursivo-pragmáticas de seu desenvolvimento histórico;
- (iv) comparar, em dados diacrônicos do português, os empregos de **parecer** com os de outras formas que são equivalentes a ele em uso, procurando estabelecer pontos de contato, principalmente no que diz respeito aos desenvolvimentos históricos e trajetórias de GR;
- (v) comparar os resultados obtidos nesse trabalho com outros que tratam de questões semelhantes.

3. Hipótese

Como suporte teórico-metodológico, a GR e o seu princípio diretor – a unidirecionalidade – permitem arranjar os dados sincrônicos em uma escala de gramaticalidade que mostra a disposição de itens/construções, à medida que eles vão tendo alteradas suas propriedades (sintáticas, semânticas, discursivo-pragmáticas). Sob esse ponto de vista, a unidirecionalidade só pode ser postulada

como uma hipótese que deve ser comprovada empiricamente. Para tanto, torna-se imperiosa uma pesquisa em dados diacrônicos que confirmem ou não a escala de gramaticalidade proposta, em vista de que, num processo de mudança, nem todos os mecanismos atuantes podem ser identificados com a GR. Como alertam vários estudos sobre o tema, a GR implica mudança, mas o contrário não se verifica.

Como já deve ter ficado claro a essa altura, busco, então, neste trabalho, uma comprovação para a hipótese de que as diferentes construções com o verbo **parecer** constituem de fato uma instanciação de GR no PB.

4. Corrente lingüística a que se filia o trabalho

No desenvolvimento deste trabalho, pretendo demonstrar a compatibilidade de duas propostas teóricas: os princípios da GR (Lehmann, 1995 [1982], Heine *et al.*, 1991, Hopper e Traugott, 1993, entre outros) e a Teoria da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997).

Como se verá, a relação entre essas duas teorias parece óbvia, já que as alterações funcionais por que o verbo **parecer** passa revelam significados cada vez mais baseados em atitudes subjetivas do falante (processo de subjetivização). Essa constatação torna necessário um tratamento que leve em conta a língua em uso, na qual claramente se manifestam de modo conjunto a sintaxe, a semântica e a pragmática, sem a precedência de uma sobre a outra.

Assim é que, em face aos objetivos e à hipótese que norteiam este trabalho, optei por desenvolvê-lo dentro do enfoque da Teoria da Gramática Funcional de orientação holandesa, a qual, tomando por base os aspectos da interação verbal, prevê, em seu modelo de descrição gramatical, a atuação conjunta de fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos, na consideração da estruturação da oração e na ordenação de seus constituintes, o que permite considerar todo e qualquer enunciado como mensagem e como evento de interação. Assim, subjacente a esse

modelo, por mim adotado, está a concepção de linguagem como instrumento de interação social, usado com a finalidade precípua de estabelecer relações comunicativas.

5. Metodologia (constituição do *corpus* e instrumental de análise)

Dada a concepção de linguagem assumida neste trabalho, há a necessidade premente de recorrer a dados efetivamente realizados. Como procedimento metodológico principal, descrevo, com maiores detalhes, as etapas de recolhimento dos dados empíricos que compõem o *corpus* no qual minhas análises se baseiam.

5.1. Composição das amostras

Para a comprovação empírica da hipótese da GR que motiva este trabalho, compuseram o *corpus* analisado dados históricos e dados do PB contemporâneo, os quais permitem verificar as mudanças envolvidas no uso do verbo **parecer** em tempo de longa duração. Assim, os dados do PB contemporâneo serviram para, inicialmente, detectar os atuais empregos de **parecer**, e os dados diacrônicos, para, em etapa posterior, referendar as alterações que distinguem e explicam os diferentes empregos atuais do verbo.

5.1.1. *Corpus* do português diacrônico

O *corpus* diacrônico compõe-se de textos escritos representativos de 8 séculos, a contar do século XIII. A coletânea de textos, representativa de gêneros textuais diferenciados, foi organizada por Tarallo (1991), com o objetivo de possibilitar estudos diacrônicos do português. Para maior elucidação reporto o leitor ao **Anexo A**, onde se encontram relacionados, por século, os variados textos e o siglário utilizado para fazer referência aos dados e às obras.

5.1.2. *Corpus* do PB contemporâneo

Os dados do PB contemporâneo utilizados no presente trabalho são representativos da variedade carioca. A opção por essa variedade do PB justifica-se pelo fato de a metodologia de coleta das amostras de fala do dialeto carioca prever o controle de variáveis sociais, nem sempre levadas em conta na composição de *corpora* que servem de subsídios para a caracterização do PB oral.

Diante dos objetivos do presente trabalho, selecionei, para a obtenção dos dados, amostras de fala provenientes de quatro *corpora* diferentes⁵, cujas informações principais descrevo abaixo:

- a) **Amostra Censo da variação lingüística da cidade do Rio de Janeiro (PEUL/CEN)**: sediada no Programa de Estudos de Uso da Língua (PEUL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, essa amostra, cujo objetivo primeiro era o de caracterizar a variação no dialeto carioca, constitui-se basicamente de diálogos entre documentador e informante, coletados entre o final da década de 1970 e começo da década de 1980. Os 64 informantes dessa amostra estão estratificados em gênero (masculino e feminino), faixa etária (que contempla falantes dos 7 aos 71 anos) e localização geográfica (bairro).
- b) **Amostra Tendência (PEUL/TEN)**: também sediada no PEUL, essa amostra foi composta visando ao estudo de mudança lingüística em tempo real de curta duração. Para tanto, 32 novos informantes foram selecionados, com a preservação das mesmas características sociais dos informantes da Amostra Censo e com o mesmo procedimento de registro de fala, de modo a se ter uma equivalência entre eles que permita o estudo da mudança lingüística.

Os termos **Censo** e **Tendência**, aqui usados mnemonicamente para identificar tipos de amostra de fala, referem-se, na verdade, aos tipos de estudo a que amostras servem. Tecnicamente, os integrantes do PEUL identificam a “Amostra Censo” como **Amostra-88** e a “Amostra Tendência”, como **Amostra-00 (C)**

⁵ Agradeço ao PEUL/UFRJ pela cessão das amostras de fala. As amostras do Projeto NURC/RJ encontram-se disponíveis na internet na página da UFRJ no site <<http://www.lettras.ufrj.br/nurc-ri/>>.

(Comunidade), esta em oposição à amostra que, identificada como **Amostra-00 (I) (Indivíduo)**, reúne dados de fala provenientes dos mesmos indivíduos da Amostra-88, os quais foram recontactados no final da década de 1990.

c) Amostra do Projeto NURC/Rio de Janeiro/Década de 1970 (NURC/RJ/SET): como uma subseção do Projeto NURC/Brasil, que tem por objetivo a caracterização da variedade culta do PB falado nos grandes centros urbanos do país, as amostras do Projeto NURC/RJ, não diferentes das de outras cidades brasileiras, são compostas por inquéritos que expressam três tipos de registros: diálogo entre documentador e informante (DID), diálogo entre dois informantes (D2) e elocução formal (EF), todos gravados no início da década de 1970. Em vista do objetivo do projeto nacional, todos os informantes selecionados possuem o ensino superior completo, são filhos de pais cariocas e estão estratificados em três faixas etárias (dos 25 aos 35 anos, dos 36 aos 55 anos e mais de 55 anos). Compõe o acervo sonoro da fala carioca um total de 394 entrevistas com 493 informantes. Desse total de inquéritos, 238 são do tipo DID, 99 do tipo D2 e 57 do tipo EF.

d) Amostra complementar do Projeto NURC/Rio de Janeiro (NURC/RJ/COM): seguindo os mesmos padrões da Amostra PEUL/TEN, as amostras complementares do Projeto NURC/Rio de Janeiro, gravadas em meados da década de 1990, compõem-se de registros de fala de informantes que apresentam as mesmas características sociais daqueles selecionados na década de 1970. Assim, em 1996, constituiu-se a amostra complementar, distribuída, igualmente, por três faixas etárias, com o intuito de confrontar resultados de análises em tempo aparente com os resultados de análises em tempo real. Um total de 16 inquéritos, do tipo DID, compõem essa amostra.

Minha opção por trabalhar com as amostras descritas acima deve-se a minha intenção de, em trabalho futuro, buscar uma interpretação para o fenômeno aqui investigado sob a óptica da sociolinguística varicionista, a partir da qual os mecanismos regentes da GR poderão ser considerados dentro de um quadro mais geral de mudança: a Teoria da Variação e Mudança Linguística, como inicialmente

concebida por Weinreich, Labov e Herzog (1968), que buscam explicar como as mudanças se encaixam na matriz lingüística e social. Assim, diferentemente do tratamento da GR como fenômeno estritamente lingüístico, é possível estabelecer, para o caso em estudo, correlações com fatores sociais que podem, em alguma medida, apontar determinantes sociolingüísticos para os usos estratificados de **parecer** e para os usos de outras formas que codificam as mesmas funções por ele desempenhadas. Vale ressaltar que posição semelhante tem sido sustentada, mais recentemente, por estudiosos críticos da GR (cf. Janda, 2001, Gorski *et al.*, 2002).

Para a composição do *corpus* de língua falada, cabe mencionar que não considere todos os inquiridos de cada uma das amostras, mas apenas parte deles. No **Anexo B**, encontram-se informações mais bem detalhadas sobre os procedimentos metodológicos da composição desse *corpus*.

5.2. Outros procedimentos

Para apurar a freqüência de uso das formas investigadas em textos diacrônicos, empreguei como ferramenta auxiliar o pacote estatístico **Varbrul** e os subprogramas *Makecell*, que estima a freqüência, e *Crosstabulation*, que permite a tabulação cruzada das “variáveis” postuladas.

Devo esclarecer que emprego, neste trabalho, noções como a de “variável”, a de “variante”, a de “grupo de fatores”, mas não nas suas acepções restritas, como definidas pela Teoria da Variação Lingüística. Adotei esse procedimento apenas como recurso metodológico tendo em vista que, ao mesmo tempo em que me permite manipular um volume grande de dados, dá-me a garantia de que todos eles serão analisados sob uma mesma óptica qualitativa.

6. Estrutura da tese

Para uma melhor orientação do leitor, estruturei este trabalho da seguinte forma: cada um dos cinco capítulos é precedido de uma breve descrição do que ele contém e finalizado com um resumo, no qual constam as principais questões abordadas e as conclusões relevantes para o capítulo que se segue. Todos os capítulos, obviamente, dão a visão geral do trabalho e as relações que podem ser estabelecidas entre suas partes componentes.

No **capítulo I**, apresento uma fundamentação teórica geral, na qual se assentam as descrições, as análises e as interpretações do objeto de estudo em questão. Com esse propósito, faço uma abordagem sobre a GR e suas partes componentes, estabelecendo a tendência à qual meu trabalho se filia. Na exposição dos princípios e mecanismos que facultam a GR, busco avaliar em que medida as severas críticas formuladas contra eles são pertinentes, e defendo a idéia de que é possível entender fenômenos de GR dentro de um quadro mais geral de uma teoria de mudança lingüística.

Assumindo, como hipótese, que diferentes usos do verbo **parecer** no PB podem ser descritos como um caso de GR, no **capítulo II** apresento minha opção por um modelo de descrição gramatical que me servirá para identificar as propriedades dos diferentes empregos do verbo. Opto, então, pela Gramática Funcional de orientação holandesa e assento, nesse modelo, os domínios da modalidade epistêmica e da evidencialidade, dimensões semântico-pragmáticas que considero aplicáveis ao fenômeno lingüístico em foco.

A partir das postulações expostas e assumidas no capítulo anterior, no **capítulo III** caracterizo sintática, semântica e pragmaticamente os cinco diferentes usos de **parecer** no PB, apontando então para a viabilidade de interpretá-los como um caso de GR. Usando o princípio da unidirecionalidade como recurso metodológico, arranjo, numa escala de gramaticalidade, esses cinco usos de **parecer**.

Constitui foco do **capítulo IV** a evolução histórica do verbo **parecer**. Recorro primeiramente a dicionários latinos e etimológicos e parto, em seguida, em busca de evidências empíricas em textos de gêneros variados produzidos entre os séculos XIII e XX, com o objetivo de checar a hipótese da unidirecionalidade, conforme discutida nos capítulos iniciais. Comparo então, na evolução histórica de **parecer**, as suas propriedades e a sua frequência de uso com a de outras formas concorrentes de natureza verbal (**semelhar**, **achar** e **crer**) e de natureza adverbial (**provavelmente**, **possivelmente**, **talvez**) que, no PB hodierno, codificam valores epistêmicos e evidenciais. Tento mostrar o modo como, ao longo dos séculos investigados, o aumento de frequência textual das formas de base verbal contribui para que os seus significados se tornem crescentemente baseados no estado de crença ou atitude subjetiva do falante, um exemplo de subjetivização em mudança semântica. Valho-me, ainda, dessas comparações para explicar os pontos intermediários da escala sincrônica de mudança proposta para **parecer**.

Diante das conclusões do capítulo anterior, no **capítulo V**, argumento favoravelmente à análise de **parecer** como um caso de GR em curso, recorrendo a critérios aferidores do grau de GR de itens lexicais. Para tanto, utilizo as propostas de dois autores (Lehmann, 1982 [1995] e Hopper, 1991), as quais detectam momentos diferentes de formas/construções que se instanciam como casos de GR.

Seguem os cinco capítulos, as principais **Conclusões**. Algumas delas apontam para questões mais teóricas; outras, mais específicas, voltam-se para o fenômeno estudado neste trabalho. Algumas generalizações extraídas do estudo de caso em questão e que dependem de confirmação empírica são propostas como trabalho futuro de investigação.

Ao final, encontram-se as **Referências Bibliográficas** utilizadas, e como **anexos**, apresento:

- (i) quadro com informações das amostras dos textos diacrônicos organizados por Tarallo (1991); e,

- (ii) informações complementares sobre a organização das amostras de fala investigadas, as quais compuseram o *corpus* da pesquisa. Essas informações revelam minha preocupação com o prosseguimento da investigação de questões não resolvidas neste trabalho.

CAPÍTULO I

GRAMATICALIZAÇÃO: TENDÊNCIAS

Nas partes iniciais deste trabalho, introduzi ao leitor o fenômeno lingüístico a ser investigado, estabelecendo as hipóteses que o justificam, o quadro teórico de fundo em que se insere, a metodologia e os objetivos que o norteiam. O presente capítulo apresenta uma fundamentação teórica geral para as descrições, as análises e as interpretações do objeto de estudo em questão. Com esse propósito, tento uma incursão crítica pelas questões teóricas mais relevantes, possíveis de serem avaliadas nas partes subseqüentes do trabalho, e remeto o leitor, quando for o caso, a obras que elucidam com maiores detalhes pontos controversos específicos. Assim, no presente capítulo, com o propósito de fazer uma abordagem sobre a gramaticalização, procedo a uma exposição dos seus pressupostos básicos, buscando avaliar em que medida as severas críticas formuladas contra eles são pertinentes, e defendendo a idéia de que é possível entender fenômenos de gramaticalização dentro de um quadro mais geral de uma teoria de mudança lingüística.

1. Introdução

Dentre os vários processos de mudança lingüística, a GR é tida como um dos mais comuns que se tem observado nas línguas em geral. A constante renovação do sistema lingüístico, percebida sobretudo pelo surgimento de novas funções para formas já existentes e novas formas para funções já existentes, traz à tona a noção de “gramática emergente”, concepção que é assumida de modo explícito¹ ou não por vários estudiosos da GR.

¹ Hopper (1987), por exemplo, entende a gramática das línguas como constituída de partes cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo em princípio ser separado das estratégias de construção do discurso. Subjaz a esse entendimento uma concepção de língua como atividade no tempo real e a postulação de que, a rigor, não há gramática como produto acabado, mas sim, constante GR.

Como originalmente concebida, a GR se instaura no momento em que uma unidade lingüística começa a adquirir propriedades de formas gramaticais ou, se já possui estatuto gramatical, tem sua gramaticalidade ampliada. Sob tal acepção, encontra-se enfatizada a diferença existente entre estatuto lexical e estatuto gramatical.

Essas definições, como expostas mais detalhadamente a seguir, parecem desprovidas de adequação descritiva, uma vez que, como aponta Castilho (2003), é-se forçado a ter de admitir que itens lexicais não comportam propriedades gramaticais, como por exemplo, as que permitem identificar suas classes morfológicas. Entendendo de um modo diferente, o léxico pode ser concebido como “um conjunto de propriedades cognitivas abstratas, potenciais, prévias à enunciação” (cf. Castilho, 2003; p. 8), e não como um conjunto de palavras, que coloca de um lado palavras lexicais e, de outro, palavras gramaticais.

Sob esse prisma, o que ocorre então na GR é que, à medida que as propriedades de uma unidade lingüística vão se alterando, ela vai se tornando membro de novas categorias, em razão de uma reanálise categorial, o que permite enquadrar uma mesma forma em categorias diversas. Assim, quero deixar enfatizado que estou entendendo por GR as alterações de propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas de uma unidade lingüística que promovem a alteração de seu estatuto categorial.

No entanto, empregarei termos como “unidade lexical” e “unidade gramatical” simplesmente para diferenciar o conjunto de propriedades que identificam uma e outra categoria, o que não deve expressar um entendimento de que estou tratando-as como categorias discretas. Assim, usarei o predicado “ser lexical” para identificar categorias prototípicas cujas propriedades fazem referência a dados do universo bio-psíquico-social, designando entidades, ações, processos, estados e qualidades; o predicado “ser gramatical” será usado para identificar categorias prototípicas, cujas propriedades cuidam de organizar, no discurso, os elementos de conteúdo lexical, ligando palavras, orações e partes do texto, marcando estratégias interativas, expressando noções como tempo, aspecto, modo etc.

No quadro teórico em que a GR é tratada, muitas formas de abordá-la podem ser apontadas, desde as que se restringem à mudança de itens lexicais até as que preferem abordagens acima do nível da palavra. Na tentativa de contribuir para a explicitação desse quadro teórico, o trabalho que aqui apresento traça o percurso do verbo **parecer**, que, além de uso lexical, com o sentido de “ter semelhança com”, é empregado também para a codificação de modalidade epistêmica/evidencialidade, vindo, assim, a integrar o paradigma dos verbos funcionais, e, em alguns contextos, o paradigma dos satélites atitudinais de caráter adverbial, como será mais bem explicitado nos capítulos subseqüentes.

2. Gramaticalização: definições e tendências

Desde que a GR, no final da década de 1980, difundiu-se como paradigma, uma gama de termos alternativos surgiu para rotular esse fenômeno de mudança lingüística. Enquanto o termo “gramaticalização” é o mais recorrente na literatura (Heine *et. al.*, 1991; Hopper e Traugott, 1993; entre outros), aparecem também, na referência ao mesmo processo, e sem diferenças muito significativas, termos variantes como “gramaticização” (Hopper, 1991; Givón, 1975) e “gramatização” (Matisoff, 1991)². Ocasionalmente, aparecem ainda como sinônimos de GR termos inadequados para a descrição do processo em si, porém mais identificados com suas características semânticas e/ou sintáticas, tais como: “reanálise”, “sintaticização”, “*bleaching* [descoramento] semântico”, “enfraquecimento semântico”, “*fading* [desaparecimento gradual] semântico”, “condensação”, “redução” etc (cf. Heine *et. al.*, 1991; p.3).

² A distinção mais relevante que se tem observado é a tendência de uma maior relação de “Gramaticalização” com a perspectiva diacrônica e de “Gramaticização” com a perspectiva sincrônica da mudança contínua de categorias e significados. Entretanto, a escolha, para o presente trabalho, recaí sobre o termo “gramaticalização”, em razão de ser esse o uso mais difundido.

Hopper (1991) atribui a Meillet (1912)³ o uso pioneiro do termo GR, definido como a atribuição de um estatuto gramatical a uma palavra antes autônoma. As acepções correntes alargam essa concepção original, mas dela não se distanciam. O que esteve enfatizado, nos trabalhos de Meillet, fase inaugural dos estudos de GR, foi a preocupação em buscar os antecedentes históricos de uma determinada forma gramatical da língua, sem qualquer atenção para fatos gerais que pudessem ser importantes para explicitar aspectos da evolução das línguas em geral. A esse respeito, diz Hopper:

As próprias investigações filológicas de Meillet sempre enfatizaram a história de formas gramaticais específicas, que são inequivocamente referidas como 'fatos singulares' (faits singuliers), 'fatos particulares' (faits particuliers), 'aspectos específicos' (traits spécifiques) e 'procedimentos particulares de expressão da morfologia' (procédés particuliers d'expression de la morphologie). [...] Em outras palavras, o trabalho de Meillet enfatizou o particular em detrimento do geral em, praticamente, todos os aspectos da mudança.^{4,5}

Nos estudos pioneiros de Meillet, depreende-se, primeiramente, a idéia de GR como uma ferramenta da lingüística histórica, que buscava dar conta das origens e das mudanças típicas envolvendo morfemas gramaticais, o que vinha a complementar o campo da etimologia e da evolução histórica das palavras. Contudo, pela identificação e exemplificação de tipos de palavras fornecidas pelo próprio autor, pode-se depreender também a possibilidade de conceber a GR como um processo sincrônico⁶.

³ O artigo *L'évolution des formes grammaticales*, de Meillet, datado de 1912, é considerado obra fundante dos estudos de GR. Esse artigo, publicado originalmente na *Revista di Scienza*, XII, n.26, foi reimpresso, em 1958, na coleção *Linguistique historique et linguistique générale*. Neste trabalho, as citações de Meillet referem-se exclusivamente a esse seu artigo. Por entender que foi com esse trabalho de Meillet que a GR de fato se difundiu, considero-o, então, como o marco a partir do qual esse quadro se desenvolve. Entretanto, referência deve ser feita ao momento anterior a Meillet, representado pelo trabalho de Wilhelm von Humboldt, que, em 1822 já havia sugerido que a estrutura gramatical das línguas humanas era precedida por um estágio de evolução em que somente idéias concretas eram expressas (cf. Hopper e Traugott, 1993; p. 18-19).

⁴ Todas as traduções no corpo do texto são de minha inteira responsabilidade.

⁵ "Meillet's own philological investigations always emphasized the history of individual grammatical forms, which are referred to unmistakably as 'singular facts' (faits singuliers), 'particular facts' (faits particuliers), 'specific features' (traits spécifiques), and 'particular processes of expression of morphology' (procédés particuliers d'expression de la morphologie) [...] Meillet's work, in the other words, stressed the particular over general in practically all aspects of change" (Hopper, 1991; p. 17-18).

⁶ Meillet identifica três classes de palavras, entre as quais é possível perceber uma certa gradualidade: as *principais* (nomes, adjetivos, verbos e complementos circunstanciais), as *acessórias* e as *gramaticais* (preposições, conjunções e auxiliares).

admitem que uma forma em processo de GR segue um *cline* de mudança, como sugere o esquema em (2), extraído desses autores.

(2) [item de conteúdo] > [palavra gramatical] > [clítico] > [afixo flexional]

Numa formulação de caráter mais restrito, a GR poderia, então, ser definida como um processo por meio do qual alguns elementos de conteúdo lexical se desenvolvem, no decorrer do tempo, e se tornam elementos gramaticais e, se gramaticais, passam a mais gramaticais ainda, apresentando-se mais previsíveis no que diz respeito a seu uso. Enfatizando o caráter categorial do léxico, Hopper e Traugott (1993; p. 104) oferecem o seguinte *cline* de recategorização de formas que podem instaurar processo de GR:

(3) [categoria maior (nome, verbo, pronome)] > [categoria medial (adjetivo, advérbio)] > [categoria menor (preposição, conjunção, auxiliar)]

No histórico da GR⁸, observa-se uma certa indecisão quanto aos seus limites. Uma terceira fase dos estudos, que tem Givón como seu precursor, procurou ampliar as propriedades definitórias do termo, para nele se incluírem fenômenos gerais de mudanças constitutivos da gramática das línguas. Assim, cresce o interesse na integração da GR com trabalhos teóricos em lingüística descritiva e histórica, sem contudo invalidar a aceção inclusa na definição clássica de GR como um processo que vai do menos para o mais gramatical, independente do nível de análise a partir do qual o processo se instaura. O caráter historicista da GR torna-se paralelo a uma outra forma de abordá-la: a partir de uma perspectiva sincrônica, que a concebe primeiramente como um fenômeno sintático, pragmático e discursivo, a ser investigado a partir dos padrões fluidos de uso da língua.

⁸ Para um histórico completo da evolução dos estudos de GR, remeto o leitor a três principais obras de referência: Hopper e Traugott (1993; capítulo 2), Heine *et al.* (1991; p. 5-23) e Lehmann (1995 [1982; capítulo II]).

Extrapolando os módulos do léxico e da morfologia, uma nova etapa foi alcançada já com os trabalhos de Givón (1979), que introduz o discurso como um parâmetro maior para o entendimento da estrutura da língua, em geral, e o desenvolvimento de estruturas e categorias gramaticais, em particular⁹. Givón, que anteriormente (1971; p. 413) havia afirmado que “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem” (parafrazeando Hodge, 1970), adita esse slogan para afirmar que “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem” (Givon, 1979; p. 208-209), argumentando que, no processo de GR, o modo mais pragmático de comunicação abre caminho para um modo mais sintático; com isso, expressões lingüísticas com vinculação sintática fraca se transformam em expressões sintáticas fortemente ligadas¹⁰. É em razão desse entendimento que Givón prefere o termo **sintatização** a GR. Esse processo é expresso da seguinte forma esquemática:

(4) [discurso] > [sintaxe] > [morfologia] > [morfofonêmica] > [zero]

Esse novo modo de encarar os estudos de GR não se atém mais simplesmente à reanálise do léxico e da gramática¹¹. O discurso, entendido por Givón como um modo não-planejado de comunicação informal, passa também a ser um favorecedor da emergência de novos modelos gramaticais que, no processo evolutivo, podem chegar a zero, como sugere o próprio Givón (1979; p.209).

⁹ Nos termos de Givón, “Discurso” deve ser entendido como uma macrossintaxe e não como um modelo de interação.

¹⁰ Veja, por exemplo, Li e Thompson (1976; p. 484), para quem “sujeitos são essencialmente tópicos gramaticalizados”. Como exemplo da dicotomia “modo sintático” X “modo pragmático”, Givón coloca de um lado a linguagem da criança, as línguas pidgins e a linguagem informal (fala), como portadoras de estruturas mais “frouxas”, em oposição respectiva com a linguagem do adulto, as línguas crioulas e a linguagem formal (escrita), como portadoras de estruturas mais “compactadas”. Na verdade, a concepção original da precedência do modo pragmático sobre o modo sintático é do neogramático Hermann Paul. Essa distinção, que parece abonar a existência de estágios primitivos de surgimento da linguagem, mereceria uma discussão crítica mais aprofundada, uma vez que associar estruturas pragmáticas a um modo reduzido de comunicação e estruturas sintáticas, a um modo mais bem desenvolvido, apontaria para uma visão bastante simplista de fatos de linguagem, principalmente no tocante à oposição língua escrita vs. língua falada e linguagem infantil vs. linguagem do adulto. Entretanto, isso parece ser uma verdade no tocante à eficácia comunicativa que diferencia pidgins de crioulos.

¹¹ O próprio Meillet já sugeria, na finalização de seu artigo de *L' évolution des formes grammaticales* (1912), que a ordem de palavras, pelo menos em algumas línguas, poderia ser vista como um tipo de GR. Especificamente, faz referência à passagem do Latim para o Francês, quando a ordenação dos constituintes sentenciais assume valor gramatical, em razão da perda de caso morfológico.

O estudo do papel da GR na interface discurso e gramática tem aberto um importante campo de pesquisa. Existe, hoje, por exemplo, uma crescente conscientização do fato de que as categorias de tempo e de aspecto podem se desenvolver de funções discursivas (Bybee *et al.*, 1994), que coordenação e subordinação em gramática surgem de estruturas que, freqüentemente presentes no discurso, tornam-se convencionalizadas e, conseqüentemente, gramaticalizadas (Hopper e Traugott, 1993), e que a articulação de sentenças pode ser interpretada como uma GR da organização retórica do discurso (cf. Matthiessen e Thompson, 1988). Nessa direção de entendimento, alguns autores têm restringido o uso do termo GR à transição de estruturas pragmáticas para sintaxe. Hyman (1984; *apud* Heine *et al.* 1991), por exemplo, observa que a pragmática fornece muito da substância da sintaxe, e ele reserva o termo GR para o atrelamento [*harnessing*] da pragmática a uma gramática.

Numa outra linha, emerge um outro esquema para o entendimento da GR, em que princípios de mudança de significado passam a ser a maior preocupação. Elizabeth C. Traugott, cujas contribuições serão brevemente comentadas na seção seguinte, é apontada como a principal representante dessa vertente. Entretanto, é com Heine e Reh (1984), integrantes da terceira fase da GR, que se levanta a questão dos mecanismos internos da GR, em contraposição aos trabalhos anteriores, cuja preocupação esteve voltada mais para “onde começa” e “onde termina” o processo.

Além do fato de ser recente o ressurgimento do interesse da lingüística descritiva pela GR, a diversidade de termos e tendências sob uma mesma rubrica é um primeiro indício de que os estudos sobre GR ainda se encontram em constituição como paradigma explanatório definitivo. A esse respeito, arrisco-me a dizer que os trabalhos que há, atualmente, sobre GR ainda não se desenvolveram a ponto de se situarem numa perspectiva teórica sólida, a exemplo de outras disciplinas lingüísticas. Um quadro teórico-metodológico claro que privilegie a investigação sobre esse e outros processos constitutivos da língua (discursivização, semantização, lexicalização, morfologização, por exemplo) privilegiaria, por certo, o

dinamismo e a heterogeneidade inerentes às línguas naturais. Assim, postular uma separação rígida entre léxico, sintaxe, semântica e pragmática é ignorar a interação desses domínios na dinâmica das línguas naturais.

É dentro desse espírito que questionamentos têm sido formulados à GR. Castilho (2003), por exemplo, expressa bem essa preocupação ao apontar a necessidade de uma teoria multissistêmica da língua que capte todo o seu dinamismo. Sua preocupação com a GR assim se traduz:

Para escapar da estatividade, poderíamos assumir que a língua é um multissistema dinâmico, que pode ser graficamente representado – bem, parece que nunca escaparemos das metáforas geométricas ! – numa forma radial, tendo ao centro o Léxico e à volta o Discurso, a Semântica e a Gramática. Cada um desses sistemas dispõe de categorias próprias. Situações de interface podem ocorrer, porém não implicam em derivação nem em subordinação.

Nossa mente deve operar simultaneamente sobre esses conjuntos de categorias, e os produtos lingüísticos que daí resultam podem ser representados como uma constelação. Quero com isto dizer que qualquer expressão lingüística exhibe simultaneamente propriedades discursivas, semânticas e gramaticais, variando embora o grau de saliência entre elas. Essa postulação retira da agenda da gramaticalização a problemática distinção entre *itens lexicais* e *itens gramaticais*. (p. 7-8)

As definições aqui expostas são de interesse geral para as partes posteriores deste trabalho. Resumidamente, e numa escala evolutiva do estudos de GR, há (i) a versão de Meillet, que concebe GR como a passagem do **[lexical] > [gramatical]**; (ii) a oferecida por Kurilowicz, que adiciona ao *cline* de Meillet a passagem do **[- gramatical] > [+ gramatical]**, e, (iii) as versões dos estudos atuais: **[qualquer material lingüístico] > [+ gramatical]**. Com as ressalvas que já fiz na introdução deste capítulo, assumo mais estritamente, para o caso em estudo, as duas primeiras concepções, e, secundariamente, outras considerações decorrentes da terceira concepção, estabelecida para análises de fenômenos de GR que extrapolem o nível lexical.

Na próxima subseção, busco encaminhar uma discussão acerca do estatuto teórico da GR. Para tanto, evoco os princípios, mecanismos e critérios ou parâmetros que visam a identificar um fenômeno como de GR, reportando-me, ao

mesmo tempo, às críticas que recaem sobre tal abordagem, procurando avaliar a pertinência das argumentações que as sustentam.

3. Gramaticalização: uma teoria?

Na literatura corrente sobre GR, nem todos os autores distinguem, com clareza, processos, princípios, mecanismos e critérios/parâmetros que identificam formas gramaticalizadas ou em GR. Para uma melhor compreensão desse processo, é necessário antes distinguir suas partes componentes.

Como argumentado anteriormente, a GR é apenas um dos processos constitutivos da língua e pode co-ocorrer com dois outros principais processos que têm implicação direta no sistema lingüístico: a **semantização** e a **discursivização**. Esses processos apontam para os módulos a partir dos quais a língua tacitamente se constitui: a gramática, a semântica e o discurso.

A **discursivização**, segundo Castilho (2001), ocupa-se da análise de itens que, no discurso, assumem papéis diversos, tais como: instanciação de pessoa (1ª. e 2ª. pessoas), organização da hierarquia tópica; estabelecimento da coesão textual e manutenção da interação (caso dos marcadores conversacionais, por exemplo). Segundo o mesmo autor, por **semantização** deve-se entender o conjunto de fenômenos que revelam as bases cognitivas da criação de significados novos, as categorias do significado (referenciação, predicação, verificação, dêixis e foricidade e conectividade) e os processos de alteração de significado de formas já existentes na língua (metáfora, metonímia, generalização e especialização e paráfrase).

Não obstante os desacordos sobre os limites da GR (cf. Ramat e Hopper, 1998), um consenso parece haver entre os vários estudiosos desse assunto: a GR é sempre concebida como um processo, (cf. Heine *et al.*, 1994; p. 4) que pode ver esgotado todo o percurso de mudança de um item, conforme escala dada em (2), ou que pode se interromper em um ponto dessa escala de mudança (cf. Hopper e

Traugott, 1993; p. 95); muito freqüentemente é vista como uma ferramenta lingüística necessária para recuperar o percurso diacrônico de algumas formas lingüísticas, mas que pode também ser empregada para a reconstrução interna da gramaticalidade de padrões sincrônicos. Como processo, as mudanças que se caracterizam como GR se implementam sempre de maneira gradual, numa escala unidirecional e contínua de aumento de gramaticalidade.

Dessa base consensual¹², uma primeira objeção recai sobre o entendimento da GR como processo (Campbell, 2001; Joseph, 2001; Newmeyer, 2001)¹³. É equivocada, segundo, por exemplo, Newmeyer (2001), a idéia de que simplesmente os caminhos unidirecionais e determinísticos da GR habilitariam ser ela tratada como um processo. Esse autor considera que, para ser tratada como processo, de fato, a GR necessitaria de um conjunto próprio de leis, o que, a ele, parece faltar. Desse modo, sugere que “fenômeno a ser explicado” seria o mais aplicável à GR do que o termo “processo” em si. Assim ele se expressa:

Agora, o termo ‘processo’ é sempre usado informalmente para significar nada menos do que ‘fenômeno a ser explicado’. Algumas das referências à gramaticalização como um ‘processo’ parece simplesmente ter isso em mente. Entretanto, o termo tem um outro sentido muito mais forte. Nesse caso, um processo é um fenômeno *de um tipo particular*, a saber, fenômeno guiado por um conjunto de princípios *que regem o fenômeno sozinho*. Deixe-nos chamar tal tipo de fenômeno de ‘processo distinto’. [...] Uma vez que um ‘processo distinto’ requer ‘uma teoria distinta’, não é surpresa ver referências na literatura a uma ‘teoria da gramaticalização’, que faz ‘previsões’ acerca de sua matéria (grifos originais).¹⁴

¹² Repare que, segundo a proposta de Castilho (2003), subjaz a esse modo consensual de encarar a GR a concepção da língua como uma combinação linear de itens separáveis, com o qual ele não concorda, embora reconheça sim o caráter processual da GR.

¹³ Um exemplo atual de críticas à GR é o conjunto de trabalhos reunidos na revista *Language Science* (2001), v. 23, que, preferindo o valor “teórico” da GR e conferindo-lhe apenas um valor heurístico, desconstruem-na como paradigma teórico, detendo-se na análise de suas partes componentes: unidirecionalidade, mudança semântica (*bleaching*), erosão fonética, reanálise, analogia, extensões metafóricas e metonímicas, freqüência de uso etc, atributos julgados nem necessários e nem suficientes para caracterizar a GR como teoria, uma vez que qualquer um desses componentes, independentemente, pode se instanciar em outros tipos de mudança que nada tem a ver com GR, ou seja, separadamente, esses mecanismos não seriam suficientes para diagnosticar a GR e, portanto, esta não pode ser tomada como um processo distinto.

¹⁴ “Now, the term ‘process’ is often used informally to mean nothing more than ‘phenomenon to be explained’. Some of the references to grammaticalization as a ‘process’ seem simply to have this use of the term in mind. However, the term has another, much stronger, sense. In this case, a process is a phenomenon *of a particular type*, namely, one driven by a distinct set of principles *governing the phenomenon alone*. Let us call such a type phenomenon a ‘distinct process’. [...] Since a ‘distinct process’ requires a ‘distinct theory’, it is no surprising to see references in the literature to a ‘grammaticalization theory’, which makes ‘predictions’ about its subject matter.” (Newmeyer, 2001; p. 189-190).

Nesse particular, o argumento usado por esse e outros autores (Campbell, 2001; Joseph, 2001) para não considerar a GR como portadora de status de 'teoria' mais parece confundir do que esclarecer o leitor acerca do que seja, de fato, uma 'teoria' e o que seja um 'processo'. Mesmo ausente no texto de Newmeyer (e também do de todos os outros autores que com ele compõem o volume 23 da revista *Language Science*, 2001) uma postulação clara do que seja uma teoria, o argumento "ser resultante de processos distintos de mudança" me parece válido para se preferir o valor de teoria *per se* da GR, mas não a sua concepção de processo, já que é esta que permite captar o dinamismo do sistema lingüístico, seu caráter evolutivo e as regularidades subjacentes às mudanças, que colocam a língua e sua gramática em estágios de algum modo diferenciados.

Não vou, entretanto, advogar aqui que a GR seja de fato um **processo distinto**, com leis próprias. Amplamente falando, de modo mais neutro possível, ela pode ser concebida como um subconjunto de mudanças/alterações trans e interlingüísticas recorrentes, que envolvem correlações entre propriedades semânticas, gramaticais, discursivas e, algumas vezes também, fonológicas. Também não pretendo argumentar que a GR, com seu princípio diretor (a unidirecionalidade), seja um processo irreversível. Essas são afirmações muito fortes. Entretanto, defendo que a GR, com todas suas implicações teóricas, pode sim ser postulada como hipótese possível de ser testada. É o que proponho para um estudo de caso particular do PB.

Interessa-me, nesse momento, deter um pouco mais no processo de GR, expondo as fases, o princípio e os mecanismos que o facultam e que têm relação direta com as análises do meu objeto de estudo. Quando necessários, princípio e/ou mecanismos de discursivização e semantização serão evocados, uma vez que tanto um processo quanto o outro podem co-ocorrer com a GR.

3.1. Estágios da mudança

Em GR, relativamente às categorias lexicais, podem ser identificados estágios ou fases que caracterizam a mudança do **[lexical] > [gramatical]** ou do **[- gramatical] > [+ gramatical]**. É, sobretudo, em Lehmann (1995 [1982]; p. 13) que se identificam, de modo simplificado, os seguintes estágios, que, brevemente, passo a comentar e a exemplificar: **sintatização**, **morfologização** e **desmorfemização**. No esquema abaixo, extraído desse autor, identificam-se essas fases da GR, relacionadas ao nível de atuação e à técnica interposta na análise dos itens em mudança.

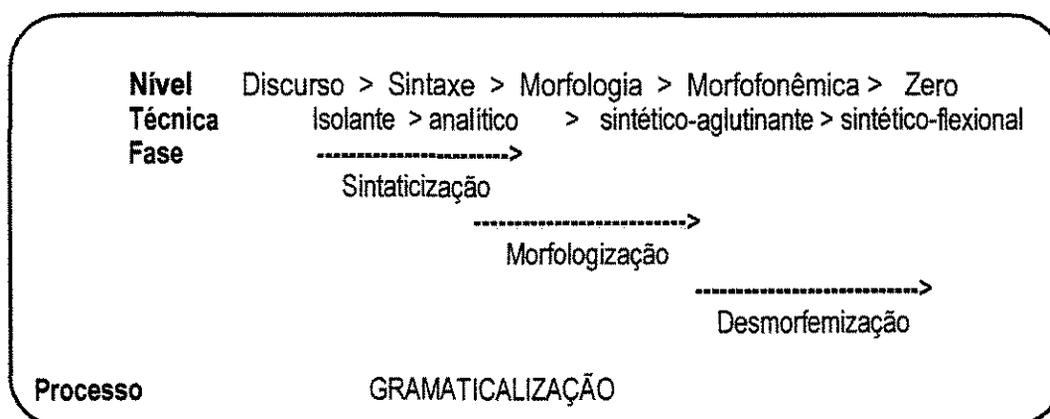


Fig. 1: Fases da gramaticalização

(Lehmann, 1995 [1982; p. 13])

De acordo com a definição de GR exposta na seção anterior, o estágio de sintatização toma lugar quando um item ou construção recorrente no discurso começa a adquirir propriedades que o deslocam de sua classe categorial de origem, procedendo a uma recategorização. Assim é que essa fase da mudança atende a princípios como o da “descategorização” (Hopper, 1991, 1996), por meio do qual um item lexical “perde” ou “neutraliza” as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos que caracterizam as formas plenas como nomes e verbos, vindo assim a assumir atributos das categorias secundárias, mais gramaticalizadas, como advérbios, preposições, clíticos, afixos, podendo, em alguns casos chegar a zero (cf. (3) e (4)

acima)¹⁵. Essa fase marca então a transição dos níveis **[discurso] > [sintaxe]** e da técnica **[isolante] > [analítico]**, por meio da qual uma forma não mais é analisável como livre, a exemplo das palavras lexicais.

O estágio seguinte à sintatização é o de morfologização, por meio do qual surgem na língua as formas presas, sejam elas afixos flexionais ou afixos derivacionais. Um exemplo recorrente na literatura sobre GR vem do Tok Pisin, uma língua pidginizada falada na Papua Nova Guiné, na qual um marcador de futuridade desenvolve-se de uma expressão adverbial temporal (**[bambai** 'bye-and-bye'] > **[bai]**) (cf. Hopper e Traugott, 1993; p. 211). Observa-se que de **[bambai] > [bai]** há a atuação do princípio de “erosão” fonética, que leva a uma perda considerável de massa sonora e, assim, a forma original se ajusta à classe das formas presas no que diz respeito à quantidade de material fonológico. Tem-se assim, nessa fase de GR, a passagem dos níveis **[sintaxe] > [morfologia]** e da técnica **[analítico] > [sintético-aglutinante]**.

A fase da desmorfemização pode levar um morfema a desaparecer por completo, sendo sua função assumida por outros itens com os quais ele co-ocorre. Um exemplo de desmorfemização ainda em curso pode ser encontrado no sistema de negação do francês, instanciado na estrutura **ne ... V... pas**, em que **ne**, na fala vernacular, pode ser omitido por completo¹⁶, como resultado da GR de **pas**.

Na passagem de um estágio para outro, vários princípios são atuantes, ou seja, a mudança é instanciada pelo atendimento a certos princípios, reveladores da regularidade na evolução, dos quais passo a tratar a seguir.

¹⁵ Contrariamente a essa visão, Castilho (2003) propõe, na sua teoria multissistêmica da língua, a existência de três princípios que, em operação simultânea, **ativam**, **reativam** e **desativam** as propriedades lexicais que, combinadas nos vocábulos, constroem a dimensão discursiva, semântica e gramatical dos itens lexicais.

¹⁶ No francês antigo, nomes semanticamente independentes podiam ser usados como reforço da partícula de negação *ne* (*pas* 'passo', *point* 'ponto', *gote* 'gota', *mie* 'migalha'). O nome de reforço *pas*, entretanto, inicialmente era empregado somente quando V era um verbo de movimento. Posteriormente, *pas* se estende e passa, compulsoriamente, a se combinar com V qualquer, assumindo papel de um marcador de reforço de negação. No francês vernacular, *pas* assume por completo as funções de *ne*, podendo esse ser apagado por completo (cf. Hopper e Traugott, 1993; p. 58). Um caso semelhante, mas mais prototípico, pode ser verificado em alguns dialetos do PB, que registram a negação duplamente, pré- e pós-verbalmente (*não V não*), em que a posição pós-verbal surge como reforço dado o enfraquecimento do advérbio de negação anteposto ao verbo, posição não-marcada. Esse enfraquecimento é tal que, em algumas circunstâncias, surge um zero na posição pré-verbal, prevalecendo o padrão de negação pós-verbal (*V não*).

3.2. Princípio e mecanismos

Entendendo princípio como um preceito, uma lei geral, determinante da constituição/identificação de um fenômeno, parece-me que ao processo de GR só poderia ser atribuído um único e fundamental princípio: o **princípio da unidirecionalidade**, verificável, como hipótese, por meio da atuação dos vários **mecanismos**, partes constitutivas do fenômeno da GR, que, num sentido “lato”, podem também ser entendidos como suas causas ou motivações. Em outras palavras, os mecanismos considerados atuantes num processo de GR (*bleaching*, reanálise categorial, analogia, “erosão” fonética, gradualidade do processo, aumento de frequência de uso etc), se concluso ou em curso, são regidos pelo princípio da unidirecionalidade, esse único e essencial, aqueles variáveis em número e espécie e, portanto, não necessários e nem suficientes para caracterizar um processo de GR como tal. Assim, necessária se faz a apresentação conjunta dos mecanismos e do princípio regente da GR.

Metaforicamente falando, a **unidirecionalidade** seria o bisturi que recorta um tipo específico de mudança, a que promove o rebaixamento de categoria de um elemento, rumo a uma estrutura mais gramatical, e nunca o contrário. Assim é que entendo que nem toda mudança pode ser identificada como envolvendo GR (cf. Ramat e Hopper, 1998, especialmente a parte introdutória da obra), mas toda GR, necessariamente, pressupõe estágios de mudança. É sobre a unidirecionalidade que recaem as pesadas críticas formuladas à GR, as quais comentarei mais adiante.

Hopper e Traugott (1993), na definição da unidirecionalidade, enfatizam a especificidade dos contextos discursivos que propiciam a GR e que a passagem de **[lexical] > [gramatical]** não é direta. Assim, a escala **[item lexical usado em contextos lingüísticos específicos] > [sintaxe] > [morfologia]** representa que itens lexicais que se tornam gramaticalizados cumprem, primeiramente, funções necessariamente discursivas, tornando-se em seguida fixos sintaticamente e, posteriormente, vindo a constituir um morfema. A postulação básica, dizem os

autores, “é que existe uma relação entre dois estágio A e B, tal que A ocorre antes de B, mas não vice-versa. Isso é o que se entende por unidirecionalidade”¹⁷.

Os fatores que motivam a GR são, principalmente, de ordem cognitiva e estão fortemente vinculados a estratégias de comunicação, entre as quais a conjugação do desejo de ser expressivo com o “princípio da criatividade”. Para ser bem entendido e ter domínio da situação de comunicação (princípio griceano da cooperação), o falante cria novos instrumentos de comunicação, inovação que, baseada no “princípio da economia”, recruta formas antigas para novos propósitos, através da extensão de significados pré-existentes, uma vez que uma forma para cada significado seria disfuncional no sistema.

Os principais desencadeadores da relação entre os múltiplos sentidos de uma única forma são os mecanismos cognitivos da metáfora e da metonímia, com o predomínio da primeira.

Associada a processos de **(des)semantização**, a **metáfora**, em GR, envolve a abstratização de significados, os quais, de domínios lexicais ou menos gramaticais, são estendidos metaforicamente para mapear conceitos de domínios gramaticais ou mais gramaticais. Essa abstratização diz respeito à forma como os seres humanos compreendem e conceituam o mundo que os cerca. Nesse sentido, coisas que estão mais próximas são mais claramente estruturadas e delimitadas, menos abstratas do que as que estão mais distantes. Na atuação desse mecanismo é que se identifica o **bleaching semântico** da forma fonte de um processo de GR.

Essa observação permite reconhecer como conceitos fontes aqueles que se referem a objetos concretos, processos e locações que refletem as experiências humanas mais elementares. Um conceito só é fonte em relação a outro conceito mais abstrato.

Segundo Heine *et al.* (1991), a metáfora envolvida na GR, diferentemente daquela relacionada às figuras de linguagem, seria motivada pragmaticamente. A

¹⁷ “[The basic assumption is that] there is a relationship between two stages A and B, such that A occurs before B, but not vice versa. This is what is meant by unidirectionality” (Hopper e Traugott, 1993; p. 95).

partir dela não se formam novas expressões; predicções pré-existentes são introduzidas em novos contextos ou aplicadas a novas situações por meio da extensão de significados: é a “metáfora emergente”¹⁸, cuja origem, que propicia a GR, seria de natureza “categorial”. Esse sentido permite entender que o desenvolvimento das estruturas gramaticais pode ser descrito em termos de algumas categorias cognitivas básicas e parte sempre, unidirecionalmente, do elemento à esquerda – mais concreto –, numa escala que tem a seguinte configuração (Heine *et al.* 1991; p.48)¹⁹:

(5) pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Heine e seus colaboradores mostram como as categorias da escala metafórica dada em (5) refletem vários aspectos da estrutura das línguas. Começam por ilustrar a correlação existente entre as classes de palavras e os tipos de constituintes, conforme ilustra o quadro abaixo, extraído desses autores (Heine *et al.*, 1991; p. 53-54).

Categoria	Classe de palavras	Tipo de Constituinte
PESSOA	Nome humano	Sintagma nominal
OBJETO	Nome concreto	Sintagma nominal
ATIVIDADE	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
ESPAÇO	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
TEMPO	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
QUALIDADE	Adjetivo, estado, verbo, advérbio	Modificador

Q. 1: Correlação entre categorias metafóricas, classes de palavras e tipos de constituinte
(Heine *et al.*, 1991; p. 53)

¹⁸ Tomando como referência a transformação de um verbo de ação (*to go*) para expressar tempo futuro no Inglês, Heine *et al.* (1991; p.46) mostram algumas das propriedades de um processo metafórico envolvido na GR, quais sejam: (a) envolve um significado que é reconhecido como “literal” e outro que é o “transferido” ou “metafórico”; (b) envolve transferência ou projeção de um domínio conceitual (espaço) em termos de outro (tempo dêitico); (c) aparentemente envolve violação de regras e anomalias, como o caso de um verbo de movimento, que tipicamente requer um sujeito humano, vir a co-ocorrer com sujeito inanimado; (d) envolve conceitos que se associam ao mundo humano para referir-se a conceitos inanimados; (e) em contextos específicos, a expressão metafórica pode também ser entendida no sentido literal, não transferido, o que resulta em ambigüidade, principalmente homonímica.

¹⁹ Um exemplo da implementação dessa escala é o dado na nota anterior (18), em que se mostra como o tempo é codificado em termos de espaço.

É possível ainda estabelecer uma correlação significativa entre as categorias sintáticas e seus comportamentos semântico e pragmático. É de Croft (1984, *apud* Heine et al. 1991; p. 54) a abordagem que procura combinar teoria da marcação e a natureza prototípica das categorias sintáticas. Aos nomes, verbos e adjetivos, por exemplo, ligam-se as seguintes funções discursivas e classes semânticas:

Categoria Sintática	Função Discursiva	Classe Semântica
Nome	Referenciação	Objeto (Físico)
Verbo	Predicação	Ação (Física)
Adjetivo	Modificação	Propriedade (Física)

Q. 2: Correlação entre categoria sintática, função discursiva e classe semântica²⁰
(Heine et al., 1991; p. 54)

Correlacionada à disposição das estruturas cognitivas da escala metafórica dada em (5), Heine et al. (1991; p. 54) apresentam a hierarquia de casos, proposta por Givón (1984), como ilustra o quadro abaixo.

Função de Caso	Categoria Prototípica
Agente	Pessoa
Benefactivo	Pessoa
Dativo	Pessoa
Acusativo	Objeto
Locativo	Espaço
Instrumental e outros	Qualidade

Q. 3: Correlação entre caso e categoria prototípica²¹
(Heine et al., 1991; p. 54)

²⁰ Nesse quadro, parece pouco apropriado colocar sob o rótulo “Função discursiva” o que, na verdade, remete a processos semânticos e/ou sintáticos. Para essa “inadequação”, os autores não fornecem qualquer justificativa.

²¹ Neves (1997; p.138), ao se referir a Givón (1984), observa que em relação à determinada categoria “o protótipo é o membro que ostenta maior número das propriedades mais caracteristicamente importantes, e todos os demais membros devem ser classificados de acordo com o grau de semelhança com o protótipo, ou seja, de acordo com a distância do “pico prototípico”. Cabe observar aqui que, na primeira coluna do quadro, os autores, também sem qualquer explicação adicional, parecem misturar Caso e Papel Temático, para se referir às “funções de caso”.

As postulações de Heine *et al.* (1991) sobre a atuação da metáfora como mecanismo desencadeador da GR são compartilhadas por Hopper e Traugott (1993), cuja atenção maior está voltada para as motivações da metáfora, reconhecendo como principais a reanálise, a analogia e as relações icônicas, a seguir descritas com algum detalhe.

A **Analogia** se refere à atração de formas pré-existentes por outras construções também já existentes no sistema e envolve inovações ao longo do eixo paradigmático. Se considerado apenas o eixo sintagmático, a analogia propicia o surgimento de formas não situáveis no sistema lingüístico. Assim, itens analisáveis sobre o prisma da analogia não são criações gramaticais, mas resultados de extensão de regras operantes na língua. Capta processos de analogia a “proporção” ou “equação” do tipo $A:B::C:D^{22}$, em que D é a forma que surge por analogia. Hopper e Traugott (1993; p. 57) chamam atenção para o fato de que, desde Meillet, permanece a dificuldade de se determinar a razão da seleção de um dos membros do par como modelo.

Diferentemente dos processos analógicos, a reanálise permite a criação de novas formas gramaticais, à medida que, gradualmente, altera as fronteiras de constituintes em uma expressão, levando uma forma a ser reanalisada como pertencente a uma outra categoria diferente da sua original. É nesse sentido que, diferentemente da analogia, que opera no eixo paradigmático, a reanálise opera no eixo sintagmático. Enfatizando a gradualidade das mudanças por reanálise, Langacker (1977) assim define esse mecanismo: “mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões que não envolve qualquer modificação **imediate** ou **intrínseca** na sua manifestação superficial” (grifo meu)²³.

Dada essa diferença fundamental entre reanálise e analogia, pode-se depreender que ambas são atuantes na mudança categorial, mas não definem a GR.

²²Na alternância singular-plural do Inglês, a equação analógica seria, por exemplo, a seguinte: $cat :: cats = child :: X$, $X = child$ s.

²³ “[I will define ‘reanalysis’ as] change in the structure of an expression or class of expressions that does not involve any immediate or intrinsic modification of its surface manifestation.” (Langacker, 1977; p. 58).

Como lembram Hopper e Traugott: “o subconjunto de processos que são particulares à GR são aqueles que, no tempo, transformam elementos mais independentes em menos independentes”²⁴. Como exemplo da atuação da reanálise e da analogia na GR, valho-me desses mesmo autores, para mostrar um esquema ilustrativo da GR do auxiliar *be going to* do inglês, o qual dispensa um detalhamento.

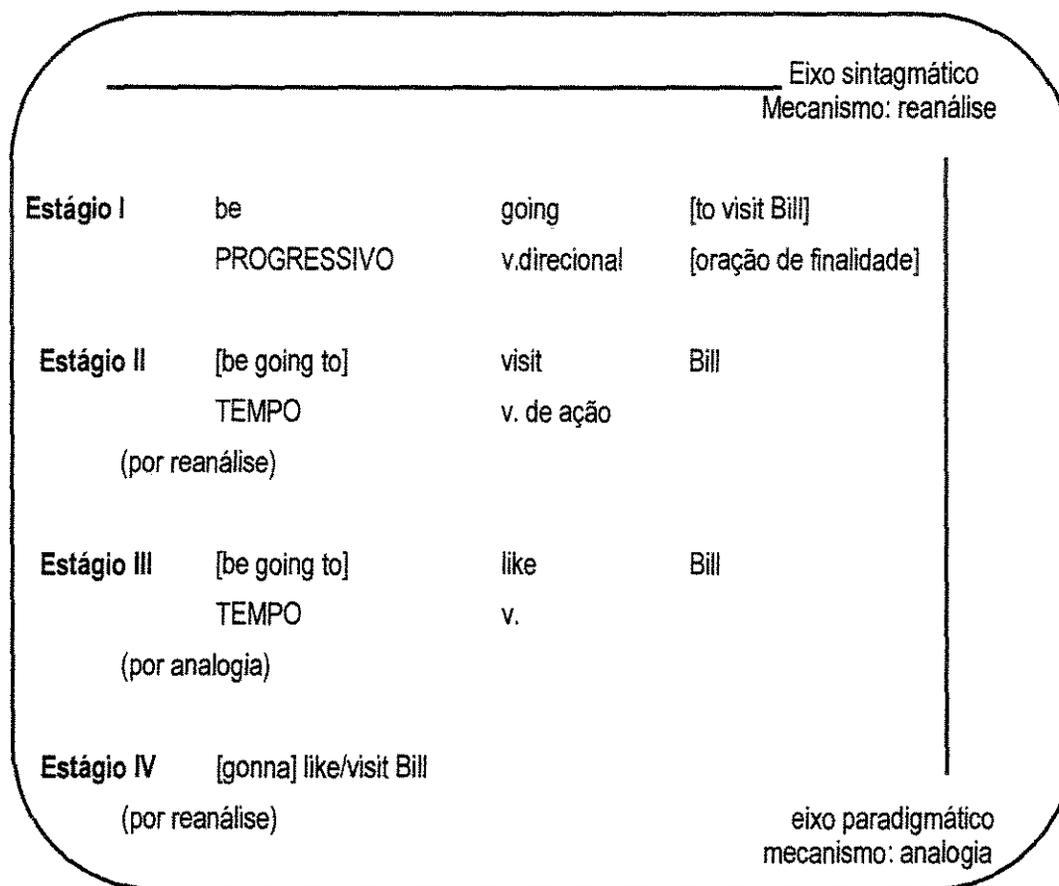


Fig. 2: Esquema de desenvolvimento do auxiliar *be going to*

(Hopper e Traugott, 1993; p. 61)

As **relações icônicas**, por sua vez, decorrem de um princípio que contradiz a hipótese da arbitrariedade entre formas e funções nas línguas, conforme proposto por Saussure. Segundo Haiman (1985), as representações lingüísticas são

²⁴ “The subset o processes that are particular to grammaticalization are those that over time render more independent elements less independent.” (Hopper e Traugott, 1993; p. 62).

exatamente o que parecem ser, e a língua não é somente um inventário de raízes (de palavra) arbitrárias; ela inclui um sistema de regras gramaticais que combinam essas raízes, a fim de expressar elementos complexos²⁵. São certas combinações de regras que revelam o aspecto diagramático da percepção do mundo. A noção de iconicidade diagramática²⁶ remete a Pierce (1932, *apud* Haiman 1985; p.9), para o qual um diagrama é um signo complexo que representa um conceito também complexo, de forma a haver, contudo, uma correspondência entre as partes de um diagrama e as partes do conceito que ele representa. As partes de um diagrama não necessariamente assemelham-se às partes do conceito correspondente. Mais do que um ícone de seus referentes, essas partes podem ser um símbolo.

Haiman (1985) distingue dois princípios através dos quais instancia-se a iconicidade diagramática nas línguas: “isomorfismo” e “motivação”. Por **isomorfismo**, entende-se uma correspondência biunívoca entre a forma e o significado, quer se trate de uma única palavra ou de uma construção gramatical. O isomorfismo é violado pelos usos de sinonímia, homonímia e polissemia. Por **motivação**, podemos entender a correspondência que há entre a relação das partes numa estrutura lingüística e a relação das partes na estrutura do que está sendo significado²⁷. Neves (1997) observa que:

A consideração de uma motivação icônica para a forma lingüística implica admitir (em maior ou menor grau, dependendo do nível de radicalização), por exemplo, que a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação lingüística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual. (p. 104)

²⁵ Vale observar que Haiman desloca o eixo da discussão do léxico, como assumiu Saussure, para o eixo da gramática.

²⁶ As relações icônicas também podem ser vistas em termos da “iconicidade imagética”, um segundo tipo, que não diz respeito às relações lingüísticas, na qual um único signo assemelha-se a seu referente em alguma característica (um exemplo seria a fotografia).

²⁷ O exemplo mais recorrente do caráter icônico diagramático das línguas e sua atuação por motivação é a tendência de a ordem de cláusulas narrativas seguir a ordem dos eventos que elas descrevem.

A esse tipo de complexidade subjaz a transferência metafórica que ocorre nos processos de GR, quando, por motivação icônica, um conceito mais concreto, do domínio lexical, é mapeado em um conceito mais abstrato, do domínio gramatical.

A metáfora é somente um dos mecanismos desencadeadores do desenvolvimento de categorias gramaticais. O *continuum* de GR sugere também uma estruturação de natureza metonímica.

Para Lakoff e Johnson (1980), a **metonímia** tem uma função referencial que permite usar uma entidade em substituição à outra. Também funciona como um mecanismo de entendimento, ou seja, aponta mais especificamente aspectos do que está sendo referido. Tais características demonstram que os conceitos metonímicos não são arbitrários, são sistematizados, fazem parte de pensamentos, ações e fala, e podem ser exemplificados, principalmente, através de relações de substituição “da parte pelo todo”, “do produtor pelo produto”, “do objeto usado pelo usuário”, “do controlador pelo controlado”, “da instituição pela pessoa responsável”, “do lugar pela instituição”, e assim por diante.

Segundo Taylor (1989) e Palmer (1986), a transferência por contigüidade é possível graças à função referencial. Este observa, no entanto, que, apesar de a metonímia ser altamente convencionalizada, nem sempre uma relação de substituição, como por exemplo, do autor pela obra, é produtiva. A função referencial deve ser sancionada por um corpo de conhecimentos e crenças envolvidos em uma estrutura, uma moldura apropriada, sanção que está relacionada às singularidades entre as entidades referidas. Tais observações sugerem que a metonímia estabelece conexões entre entidades que co-ocorrem dentro de uma estrutura conceptual dada. Taylor (1989) direciona o entendimento da metonímia para além da visão tradicional, que não exige contigüidade entre as entidades – no sentido espacial – e que também não seja restrita a um ato de referência. A metonímia é vista, tal qual a metáfora, como uma categoria de extensão de significados, um processo fundamental de associação de significados baseados na contigüidade.

De acordo com Taylor, o léxico exhibe inúmeros exemplos da extensão metonímica; esta se instancia quando se perspectiviza algum componente de uma estrutura conceptual unitária e esse conceito perspectivizado aparece associado a uma outra entidade. É o que aparece na GR, quando elementos de um conceito lexical são associados a elementos referentes ao domínio gramatical.

Traugott e König (1991; p.219) apontam três tipos de contigüidades inerentes aos processos metonímicos: (i) a “contigüidade na experiência sócio-física ou cultural”, como a associação de comportamento com uma certa pessoa ou classe de pessoa; (ii) a “contigüidade na expressão”, que, muitas vezes, resulta em elipse, como por exemplo, “*um quadro pintado por Picasso*” > “*um Picasso*” e o francês “*ne...pas* > *pas*”; e, (iii) “a sinédoque ou contigüidade na relação parte pelo todo”.

Metonímia em GR remete a um tipo de inferência pragmática, uma “associação conceptual” fundamentada no mundo discursivo, ou uma transferência semântica licenciada por contigüidade. É uma espécie de permuta que decorre do uso de uma palavra em uma frase na qual uma idéia, de alguma maneira ligada ao significado da palavra em questão, é passível de formar um elemento do contexto.

A mudança de significado por associação metonímica resulta de um raciocínio “abduutivo”, ou seja, o falante observa um determinado resultado no discurso, invoca uma lei (da linguagem) e infere que, a um uso posterior, pode ser aplicada a mesma lei. A abdução tem sido reconhecida como a base da percepção humana e como o tipo de raciocínio que pode fazer gerar novas idéias. Entretanto, há que se observar que a abdução pode levar a erros momentâneos.

Processos metonímicos e reanálise encontram-se diretamente relacionados, porque a abdução leva à reanálise, que modifica representações subjacentes – sem que haja alterações na estrutura superficial –, sejam estas semânticas, sintáticas ou morfológicas, e leva à mudança de regras. Um dos principais tipos de reanálise presentes na GR é a eliminação das fronteiras entre duas ou mais formas morfológicas no processo de desenvolvimento de novas categorias gramaticais. GR e reanálise, no entanto, são dois fenômenos independentes, pois nem sempre, ao se

instanciar a reanálise, uma categoria lexical muda para gramatical ou amplia um *status* gramatical pré-existente.

No quadro a seguir estão apresentados os principais pontos diferenciadores da atuação da metáfora e da metonímia.

Metáfora	Metonímia
Representa membros de um domínio semântico em termos de outro	Indicia, aponta significados que estão implícitos
Especifica uma coisa, usualmente mais complexa, em termos de outra não presente no contexto	Especifica um significado em termos de outro que está presente, ainda que de forma não explícita no contexto
Opera através da analogia	Opera através da reanálise

Q. 4: Diferenças principais entre a atuação da metáfora e da metonímia

Além desses mecanismos atuantes na alteração de formas em processo de GR, aparece também a **redução fonológica**, que costuma vir associada a uma questão circular: uma forma fonte perde traços semânticos rumo a um conceito mais abstrato, como o das relações gramaticais, porque perde material fonológico, ou a perda de material fonológico seria conseqüência de sua dessemantização?

Principalmente nos casos de morfologização, a redução fonológica parece atuar sobre a forma em GR para ajustá-la ao domínio dos itens gramaticais, cuja grande maioria apresenta pouca substância fonética, por conta do “pouco” conteúdo de expressão. Mantêm-se, assim, as relações icônicas da língua, atendendo-se ao **princípio da quantidade**, que dita que o tamanho de um item lingüístico é proporcional à quantidade de informações que ele codifica. À “erosão” fonética liga-se também a **freqüência relativa de uso**, uma vez que quanto mais presente no discurso, maior a possibilidade de desgaste de um item, em razão de sua previsibilidade em contextos discursivos apropriados (cf. Bybee e Hopper, 2001).

Assim, relativamente à circularidade que envolve redução fonológica e dessemantização, o certo é que, se, por um lado, é possível falar em “perda” de conteúdo semântico, por outro, é possível atribuir “ganho” funcional, no que é próprio das categorias gramaticais.

Nem todos os estudiosos da GR concordam que, num processo de GR, possa haver perda de significado ou “desbotamento” semântico. Sweetser (1988), por exemplo, fala de uma projeção metafórica, que vai de um domínio fonte para um domínio meta. Nessa projeção, já há aquisição de novos significados, o que descartaria a consideração da existência de dessemantização envolvida no processo. De igual posição são Traugott e König (1991; p. 190), que julgam que a consideração de (des)semantização implica ter de admitir uma espécie de empobrecimento, de perda de integridade dos itens.

Mesmo não esclarecendo a natureza do processo, uma maneira de se tentar caracterizar a mudança semântica que acompanha a GR é focalizar a transição da forma fonte para a forma alvo, com base na distinção lógica entre **intensão** e **extensão**: na GR, o conteúdo intensional do conceito é reduzido, enquanto a extensão é ampliada. Em outras palavras, comparada à estrutura alvo, a estrutura fonte tem maior extensão e menor intensão (cf. Heine *et al.*, 1991; p. 39).

Willet (1988) oferece três hipóteses que tentam dar conta da generalização semântica envolvida na GR: (i) a hipótese da extensão metafórica, que prevê que o significado mais concreto se aplica a um contexto mais abstrato; (ii) a hipótese da inclusão, que indica que os significados gramaticais são parte de uma estrutura semântica interna presente no léxico original; (iii) a hipótese da implicatura, que prevê que a convencionalização de implicaturas é o mecanismo predominante para a criação de significados secundários. De seu estudo sobre evidencialidade, envolvendo diferentes línguas, Willet conclui que a hipótese (i) é a mais plausível.

No processo de GR, das diferenças de significado verificadas entre o uso de uma forma fonte (lexical) e o uso de uma forma alvo (gramatical), o que me parece certo é que traços semânticos não desaparecem, mas são substituídos por traços

discursivo-pragmáticos. Isso implica reconhecer para a forma alvo funções antes não cumpridas pela forma fonte, principalmente nos casos em que as duas coexistem no sistema de uma língua.

Resumidamente, os mecanismos atuantes na GR, sob o enfoque da unidirecionalidade, prevêm as seguintes mudanças nos diferentes níveis de análise:

Nível	Mudança Unidirecional	Processo
Fonologia	mais material fonológico > menos material fonológico	redução fonológica
Morfologia	lexical > gramatical > mais gramatical (forma livre > forma presa)	recategorização (morfologização)
Sintaxe	menor coesão > maior coesão	reanálise (alteração da fronteira de constituintes)
Semântica	concreto > abstrato	dessemantização
Pragmática	estruturas pragmáticas > estruturas sintáticas	sintaticização

Q. 5: Unidirecionalidade vs. mecanismos de gramaticalização

Relativamente às mudanças indicadas no quadro acima, no processo de GR, não há nada de determinístico, ou seja, não é necessária a implementação de todos esses mecanismos para que uma mudança seja identificada como GR, fato bastante enfatizado pelos seus estudiosos, mas que parece ignorado pelos seus detratores. Newmeyer (2001; p. 196-202), por exemplo, a certa altura de seu artigo, fornece, como parecendo um questionamento novo, evidências de que as partes componentes da GR podem ocorrer independentemente uma da outra. Para sua argumentação, o autor avalia três casos:

- (i) o de mudanças semânticas relevantes sem reanálise ou redução fonética;
- (ii) o de redução fonética sem mudança semântica; e,

(iii) o de reanálise sem mudança semântica ou redução fonética²⁸.

Newmeyer resume sua avaliação de uma forma esquemática, em termos conjuntivos, como mostra a Figura 3 abaixo, reproduzida de seu artigo e aqui renumerada.

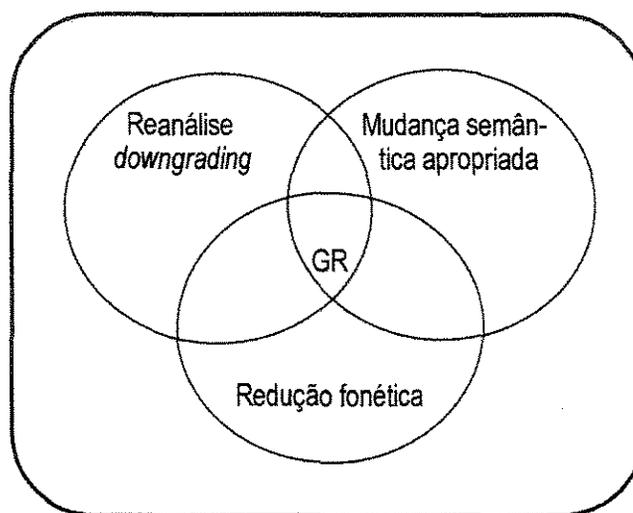


Fig. 3: Gramaticalização como um epifenômeno
(Newmeyer, 2001; p. 202)

Dessa conclusão esquemática, Newmeyer esclarece que:

Por uma convenção de uso (não particularmente útil), tornou-se comum usar o termo 'gramaticalização' somente quando a partir de uma reanálise o rebaixamento de *status* [categorial] coincide com certas mudanças semânticas e fonéticas que ocorrem independentemente. A fig. 1 fornece uma ilustração esquemática de como a gramaticalização é simplesmente a união do conjunto das três mudanças históricas.²⁹

²⁸ Como exemplo do primeiro caso, o autor apresenta a mudança semântica que leva à derivação de *month* (mês) a partir de *moon* (lua), por um processo metafórico por meio do qual uma noção temporal, mais abstrata, passa a ser codificada na língua a partir de uma noção mais concreta (OBJETO > TEMPO), consoante à escala de abstratização metafórica proposta por Heine *et al.* (1991; p. 157). A conclusão é a de que as mudanças semânticas ocorridas em GR não são diferentes das descritas e explicadas em bases puramente lexicais. (cf. p. 197). Para o segundo caso, o autor afirma que a redução fonética é explicável por forças outras que atuam independentemente da GR, como, basicamente, pela força da "lei do menor esforço", que relaciona a quantidade de material fônico à frequência de uso de uma forma. Assim um item usado com mais frequência tende a ser mais curto do que os de menor frequência (cf. p. 197-201). Para o terceiro caso, o exemplo vem de um dialeto do alemão, no qual ocorre a reanálise de um partícula verbal (*an*) – anteposta a um verbo, como *anfangen* (começar) – em complementizador de oração não-finita: [SN] + [V *an*] + [oração não-finita] > [SN] + [V] + [*an* oração não-finita]. Nesse último caso, é ignorada a avaliação do estatuto gramatical da partícula envolvida (cf. p. 201-202).

²⁹ "By a (not particularly useful) convention of usage, it has become customary to use the term 'grammaticalization' only when a downgrading reanalysis to coincide with certain independently occurring semantic and phonetic changes. Fig. 1 gives a schematic illustration of how grammaticalization is simply the set union of the three historical changes". (Newmeyer, 2001; p. 202)

Basicamente questionando os mesmos aspectos expostos acima, também Campbell (2001) tece considerações relativas à hipótese da unidirecionalidade que, como construto mais forte da GR, é a que se torna mais enfaticamente alvo de questionamentos vindos sob a forma de contra-exemplos, que, nem sempre significativos e adequados, restringem-se a mecanismos da GR tomados isoladamente (cf. Campbell, 2001; Newmeyer, 2001, Norde, 2001). Parece óbvia a afirmação de que nem todas as mudanças exteriores à GR podem com ela ser identificadas, se não são buscadas as motivações que a desencadeiam. Já Lehmann, em seu texto de 1982, chamava atenção para isso. São palavras suas ao se referir especificamente à “erosão” fonética:

Ela [a 'erosão' fonética] desempenha seu papel não somente na gramaticalização, mas afeta [...] praticamente todos os signos. [...] Conseqüentemente, seria errado inferir a gramaticalização a partir da atrição fonológica. Encontraremos essa mesma situação para outros parâmetros. Nenhum deles é suficiente por si para definir a gramaticalização; é somente pelo efeito mútuo de todos eles que a gramaticalização ocorre.³⁰

Vale observar que, quando esses autores usam exemplos contrários à unidirecionalidade, grande parte destes envolvem somente itens lexicais, chegando mesmo alguns a constituírem casos claros de lexicalização. Newmeyer, por exemplo, claramente descarta de suas considerações sobre GR o nível acima da palavra. Isso me leva a considerar que ainda é preciso um melhor entendimento sobre as relações entre o léxico e a gramática, mesmo entre os partidários da GR.

Entendo que é questionável, em GR, a argumentação em torno dos contra-exemplos para a unidirecionalidade. A dificuldade na admissão da desgramaticalização, aqui entendida como a possibilidade de um item gramatical passar a lexical, está em que tais formas deveriam passar por um processo de

³⁰ “It plays its role not only in grammaticalization, but affects, in the long run, practically every signs. [...] Consequently, it would be wrong to infer from phonological attrition to grammaticalization. We will meet the same situation with some of the other parameters. None of them is by itself sufficient to define grammaticalization; it is only by the interplay of all of them that grammaticalization comes about.” (Lehmann, 1995 [1982; p. 126])

ressemantização e de reforço fonológico. Exemplos claros desses processos não são fornecidos pelos detratores da GR, mesmo porque parecem não atestados.

Ainda nessa mesma direção, tampouco um item/construção necessita percorrer todo o trajeto de um *cline* de mudança rumo a uma estrutura completamente gramatical, como é o caso de clíticos e afixos. São palavras de Traugott (2001), ao tratar de contra-exemplos para a unidirecionalidade:

a mudança não tem de ocorrer. As regras não tem de atingir um ponto terminal. Um processo particular de gramaticalização pode ser, e sempre é, interrompido antes de ser completamente 'implementado', e a "consequência" da gramaticalização é sempre um subsistema incompleto e irregular que não está evidentemente se movendo para alguma direção identificável. Não há nada na hipótese (1) [a da mudança de lexical a gramatical em contextos específicos] que exige que uma mudança seja completa, nem conheço qualquer definição que a exija.³¹

Os autores da *Language Science 23 (2001)* podem lá ter suas razões, quando a unidirecionalidade é apresentada como propriedade definitiva da GR, mas não quando apresentada como hipótese a ser testada empiricamente. Diferentes desenvolvimentos a partir de uma mesma forma podem até ser um ponto a favor da limitação do princípio da unidirecionalidade, quando se verificam percursos de mudanças de uma mesma forma tanto em direção ao léxico quanto em direção à gramática. Entretanto, em GR interessa considerar cada percurso individualmente e focalizar aquele em que a mudança de estatuto categorial se implementa. Não me parece que a unidirecionalidade deva ser entendida como percurso ou caminho único, mas como direção única para tantos quantos forem os caminhos de desenvolvimentos do léxico para a gramática.

Casos de **poligramaticalização** costumam também ser citados como contra-exemplos para a unidirecionalidade. É de Craig (1991) o emprego desse termo, para

³¹ "[As I said,] change does not have to occur. Rules do not have to go to completion. A particular grammaticalization process may be, and often is, arrested before it is fully "implemented", and the "outcome" of grammaticalization is quite often a ragged and incomplete subsystem that is not evidently moving in some identifiable direction. There is nothing in the hypothesis in (1) that requires a change to go to completion, nor do I know of any definitions that require it." (Traugott, 2001; p. 1 e 7)

identificar os múltiplos caminhos de mudança que uma forma simples desenvolve rumo a funções gramaticais em diferentes construções³², o que, no meu entender, não invalida o caminho unidirecional que se possa reconhecer entre formas caracterizadas como de “base lexical” e aquelas de “base gramatical”. A esse respeito, Hopper e Traugott (1993) dizem:

O desenvolvimento para diferentes domínios gramaticais, via caminhos múltiplos, conforma-se à unidirecionalidade, uma vez que as formas resultantes são mais gramaticais (abstratas, reduzidas, generalizadas) do que as formas originais.³³

Hopper e Traugott destacam ainda que, em GR, as formas resultantes de poligramaticalização e que pertencem a domínios sutilmente diferentes podem convergir para um único domínio gramatical. Esses casos de vários subcaminhos de GR são descritos em termos da metáfora de convergência em “espaço semântico”. Anderson (1986), por exemplo, oferece um mapa de espaço mental para ilustrar o desenvolvimento da evidencialidade em várias línguas. Ele mostra que o verbo de percepção “hear” (ouvir) muitas vezes muda historicamente ou para codificar gramaticalmente uma evidência auditiva ou uma evidência de boato [*hearsay*]. Até atingir esse ponto, ocorrem vários percursos divergentes.

Castilho (2003), numa posição bastante crítica aos trabalhos feitos sob a rubrica da GR, recomenda que se abandone de vez o princípio da unidirecionalidade em favor de uma **multidirecionalidade**, o que, no seu entender, captaria melhor as relações que se estabelecem entre léxico, discurso, semântica e gramática. Sua proposta, a de uma teoria multissistêmica que explique o dinamismo das línguas naturais, no interior da qual a GR é apenas um dos processos de criatividade lingüística, decorre do fato de que, subjacente à maioria dos estudos da GR, está uma concepção estática das línguas. Castilho assim se expressa a esse respeito:

³² Craig (1991) dá como exemplo de poligramaticalização as várias funções que se desenvolvem em Rama a partir do verbo de movimento **bang, jr**: (i) no domínio verbal funciona como um marcador temporal; (ii) no domínio nominal, um introdutor de oração de finalidade; e, (iii) no domínio das sentenças complexas, uma conjunção.

³³ “Development along such multiple paths into different grammatical domains conforms to unidirectionality in that the later forms are more grammatical (abstract, reduced, generalized) than the earlier ones”. (Hopper e Traugott, 1993; p. 112).

Não é clara a teoria sobre a língua que os autores [da GR] esposam. Aparentemente, para eles a língua é um conjunto de peças sem uma articulação visível entre elas. Meu julgamento é baseado no fato de que os autores habitualmente situam no mesmo nível fenômenos tais como erosão fonética, descategorização morfológica, ampliação dos empregos sintático, perda semântica e pressões do discurso sobre o sistema. Esse ponto de vista os levou a dispor o discurso, a gramática e a semântica num "(c)line" – e aqui faço um jogo de palavras associando *line* e *cline* – admitindo implicitamente uma hierarquia entre eles. Pior que isso, às vezes uma derivação é assumida entre o discurso, a semântica e a gramática. Parece que o implícito aqui é que nossa mente funciona em termos de blocos estanques de instruções sequenciais, isoladas umas das outras, podendo-se ir linearmente de um subsistema para o outro. (p. 5).

É sob essa perspectiva que Castilho argumenta que "qualquer expressão lingüística exhibe simultaneamente propriedades discursivas, semânticas e gramaticais, variando embora o grau de saliência entre elas", fato que, se admitido, "retira[ria] da agenda da gramaticalização a problemática distinção entre *itens lexicais* e *itens gramaticais*" (p. 8). Na proposta do autor, a combinatória de propriedades específicas de cada um desses subsistemas ocorre por recurso a três princípios que operam simultaneamente, a saber:

- (i) **Ativação, ou princípio de projeção pragmática** (o gatilho do enunciado): esse princípio refere-se ao movimento mental de escolha de propriedades lexicais que se agruparão nos vocábulos, para se construir a dimensão discursiva (dêixis, seleção e hierarquização de tópicos discursivos etc), semântica (referenciação, predicação, foricidade e conexidade) e gramatical (sintagmas, orações, ordem de palavras, concordância, atribuição de caso e papéis temáticos) dos itens lexicais;
- (ii) **Reativação, ou princípio de correção** (a reanálise do enunciado): fundamentado no sistema de correção conversacional, esse princípio prevê o "movimento mental por meio de que suscitamos de novo as propriedades lexicais e as palavras que as representam, retornando por assim dizer ao mesmo ponto. É uma volta ao enunciado já produzido..." (Castilho, 2003; p. 11).

- (iii) **Desativação, ou princípio do silêncio** (o abandono do enunciado): referente ao movimento que leva ao abandono das propriedades escolhidas e das palavras que estavam sendo ativadas e, também, assentado nas práticas conversacionais, esse princípio revela que o silêncio é igualmente constitutivo da linguagem.

Expostas e bem exemplificadas suas argumentações a favor da **multidirecionalidade**, Castilho reconhece que é ainda necessário muita pesquisa para “arredondar” seus argumentos. Embora muito interessante sua proposta, e, ao que tudo indica, passível de aplicação ao meu objeto de estudo, adotarei algumas dessas postulações de Castilho, no decorrer desse trabalho, mas o que vai imperar é ainda o enfoque clássico da GR, que reconhece caminhos unidirecionais entre formas caracterizadas como de “base lexical” e aquelas de “base gramatical”.

Como contribuição a esse novo modo de conceber a GR, algumas reflexões, para as quais não tenho resposta satisfatória, parecem pertinentes.

O quadro apresentado por Castilho (2003) parece mais apropriado para se tratar da GR somente no nível da “palavra”, do “vocábulo”, termos bastante recorrentes ao longo do seu artigo, além do próprio exemplo com o qual ele ilustra suas argumentações (a forma **antes**, nas suas funções de advérbio temporal e locativo, de preposição locativa e temporal, de conjunção e de prefixo). A proposta seria extensível a ponto de enquadrar também, sob o enfoque da GR, o tratamento de unidades maiores que a palavra, como sintagmas e orações, por exemplo, tratamento já mostrado adequado dentro de tal enfoque?

A proposta também apresenta fortes sustentações empíricas para funções que coexistem numa mesma forma, como é o caso do vocábulo **antes**, que, num recorte sincrônico, permite agrupamentos de propriedades variadas, dos quais resultam empregos diferenciados que captam a interação de parâmetros semânticos, sintáticos e discursivo-pragmáticos. E quando, num recorte sincrônico da língua, determinados agrupamentos, não mais atuantes, colocam de vez uma palavra, antes de base “lexical”, numa categoria diferente da de sincronias anteriores? Também

nesses casos não seria adequado considerar a “gradualidade” da mudança e a unidirecionalidade como fatores que promovem alterações no sistema lingüístico? O ponto, a se considerar aqui, parece ser o da variação e mudança lingüística, que pode propiciar a estabilidade de uso de certos padrões lingüísticos, estabilidade que é determinada não só por fatores intralingüísticos, mas também sociais.

De qualquer forma, a investigação dos padrões de uso do verbo **parecer** sob o quadro proposto por Castilho (2003) – o que pretendo realizar em etapa posterior à conclusão deste trabalho – viria certamente reforçar o ponto por ele já levantado: o de que a língua é “um multissistema, cujos componentes funcionam simultaneamente, sem regras de determinação entre eles” (p. 15).

Como manterei aqui a abordagem clássica da GR, encerro essas discussões, valendo-me das palavras de Heine *et al.* (1991), sobre a possibilidade de reversão de processos unidirecionais, as quais assumirei durante o desenvolvimento deste trabalho.

A terceira característica que [...] tem sido freqüentemente mencionada como uma propriedade intrínseca do processo é que a gramaticalização é unidirecional, i.e., que ela leva uma unidade do menos para mais gramatical, mas não vice-versa. [...] Embora tanto a desgramaticalização como a regramaticalização tenham sido observadas, elas são estatisticamente insignificantes e serão ignoradas neste trabalho. Observe-se que muitos casos de uma desgramaticalização alegada discutidos na literatura resultam comprovadamente de uma análise inadequada.³⁴

4. Resumo

Após apresentar as tendências correntes em GR, mostrei seu princípio diretor e suas partes componentes. Procurei avaliar em que medida os “defeitos” que a ela são atribuídos estão bem fundamentados ou mesmo se são negligenciados pelos seus partidários. O que parece faltar nas considerações dos críticos da GR é referência à base fundante do processo, ou seja, a ênfase na

³⁴ “A third characteristic that [...] has frequently been mentioned as an intrinsic property of the process is that grammaticalization is unidirectional, that is, that it leads from a “less grammatical” to a “more grammatical” unit, but not vice versa. [...] Although both degrammatization and regrammatization have been observed to occur, they are statistically insignificant and will be ignored in the remainder of this work. Note that many cases of alleged degrammatization found in the literature on this subject can be shown to be the result of an inadequate analysis.” (Heine *et al.*, 1991; p. 4-5)

alteração de estatuto categorial, e a atuação conjunta de outros processos também constitutivos das línguas: a semantização e a discursivização, entendendo serem a sintaxe, a semântica e o discurso os componentes principais das línguas naturais. A análise de casos de mudanças que envolvam apenas um desses aspectos que tomam parte na GR não coloca necessariamente o item analisado numa categoria diferente da da sua forma original, e ignora o próprio papel da semântica e do discurso na constituição da forma alvo. Isso já constitui um indício suficiente de que a análise disjunta de tais fatores não seria contra-argumentação suficientemente forte para questionar se, de fato, a GR é um processo operante ou não e constituída de princípios próprios. A rigor, se se tiver de considerar como teoria apenas os paradigmas que são regidos por leis próprias, somente as áreas do núcleo duro da lingüística assim deveriam ser consideradas: a fonologia, a morfologia e a sintaxe.

Nesse sentido, vários estudiosos da GR já haviam alertado para tal fato: o de que todo fenômeno de GR pressupõe mudança, mas nem toda mudança pressupõe GR. Ressalta-se aqui que, nesse tipo de mudança em especial, há a atuação conjunta de vários desses mecanismos, não necessariamente todos, o que constitui argumento para afirmar que a GR não se define pelos mecanismos que a constituem, mas, basicamente, pelo apelo ao estatuto categorial do elemento lingüístico identificado na mudança, concepção que enfatizo neste trabalho.

Assim, os mecanismos caracterizadores da GR, sem relação com uma teoria mais forte que os sustente, é o que faz com que muitos autores não a concebiam como um paradigma teórico, mas apenas como um conjunto de critérios definidos no interior de outras disciplinas já firmadas (fonética, morfologia, sintaxe, semântica, discurso etc), um epifenômeno, nos termos de Newmeyer (2001). Essa tem sido uma das preocupações mais recentes de autores que reconhecem a GR como um dos processos de criatividade lingüística, fundado no dinamismo natural das línguas, sob o qual não cabe a primazia de qualquer de suas partes componentes sobre a outra (Castilho, 2003). Assim, têm razão os autores do *Language Science* 23, na crítica que fazem ao estatuto de “teoria” da GR em si mesma. Entretanto, todos parecem ignorar a ênfase dada ao processo, a alteração gradual de estatuto categorial a que se submete um elemento lingüístico. A meu ver, grande parte dessas críticas deve-se à ampliação dos limites da GR e à falta de sua relação com uma teoria mais geral de mudança lingüística.

Por fim, concebendo a GR como um conjunto de princípios, considero que ela é capaz de fornecer um aparato teórico-metodológico para a identificação de processos que, simultaneamente atuantes, permitem reconhecer mudanças categoriais na língua, propiciadas por alterações que se consubstanciam a partir da interação de suas partes componentes: a semântica, o discurso e a gramática. Seja sob o enfoque da unidirecionalidade ou da multidirecionalidade, a GR deve ser proposta como uma hipótese a ser investigada, a partir do dinamismo e dos padrões fluidos da língua.

CAPÍTULO II

ABORDAGEM FUNCIONAL DA MODALIDADE EPISTÊMICA E DA EVIDENCIALIDADE

Motivado pela hipótese deste trabalho, no capítulo anterior fiz uma incursão teórica pela GR e suas partes componentes, estabelecendo a tendência à qual esse trabalho se filia e levantando algumas questões relevantes para o seu entendimento. Assumindo, como hipótese, que diferentes usos do verbo **parecer** no PB podem constituir um caso de GR, no presente capítulo apresento minha opção por um modelo de descrição gramatical que, procurando dar conta dos componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos das línguas naturais, servirá para identificar e diferenciar os empregos do verbo. A partir desse modo funcionalista de conceber a linguagem, assento, no modelo de gramática que adoto, os domínios da modalidade epistêmica e da evidencialidade, dimensões semântico-pragmáticas consideradas aplicáveis ao fenômeno lingüístico em foco. Considerando as postulações expostas e assumidas no presente capítulo, no capítulo seguinte caracterizo sintática, semântica e pragmaticamente os diferentes usos de **parecer** no PB, apontando então para a viabilidade de interpretá-los como um caso de GR.

1. Introdução

Formalismo e Funcionalismo têm se apresentado como as duas principais correntes da lingüística moderna. Lingüistas de orientação formalista e de orientação funcionalista sempre evitaram o confronto direto de seus respectivos paradigmas, na análise de um mesmo fenômeno lingüístico, por entenderem incompatíveis os princípios postulados por um e por outro, ou seja, encaminham o debate em termos de abordagens diferentes e excludentes, entre as quais não caberiam comparações. Sempre que o confronto se faz, vai na direção de enfatizar ainda mais as diferenças

já bastante acentuadas, ou de colocar abaixo um ou outro ponto de vista do “oponente”.

A despeito das diferenças e semelhanças já apontadas entre essas duas correntes (cf. Votre e Naro, 1989; Nascimento, 1990; Dillinger 1991; Kato, 1998), interessaria saber qual o tratamento dispensado por elas na descrição de um mesmo fenômeno, algo nem sempre levado a cabo quando o interesse é simplesmente o de apontar “diferenças”, o que só contribui para aumentar o “fosso” que as separa. Esse certamente tem sido o principal obstáculo a ser superado para uma melhor compreensão da língua.

Embora ciente dessa problemática e reconhecedor que sou do potencial dessas duas teorias como ferramentas para descrição de fenômenos lingüísticos, não pretendo, aqui, estabelecer uma comparação entre o tratamento dispensado pelos modelos funcionalista e gerativista para o fenômeno em estudo. Minha opção por um modelo de gramática funcional é motivada fundamentalmente pelo fato de a hipótese e os objetivos do presente trabalho serem desenvolvidos sob o ponto de vista teórico da GR, aparato de que tem se valido boa parte da vertente funcionalista, preocupada com questões morfossintáticas e semântico-pragmáticas envolvidas na identificação de mudanças categoriais.

Para um melhor embasamento da modalidade epistêmica e da evidencialidade, aqui entendidas como categorias semântico-pragmáticas que promovem o (des)comprometimento do falante com relação àquilo que ele diz, é preciso antes recorrer a uma concepção de linguagem que considere essas estratégias como constitutivas dos efeitos de sentido de um enunciado. Com esse propósito, apresento primeiramente um modelo de gramática de orientação funcionalista, que considera todo e qualquer enunciado simultaneamente como **mensagem** e como **evento de interação**: como mensagem, em razão da necessidade de um conteúdo a ser informado; como evento de interação, em razão de o enunciado não ser capaz de enunciar-se por si mesmo, havendo, portanto, a necessidade de ao menos dois envolvidos no ato enunciativo (falante e destinatário, aquele alterando as informações pragmáticas deste). Em seguida, abordo as

categorias da modalidade epistêmica e da evidencialidade, procurando apresentar os pontos de contato que as unem. Não é demais repetir que esses dois objetivos orientam e embasam a descrição do fenômeno lingüístico investigado neste trabalho.

2. A opção pelo modelo funcional de gramática de Simon Dik

Um modelo bastante elucidativo das relações intersubjetivas do processo de enunciação¹ pode ser encontrado, entre outros¹, em Dik (1989), que concebe a língua como instrumento de interação social, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Pensando a linguagem como ação intersubjetiva, Dik fornece, então, o seguinte modelo explicativo da interação verbal, que equaciona o papel das expressões lingüísticas.

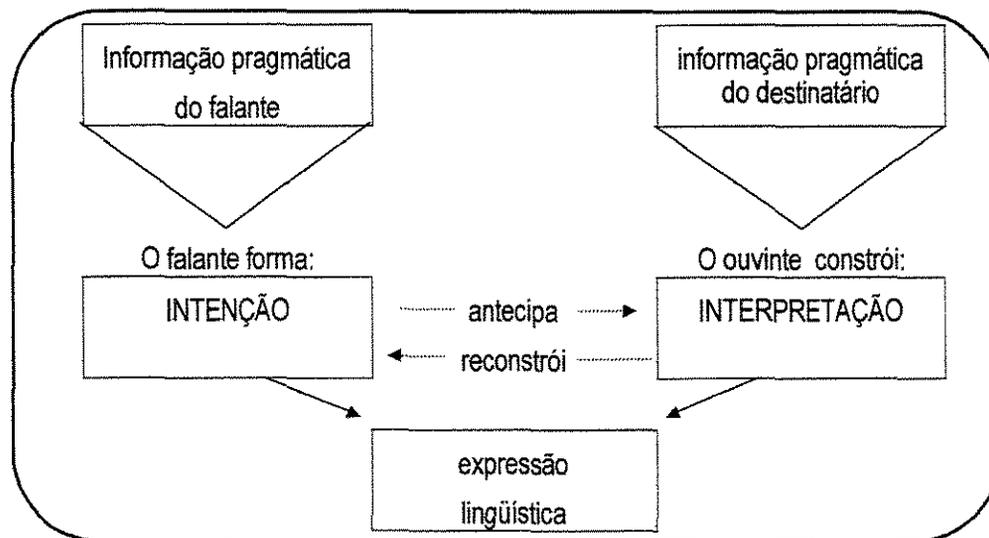


Fig. 4: Modelo de interação verbal

(Dik, 1989; p. 8-9)

¹ Uma descrição muito próxima dessa dada por Dik (1989) pode ser encontrada em Koch (1996), na exposição que faz das considerações de Ducrot e de Vogt acerca da visão da língua como intersubjetividade, como **ação dramática**.

De acordo com esse modelo, a expressão lingüística (= enunciado) produzida pelo falante se faz em função: da intenção que ele tem; de sua informação pragmática; e da antecipação que ele faz do que pode ser a interpretação do ouvinte. Na outra direção, a interpretação do ouvinte se faz em função: de uma expressão lingüística; da sua informação pragmática; e da sua reconstrução sobre a intenção comunicativa que o falante possa ter pretendido.

Chamo a atenção para o fato de que a expressão lingüística é apenas **mediadora** da relação que se estabelece entre falante e ouvinte, ou, como afirma Neves (1997; p. 20), é considerada "fonte e resultado da tensão entre a antecipação da interpretação (falante) e a reconstrução da intenção (ouvinte)". Assim, o **significado** que é codificado pelo falante na expressão lingüística não é idêntico à sua intenção e, do mesmo modo, não se iguala à interpretação final a que chega o ouvinte; o conteúdo semântico representa, então, a informação necessária e suficiente que corresponde sistematicamente a determinadas intenções para determinadas interpretações, dentro da estrutura definida pela informação pragmática disponível ao falante e ao ouvinte.

Da perspectiva do falante, há sempre a intenção de provocar alguma modificação na informação pragmática do ouvinte e, para isso, forma alguma espécie de intenção comunicativa, uma espécie de plano mental referente à modificação particular que ele quer provocar na informação pragmática do ouvinte. O problema para o falante é formular sua intenção de tal modo que ela se dê a reconhecer e de tal modo que o ouvinte deseje a modificação de sua informação pragmática como elaborada pelo falante. O falante, então, tenta antecipar a interpretação que o destinatário possivelmente atribuirá à sua expressão lingüística.

Do ponto de vista do ouvinte, a interpretação que ele faz da expressão lingüística estará apenas em parte baseada na informação nela contida; igualmente importante é a informação que o destinatário já possui e pela qual ele interpreta a informação lingüística. Do ponto de vista do falante, isso significa que a expressão lingüística não precisa ser uma verbalização plena da sua intenção.

A informação pragmática do falante e do ouvinte no momento da interação é entendida como sendo um conjunto completo de conhecimento, crenças, suposições, opiniões e sentimentos. “Informação”, no entanto, não se restringe ao conhecimento de um indivíduo, mas inclui qualquer item que, de algum modo, está presente em seu “mundo mental” (pré-concepções e preconceitos, por exemplo). A composição da informação pragmática, de acordo com Dik (1989; p. 9), pode ser dividida em:

- (i) **Informação geral:** informação de longo prazo, concernente ao mundo real, incluindo suas características naturais e culturais, além de outros mundos possíveis ou imaginários;
- (ii) **Informação situacional:** informação derivada do que os participantes percebem ou experimentam na situação em que a interação ocorre;
- (iii) **Informação contextual:** informação derivada das expressões lingüísticas que são trocadas antes ou depois de qualquer ponto dado na interação verbal.

A informação pragmática do falante normalmente tem muito em comum com a informação pragmática do ouvinte. No momento da interação, a informação pragmática do falante inclui uma “teoria” sobre a informação pragmática do ouvinte, e vice-versa. É exatamente essa “teoria do outro” que permite ao falante antecipar as interpretações que o ouvinte poderá fazer de suas expressões, e ao ouvinte, reconstruir a intenção comunicativa mais provável do falante. Essa relação de conhecimento mútuo entre falante e ouvinte está esquematizada na figura 5, apresentada na página seguinte.

Apesar da enorme quantidade de informação comum entre falante e ouvinte, haverá também informação que, no momento da interação, estará disponível somente ao falante ou ao ouvinte. Como Dik destaca, o ponto “real” da interação verbal localiza-se justamente nessa (parte de) informação não-partilhada.

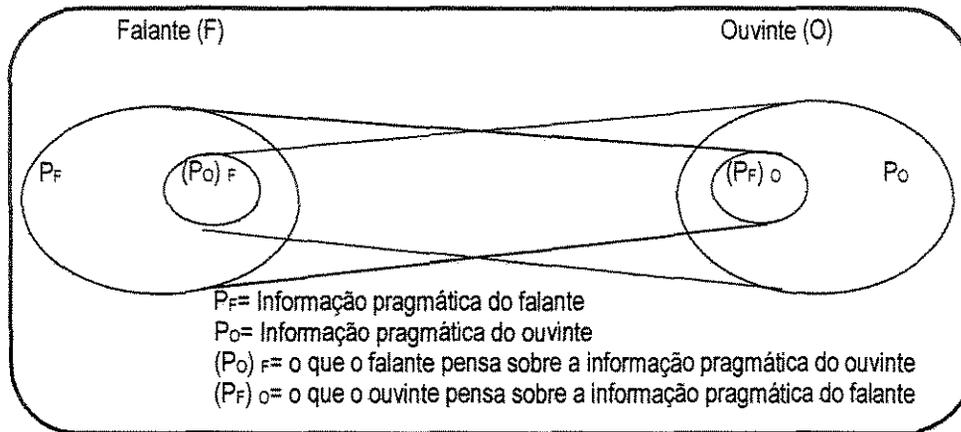


Fig. 5: Conhecimento mútuo entre falante e ouvinte ²

(Dik, 1989; p. 10)

A função primária da interação verbal é, assim, a de o falante realizar mudanças na informação pragmática do ouvinte. Essas mudanças podem se realizar *no* ouvinte em termos de (i) **adições**, quando o falante fornece alguma (parte de) informação que o ouvinte não possuía antes; (ii) **substituições**, quando o falante informa o ouvinte de que determinada (parte de) informação deve ser substituída por alguma outra (parte de) informação; e (iii) **lembranças**, quando o falante torna o ouvinte consciente de alguma (parte de) informação que ele já possuía, mas da qual não estava ciente no momento da interação.

Nos termos de Dik (1989), a interação verbal constitui uma forma de atividade cooperativa e estruturada: “estruturada”, porque é governada por regras, normas e convenções, e “cooperativa”, porque necessita de, pelo menos, dois participantes para atingir seus objetivos. Desse modo, na visão de Dik, a Lingüística tem de se ocupar de dois tipos de sistemas de regras: as regras que regem a formação dos enunciados (semânticas, sintáticas, fonológicas e morfológicas); as regras que

² Esse relacionamento mútuo define uma estrutura de “caixas dentro de caixas dentro de caixas...”. Existe assim uma recursividade teoricamente infinita do seguinte tipo (cf. Dik 1989, p. 11):

$(P_O)_F$: o que F pensa sobre a informação pragmática de O;
 $((P_O)_F)_O$: o que O pensa sobre o que F pensa sobre a informação pragmática de O
 $((((P_O)_F)_O)_F)$: o que F pensa sobre o que O pensa sobre o que F pensa sobre a informação pragmática de O
 ...etc.

regem os padrões de interação verbal, na qual os enunciados são empregados (regras pragmáticas).

2.1. A representação da oração

A representação formal dos enunciados é também uma das preocupações da Teoria da Gramática Funcional (daqui em diante, GF), como exposta em Dik (1989, 1997). A divergência da representação dos enunciados, relativamente à Teoria da Gramática Gerativa, fica, sobretudo, por conta dos princípios motivadores de um e de outro modelo. Enquanto para funcionalistas a motivação primeira da estrutura hierárquica da frase é semântico-pragmática, para gerativistas, é primeiramente sintática.

A GF concebe a oração [*clause*] como uma estrutura hierárquica que consiste de várias camadas (ou níveis), cada uma representando um tipo diferente de entidade; o nível mais alto é um ato de fala, que envolve uma estrutura proposicional mais baixa que, por sua vez, subsume uma predicação, que designa um dado Estado-de-Coisas (EsCo, daqui em diante). Na Gramática Gerativa, os níveis de representação da oração são definidos em termos de uma hierarquia de relações de estrutura de constituição, estabelecida por um conjunto de critérios amplamente específicos da teoria, que não serão aqui expostos.

Apesar da diferença fundamental na motivação primeira, existem correspondências evidentes entre os níveis da estrutura semântica reconhecida pela GF e as relações de subjacência entre constituintes (estrutura profunda) da Gramática Gerativa, para a qual um dos determinantes das relações entre constituintes é a preservação da integridade semântica de itens lexicais e gramaticais³.

³ Para uma comparação entre a representação da estrutura da oração na GF e na Gramática Gerativa, remeto o leitor ao trabalho de Siewierska (1992).

Feitas essas breves considerações, passo a descrever brevemente o funcionamento do modelo de GF de orientação holandesa, como proposto especialmente por Dik (1989, 1997).

2.1.1. Estrutura hierárquica

No modelo da GF, Dik (1989, 1997), Hengeveld (1988, 1989, 1990), Dik e Hengeveld (1991) propõem a estrutura da oração em camadas⁴. Sob tal perspectiva, um enunciado pode ser visto como uma estrutura que se constitui das seguintes camadas: no nível 1, a predicação nuclear; no nível 2, a predicação central; no nível 3, a proposição; e no nível 4, a oração [*clause*].

Contudo, a construção de uma estrutura subjacente da oração requer, primeiramente, um **predicado**, que, aplicado a um certo número de **termos**⁵, representados pela variável "x", resulta a **predicação**, representada pela variável "e". Verifique, no esquema de predicado abaixo, uma predicação que designa um EsCo, sem ainda a definição de qualquer parâmetro de tempo e de espaço:

- (1) a. Comprar [V] (x₁)_{Agente} (x₂)_{objeto}
 b. e: comprar [V] (x₁:O professor)_{Agente} (x₂: um livro)_{Objeto}
 c.
- | | Termo | Predicado | Termo |
|--------------------|-------------|-----------|------------|
| Predicação: | o professor | comprar | um livro |
| EsCo : | Entidade 1 | relação | entidade 2 |

Nas predicações, o primeiro nível a ser distinguido é a **predicação nuclear** [*nuclear predication*] que, como exemplificada em (1), resulta da inserção de termos (x₁, ..., x_n) nos *slots* de argumentos de um esquema de predicado (1a). Em (1),

⁴ Segundo Hengeveld, esse modelo é inspirado em Foley e Van Valin (1984).

⁵ Termos designam expressões que podem ser usadas para se referir a entidades de algum mundo real ou imaginário. Segundo Dik (1997), para um falante, referir significa ajudar o destinatário ou a estabelecer uma representação mental de alguma entidade sobre a qual alguma coisa deve ser predicada (*referência construtiva*), ou a identificar ou retomar uma entidade que já está estabelecida em seu mundo mental (*referência de identificação*). Termos prototípicos são usados para se referir a entidades de primeira ordem: entidades como pessoas, coisas e lugares, as quais podem ser conceptualizadas como existentes no espaço.

temos, então, um predicado que designa uma relação entre duas entidades nos papéis de *agente* e de *objeto*. Quando um predicado (1a) é aplicado a um número apropriado de termos (1b), o resultado é a predicação (1c), que designa um **EsCo**, uma codificação lingüística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz de uma situação possível de ocorrer em algum mundo real ou imaginário e, como tal, possível de ser localizada no tempo e no espaço, de durar algum tempo e de ser vista, ouvida ou mesmo percebida.

A partir desse primeiro nível de estruturação, a predicação nuclear pode receber especificações, por meio da aplicação de **operadores de predicado e satélites**⁶, ambos de nível 1⁷, definindo assim a estrutura interna do EsCo. Tem-se, assim, constituído, no nível 2, a **predicação central** [*core predication*], resultado das extensões aplicadas à predicação nuclear.

Estendida a predicação central, por meio de operadores e satélites de nível 2⁸, que especificam o cenário do EsCo (temporal, espacial e ou cognitivamente), tem-se como resultado a **predicação estendida** [*extended predication*], como se verifica em (2), uma extensão de (1)⁹.

- (2) π_2 Passado σ_1 : {[comprar [V] (x_1 : O professor)_{Ag} (x_2 : um livro)_{Obj}] (σ_2 : no shopping)_{Loc}}
= O professor comprou um livro no shopping.

⁶ Operadores (representados por π) e satélites (representados por σ) preenchem funções semânticas equivalentes, diferenciando-se pela forma de expressão. Enquanto operadores especificam um EsCo por meios gramaticais, satélites podem cumprir essa mesma função, mas por meios lexicais, isto é, por meio de construções adverbiais (cf. Dik e Hengeveld, 1991, p. 232-233). Um detalhamento sobre operadores e satélites será apresentado mais adiante.

⁷ Operadores de nível 1 (π_1) têm por função marcar aspecto qualificacional (perfectividade/imperfectividade) e negação de predicado. Satélites desse mesmo nível (σ_1) expressam propriedades adicionais do EsCo, como modo, velocidade e instrumento.

⁸ Operadores π_2 marcam gramaticalmente tempo, aspecto quantificacional (habitualidade, freqüência, continuidade e intensidade), modalidade objetiva e polaridade. Satélites σ_2 expressam lexicalmente o cenário do EsCo, como tempo, lugar, freqüência e probabilidade.

⁹ Não há nas representações propostas por Dik (1989, 1997) e Hengeveld (1988, 1989) variáveis para distinguir os diferentes tipos de predicções: nuclear, central e estendida. Essa é uma das inconsistências do modelo de camadas da GF que foi apontada por Bolkstein (1992).

Uma predicação (e_2) pode, ainda, aparecer como especificação de um outro EsCo (e_1), ou seja, como argumento de um outro predicado, como mostra (3), o que configura uma predicação encaixada.

- (3) π_2 :Passado ((e_1): [ver [V] (x_1 : João)_{Exp} (e_2)] (e_1))
 ((e_2): π_2 : Passado {[comprar [V] (x_1 : O professor)_{Ag} (x_2 : um livro)_{Obj}] (σ_2 : no shopping)_{Loc}}(e_2))
 = João viu [que o professor comprou um livro no shopping]

É possível ainda construir uma predicação em uma estrutura de ordem mais alta, a saber: a **proposição**¹⁰, representada pela variável "X". Uma proposição designa um "conteúdo proposicional" ou um "fato possível", que pode ser motivo de surpresa ou dúvida, de menção ou negação, de rejeição e de lembranças, de verdade ou falsidade. Uma proposição pode receber especificações de operadores e satélites de nível 3¹¹. Observe a representação em (4).

- (4) π_2 :Presente ((e_1): [acreditar [V] (x_1 : João)_{Exp} (X₁)] (e_1))
 ((X₁): π_2 :Passado ((e_1): [comprar [V] (x_1 : O professor)_{Ag} (x_2 : um livro)_{Obj}] (σ_2 : no shopping)_{Loc} (e_1)) (X₁))
 = João acredita que o professor comprou um livro no shopping

Finalmente, uma proposição revestida de uma força ilocucionária vem a constituir a **frase** [*clause*], que corresponde a um ato de fala, designado pela variável "E", especificado pela proposição e pelos operadores e satélites de nível 4¹². Voltando à predicação dada em (1), veja, em (5), como ela se completa, pela aplicação de um operador ilocucionário de valor declarativo.

¹⁰ Vale, nesse ponto, mencionar que, em termos funcionais, predicação encaixada diferencia-se de proposição encaixada, em razão do estatuto semântico da oração subordinada. Em (3), como observa Neves (1997, p. 86), o que se diz que João viu é, de fato, (a ocorrência de) um EsCo, o qual consiste em O professor comprar um livro no shopping. Entretanto, numa expressão como (4), embora a oração subordinada ocorra com a mesma forma, seu estatuto semântico é diferente: as coisas nas quais se pode dizer que as pessoas acreditam não são EsCos; são, antes, "proposições", "conteúdos proposicionais", "fatos possíveis".

¹¹ Operadores π_3 marcam gramaticalmente modalidade subjetiva e evidencial. Satélites σ_3 expressam lexicalmente a validade do conteúdo proposicional, como modalidade epistemológica, atitudes e evidências.

¹² Parece-me mais apropriado para a tradução de *clause* o termo **frase**, mas, no decorrer deste trabalho, usarei de modo indistinto também o termo **oração**. Operadores π_4 mitígam ou reforçam a Força Ilocucionária do ato de fala. Satélites σ_4 marcam estratégias comunicativas do falante em relação à força ilocucionária do enunciado.

- (5) ((E₁): DECLARATIVO (X_i) (E₁))
 ((X₁): π₂:Passado {(e₁): [comprar [V] (x₁: O professor)_{Ag}(x₂: um livro)_{Obj}] (σ₂:no shopping)_{Loc} (e₁))} (X₁))
 = O professor comprou um livro no shopping.

Esses níveis de hierarquia propostos por Dik não constituem um modelo de processamento, mas sim de descrição, uma vez que o processamento de um enunciado envolve a simultaneidade dos processos acima descritos. É com esse espírito que Dik (1989), ao falar da complexidade do modelo que propõe, opta por um modo crescente de apresentação da estrutura da oração, considerando-o como “quase-produtivo”, predicado que o faz reconhecer que seu modelo não dá conta do correlato psicológico da produção e de toda sua complexidade. Assim Dik se manifesta sobre a seqüencialidade de etapas implicadas na produção de um enunciado:

A ordem de produção real não é nem mesmo necessariamente organizada de modo seqüencial. Estudos psicológicos de produção (e interpretação!) de sentenças tornam plausível que os usuários das línguas naturais têm antes fortes capacidades para o processamento paralelo de informação. Isso significa que uma parte da facilidade de produção do falante pode estar operante na construção de termos, enquanto uma outra está procurando por predicados satisfatórios, e uma terceira está ativa para a decisão de qual deve ser a força ilocucionária.¹³

De qualquer modo, a estrutura hierárquica da oração pode ser concebida como o reflexo da estrutura semântica de um enunciado, cada camada representando um tipo diferente de entidade, como já propôs Lyons (1977). Uma oração designa um ato de fala; uma proposição, um fato possível; uma predicação estendida, um EsCo possível; e uma predicação central, um EsCo potencial, todos

¹³ “The order of actual production is not even necessarily organized in a sequential way. Psychological studies of sentence production (and interpretation!) make it plausible that natural language users have rather strong capacities for the parallel processing of information. This means that one section of the speaker’s production facility may be working on the construction of terms, while another section is already looking around for suitable predicates, and a third section is active in deciding what the illocutionary force is going to be.” (Dik, 1989, p.52-53).

termos criados para se referir a entidades que podem ser designadas pelas diferentes camadas da estrutura subjacente da oração.

Desse modo, na representação da estrutura da oração, os referentes pretendidos para os termos (f), para as entidades (x), para os EsCo's (e), para os fatos possíveis (X) e para o ato de fala (E) são interpretados como restritores dessas variáveis. As variáveis e os restritores relevantes são mostrados no quadro 6, e a estrutura resultante do enunciado, na figura 6, adaptados de Dik (1997; p.93) e de Dik e Hengeveld (1991; p. 232), respectivamente.

ORDEM	ESTRUTURA (Restritor)	TIPO (designação do restritor)	VARIÁVEL	REFERÊNCIA DA VARIÁVEL
0	Predicado	Propriedade/relação	f	Relação
1	Termos de primeira ordem	Entidade espacial	x	Indivíduo
2	Predicação	EsCo	e	Evento
3	Proposição	Fato possível	X	Conteúdo
4	Oração	Ato de fala	E	Enunciado

Q. 6: Tipos de entidades referidas por Termos

(Dik, 1997; p. 93)

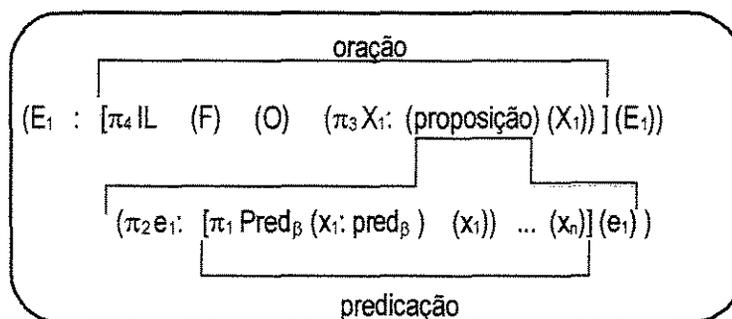


Fig. 6: Esquema da representação da oração em camadas¹⁴
(Dik e Hengeveld, 1991; p. 232)

¹⁴ IL = força ilocucionária; F = falante; O = ouvinte; pred = predicado. Em todo esse trabalho, estarei usando os termos "falante" e "ouvinte" para me referir aos actantes envolvidos numa situação de interação, sem qualquer distinção quanto ao tipo de atualização da interação (se verbal ou se escrita).

Cada camada apresentada no quadro 6 e esquematizada na figura 6 designa uma entidade de uma ordem diferente, no sentido de Lyons (1977). Assim, **indivíduos** (ou conjunto de indivíduos) são entidades de ordem 1, porque podem ser localizadas no espaço e podem ser avaliadas em termos de sua existência. **EsCo's**, entidades de ordem 2, podem ser localizados no espaço e no tempo e podem ser avaliados em termos de sua realidade. **Conteúdos proposicionais**, como entidades de ordem 3, podem ser localizados no espaço e no tempo e podem ser avaliados em termos de sua verdade. **Atos de fala**, entidades de ordem 4, localizam-se no espaço e no tempo e podem ser avaliados em termos de suas condições de felicidade.

O modelo na figura 6 constitui-se de dois níveis, cada um contendo várias camadas. O nível mais alto é chamado de **interpessoal**, em razão de nele estarem contidos os meios usados pelo falante (F) para invocar um certo efeito comunicativo sobre o ouvinte (O). Esse nível é estruturado com base em um *frame* ilocucionário (IL) que especifica as relações entre F, O e um conteúdo ou unidade de mensagem comunicada (X). O nível mais baixo é chamado de **representacional** e comporta os meios lingüísticos que são acionados pelo falante para fornecer ao ouvinte uma descrição adequada de um EsCo (e), tornando-o uma expressão referencial. Esse nível é estruturado com base em um *frame* de predicado (f) que especifica uma propriedade de um indivíduo ou uma relação entre vários indivíduos (x)¹⁵.

¹⁵ As funções **referencial** (ou **ideacional**) e **interpessoal**, de que se vale a GF para a caracterização da oração em camadas, remetem, na verdade, aos clássicos trabalhos de Halliday (1970a, 1970b) sobre as funções da linguagem, sobretudo à sua obra *An Introduction to Functional Grammar*, de 1985. Para esse autor, a linguagem "serve", em primeiro lugar, à função ideacional, por meio da qual as expressões de conteúdo cuidam de organizar as experiências de fenômenos do mundo real. Essa função inclui as subfunções "experencial" e "lógica". Secundariamente, a linguagem "serve" à função interpessoal, representada por aqueles meios utilizados pelo falante para marcar sua participação no evento de fala, expressando julgamentos e atitudes. Como instrumental a essas duas funções, há também a função **textual**, que diz respeito à criação do texto, por meio do qual o discurso se torna possível. Na verdade, essas metafunções são, para Halliday, constitutivas da própria estrutura interna da língua. Além de relevantes para a caracterização da oração em camadas, as funções referencial e interpessoal aclaram distinções, já iniciadas em Halliday (1970b, 1985), no interior do sistema das modalidades, relacionando função da linguagem com a forma da sentença. Ao abandonar a distinção das modalidades feita no trabalho de 1970, Halliday define todo o sistema de modalidade tomando a sentença como troca, como instrumento de interação. No entanto, como o próprio autor já havia observado anteriormente, "há uma região semântica na qual as duas funções, a ideacional e a interpessoal, se sobrepõem: a do comentário do falante sobre o conteúdo" (p.349). Desse modo, adverte que o isolamento de funções da linguagem para uma análise desvinculada só é possível do ponto de vista metodológico. Na produção, todos os usos da língua são fundamentados em dois propósitos básicos: entender o ambiente (função ideacional) e influir sobre os outros (função interpessoal).

A partir do nível mais externo, o esquema na figura 6 indica que, dentro de um ato de fala (E), um conteúdo proposicional (X) é comunicado. Dentro desse conteúdo proposicional (X) é feita uma referência a um EsCo (e), do qual participam alguns indivíduos (x). No quadro 7, estão apresentadas as camadas relevantes, cada uma com suas variáveis próprias. Todas as variáveis são seguidas pelos restritores, em ordem decrescente de complexidade.

Oração	$(E_1 : [[L (F) (O) (X_1 : \text{etc} (X_1))]] (E_1))$
Proposição	$(X_1 : [[e_1 : \text{etc} (e_1)]] (X_1))$
Predicação	$(e_1 : [Pred_\beta (x_1)^n] (e_1))$ ¹⁶
Termo	$(x_1 : pred_N) (x_1)$

Q. 7: As camadas da oração e suas respectivas variáveis
(Dik e Hengeveld, 1991; p. 233)

O essencial para a construção de um enunciado é a contribuição semântica dos operadores (π) e dos satélites (σ), cujas naturezas correspondem diretamente aos níveis de estrutura da oração aos quais eles são aplicados.

A representação dada na figura 6 enquadra uma estrutura de sentenças simples, nas quais as posições de argumentos e satélites podem ser preenchidas por termos simples. É possível, entretanto, que argumentos e satélites, sejam analisados como estruturas complexas de diferentes níveis. Considere, em (6)¹⁷, abaixo, termos que podem ser usados para se referir a entidades de ordem mais alta, do tipo “e”, “X” e “E”, designadas por nomes simples.

- (6) a. João assistiu à **partida** (= evento, uma entidade do tipo “e”)
 b. João conhecia **os fatos** (= conteúdo proposicional, uma entidade do tipo “X”).
 c. João respondeu **a questão** (= ato de fala, uma entidade do tipo “E”)

¹⁶ O índice n-ésimo indica que a predicação pode conter mais de um termo.

¹⁷ Esses e os próximos exemplos desta seção foram traduzidos de Dik (1997, cap.5).

Mais comumente, entidades do tipo “e”, “X”, e “E” são referidas por meio de termos complexos, que contém uma predicação, uma proposição ou uma oração encaixada. Considere os seguintes exemplos:

- (7) a. João assistiu à **troca de guardas**.
(= referência a um evento, entidade do tipo “e”)
b. João sabia **que Maria tinha faltado ao compromisso**.
(= referência a um conteúdo proposicional, entidade do tipo “X”)
c. João pensou sobre o **porquê de Pedro ter faltado ao compromisso**.
(= referência a uma questão, uma entidade do tipo “E”)

A esses termos, Dik (1997) atribui a seguinte terminologia: termo predicacional (e: [predicação]), termo proposicional (X:[proposição]) e termo oracional (E:[oração]).

Em geral, um termo complexo como (A:[ϕ]) pode ser usado para se referir a uma entidade do tipo A, como especificado por ϕ . ϕ será considerado “encaixado” na estrutura do termo complexo. Há, assim, orações, proposições e predicções encaixadas, tratadas, de modo geral, como *construções encaixadas*: termos complexos que contém construções encaixadas como restritores.

Os predicados podem requerer que seus argumentos designem entidades de ordem mais alta. Por exemplo, o predicado **acreditar**, no sentido de ‘aceitar como verdade’, requer que o segundo argumento seja um termo de ordem mais alta, usado para se referir a uma entidade proposicional. Pode-se assim organizar o seguinte esquema de predicado:

- (8) **Acreditar** [V] (x: <humano>)_{Pos} (X)_{Meta}

Observe que o segundo argumento (X) está seletivamente restrito a termos que designam uma proposição¹⁸, que podem ser termos simples ou complexos.

¹⁸ Note, entretanto, que (8) é somente um dos esquemas de *acreditar*. Em um outro esquema, *acreditar* define uma relação entre dois seres humanos, como em: *João não acredita em Maria*.

Nesse último caso, o termo proposicional conterá uma proposição encaixada. Predicado que toma argumentos complexos desse tipo é chamado **predicado matriz**, e a oração que tem esse predicado como núcleo é a **oração matriz**.

A definição de “construções encaixadas” envolve estruturas encaixadas em posições de argumentos (freqüentemente referidas como “complementos”), como em (9):

- (9) a. **Que Bill ame Sally** é inacreditável. (primeiro argumento)
- b. John acredita **que Bill ama Sally**. (segundo argumento)
- c. John convenceu Peter (de) **que Bill amava Sally**. (terceiro argumento)

A definição de termos complexos também envolve estruturas encaixadas em posições de satélite (comumente referidas como “orações adverbiais”), como em (10):

- (10) a. **Antes que ele deixasse o encontro**, John levantou alguns pontos importantes. (satélite temporal)
- b. John está triste, **porque Bill ama Sally**. (satélite causal)
- c. **Se Bill amar Sally**, John ficará triste. (satélite condicional)
- d. **Enquanto Bill amar Sally**, John estará triste. (satélite de duração)

Na página seguinte, a figura 7, extraída de Dik, resume esquematicamente os níveis compreendidos para a formação da oração, como até aqui apresentada.

2.1.2. Ordenação dos constituintes oracionais

No modelo da oração em camadas, conforme exposto até aqui, não se fez referência à ordenação dos constituintes sentenciais, em vista de essa regra ser de expressão e não de estrutura da oração. Para dar conta da ordenação dos constituintes, Dik (1989, 1997) considera o **princípio da ordenação de constituintes** independente da estruturação da oração em camadas.

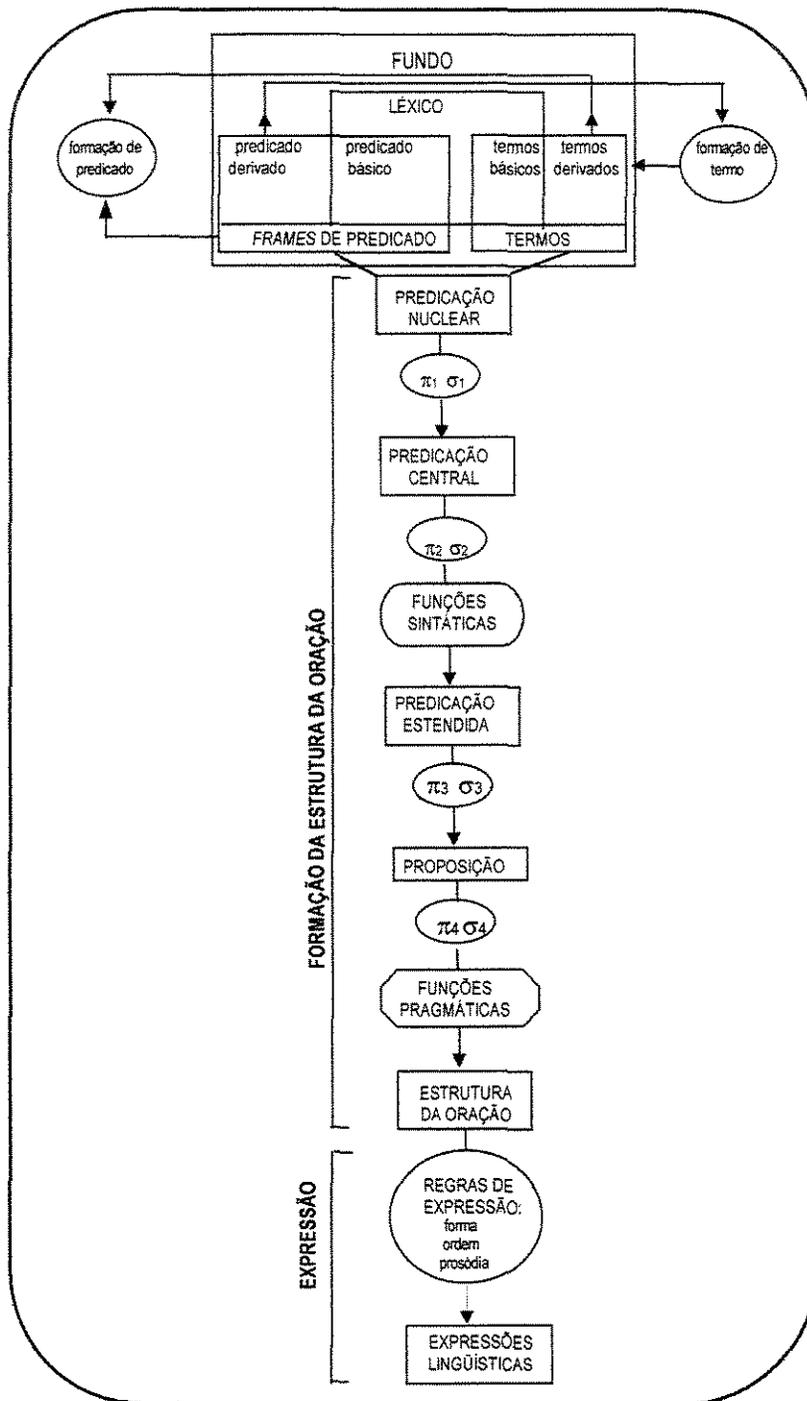


Fig. 7: Esquema de estruturação da oração, segundo o modelo da GF
(Dik, 1989; p. 53)

Em termos de ordenação, Dik prevê, para cada língua, a possibilidade de um ou mais padrões funcionais, de acordo com o esquema dado em (11).

- (11) a. P2, P1 (V) S (V) O (V), P3
b. No Brasil (P2), ele (P1/S) evoluiu (V) muito (X), o teatro (P3) ¹⁹

Em (11a), temos que:

- (i) os parênteses indicam que a posição do constituinte V(erbo) é variável, e as vírgulas indicam pausas entonacionais;
- (ii) P2 e P3 indicam posições não-argumentais, que podem vir a ser preenchidas, respectivamente, por constituintes com a função pragmática de Tema [*Theme*] e Anti-tema [*Tail*]²⁰;
- (iii) entre as vírgulas, estão os possíveis padrões oracionais, cujos constituintes realizam uma predicação completa.

Em (11b), encontra-se um exemplo muito próximo do preenchimento de todas as posições previstas em (11a).

As regras de colocação que inserem os constituintes na predicação subjacente em suas respectivas posições não permitem nenhum movimento subsequente. Assim, tais regras determinam que, na ausência de constituintes potenciais para ocupar P1 (palavras do tipo QU_, pronomes relativos e conectores), tal posição pode vir a ser preenchida por constituintes com função pragmática de Foco ou de Tópico. Em seguida, todos os demais constituintes da predicação assumem suas respectivas posições, indicadas por S, V e O e outros possíveis símbolos, como X, usados para indicar posições variáveis de satélites²¹.

¹⁹ Exemplo extraído de Pezatti e Camacho (1997).

²⁰ Em termos gerativos, tema corresponderia ao que Tarallo e Kato (1989) chamam de **tópico** e, anti-tema, **anti-tópico**, posições não-argumentais adjuntas a S.

²¹ Uma exposição mais detalhada sobre ordenação de constituintes do PB na visão funcionalista de Dik pode ser encontrada em Camacho e Pezatti (1997).

Dik (1989) ressalta que todas as línguas elegem uma posição especial para fins pragmáticos, geralmente P1.

3. Estratégias de (des)comprometimento

3.1. A modalidade epistêmica

As modalidades parecem mesmo constituir um campo com limites imprecisos e difíceis de serem definidos, como atestam vários estudiosos que se debruçaram sobre esse tema (Lyons, 1977; Palmer, 1979, 1986; Cervoni, 1989; Dall'Áglio-Hattner, 1995; entre outros). São várias as possibilidades para o seu tratamento, quer se privilegiem aspectos formais, quer se privilegiem aspectos semânticos e/ou pragmáticos. Como adverte Palmer (1979), sempre se incorre em dificuldades de análise se se adota apenas uma dessas faces, ou seja, uma abordagem em que se adote somente critérios formais ou somente critérios semânticos. Assim, para uma descrição que se pretenda completa é-se forçado a ter de considerar tanto os aspectos de forma quanto os de significado.

Para a abordagem da modalidade que aqui pretendo, adotarei o tratamento dentro do quadro da GF (Hengeveld, 1988, 1989; Dik, 1989), por entender ser esta uma abordagem que cobre a função dos constituintes sentenciais nos níveis pragmáticos, semântico e sintático, conjuntamente, conforme apresentação feita na seção 2 deste capítulo. Assim, retomarei brevemente, nesse ponto, o quadro tipológico das modalidades dado por Dik (1989) e Hengeveld (1988), apresentando, antes, as definições de Lyons (1977) e de Palmer (1979, 1986), nas quais a proposta de Hengeveld parece se inspirar. Ênfase especial será dada à modalidade epistêmica, em razão de os dados a serem analisados no capítulo seguinte enfocarem essa categoria semântico-pragmática.

No sistema de modalidade, parece tranqüila, para as línguas naturais, a divisão dessa categoria em dois subsistemas: a **modalidade deôntica** (daqui em

diante, MD), definida no eixo da conduta, e orientada para o agente, e a **modalidade epistêmica** (ME, daqui em diante) definida no eixo do conhecimento, e orientada para o falante, embora o divisor entre elas seja um tanto difuso (cf. Sweetser, 1991).

Na lógica, é reconhecido um terceiro tipo de modalidade, o primeiro descrito: a **modalidade alética**, que, presa ao mundo ontológico, refere-se ao eixo da existência e se preocupa com a determinação do valor de verdade dos enunciados, fundamental no equacionamento veridictório das proposições e, por isso, de valor periférico na investigação do funcionamento das modalidades nas línguas naturais.

A lógica modal faz referência às noções de **possibilidade** e de **necessidade**, e suas categorias epistêmica e deôntica relacionam-se com essas duas noções de dois modos diferentes. A ME tem relação com a possibilidade ou a necessidade da **verdade da proposição** e, desse modo, envolve **conhecimento** e **crença** (Lyons 1977; p. 793). A MD, por outro lado, está preocupada com a **necessidade** ou a **possibilidade** de atos executados por agentes moralmente responsáveis (Lyons 1977; p. 823), e assim está associada com as funções sociais de **permissão** e de **obrigação**. Essas definições, no contexto da lógica formal, prevêm que todas as proposições são divisíveis em três tipos: (i) num extremo estão as tautologias analíticas necessariamente verdadeiras; (ii) num outro extremo estão as contradições necessariamente falsas; e, (iii) entre esses extremos situam-se as proposições contingentemente verdadeiras de necessidade e de possibilidade. Aplicada às línguas naturais, a modalidade aparece subdividida em dois subsistemas, o deôntico e o epistêmico, circunscritos em domínios funcionais apropriados²².

Palmer (1986) argumenta que, ao contrário dos lógicos, que se preocupam com as categorias lógicas das estruturas formais, ao lingüista cabe simplesmente investigar os tipos de modalidade que se manifestam claramente nas línguas naturais. Afirma o autor que a modalidade alética deve ser motivo de pouca

²² Para um histórico do estudo da modalidade e seus vários subtipos, cf. Koch (1996) e Neves (1996).

preocupação nos estudos lingüísticos, por ter pouco lugar na linguagem usual. A esse argumento de Palmer, Neves (1996) acrescenta que o comprometimento da modalização alética com a verdade relacionada aos mundos possíveis torna pouco claros, na língua usual, os casos de enunciados que sejam apenas aleleticamente modalizados; "é muito improvável que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante" (p. 172).

Lyons (1977) define **modalidade** como sendo a maneira como o falante expressa suas opiniões ou atitudes em relação à proposição que a sentença expressa ou em relação à situação que descreve. O autor se preocupa com dois tipos de modalidade: a epistêmica e a deôntica.

A **ME**, na perspectiva bastante abrangente de Lyons, é aquela que se refere a qualquer enunciado no qual o falante qualifica explicitamente seu comprometimento com a verdade da proposição enunciada. O autor reconhece dois tipos de modalidade epistêmica²³:

- (i) **a modalidade epistêmica subjetiva**: definida como a afirmação do falante e não a afirmação de um fato. Ao modalizar subjetivamente uma proposição, o falante revela-se como fonte da informação contida na proposição, bem como se apresenta como o veiculador do julgamento sobre a informação; e,
- (ii) **a modalidade epistêmica objetiva**: definida como a expressão de um conhecimento geralmente aceito ou cientificamente comprovado. Este tipo de modalidade equipara-se à modalidade alética da lógica.

Alguns autores julgam esta subdivisão da ME pouco sustentável, uma vez que a ME subjetiva também se manifesta na expressão do conhecimento científico.

²³ Por exemplo, um enunciado como *Pode chover hoje* admite duas interpretações: (i) se interpretado como expressão de modalidade epistêmica subjetiva, deve-se nele reconhecer um relato do tipo *a previsão do serviço de meteorologia é de que pode chover hoje*; (ii) se interpretado como expressão de uma modalidade objetiva, deve-se reconhecer um relato do tipo *o serviço de meteorologia informa que deve chover hoje*.

Quanto à MD, Lyons (1977) a define como uma proposição relacionada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. Em outras palavras, é a descrição não de um ato propriamente dito, mas de um EsCo que será obtido se um ato em questão for realizado²⁴.

Palmer (1979), em seu estudo sobre os modais do Inglês, considera que a ME é a modalidade menos difícil de se lidar, pois é a mais claramente distinta das outras e tem o maior grau de regularidade e completude.

Como já apontei anteriormente, a ME tem por função marcar os julgamentos “sobre a possibilidade de que alguma coisa seja ou não o caso” (Palmer, 1979; p. 41). Os modais epistêmicos são normalmente subjetivos, pois o julgamento epistêmico é orientado para o falante, a despeito dos casos em que o julgamento epistêmico não é especificamente do falante ou ainda daqueles casos em que o falante tira de si a responsabilidade pelo julgamento acerca do que está enunciado. A evidência mais clara da natureza subjetiva da ME é o fato de os modais mais relevantes ocorrerem sempre no tempo presente, uma vez que o julgamento feito pelo falante ocorre simultaneamente ao ato de fala. Entretanto, como ressalta Palmer, esta não é uma verdade absoluta; há exceções (id.; p.42)²⁵.

Em trabalho posterior, Palmer (1986) define modalidade como uma categoria que decorre da **GR das atitudes (subjetivas) e opiniões do falante**, reconhecendo três tipos principais: a epistêmica, a deontica e a dinâmica.

A **ME** é definida pelo autor como qualquer sistema modal que indique o grau de comprometimento do falante com o que ele está falando. O autor subdivide este tipo de modalidade em dois outros:

- (i) **os julgamentos**: que denotam proposições afirmadas com dúvida, na condição de hipótese; e,

²⁴ Se X reconhece que tem a obrigação de realizar algum ato, então geralmente existe algo ou alguém que ele reconhece como responsável pelo fato de X ter a obrigação de agir dessa forma. (cf. Lyons, 1977, p. 824)

²⁵ Essa afirmação sugere que, no estudo de *parecer*, seja investigada a manifestação do tempo verbal e sua correlação com outros fatores.

- (ii) **as evidências:** que denotam proposições afirmadas com relativa segurança, portanto abertas a questionamentos por parte do ouvinte, e que exigem ou admitem justificativas evidenciais.

A **MD** refere-se ao sistema modal que contém um elemento de vontade (*will*) e envolve a ação do falante ou de outra pessoa; está, portanto, orientada para um agente. Quanto à **modalidade dinâmica**, o autor a define como estando relacionada ao significado, não condicionado deonticamente, de capacidade/habilidade ou disposição do sujeito, portanto, não mantendo nenhuma relação com expressão de opinião ou atitude do falante.

Considerando a oração como mensagem e como evento de interação²⁶ e tomando por base a subdivisão da modalidade proposta por Lyons (1977), Dik (1989), concordando com Hengeveld (1988, 1989), estabelece distinções entre três tipos de modalidade, com efeitos sobre a estrutura hierárquica da oração (cf. seção 2.1.1, acima): a **modalidade inerente** e a **modalidade objetiva**, alojadas no nível da predicação, e a **modalidade epistemológica**, alojada no nível da proposição.

No nível da predicação, ocorre a qualificação do EsCo como um todo, ou seja, é atuante nesse nível a função referencial das predicações (relação com o EsCo e não com suas propriedades). No nível da proposição, ocorre a qualificação da própria proposição; trata-se, no nível das relações intersubjetivas, da atitude do falante em relação ao conteúdo do seu ato de fala, e não à ocorrência do evento ao qual se refere o ato de fala (Lyons, 1977).

Os três tipos de modalidade reconhecidos por Hengeveld (1988) são assim definidos:

- (i) **a modalidade inerente:** expressa por “todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode caracterizar a relação entre um participante em um EsCo e a realização potencial desse EsCo” (p.233). Esse tipo

²⁶ Vale lembrar que a representação da oração, como sugerida por Hengeveld e Dik, leva em conta a análise da oração distribuída nas suas funções representacional (o EsCo é descrito de modo que o ouvinte seja capaz de entender a que situação real ou imaginária o falante faz referência, nível em que situam as unidades estruturais “predicado” e “predicação”)

de modalidade expressa relações de habilidade, volição e alguns casos de obrigação e permissão entre um participante e o EsCo em que está envolvido;

- (ii) **a modalidade objetiva:** definida como “todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode avaliar a realidade de um EsCo em termos de seu conhecimento dos EsCo possíveis” (p.233). Levando em conta o conhecimento no qual o falante baseia a sua avaliação do EsCo, este tipo de modalidade se subdivide em epistêmica e deôntica:
- **epistêmica:** conhecimento de situações possíveis obtidas na concepção da realidade ou de situações hipotéticas que o falante possui;
 - **deôntica:** conhecimento de situações possíveis, relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais.

Segundo esse modo de classificar a modalidade objetiva, a avaliação epistêmica de um EsCo tem como base o conhecimento do falante sobre situações possíveis.

- (iii) **a modalidade epistemológica:** definida por “todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade da proposição” (p. 233).

Em vista de o grau de comprometimento do falante estar associado diretamente com a origem da informação contida numa predicação, a modalidade epistemológica, segundo Hengeveld, comporta a seguintes subdivisões:

... e interpessoal (a situação apresentada pelo falante permite ao ouvinte reconhecer a intenção comunicativa do falante, nível em que se situam as unidades estruturais “proposição” e “oração”).

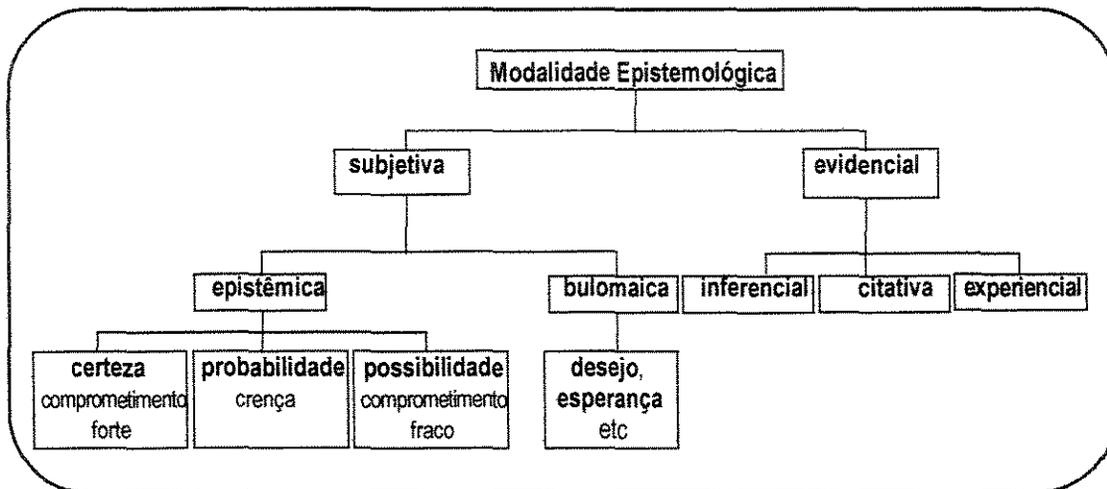


Fig. 8: Tipologia funcional da modalidade epistemológica (Hengeveld, 1988)

Diferentemente da modalidade objetiva (avaliação pelo falante da realidade de um EsCo em termos do conhecimento de EsCo's possíveis que tem), a **modalidade subjéitiva epistêmica** não pode ser questionada, pelo fato de que, ao qualificar subjétivamente uma proposição, o falante revela-se como fonte da informação nela contida e também como aquele que apresenta um julgamento sobre o conteúdo proposicional, podendo expressar **certeza** (comprometimento forte), **probabilidade** (crença) ou **possibilidade** (comprometimento fraco), ou ainda indicar seu **comprometimento emocional** (modalidade bulomaica). Em todos esses casos, o evento é um construto do próprio falante.

Na **modalidade epistemológica evidencial**, o falante, embora faça um julgamento sobre a informação contida na proposição, pode não se apresentar como a fonte dessa informação e, portanto, o evento não é um construto seu. Assim, na **modalidade inferencial**, o evento é caracterizado como sendo inferido a partir de uma evidência; na **modalidade citativa**, como relatado a partir de uma outra fonte que não seja o falante, e, na **modalidade experiencial**, como sendo experienciado por uma fonte.

No quadro a seguir, adaptado de Dall'Áglio-Hattner (1995), relaciono a atuação das modalidades sobre a estrutura da oração em camadas, segundo a proposta funcionalista.

Modalidade	Função	Nível da oração
Inerente	Caracterizar a relação entre um participante e um EsCo e a realização potencial desse EsCo	Interno ao EsCo
Objetiva	Avaliar a realidade de um EsCo em termos do conhecimento que o falante tem de EsCo possíveis	Predicação
Epistemológica	Expressar o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição	Proposição

Q. 8: Tipologia das modalidades

(Dall'Áglio-Hattner, 1995; p. 63)

Como pôde ser observado no quadro 7, a vantagem dessa tipologia está justamente em permitir uma distinção mais segura entre os diferentes tipos de modalização, à medida que se considera a função desempenhada pelo item modalizador e a camada da oração sobre a qual ele incide. Assim, é possível distinguir com facilidade os casos de sobreposição de modalidades, quer estejam elas num mesmo nível da oração ou em níveis diferentes. Cabe observar, entretanto, que, uma vez que modalizadores epistemológicos pertencem ao nível mais alto na estrutura da oração, a proposição, eles podem incidir sobre modalizadores de mesmo tipo ou sobre modalizadores pertencentes a um nível mais baixo da estrutura da oração. Isso significa dizer que a incidência de modalizadores deônticos ou inerentes sobre epistêmicos parece não resultar uma estrutura bem formada na língua, como pode ser observado nos exemplos abaixo.

- (12) a. Talvez seja necessário que ele faça uma cirurgia
 b. ? É necessário que talvez ele faça uma cirurgia.

Observe que, em (12a) o advérbio **talvez**, um modalizador subjetivo que expressa uma atitude proposicional, tem sob seu escopo uma proposição representada por um ato de fala (*é necessário que ele faça uma cirurgia*), no interior do qual, o modalizador objetivo é **necessário**, que diz respeito ao estatuto da realidade de um EsCo, por sua vez, toma por escopo uma predicação (*ele fazer uma cirurgia*), designada por um EsCo. Avaliar o estatuto de um EsCo para em seguida expressar uma atitude proposicional sobre o conteúdo desse mesmo EsCo torna incoerente o processo de formação do enunciado, como mostra (12b).

Na abordagem da modalidade até aqui apresentada, o quadro parece ser claro o bastante para tornar os evidenciais como instância semântico-pragmática englobada pela própria qualificação modal. Observe que nas definições de Lyons, Palmer e do próprio Hengeveld é feita referência à fonte da informação na qual se baseia uma informação contida numa proposição. Entretanto, é em Hengeveld (1988, 1989) que os evidenciais participam mais claramente como termos classificatórios da ME, embora apenas no caso de a fonte não ser o próprio falante (cf. fig. 8). Os casos em que a fonte é o próprio falante são englobados pela ME subjetiva, caracterizada em termos do comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo informacional que ele apresenta para ser considerado. Hengeveld assim se manifesta a esse respeito:

O que esses dois tipos [modalidade epistemológica subjetiva e modalidade epistemológica evidencial] têm em comum é a relevância da fonte da informação contida na proposição. No caso dos evidenciais, essa fonte é caracterizada como diferente do falante. No caso da modalidade subjetiva, o falante é a fonte.²⁷

A relevância da fonte da informação, como foi concebida por Hengeveld, permite ainda diferenciar enunciados modalizados objetivamente dos modalizados subjetivamente, conforme ilustram, respectivamente, os exemplos em (13).

²⁷ "What both subtypes have in common is the relevance of the source of the information contained in a proposition. In the case of evidentials this source is characterized as different from the speaker. In the case of subjective modality the speaker is the source." (Hengeveld, 1989, p. 138).

- (13) a. L₁: **É possível** que chova amanhã
L₂: Quem disse isso?
b. L₁: **Talvez** chova amanhã.
L₂: *Quem disse isso?

Por não expressar a fonte da informação contida na predicação, (13a) admite questionamento para justificativas evidenciais, ao passo que o enunciado em (13b), pelo fato de o falante (L₁) ser a própria fonte da informação, não admite questionamentos acerca de evidências.

O fato de o entendimento lingüístico da modalidade ter suas origens na lógica modal, ramo da filosofia da linguagem que enfatiza, em particular, a distinção entre ME e MD, com pouca ou nenhuma referência direta à fonte da informação de uma proposição, pode levar a um entendimento de que a Evidencialidade (EV, daqui em diante) sempre foi considerada a base para qualquer afirmação contida em uma proposição e, por essa razão, sempre teve seu estatuto ignorado como categoria auto-semântica.

Esse parece ser o entendimento de Nuyts (1993) que, na discussão da relação entre ME e EV, questiona a classificação proposta por Lyons e por Hengeveld, na distinção entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva.

Nuyts considera que toda qualificação modal está necessariamente baseada em uma evidência, podendo variar apenas a qualidade da evidência que se tem, mas, certamente, sem evidência, nenhuma avaliação de um EsCo é possível, caso em que se pode simplesmente dizer que não se sabe.

Concordando com essa idéia de Nuyts, busco argumentar, na seção seguinte, que a EV é de fato uma dimensão semântico-pragmática e cognitivamente superior à ME. O que leva à fusão dessas duas categorias, a meu ver, é o fato de, em algumas línguas, como o PB, não existirem recursos gramaticais claros que permitam diferenciar uma categoria da outra, em contraposição a línguas que marcam

gramaticalmente essas duas categorias. Dizendo de outro modo, na GR da EV, pode haver estágios de sobreposição dessas duas estruturas conceptuais.

3.2. A evidencialidade²⁸

Com a modalidade lógica aplicada às línguas naturais, parece que a ME teve seus limites estendidos, para neles se incluir a EV, sob a alegação de sua interpretação como uma subcategoria por meio da qual, além da revelação da fonte de um conteúdo proposicional, marca-se também o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição, sem necessariamente ligar-se à noção de possibilidade ou necessidade epistêmica (Bybee e Fleischmann, 1995; p. 4).

A sobreposição desses dois conceitos aparece já no trabalho de Boas, de 1947, sobre a descrição de um pequeno grupo de sufixos de línguas indígenas americanas que expressam "fonte e certeza do conhecimento", e no de Sapir, de 1921, na discussão das formas de certeza que expressam o que ele chamou de "fonte ou natureza do conhecimento do falante" (cf. Jacobsen, 1986). Esses dois autores explicitamente relacionam a referência à fonte da informação (hoje, EV, *stricto sensu*) com a referência à certeza do conhecimento (ME). Essas relações ainda perduraram nos trabalhos mais recentes, que cuidam de repor a EV dentre as categorias lingüísticas a serem investigadas.

Na literatura sobre ME e EV, é freqüentemente assumido que essas duas categorias estão intimamente relacionadas e que podem ser consideradas variantes uma da outra. A questão, entretanto, é se a EV seria parte (uma subcategoria) da ME, uma parceira sua, ou se seria totalmente não-relacionada a ela. São vários os entendimentos quanto a essa questão.

²⁸ A relevância do domínio semântico-pragmático da EV foi reconhecida mesmo antes de o termo se tornar comum nos estudos lingüísticos. Como esclarecem Dendale e Tasmowski (2001), o primeiro uso do termo data do início do século XX com os trabalhos de Boas e de Sapir, vindo a se tornar mais usual na lingüística algumas décadas mais tarde com o trabalho *Shifters, verbal categories, and the Russian verb*, de Jakobson (1957). Somente na década de 1980 é que a EV se firma como tópico na pesquisa lingüística, por meio da publicação de Chafes e Nichols (1986), *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*, na qual encontram-se reunidos os vários trabalhos apresentados na primeira conferência sobre o tema, realizada em Berkeley (EUA), em 1981.

Mais especificamente voltado para a caracterização da EV como uma categoria lingüística, um trabalho de referência é o de Willet (1988). No estudo que empreendeu, envolvendo cerca de 38 línguas diferentes, o autor observou que essas línguas tendem a diferenciar primeiramente **Evidência Direta** e **Evidência Indireta**, ou seja, se a fonte de informação do falante é primária ou secundária. Dentro dessa distinção, há uma subdivisão em três subtipos: ligam-se à Evidência Direta, fontes atestadas diretamente pelo falante (visual, auditiva ou decorrente de outros sentidos), e à Evidência Indireta, fontes secundárias resultantes de relatos (de primeira ou segunda mão e mitos) ou de inferências do próprio falante (baseadas em resultados perceptíveis por algum órgão do sentido ou baseadas em raciocínio dedutivo). Essa tipologia encontra-se resumida, no quadro 9, seguido do quadro 10, que apresenta as respectivas definições, ambos adaptados de Willet (1988).

Apesar do cuidadoso trabalho descritivo de Willet, a natureza exata da relação entre ME e EV permanece ainda problemática²⁹ para os estudiosos mais atuais desse tema, que se dividem, ao menos, entre quatro posições diferentes.

Tipos de Evidência	Direta (EvD)	Atestada (EvDat)	Visual	
			Auditiva	
			Outros sentidos	
	Indireta (EVInd)	Relatada (EvRel)	Segunda mão	(boato)
			Terceira mão	
			Mito	(Folclore)
		Inferida (EvInf)	Resultados	
Raciocínio				

Q. 9: Tipos de evidência

(Willet, 1988; p. 57)

²⁹ Em razão da atualidade do tema e conseqüente bibliografia escassa, o volume 33 do *Journal of Pragmatics* (2001) é inteiramente dedicado a essa questão.

Evidência Direta
<p>I. EvD: o falante afirma ter percebido a situação descrita, mas pode não especificar se ela é uma evidência sensorial de algum tipo. (Conceito genérico que se aplica à EvD não-especificada).</p> <ul style="list-style-type: none">a. EvVisual: o falante afirma ter visto a situação descrita.b. EvAuditiva: o falante afirma ter ouvido a situação descrita.c. EvSensorial: o falante afirma ter sentido fisicamente a situação descrita. Esta pode ser considerada:<ul style="list-style-type: none">(i) oposta a um ou a ambos os sentidos acima;(ii) sem especificação do modo sensorial.
Evidência Indireta
<p>II. EvInd: o falante afirma não ter percebido a situação descrita, mas pode não especificar se a evidência que ele possui lhe foi relatada ou está baseada em uma inferência feita por ele. (Conceito genérico que se aplica à EvInd não-especificada.)</p> <ul style="list-style-type: none">a. EvRel: o falante afirma saber da situação descrita por meios verbais, mas pode não especificar se ela é um boato (i.e., de segunda ou terceira mão) ou se vem de um mito (folclore).<ul style="list-style-type: none">(i) EvSegunda-mão: o falante afirma ter ouvido a situação descrita de alguém que foi testemunha direta.(ii) EvTerceira-mão: o falante afirma ter ouvido sobre a situação descrita, mas não de uma testemunha direta (boato);(iii) EvMito: o falante afirma que a situação descrita é parte de uma história oral consagrada (mito).b. EvInf: o falante afirma saber da situação descrita somente por meio de inferência, mas pode não especificar se essa inferência está baseada em resultados observáveis ou somente em raciocínio mental (Conceito genérico que se aplica à EVInf não-especificada).<ul style="list-style-type: none">(i) Inferência de resultados: o falante infere a situação descrita de evidências observáveis (i.e., da percepção dos resultados de um evento e/ou ação causativos).(ii) Inferência de raciocínio: o falante infere a situação descrita com base na intuição, na lógica, num sonho, em experiências prévias, ou algum outro construto mental.

Q. 10: Significado dos evidenciais

(Willet, 1988; p. 96)

A primeira posição refere-se à **disjunção** entre os domínios conceptuais de EV e ME, em que sempre uma das noções é definida em oposição à outra. Hardman (1986; p. 115), negando uma relação explícita entre ME e EV, entende que o sistema evidencial de uma língua serve apenas para indicar como se adquiriu o conhecimento daquilo que se está dizendo. Essa posição é geralmente assumida,

em razão da existência de línguas (na maioria, línguas "exóticas" ameríndias) que, claramente, apresentam um sistema de EV altamente desenvolvido e que não se confunde com a ME³⁰.

Caracteriza a segunda posição, mais freqüente na literatura, a relação de **inclusão** entre EV e ME. Os partidários dessa posição (Matlock, 1989; Palmer 1986; Bybee, *et al.*, 1994; Hengeveld, 1988, 1989; Dik, 1989, entre outros) consideram que um dos dois conceitos está dentro do escopo do outro. Para essa vertente, EV é empregada no sentido amplo do termo, para abarcar tanto a fonte da informação quanto a confiabilidade do conhecimento do falante. Assim, há os que consideram que a EV inclui a ME – como Matlock (1989), para o qual "os evidenciais, unidade lingüística que compreende parte da ME, codificam a fonte da informação do falante e algum grau de certeza sobre essa informação" – e os que, inversamente, entendem que a ME pode ser considerada como um co-hipônimo de EV e como um hiperônimo das duas noções. Sob essa assunção encontram-se:

- (i) Willet (1988), para quem há pouca dúvida de que a EV, como domínio semântico, tenha primeiramente um valor modal, "participando da expressão do falante em relação à situação que seu enunciado descreve" (p. 52);
- (ii) Palmer (1986), que considera a EV sob o escopo da ME ou simplesmente dos epistêmicos, e que, por exemplo, atribui aos "citativos" (uma categoria tradicionalmente classificada como evidencial) um valor modal; e,
- (iii) Bybee *et al.* (1994; p. 180), para os quais um evidencial indireto, que indica que o falante tem somente conhecimento indireto do conteúdo da proposição asseverada, implica que o falante não está totalmente

³⁰ Esse é o caso, por exemplo, de línguas como o Maidu (língua indígena californiana), que possui sufixos verbais para expressar somente evidência indireta (como boato, inferências do falante a partir de resultados observáveis), como o Tuyuca (língua indígena brasileira da família Tucano), na qual se distinguem duas fontes de evidência direta (visual e auditiva) e três indireta (evidências de segunda mão, inferência a partir de resultados, e inferências em geral). Também no Hixkariana (língua Caribe brasileira) existem morfemas específicos para indicar evidência relatada, inferência não-especificada e inferência experienciada ou de intuições, e qualquer enunciado não marcado por partículas evidenciais é considerado evidência direta (Willet, 1998, p. 65-79).

comprometido com a verdade daquela proposição e, assim, implica um valor epistêmico.

Segundo Dendale e Tasmowski (2001), o mais freqüente é encontrarmos a EV como a noção "incluída", "em razão de que a fonte de informação pode ser considerada como um meio indireto de marcar a atitude do falante com relação à sua informação" (p. 342), ou ainda pelo fato de a EV poder se constituir propriedade definitiva da ME (Nuyts, 2001).

A terceira posição é caracterizada pela **sobreposição** ou **intersecção** dos conceitos de ME e EV. Como consideram Van der Auwera e Plungian (1997), muitos valores evidenciais são idênticos aos epistêmicos, como, por exemplo, depreende-se da identidade existente entre EV inferencial e necessidade epistêmica³¹.

A última posição, a da **neutralidade** do valor evidencial em relação ao valor epistêmico, é representada pelos trabalhos de DeHaan (1997a,b), para quem os evidenciais são neutros quanto ao comprometimento com a verdade por parte do falante. Eles são usados para mostrar o grau de evidência que um falante tem para a afirmação, ficando para o ouvinte a tarefa de interpretar o valor modal da declaração. Em outras palavras, ME e EV têm certos elementos comuns, como o envolvimento do falante com seu ato de fala, mas o elemento comum não é o comprometimento com a verdade a respeito do que ele está dizendo (cf. DeHaan, 1997a; p. 1)

Considero que essas divergências resultam das análises do sistema de EV e Modalidade de línguas diferentes, não relacionadas geneticamente, cujas gramáticas codificam de modo diferente essas duas noções, podendo uma ser mais gramaticalizada do que a outra. Essa constatação pode se ligar a fatores sócio-culturais de cada língua, que imprimem em suas gramáticas a necessidade de, na interação, revelar-se ou não a fonte em que se baseia uma declaração, podendo resultar, por conseqüência, o distanciamento do falante em relação ao enunciado

³¹ Pode-se inferir uma situação de evidências observáveis (percepção dos resultados, segundo Willet (1998) e apresentá-la como uma necessidade epistêmica, como por exemplo no enunciado: "João deve (=provavelmente) estar em casa, porque as luzes estão acesas".

que produz. Vale lembrar que, da grande parte das línguas estudadas, as ameríndias, por exemplo, são as que parecem apresentar um sistema evidencial mais bem desenvolvido, gramaticalizado (cf. os vários estudos reunidos em Chafe e Nichols, 1986), diferentemente de várias línguas ocidentais que marcam essa mesma estratégia discursiva apenas por meios lexicais³².

A aceitação da inclusão da EV como uma subcategoria da ME é a que tem rendido mais discussões (Willett, 1988; Nuyts, 1993; De Haan, 1997a, 1997b), sobretudo na revisão das análises de dados contidos em trabalhos de lingüistas preocupados com a descrição de línguas indígenas – como, por exemplo, o Tuyuca, uma língua falada por tribos indígenas da fronteira Brasil-Colômbia (Barnes, 1984) –, muitas das quais possuem um claro sistema de EV expresso por morfemas gramaticais.

Segundo De Haan (1997b), a razão para se alojar a EV sob o mesmo escopo dos epistêmicos deve-se a dois fatores. O primeiro deles é que, geralmente, assume-se que os evidenciais se originariam de modais epistêmicos, como seria o caso, por exemplo, da reinterpretação do verbo modal *moet* (*dever*) do holandês, ou o seu equivalente *must*, em inglês, como um evidencial³³.

(14)	a.	Hol.:	De film	moet	uitstekend	zijn.
			O filme	dever-3.SG-PRES	excelente	ser-INF
	b.	Ing.:	The film	must	be	excellent.
			O filme	dever-3.SG-PRES	ser-INF	excelente
			'O filme deve ser excelente'			

Em (14), **dever** (em quaisquer das línguas, incluindo aí o PB), no seu sentido evidencial, é usado para transmitir o fato de que o falante não tem conhecimento

³² Um exemplo dessa afirmação seria representado pelo inglês, uma língua que apresenta gramaticalizados apenas os julgamentos, pelo Tuyuca, que gramaticalizou apenas a EV, e pelo alemão, que parece combinar essas duas noções em seu sistema de marcação gramatical (Willett, 1988, p. 54).

³³ A natureza polissêmica dos modais nas línguas em geral permite atribuir-lhes valores deônticos ou epistêmicos. Interessa, nesse ponto, a sua (re)interpretação como um evidencial. Abaixo da ocorrência extraída de outra língua, segue a glosa correspondente em que: 3 = 3ª. pessoa; SG = singular, INF = infinitivo.

pessoal direto do conteúdo do filme, mas somente evidência indireta, que pode estar baseada ou numa experiência prévia (*a preferência pelo trabalho do diretor do mesmo filme*) ou em relações interpessoais (*Alguém lhe disse que se trata de um bom filme*). Em ambos os casos, a interpretação de *dever* como evidencial é possível.

O segundo fator que coloca a EV sob o escopo da modalidade, consoante o valor semântico dos epistêmicos, seria o de que, por meio dos evidenciais, o falante mostra um grau reduzido de crença na verdade da proposição contida no seu enunciado. Como expresso em (14), o falante não estaria convicto de que se trata de um bom filme, e assume então a proposição como possível ou provável.

De Haan (1997b), ao descrever os diferentes modos de expressão da EV em holandês, tenta mostrar que os evidenciais não apresentam como característica inerente grau menor de crença no conteúdo da proposição por parte do falante. Sugere, ao contrário, que, por meio dessa categoria, o falante apenas apresenta o modo como ele obteve a informação contida na proposição, permanecendo neutro em relação ao seu valor de verdade. Para ele, então, a diferença fundamental que se depreende entre ME e EV seria a de que a primeira tem relação com o grau de crença (confiança) que o falante tem no conteúdo da proposição contida em seu enunciado; já a segunda lidaria apenas com a expressão da fonte na qual se baseia a informação contida na proposição. Em outras palavras, o fato de o falante não ter acesso direto à informação que consta na predicação (como em (14) acima, *o filme ser excelente*) não significa que ele teria uma crença menor nessa informação. Sob tal perspectiva, em (14), o falante seria indiferente à questão de se o filme é de fato excelente ou não, o que parece ir ao encontro da posição de Nuyts (1993), para o qual, em relação ao conteúdo da proposição, o grau de crença é uma noção logicamente distinta da noção de fonte da informação.

Nem toda forma que manifesta EV pode ser considerada um evidencial gramaticalizado. Por exemplo, no funcionamento discursivo de uma oração matriz como *eu tenho evidência de que...* ou de um advérbio como *evidentemente*, claramente se sobrepõem valores evidenciais e epistêmicos de certeza, mas essas

expressões não podem ser qualificadas como evidenciais gramaticalizados, qualquer que seja a definição de GR que se adote.

Considerando a EV como uma categoria distinta da de modalidade, alguns autores (Anderson, 1986; De Hann, 1997a) propõem critérios para a identificação de formas gramaticalizadas, ou em GR, que codificam EV. Anderson (1986; p. 273) define os evidenciais como formas que “expressam os tipos de evidência que uma pessoa possui, ao fazer uma declaração factual” e fornece alguns critérios para a identificação de formas que expressam EV, como mostrado em (15), abaixo:

(15) Critérios para identificação de Evidenciais (Anderson, 1986)

- a. constituem uma evidência direta (visual, auditiva ou decorrente de outros órgãos sensoriais) ou indireta (inferida de outros fatos, ou não-especificada) para o conteúdo de uma declaração dada como factual;
- b. em termos comunicativos, é apenas uma especificação adicionada ao conteúdo de uma declaração factual, i.e., não integra a cláusula principal;
- c. tem como significado primeiro a indicação de evidência;
- d. morfologicamente pode se apresentar como afixo, clítico ou elemento sintático livre;
- e. os evidenciais são normalmente usados em asserções (orações *realis*), não em orações *irrealis*, nem em suposições;
- f. quando o fato afirmado é diretamente observável pelo falante e ouvinte, os evidenciais raramente são usados, ou têm um sentido enfático ou de surpresa;
- g. quando o falante (primeira pessoa) for um participante conhecedor de algum evento, o conhecimento daquele evento é normalmente direto e os evidencias são então dispensados.

Esses critérios dados por Anderson são reinterpretados por De Hann (1997a), que os divide em semânticos e sintáticos. De acordo com De Hann, considera-se que uma língua possui evidenciais gramaticalizados se eles se conformarem à definição semântica dada em (16a) e aos critérios sintáticos dados em (16b-e), mostrados abaixo.

(16) Critérios para identificação de Evidenciais gramaticalizados (De Hann, 1997a)

- a. os evidenciais podem ser geralmente definidos como marcadores que indicam algo sobre a fonte da informação da proposição (Bybee, 1985; p.184);

- b. os evidenciais não são a parte principal da cláusula (Anderson, 1986; p.274);
- c. os evidenciais não mostram concordância com o falante (De Hann, 1996);
- d. os morfemas têm a expressão de EV como seu significado primeiro (Anderson, 1986; p. 274).
- e. os evidenciais não podem estar no escopo de um elemento negativo (De Haan, 1996).

A definição dada em (16a), ou qualquer outra similar, é a mais bem aceita, mas não há concordância sobre os critérios sintáticos estabelecidos e, em vista disso, os critérios mostrados em (16b-e) constituem apenas uma primeira tentativa de se dar uma interpretação sintática à categoria de EV. O critério (b) traduz o fato de os evidenciais não tomarem parte do conteúdo principal informado no enunciado; pelo critério (c), formas de primeira pessoa não ocorrem com uma forma que expressa EV; o critério (d) decorre da própria definição de EV dada pelo critério (a), o que não impede a forma de expressão de EV portar valores semânticos secundários, como, por exemplo, ME; e, finalmente, o critério (e) expressa a posição hierárquica superior da EV em relação à polaridade, também incluída no domínio das modalidades.

4. Proposta de análise

Admitindo que uma das funções comunicativas da ME é marcar a distância relativa em que o falante se coloca com relação ao enunciado que produz, e admitindo também que a EV, indicação da fonte do saber expresso pelo falante, é determinante do grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores, entendo, junto com Dall'Áglio-Hattner *et al.* (2001), que uma análise do processo de (des)comprometimento do falante só se completa com a análise das relações entre ME e EV. O entendimento da relação entre esses dois domínios interessa sobretudo ao estudo da diluição de responsabilidade, entendida como uma estratégia discursiva que se realiza por meio de diferentes recursos lingüísticos.

4.1. Modalidade epistêmica, evidencialidade e gramaticalização

Embora a EV tenha sua fundamentação na descrição gramatical das línguas exóticas, principalmente as ameríndias, das quais muitas expressam essa categoria por meio de morfemas gramaticais específicos, não está restrita a elas. Vários trabalhos recentes já admitem reinterpretar muitas formas classificadas somente como epistêmicas dentro do quadro da EV.

A concepção, por mim assumida, de que o sistema gramatical de uma língua é sempre emergente (Hopper, 1987, 1991) é crucial para que se reconheça o aparecimento de novas funções para formas já existentes na língua. Para os domínios da ME e da EV, essa concepção torna-se bastante evidente na medida em que vários itens de conteúdo nocional (itens lexicais) passam a ser usados para veicular atitudes do falante em relação ao conteúdo daquilo que ele diz, como mostram, por exemplo, muitos usos de verbos sensoriais (ver, ouvir, sentir), verbos de elocução (dizer, falar), verbos de cognição (saber, conhecer), dentre outros. Vejam-se, a título de exemplo, os enunciados em (17):

- (17) a. Diz(em) que o presidente tem uma amante.
b. Eu ouvi que o presidente tem uma amante.
c. Pelo que vejo, o presidente tem uma amante.
d. Eu sei que o presidente tem uma amante.

Esses exemplos mostram, de algum modo, a relação que o falante mantém com a proposição (*o presidente tem uma amante*) contida em seu enunciado. Alguns autores julgam que estão em jogo, em ocorrências como essas, noções como crença e julgamento sobre o valor de verdade da proposição, resultantes de um conhecimento adquirido nas relações interpessoais (1a,b), inferenciais e/ou textuais (1c) ou experienciais (1d), o que manifestaria uma maior ou menor adesão do falante à verdade da proposição. Os verbos em destaque parecem ter parte de seu conteúdo nocional esvaziado em favor da expressão de uma manifestação da atitude do falante, vindo assim a funcionar como uma marcador, de modo claro ou não, da

fonte da informação contida na proposição. Assim sendo, esses verbos estariam revestidos de um caráter mais gramatical, à medida que passariam a funcionar como operadores de uma qualificação proposicional. A questão que se levanta para usos desse tipo é se eles apenas seriam reveladores da forma como o falante adquiriu a informação contida na proposição – valor evidencial – ou se marcariam o (des)comprometimento do falante com a verdade daquilo que ele diz – valor epistêmico.

Em muitas línguas que não apresentam um sistema evidencial completamente gramaticalizado, as mesmas formas que marcam a fonte da informação podem marcar também a atitude do falante em relação à confiabilidade dessa informação, caso em que se pode enquadrar o PB, para o qual, da relação entre ME e os tipos de EV (Willet, 1988), proponho, como possível, um equacionamento num esquema de natureza escalar que reflete o fato de o falante poder assegurar sua afirmação a partir da mais alta evidência de que dispõe.

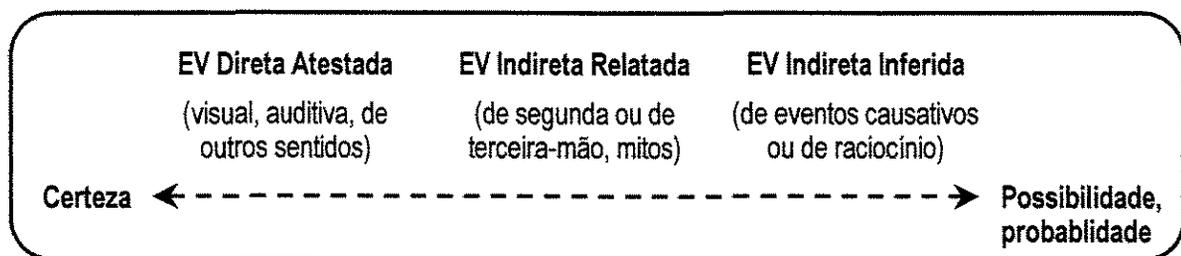


Fig. 9: Equacionamento entre modalidade epistêmica e evidencialidade

Embora passível de críticas e merecedor de reparos para dar conta da exata relação entre ME e EV, esse equacionamento de natureza escalar³⁴, reflete, **do ponto de vista do falante**, as escolhas que ele faz de elementos evidências que dão sustentação ao conhecimento refletido em seu enunciado. Assim é que sua avaliação epistêmica (certeza, possibilidade, probabilidade) assenta-se no tipo de evidência que se lhe apresenta disponível e à qual ele adere. A tendência é que o conhecimento atestado diretamente seja para o falante motivação para um maior

³⁴ Cf. nota 22 do próximo capítulo, que faz remissão à análise de uma ocorrência, por meio da qual explicito como esse equacionamento se implementa.

grau de certeza, ao passo que o conhecimento obtido por vias indiretas pode refletir algum grau de dúvida, embora esse processo passe sempre por instâncias decisórias de o falante deliberar a respeito de sua crença ou não. É claro que essa escala não dá conta da avaliação que o ouvinte faz da fonte na qual o falante baseia suas declarações, uma vez que o julgamento do falante, qualquer que seja ele, pode constituir para o ouvinte uma fonte de evidência sustentável que o leve a crer (ou a modificar suas informações pragmáticas). Essa escala pode não ser compatível com as percepções do falante baseadas em lógica dedutiva, o que tiraria a Evidência Indireta Inferida da extrema direita da escala e a colocaria, talvez, no mesmo ponto da EV Indireta Relatada. Entretanto, esse fato me parece altamente dependente do contexto e/ou da interpretação cultural a que cada língua se submete³⁵ (por exemplo, numa cultura de tradição oral, poder-se-ia avaliar com maior grau de certeza um relato (baseado em mito) do que um inferência baseada em raciocínio lógico).

Embora não preocupado diretamente com a relação existente entre ME e EV, Willett (1988) esboça um equacionamento semelhante, em termos de uma escala de "diretividade" (que vai do mais direto para o menos direto) que considera o conhecimento pessoalmente verificado como o [+direto], o conhecimento obtido verbalmente de alguém como ocupando uma posição intermediária da escala, e o conhecimento inferido como o [- direto]. Do ponto de vista do falante, a evidência direta seria a mais sustentável, ou mais confiável, do que a indireta, e a evidência indireta relatada, por sua vez, mais confiável do que a inferida, mas como venho ponderando, esse é também um ponto que deve ser relativizado.

4.2. Modalidade epistêmica, evidencialidade e textualidade

No modelo de interação apresentado na figura 4, a noção de "expressão lingüística" pode ser ampliada para nela se incluírem também as noções de **texto**, aqui entendidas a partir das postulações de Koch (1996) e de Travaglia (1998).

³⁵ Barnes (1984) mostra, por exemplo, que, em Tuyuca, a Evidência Inferida de Resultados é considerada mais confiável do que Evidência Relatada de Boatos (terceira-mão), que por sua vez é mais confiável do que a Evidência Inferida baseada somente em uma crença.

Esses autores concebem o texto, no seu sentido lato, "como qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano" (Koch, 1996; p. 21-22).

Lingüísticamente, o texto é concebido como unidade lingüística que, independentemente de sua extensão, manifesta-se de forma concreta (perceptível pela visão ou audição) em uma situação comunicativa específica, ou seja, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função/intenção comunicativa reconhecível e reconhecida. Assim é que, dizem os autores mencionados, todo texto tem um funcionamento discursivo, entendendo **discurso** como "atividade produtora de efeitos de sentido entre os interlocutores, portanto qualquer atividade comunicativa (não apenas no sentido de transmissão de informação, mas também no sentido de interação) e o processo de sua enunciação" (Travaglia, 1998; p. 67-68).

Nessa imbricação de texto e discurso, deve-se observar que ambos se determinam mutuamente e, graças a essa interdependência, é possível depreender no texto as razões que o fazem funcionar, sua qualidade discursiva. Assim, o discurso pode ser entendido como tendo sua manifestação lingüística no texto, uma unidade semântico-pragmática caracterizada, entre outros, pelos fatores de coesão e de coerência responsáveis pela sua tessitura textual.

Como foi exposto no modelo de interação verbal, a situação de interação é marcada essencialmente pela tarefa de modificação das informações pragmáticas do interlocutor. Com esse objetivo, o locutor pode apresentar seu discurso como **autoritário** ou como um discurso regido pelo **livre arbítrio**, pela indeterminação (Koch, 1996).

Na primeira situação, a partir da competência epistêmica do locutor, um conteúdo proposicional é apresentado como inequívoco (dentro do campo da necessidade, da certeza, do imperativo), o que pode levar o ouvinte à modificação de sua informação pragmática, aceitando como verdadeiro o conteúdo proposicional que ora lhe é apresentado pelo falante ("se meu interlocutor sabe, portanto, é verdade"). Nessa mesma situação, um recurso alternativo que se apresenta ao falante é a expressão das evidências que constituem a base do seu conhecimento.

Em outras palavras, como uma maior garantia da modificação da informação pragmática do ouvinte, se o falante não julga suficiente seu comprometimento com a verdade da proposição, ele tem ainda o expediente de recorrer à fonte (evidências) que dá sustentação à sua alta adesão ao conteúdo do seu "dito", de modo a reforçar o seu comprometimento ("eu sei, baseado em fontes seguras – porque atestei (vi, ouvi etc) – , portanto é verdade"). Aqui, tomam lugar as evidências que constituem uma fonte direta a que o locutor pode ter acesso.

Na segunda situação, a competência epistêmica do falante pode não ser suficiente para a apresentação de um conteúdo proposicional como sendo verdadeiro, mas como hipótese passível de confirmação posterior, ocasião em que se manifestam as modalidades do **quase-certo**, do **provável**, do **possível**, do **permitido** etc. Nessa situação, o falante apresenta um conteúdo proposicional como fruto de sua opinião, formada a partir de fontes (evidências) que podem ser julgadas por ele pouco confiáveis, como por exemplo, um relato de segunda ou terceira-mão, uma inferência dedutiva ou abdutiva, um tipo de evidência indireta (cf. quadros 10 e 11 acima).

Devem aqui ser ponderados os efeitos perlocucionários da ME e EV como categorias empregadas na modificação da informação pragmática do falante. O funcionamento dessas categorias no discurso autoritário pode constituir um ato perlocucionário cujos efeitos são negativos em relação aos pretendidos pelo falante, porque o conteúdo de uma mensagem é considerado pelo ouvinte como uma imposição, mas pode também ter efeitos positivos, porque é apresentado pelo falante com autoridade, sem vacilos. Por outro lado, o funcionamento no discurso livre pode não levar à modificação pragmática do ouvinte porque o conteúdo da mensagem é avaliado pelo interlocutor como vacilante, mas também pode ter efeitos positivos, porque não é apresentado pelo locutor como uma imposição.

Assim, dada a proposta de se verificarem os valores de qualificação proposicional de **parecer**, torna-se necessária uma recorrência ao co-texto, ou seja a um contexto discursivo que extrapole o nível da oração em que ocorre, para uma

adequada interpretação dos efeitos de sentido que tais usos promovem, sobretudo no reconhecimento de valores epistêmicos e evidenciais.

5. Resumo

Tomando por base os aspectos da interação verbal, como são propostos pela orientação funcionalista holandesa, apresentei um modelo de descrição gramatical que, na consideração da estrutura da oração em camadas, prevê a atuação conjunta de fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos, o que permite considerar todo e qualquer enunciado como mensagem e como evento de interação.

Ao lado desse modelo estratificado, que trata apenas das relações hierárquicas entre os diferentes níveis de estruturação da oração, princípios de ordenação dos constituintes na estrutura oracional aparecem atuantes e também regidos por fatores sintáticos, semânticos, pragmáticos e prosódicos.

A partir desse modelo, propus o meu entendimento das manobras discursivas que promovem o (des)comprometimento do falante, aqui focalizadas pelo recurso à EV e à ME, categorias lingüísticas que marcam graus de responsabilidade pelo "dito". Privilegiei esses dois domínios para mostrar, no próximo capítulo, como eles se entrecruzam em diversos empregos de **parecer**, como decorrência de um processo de GR. Pude, assim, buscar um melhor entendimento da relação entre EV e ME, categorias constitutivas da significação dos enunciados e cujas manifestações são motivadas pela **antecipação** que o falante faz da interpretação que o ouvinte possa fazer de suas intenções comunicativas e pela **reconstrução** que o ouvinte faz das intenções comunicativas que ele imagina motivadoras do enunciado tal qual produzido pelo falante.

Não obstante os desacordos em torno da relação entre ME e EV, a exemplo de outros autores (Chafe, 1986), estou assumindo, para minhas análises, a EV no seu sentido amplo, para nela se incluírem, além da especificação da fonte da informação, também noções epistêmicas como grau de precisão ou verdade de uma proposição, probabilidade, possibilidade etc, como propus no equacionamento dado na Fig. 9. Esse meu entendimento decorre do fato de que estou considerando a EV como categoria que, nas suas dimensões cognitiva e conceitual, precede ME.

É ainda possível afirmar que não é só com a ME que a EV interage, mas também com outros domínios lingüísticos, que parecem ter sustentação na EV: modo, tempo, aspecto, causatividade, factualidade etc, sendo, portanto, parte de um sistema complexo que envolve vários domínios relacionados e cujo entendimento completo ainda se encontra por ser feito. Assim é que proponho,

para o caso em estudo, que ao lado dos critérios que identificam categoriais evidenciais, como os dados em (16), seja também levado em conta a dimensão discursiva e o co-texto em que as formas analisadas ocorrem, o que ajuda na explicitação de seus valores epistêmicos e/ou evidenciais.

CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO EM ESTUDO

No capítulo anterior, apresentei minha opção pelo modelo funcionalista de gramática, como proposto por Dik (1989, 1997, entre outros) e, a partir dele, ofereci uma abordagem para as categorias semânticas da modalidade epistêmica e da evidencialidade. Embasado nas concepções subjacentes a esse modelo de gramática e nos postulados do quadro da gramaticalização, faço, neste capítulo, uma descrição sincrônica dos diferentes tipos de construções que o verbo **parecer** integra, valendo-me, nesse momento, da unidirecionalidade como instrumental teórico-metodológico que me permitirá (e facilitará) o arranjo desses tipos de usos do verbo num *continuum* de gramaticalidade, que vai do menos para o mais gramatical. Para a caracterização que pretendo, recorro a diferentes amostras de fala do dialeto carioca e procuro explicitar, nas análises qualitativas dos dados encontrados, os valores epistêmico e evidencial possíveis de serem atribuídos às construções, a partir da contribuição sintática, semântica e pragmática do verbo. Meu esforço segue na direção de mostrar que a modalidade epistêmica e a evidencialidade se instanciam nesse caso específico de gramaticalização. Principalmente para a atribuição, ao verbo, do *status* de evidencial, privilegio, na interpretação das ocorrências, o contexto no qual o item ocorre. No capítulo seguinte, busco avaliar em que medida a evolução histórica de **parecer** referenda e explica os seus diferentes usos no PB contemporâneo.

1. Introdução

Como justifiquei na introdução deste trabalho, uma descrição mais completa sobre os diferentes empregos do verbo **parecer** ainda se encontra por fazer, embora ele já tenha sido bastante explorado sob diferentes enfoques¹ (cf. seção 1.2. da Introdução deste trabalho). Por exemplo, nas descrições sintáticas, parecem não

¹ A descrição aqui pretendida parte de dados efetivamente encontrados em amostras de fala. É possível, entretanto, que outros usos façam parte da competência dos usuários. Desnecessário dizer que um *corpus* com dados de fala é uma amostra das possibilidades de realização de determinadas estruturas na língua em análise. Não se deve esperar, portanto, que sejam encontradas todas as estruturas possíveis para um fenômeno em estudo.

suscitar interesse os usos de **parecer** como verbo pleno ou como parentético. No plano semântico-pragmático, trabalhos que fazem referência à manifestação da **modalidade epistêmica** no PB têm ignorado a sobreposição dessa categoria à de **evidencialidade**, valores semânticos possíveis de serem atribuídos a **parecer**, como pretendo argumentar.

Partindo dos princípios da GR e da GF de orientação holandesa, e apoiado em propriedades sintático-semânticas, elenco de (1) a (5) vários tipos de construções com **parecer**. Chamo, nesse ponto, a atenção para a função do verbo, mostrada nos parênteses, em cada um dos casos².

- (1) **Parecer₁ (predicado verbal)**
Fica uma delícia (est) Fica uma delícia ... que (inint) Não fica aquele – fica cajuzinho cre/ caramelo, [o amendoim] fica parecendo um caramelo. (PEUL/CEN/E39)
- (2) **Parecer₂ (suporte da predicação / operador modal)**
- a. [E e F vêm falando sobre a política nacional]
E: o senhor me parece uma pessoa bem politizada mesmo, né? (PEUL/TEN/T31)
- b. São certas ... liberdades ... que hoje existem ... que [há anos atrás poderiam parecer excessivas] mas que na realidade NÃO SÃO. (NURC/RJ/SET/71)
- (3) **Parecer₃ (predicado de atitude proposicional)**
- a. ODEIO baile funk ... Principalmente que onde eu moro, tem sexta ou sábado pra eles fazerem baile funk, sabe que dia que eles fazem? De domingo para Segunda e começa às dez horas e não termina antes de cinco e meia da manhã, eu acho isso uma sacanagem, uma falta de respeito com quem não tem nada a vê. ... eu não moro próximo ao morro, mas [parece que a música está dentro do meu quarto por causa do eco], entendeu? (PEUL/TEN/T22)
- b. D: você conhece por acaso as ()... as () do hipódromo?
L: do hipódromo? Há um negócio que se chama aras... agora [o aras me parece que não é no hipódromo]... é o local onde o cavalo é é é... é cuidado... é tratado... (NURC/RJ/SET/12)
- (4) **Parecer₄ (quase-satélite atitudinal)**
- a. hoje pode-se fazer o [casamento] religioso com efeitos civis e tal... então mas no/ [nós nos casamos no civil... parece que de manhã... assim por volta de... dez e meia onze horas por aí]. (NURC/RJ/SET/71)
- b. [o pedágio passou para parece que setenta cruzeiro a partir de dia prime- depois de amanhã]. (PEUL/CEN/E32)

² Como, em muitas ocorrências, o complexo oracional com **parecer** ocorre encaixado em um outro predicator, interessa-me nesse momento da descrição do trabalho somente a porção parentetizada nos exemplos (1) a (5).

(5) **Parecer_s (satélite atitudinal)**

- a. esse homem que não é ou não se diria ser um homem RICO é um trabalhador simples ... ele mora decentemente ... não sei se ganha bem ... [me pa-re-ce se eu bem entendi o salário mínimo é trezentos dólares o que está muito acima do salário mínimo brasileiro]. (NURC/RJ/COM/27)
- b. Tinha festa de orfanato. Aquela ali é a festa, também, muito relacionada. Ali, dada às crianças. Ali, é a coisa <bo-> é no primeiro de maio. Esse ano não teve, caiu no Domingo, onde - <dom-> Domingo – então, [eles preferiram transferir parece para o dia das crianças], porque, em geral, os – a religião dele, aos Domingos, não – não – é dia completamente de – que não tem comércio, não é? (PEUL/CEN/E32)
- c. Naquele tempo não se tomava uísque tomava-se chope então tinha um barrilzinho de cho:pe uns... uns sanduíches... [naquele tempo devia ser presunto e queijo ... parece] ... eu não me lembro bem ((risos)) mas devia ser assim. (NURC/RJ/SET/71)

Pelos exemplos acima, a indicação seqüencial sugere, unidirecionalmente, um *cline* de gramaticalidade que enfatiza a mudança de estatuto categorial do item em análise, alterações de propriedades que levam o verbo a se identificar com a categoria dos satélites adverbiais, conforme escala sugerida por Hopper e Traugott (1993, p.104), a qual capta o aspecto da categoricidade de formas em gramaticalização, a saber:

- (6) [categoria maior (nome, verbo)] > [categoria medial (adjetivo, advérbio)] > [categoria menor (preposição, conjunção, auxiliares, pronomes, demonstrativos)]

De acordo com essa escala, é possível propôr que os casos de **parecer** no PB inserem-se nos momentos iniciais dessa escala, ou seja, na passagem de [verbo] > [advérbio], compreendendo, nessa passagem, estágios de desenvolvimento guiados pelos princípios teóricos e metodológicos da GR, como apresentados no capítulo I.

Na seção seguinte, descrevo e analiso os usos de **parecer** de (1) a (5), enfatizando seus valores semântico-pragmáticos. Na análise das ocorrências, mostro sua atuação e seu desenvolvimento gramatical como marcador de modalidade epistêmica e evidência indireta, estratégias discursivas que contribuem para a promoção da diluição da responsabilidade do falante com relação ao conteúdo proposicional presente em seu enunciado. Ênfase será dada aos casos mais

gramaticalizados (**parecer**_{3,4,5}) que, de forma inequívoca, revelam o descomprometimento do falante com a informação veiculada na proposição que ele coloca para apreciação do ouvinte.

Recorrendo à tessitura textual, busco mostrar que, na manutenção da coesão e coerência textuais, o falante constrói em seu discurso um espaço epistêmico para o uso de **parecer**. Atenção deve ser dada à relação entre falante-enunciado-ouvinte³ verificada sobretudo por meio da co-ocorrência de **parecer** com outras formas epistêmicas que antecipam e justificam o seu uso. Assim, aparecem atuantes também fatores de coesão e de coerência textuais.

Proponho ainda, neste capítulo, uma escala de gramaticalidade de **parecer**, na qual se distribuem os seus diferentes usos. Auxiliam na caracterização desses diferentes usos as propriedades semânticas e sintáticas expostas em (15), do capítulo anterior, aqui repetidas como (7) por conveniência.

(7) **Crítérios para identificação de Evidenciais gramaticalizados (De Hann, 1997a)**

- a. os evidenciais podem ser geralmente definidos como marcadores que indicam algo sobre a fonte da informação da proposição (Bybee, 1985, p.184);
- b. os evidenciais não constituem a parte principal da cláusula (Anderson, 1986, p.274);
- c. os evidenciais não mostram concordância com o falante (De Hann, 1996);
- d. os morfemas têm a expressão de EV como seu significado primeiro (Anderson, 1986, p. 274).
- e. os evidenciais não podem estar no escopo de um elemento negativo (De Haan, 1996).

2. O tratamento de *parecer* na estrutura da oração em camadas

Como espero ter deixado claro no capítulo anterior, o modelo de estrutura hierárquica da oração da GF permite que todo e qualquer enunciado seja analisado como mensagem e como evento de interação: como mensagem, em razão da

³ Cf. nota 14 do cap. II.

necessidade de um conteúdo a ser informado; como evento de interação, por haver a necessidade de ao menos dois envolvidos no ato enunciativo: falante e ouvinte.

No modelo da oração em camadas, teríamos que o verbo **parecer**, ao longo das alterações propostas de (1) a (5), atua em, pelo menos, dois níveis distintos: na organização da predicação (nível 2), nível funcional da referenciação, e na organização da proposição (nível 3), nível funcional das relações interpessoais⁴.

Feitas essas considerações iniciais, passo então à minha proposta de análise.

2.1. Organizador de predicação nuclear

Um uso ainda ignorado na descrição das construções com **parecer** envolve os casos em que o verbo é claramente o organizador de uma predicação nuclear, ou seja, um verbo pleno, elemento lingüístico que ocupa o núcleo de um predicado⁵, em torno do qual se arranja(m) o(s) argumento(s) e os demais participantes da estrutura frasal, como mostra o exemplo dado em (9).

(9) **Parecer₁** (predicador verbal)

- a. Eles queriam uma cunhada minha e eles falaram que eram eu, que eu **parecia** muito com ela quando era nova, sabe, era mais clara e tudo. (PEUL/CEN/E06)
- b. F: Já fui uma vez com ele, por exemplo, eu entrei até com a carteirinha dele porque a gente **parecem**
E: Ah, vocês se **parecem**? (PEUL/TEN/T6)
- b'. Você e ele se **parecem**?

Nesses casos, o verbo é um **predicado** que se aplica a duas entendidas referenciais, que podem aparecer ocupando a posição de dois argumentos (9a), um externo (sujeito) e outro interno (objeto), ou apenas a posição de argumento externo, caso em que essas entidades representadas aparecem na posição de sujeito simples

⁴ Cf. nota 15 do cap. II.

⁵ Entenda-se por predicado a unidade base da estrutura oracional. Dependendo da natureza e das relações que o predicado mantém com seus argumentos, determina-se o seu estatuto sintático e semântico.

(9b) ou coordenados (9b'). Tem-se, então, como resultado, uma relação de predicação que designa um EsCo portador dos traços semânticos [-dinâmico] e [-controle], propriamente chamado **estado**⁶ (cf. Dik, 1989, p.97-98). Essas considerações aplicam-se somente àquelas construções com **parecer**₁, cujos esquemas de predicação seguem abaixo.

- (10) a. **Parecer** [V] (x₁)_{zero} (x₂)_{referência}⁷
 b. **Parecer** [V] (x₁, x₂)_{zero}

Ocorre, em (10), uma relação de predicação estabelecida entre duas entidades (x₁ e x₂), que são inseridas no(s) *slot*(s) de argumento do esquema do predicado. A construção com **parecer**₁ designa, então, um EsCo que pode ocorrer em algum mundo real e, portanto, ser localizado no tempo e no espaço, durar algum tempo e ser visto ou mesmo percebido. Assim, nesse uso, a predicação nuclear dada em (10) pode ser estendida por operadores de nível 1 (aspecto, negação), que definem a estrutura interna do EsCo (e₁), quando tem-se então constituída, no nível 2, uma predicação central, possível ainda de ser modificada por operadores (de tempo, aspecto quantificacional, modalidade objetiva, polaridade) e satélites (de tempo, aspecto quantificacional, modalidade objetiva e polaridade) que, no nível representacional, especificam o cenário do EsCo (temporal, espacial e/ou cognitivamente), tornando-o uma expressão referencial. Tem-se, então, como resultado, a predicação estendida. Em (11), mostro a atuação desses operadores e satélites (assinalados em negrito).

- (11) π_2 **Passado** (e₁: [π_1 **imperfectivo** **parecer** com [V] (x₁: eu)_{zero} (x₂: ela)_{referência} (σ_2 quando era nova)_{tempo}]
 (e₁))
 = eu parecia com ela quando era nova

⁶ O traço [-dinâmico] caracteriza um EsCo que não envolve qualquer mudança, ou seja, as entidades envolvidas são apresentadas como estando ou permanecendo as mesmas durante o intervalo de tempo em que tal EsCo toma lugar. O traço [-controle] caracteriza predicações em que as entidades envolvidas não têm o poder de determinar a realização ou não do EsCo em que se encontram.

⁷ Sobre as funções semânticas, atribui-se função semântica **zero** à entidade primeiramente envolvida num **estado**, e a função **referência**, ao segundo ou terceiro termo de uma relação, em razão do qual tal relação se sustenta (cf. Dik, 1989, p. 101-102).

Tem-se assim que **parecer**₁ é um verbo pleno, que forma uma predicação simples, participando, embora mais escassamente, do paradigma das construções transitivas⁸. No seu padrão oracional mais comum [SN₁ **parecer** SN₂], há a possibilidade de o verbo ocorrer na forma pronominal e de o complemento ser introduzido por preposição (**parecer** (se) (com)), estrutura que codifica, mais freqüentemente, os contextos em que a intenção do falante é ressaltar os aspectos físicos da comparação que ele estabelece entre entidades humanas, como mostrei em (9). Em todos os casos, essa variação não reflete mudança no significado referencial do verbo e por isso é aqui ignorada.

A função cognitiva (referencial ou ideacional) do verbo tem por base uma comparação entre duas entidades referenciais e uma avaliação da semelhança de traços (físicos e/ou psicológicos) entre elas. Esse esquema constitui a base cognitiva para o emprego de **parecer**₁, caracterizando o que considero o seu *uso nocional*, ou, ainda, o **uso mais concreto**. Assim, semanticamente, pode-se dizer que **parecer**₁ é de base "evidencial" (*lato sensu*), pois parte de uma constatação e de um julgamento do falante acerca de estados de coisas observáveis no mundo. Nesse uso, observa-se que, pelas suas propriedades semântico-sintáticas, o verbo não apresenta qualquer valor modal ou evidencial (*stricto sensu*). Confirma essa análise a ocorrência em (12).

- (12) Olhando assim, você não diz que [o bolo] é de cenoura, né? Fica amarelinho. **Parece** até [bolo] de ovo caipira e **parece** assim também [bolo] de fubá, você olhando. (PEUL/CEN/E35)

O significado do verbo **parecer** em (12), "ter a mesma aparência de", tem sua fundamentação nos aspectos visuais das entidades envolvidas no EsCo descrito, que são submetidas a uma avaliação por parte do usuário, que conclui pela semelhança. O estado de aparência como apresentado ao falante pode ser interpretado como uma evidência visual, concreta, no sentido mais amplo do termo.

⁸ Faço referência aqui aos padrões de transitividade dados por Hopper e Thompson (1980), que propõem a transitividade como propriedade da sentença e não do léxico.

Assim, o cotejo entre aparências físicas é um traço que se ressalta nas propriedades discursivas de **parecer** como verbo de **percepção visual**.

2.2. Suporte de predicação

A possibilidade de tratar **parecer**₂ como também organizador da predicação levaria a ter de considerá-lo como portador de propriedades seletivas, o que parece não ser o caso, já que a relação de predicação verificada é resultante da aplicação de uma propriedade a uma entidade referencial. Não é o verbo, nesse uso, o responsável pela relação de predicação⁹. Observe-se os exemplos retomados em (13).

- (13) a. Certas liberdades pareciam excessivas. (NURC/RJ/SET/71)
 b. o senhor me parece uma pessoa bem politizada. (PEUL/TEN/T31)

Descrevem-se, em (13), EsCo's nos quais a relação de predicação é estabelecida por predicados adjetivais (*excessivas*, *uma pessoa bem politizada*¹⁰) e termos (*certas liberdades*, *o senhor*, respectivamente). Nesse tipo de predicação, consoante regra postulada por Dik (1989), **parecer**₂ é inserido na condição de cópula-suporte, sustentando uma relação de predicação.

Segundo Dik, nas línguas que o exigem, "o termo **suporte** sugere que a cópula serve para acionar os operadores de tempo, aspecto e modo, que requerem uma forma verbal para serem expressos" (1989, p. 166). A regra de cópula-suporte é dada pelo esquema em (14), adaptado de Dik (1989, p. 166-167):

⁹ Essa consideração converge, em parte, com a da análise formal, apenas no que diz respeito à formação de predicação reduzida (*small clauses*, em termos gerativos). Cf., a esse respeito, Kato e Mito (2000).

¹⁰ Neves (2000, p. 175) faz a seguinte ressalva na sua descrição dos usos adjetivos: "Um **substantivo** pode deixar de ser referencial e funcionar como se fosse um **adjetivo**. Ele pode atribuir o conjunto de propriedades que indica, como se fosse uma única propriedade, a um outro **substantivo**, isto é, atuar como **qualificador** ou como **classificador**. Isso ocorre especialmente na função predicativa." (grifos da autora). Nessa mesma direção, Dik (1989, p. 104) prevê que predicados (V, N ou A) podem, secundariamente, ser usados fora de sua função. Um categoria N, cuja função é constituir-se como núcleo de um termo, pode vir a ser usada como um atributo, função primária de um predicado adjetival, caracterizando o que o autor chama de **termo-predicado**.

(14) Regra de inserção de cópula-suporte

Input : predicado _{β} (x₁)...(x_n)Condições: π = qualquer combinação de operador- π especificado (tempo, aspecto, modo) $\beta \neq V$ (erbo)output : π cópula_v predicado _{β} (x₁)...(x_n)

Aplicado esse esquema às predicções dadas em (13), temos os respectivos esquemas de predicado explicitados em (15), nos quais a presença dos operadores π_2 (tempo) e π_1 (aspecto qualificacional)¹¹ forçosamente desencadeará a necessidade de inserção de uma cópula-suporte, no caso, codificada pelo verbo **parecer**.

(15) a. π_2 : Passado (π_1 : imperfeito, **parecer** [V]) (e₁: excessivas [Adj] (x₁:certas liberdades)_{zero} (e₁))b. π_2 : Presente (π_1 : imperfeito, **parecer** [V]) (e₁: uma pessoa politizada [N](x₁:o senhor)_{zero} (e₁))

Operadores π_2 , atuantes sobre uma predicção, comportam também um componente de **modalidade objetiva**, caracterizada na GF como envolvendo a avaliação de um EsCo em termos do conhecimento do falante sobre a probabilidade de sua realização (Hengeveld, 1988,1989). Assim, ocorre que, em (13a), o falante aciona também, por meio do emprego do verbo **parecer**, a modalidade epistêmica objetiva, na medida em que o EsCo por ele apresentado (*certas liberdades parecerem excessivas; o senhor parecer uma pessoa politizada*), ao mesmo tempo em que resulta de sua avaliação daquele EsCo, em termos do conhecimento que tem de estados de mundo possíveis (“o que é ser excessivo” e “o que é ser uma pessoa politizada”), porta também um valor descritivo, típico de predicados que discursivamente atuam no nível da predicção.

¹¹ Sobre a função de operadores π_1 e π_2 , cf. notas 7 e 8 do capítulo anterior. Acrescente-se que, na modalidade objetiva, o falante baseia sua avaliação epistêmica em situações possíveis prevaletentes na concepção que tem sobre a realidade ou sobre o universo hipotético (Hengeveld 1989, p. 137). Dependendo do tipo de compatibilidade entre o EsCo designado pela predicção e o conhecimento do falante sobre uma situação possível, é conferida, à predicção, a modalidade objetiva, que segue o caminho do certo ao impossível, passando pelo provável > possível > improvável.

A definição de cópula-suporte de Dik, prevendo ser ela o aporte apenas de operadores de tempo, aspecto e modo ($\pi_{1,2}$), descreveria adequadamente os usos de **parecer**, elencados em (13), os quais preservam traços do uso pleno do verbo, não cabendo, portanto, a leitura epistêmica objetiva (de possibilidade), mas a de "ter a mesma aparência física/moral de", típica de **parecer**₁. A presença de um componente de modalidade epistêmica objetiva, entretanto, não se mostra descabida, de acordo com as paráfrases abaixo.

- (13) a'. Certas liberdades **deviam** ser excessivas.
 (=É possível que certas liberdades fossem excessivas)
- b'. O senhor **deve ser** uma pessoa bem politizada.
 (=É possível que o senhor seja uma pessoa bem politizada)

Embora, na definição de cópula-suporte, estejam previstos por Dik somente operadores de tempo, aspecto e modo ($\pi_{1,2}$), parece compatível incluir, para o PB, também a atuação de um operador π_2 de modalidade objetiva no uso de **parecer**₂. Se não previsto nos esquemas de predicado em (15) um operador desse tipo, a função exercida por **parecer** deixa de ser acionada, podendo outra cópula-suporte ser inserida na sustentação da relação de predicação, como por exemplo a cópula **ser/estar**¹², o que não expressaria adequadamente as intenções do falante. Essa necessidade é mais claramente perceptível em línguas como o inglês, na qual o equivalente **to seem**¹³ modaliza objetivamente as condições especificadas pela

¹² Os exemplos abaixo mostram que, se no esquema de predicado de **parecer**₂ não estiver previsto também um operador π_2 de modalidade objetiva, a cópula **ser/estar** é que será acionada, dotando o enunciado, suprasegmentalmente, de uma força ilocucionária assertiva, alterando, desse modo, os efeitos de sentido e as intenções pragmáticas pretendidos pelo falante, relativamente às informações pragmáticas do ouvinte.

- (i) π_2 Passado (π_1 imperfectivo **ser/estar**) e₁: excessivas [Adj] (x_1 : certas liberdades)_{zero}
 (= certas liberdades eram excessivas)
- (ii) π_2 Presente (π_1 imperfectivo **ser/estar**) e₁: pessoa bem politizada [N] (x_1 : o senhor)_{zero}
 (= o senhor é uma pessoa bem politizada)

¹³ Para os casos de **parecer**₂, em que a predicação é determinada por um N com atributos de adjetivo (13b), não é usual empregar, em inglês, o mesmo verbo **to seem**, mas a expressão verbal **looks like**, como também seria a mais comumente empregada para a tradução dos exemplos listados sob o rótulo de **parecer**₁. Outros predicados em inglês, como **smell** e **taste**, possíveis de serem traduzidos para o português como **parecer**, também funcionariam nesse esquema de predicação determinada por um N não fossem seus valores meramente evidenciais, traços que também começam a se tornar evidentes em **parecer**₂ do PB.

cópula **be**, cujo equivalente em português (**ser/estar**) não necessariamente precisa aparecer na estrutura subjacente do predicado adjetival. Veja-se essa comparação em (16) abaixo.

- (16) a. π_2 : (Presente, modalidade objetiva **to seem** [V]) **be** [V_{inf}] (e₁: tired [Adj]) (x₁:John)_{zero} (e₁)
 = John seems to be tired
 = * John seems tired
- b. π_2 : (Presente; modalidade objetiva **parecer** [V]) \emptyset (e₁: cansado [Adj]) (x₁:João)_{zero} (e₁)
 = João parece (estar) cansado

Observe, em (16a), que a necessidade da cópula **be** exige o verbo **to seem** de cumprir sua função de suporte, podendo ele ser considerado somente aporte para as funções desempenhadas por operadores $\pi_{1,2}$, incluindo aí a modalidade objetiva. Em (16b), nada impede que o verbo **parecer** acumule essas duas funções nos casos em que a cópula suporte não é acionada na estrutura subjacente¹⁴.

Uma outra justificativa para tratar o uso de **parecer**₂ como operador de modalidade epistêmica objetiva é a possibilidade de paráfrase com outros auxiliares modais como **dever** e **poder**, nos casos em que **ser/estar** co-ocorrem com **parecer**, como mostrado a seguir:

- (17) a. π_2 : (Presente; modalidade objetiva **parecer** [V]) **ser**[V_{inf}] ((e₁): muito bom [Adj]) (x₁:o seu relacionamento...)_{zero} (e₁)
 = O seu relacionamento com pessoas mais velhas **parece ser** muito bom (PEUL/CENE38)
- a'. O seu relacionamento com pessoas mais velhas **deve ser** muito bom
 (= π_2 : probabilidade/necessidade epistêmica)
- a". O seu relacionamento com pessoas mais velhas **parece** muito bom. (= π_2 : probabilidade epistêmica)

¹⁴ Na GF evitam-se operações de apagamento, sempre que possível. De acordo com Dik (1989) não é vantagem para a teoria postular, na estrutura subjacente, um elemento que não aparece na superfície. Assim, a cópula figura na estrutura subjacente do predicado se ela também aparecer na expressão lingüística atualizada. Obtém-se esse esquema se se assume que a cópula é introduzida nas condições em que ela aparece e não que ela é apagada nas condições em que ela não ocorre.

Resumidamente, **Parecer₂**, nesses casos, atua somente no nível da predicação, colocando-a sob seu escopo. Há dois contextos que propiciam o tratamento do verbo como cópula-suporte: (i) o verbo comporta as marcas morfológicas de tempo, modo, concordância e aspecto qualificacional; (ii) além dessas marcas morfológicas, o verbo comporta um componente de modalidade objetiva (não-certeza, probabilidade) para o conteúdo descritivo da predicação.

Relativamente a **parecer₁**, **parecer₂** perde o estatuto de predicado, mas mantém ainda, como cópula-suporte, discursivamente determinada, o conteúdo descritivo de "ter semelhança de", "ter a aparência de", muito próximo da função cognitiva do uso anterior, que é acionada nesse uso para codificar uma comparação e uma avaliação não mais entre duas entidades referenciais, mas entre uma entidade referencial e um construto mental do falante. A ambigüidade que decorre desse uso refere-se ao fato de ao verbo poder ser atribuído tanto o valor de cópula-suporte de uma predicação, quanto o valor epistêmico e/ou evidencial, leituras essas que se tornarão mais claras nos usos posteriores em que um **EsCo-estado** dá lugar a outros tipos de **EsCo** (ação, processo, atividade, realização, mudança etc)¹⁵, codificados por um complemento oracional finito. Observe que os **EsCo**'s apresentados em (13) podem ser explicitados por meio do verbos **ser/estar** num complemento oracional não-finito (*certas liberdades pareciam ser excessivas, o senhor me parece ser uma pessoa bem politizada*), codificadores de estado por excelência. Entretanto, quando o complemento oracional assume a forma finita, a modalidade epistêmica subjetiva parece mais claramente tomar lugar. Nesse caso, a função referencial ou representacional (nível das descrições) dá lugar à função interpessoal, nível da manifestação das atitudes subjetivas do falante, avaliações por vezes imprecisas.

Observe a ocorrência destacada em (18) abaixo, na qual pode-se observar mais claramente como o verbo **parecer**, como índice de avaliação do falante e/ou de

¹⁵ A partir da combinação de dois traços semânticos mais gerais, [\pm controle] e [\pm dinâmico] (cf. nota 6), Dik (1989) oferece uma tipologia básica dos **EsCo**: [+ din, + cont]: ação; [+din, - cont]: processo; [-din, -cont]: estado; [-din, +cont]: posição. Acrescentando o traço [\pm telicidade] aos **EsCo** dinâmicos, obtém-se a seguinte subtipologia: [+din, + cont, + tel]: realização; [+din, + cont, -tel]: atividade; [+din, -cont, + tel]: mudança; [+din, - cont, -tel]: dinamismo.

evidência, incide sobre o EsCo-estado codificado na oração complemento (*está envelhecida a cidade*).

- (18) Me parece que está envelhecida a cidade né? ... ahn:: muita construção ... antiga não tem muita construção nova. (NURC/SET/DID/SP/343)

Conforme princípio da **gradualidade**, atuante nas alterações categoriais (Tabor e Traugott, 1998), uma propriedade sintático-semântica aproxima **parecer₁** de alguns usos que caracterizei como **parecer₂**. Em construção como (13b), o SN₂ (*uma pessoa bastante politizada*) na estrutura [SN₁ **parecer** SN₂], perde seu valor referencial, passando a funcionar como um qualificador. Esse desvio categorial pode ser postulado como a "ponte" que liga **parecer₁** a **parecer₂**. A nova função desempenhada pelo SN₂ permite que, em sua posição, sejam inseridas outras categorias de natureza qualificativa, como um SAdj ou SPrep de valor adjetivo. Essa gradualidade pode gerar leituras ambíguas entre **parecer₁** e **parecer₂**, que desaparecem quando, na posição do SN₂, ocorre uma forma com valor estritamente qualificativo (13a), que deixa, mais claramente, o SN₁ sujeito às avaliações imprecisas do falante, a "uma certa vaguidade", nos dizeres de Neves (2000, p. 185).

Nos usos que caracterizam esse estágio inicial de GR, ao lado de um valor epistêmico, também um valor evidencial começa a emergir, revelando o falante como fonte da informação do conteúdo proposicional. Atentando para o contexto mais amplo da ocorrência dada em (19) abaixo, verifica-se que a entrevistadora (E), tem como evidência direta para a proposição que formula (*o relacionamento parece excelente*), informações (auditivas) fornecidas pela informante (F), a partir das quais infere o conteúdo proposicional, em seguida, confirmado por F.

- (19) E-[Ah! Mas só essas filhas, nem eu brigava.
 F- Não, mas, de vez em quando, precisa também.
 E- (risos) Precisa. oh!
 F- Não, tão fácil assim não. [falando rindo] ninguém fica boazinha, assim, já de graça, não. Precisa torcer os pepinos, uma orientação, um acompanhamento, isso precisa. Nada nada floresce, a não ser, claro, evidente, se você deixar a planta selvagem, não? Agora, se você vai cultivar uma planta, você tem que

podar, você tem que regar, você tem que tratar, tirar as folhas secas, para que nasçam novas então a planta cuidada, diferente, não? E elas são plantinhas cuidadas. De vez em quando, tem que dar uma podazinha, (riso) e cortar os excessos e tal, mas isso numa boa, elas sabem que, numa boa, e essa (...) (da) minha parte.

E- o relacionamento de vocês de você com elas parece excelente.

F- Eu acho que sim. Eu acho, às vezes, eu me esqueço que eu sou mãe (ruído) delas, porque, para mim, esse negócio de mãe, um uma coisa [muito] muito diferente. (E43/Censo)

Mesmo diante de todas as informações apresentadas por F, que poderiam constituir evidências suficientes para um conteúdo conclusivo **certo** ("o relacionamento é ótimo"), E prefere preservar sua face, expressando tal conteúdo como **possível, provável**, a ser colocado para a apreciação de F, em razão de envolver um estado psicológico inerente a F.

Essa interpretação de possíveis traços evidenciais já presentes em usos de **parecer**₂ se confirma por comparação com os predicados de sensação do Japonês, uma língua com um sistema de EV altamente desenvolvido¹⁶ (cf. Hasegawa, 2002). Conforme Kato (1987), no PB, predicados de estados psicológicos (como **triste, alegre** etc) são possíveis de ocorrer em asserções, indiferentemente à pessoa gramatical do sujeito. Em japonês, asserções do mesmo tipo só são possíveis em situação normal de conversação para sujeitos de primeira pessoa. Quando o sujeito não é de primeira pessoa, alguma expressão evidencial, como **parecer**, por exemplo, é requerida. São os seguintes os exemplos de Kato:

- (20) a. Watakushi-wa kanashii.
Eu-top triste
- b. *Anata-wa kanashii.
Você-top triste
- c. *Kare-wa kanashii.
ele-top triste

¹⁶ Sobre a rubrica de *Evidencialidade* ou *acessibilidade de informação*, Hasegawa (2002, p. 4) mostra que o Japonês é uma língua que "força" seus usuários a marcar diferenças entre si e os outros, pelo uso de sentenças que expressam sentimentos humanos ou atividade mental, quando o falante não tem acesso direto à fonte. Os predicados sujeitos a essa restrição são denominados pela autora de *predicados psicológicos* [*psych predicates*].

A atuação de predicados dessa natureza sobre segunda ou terceira pessoa pede uma forma verbal (**-gatte-iru**), que ocorre justaposta ao mesmo radical (**Kanashi**). Essa forma, por sua vez, não pode ser usada para a primeira pessoa. Repare os exemplos ainda de Kato.

- (21) a. *Watakushi-wa kanashigatte-iru.
Eu-top triste-pareço
- b. Anata-wa kanashigatte-iru.
Você-top triste-parece
- c. Kare-wa kanashigatte-iru.
Ele-top triste-parece

Kato, recorrendo a Kuroda (1973), conclui essa primeira parte de sua análise assim se expressando:

tais predicados são epistemologicamente diferentes de adjetivos como alto ou quadrado. Juízos que contêm predicados desse tipo expressam fatos que podem ser falsos ou verdadeiros enquanto que aqueles que contêm adjetivos como 'kanashii' (triste), 'atsui' (quente), 'sabishii' (solitário) etc expressam estados do falante e não são passíveis de serem julgados verdadeiros ou falsos. Por outro lado, a forma verbal que equivale a dizer 'está agindo como se estivesse triste', é passível de ser constatada como um fato verdadeiro ou falso pelos sinais externos que o sujeito apresenta do estado interior.

[...]

Outro contexto em que a segunda e terceira pessoas do discurso não constituem impedimentos para o uso desses predicados, embora Kuroda não o mencione, é o das perguntas. Assim, posso perguntar a X se X ou Y está triste, mas não posso expressar que X ou Y esteja triste.

Dessa comparação, resulta que **parecer₂**, como cópula suporte, começa a restringir certas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas, como força ilocucionária (asserção) e concordância. Observe a seguinte ocorrência, em que a polaridade negativa, no enunciado seguinte, redefine o conteúdo do enunciado com **parecer₂**, que, expressando concordância em primeira pessoa, codifica uma impressão que, certamente, não é a do falante.

- (22) Quanto mais a gente menos falá é melhor. Apesar do que eu **pareço** tímido, mas num sou. Sô tímido, assim, pra iniciar uma relação. (PEUL/TEN/T25)

Sob tais análises, nos usos de **parecer**₂, temos a possibilidade de verificar a aplicação de quatro dos cinco critérios de EV, expostos em (7), porém não de forma inequívoca, dado seu estágio polissêmico:

- (i) o verbo indica a origem da informação, ou seja, uma evidência inferida, resultante do raciocínio do falante, como mostrado em (19) ("se ela trata das filhas, não permitindo os excessos, e as filhas reconhecem que da parte dela isso ocorre dentro de uma "boa", posso inferir daí que o relacionamento entre elas parece ser bom"). Pode-se, no entanto, questionar se o valor primeiro do verbo não seria apenas de caráter epistêmico objetivo, como, por exemplo, uma modalização do **ser** (*o relacionamento é excelente*), conforme argumentado nos parágrafos anteriores, o que ocasiona o entrecruzamento de valores epistêmicos e evidenciais;
- (ii) quanto a ser parte principal da oração, duas interpretações são possíveis: a primeira, se se entender que é entre o predicativo e seu sujeito que se forma a predicação principal – por exemplo, entre *certas liberdades e excessivas*, em (13a), entre *o senhor e pessoa bastante politizada*, em (13b) – então o verbo não participa da informação principal, interpretação que atende ao critério (b)¹⁷; a segunda, se o verbo for considerado essencial na formação da predicação, expressa por uma oração simples, então ele é parte da proposição principal, caso em que o critério (b) não se aplicaria;
- (iii) **Parecer**₂ restringe a possibilidade de concordância com o falante, se consideramos que estados (psicológicos) inerentes ao falante são

¹⁷ Favorável a esse interpretação está a análise dos gerativistas que consideram *excessivas* e *pessoa bastante politizada* como predicados que subcategorizam as formas nominais *certas liberdades* e *o senhor*, respectivamente, formando uma *small-clause* (cf. Miotto *et al.*, 1999). Mesmo a análise tradicional considera, nesses casos, o verbo **parecer** como sendo de ligação, portanto, não essencial para a relação de predicação verificada entre a forma adjetival e a substantiva.

evidências suficientes para ele mesmo, o que, na expressão lingüística, torna redundante qualquer marcação (*?estou certo de que/ ?eu acho que estou cansado*). Assim, uma frase afirmativa como *eu pareço cansado* pode não apresentar problemas do ponto de vista sintático e semântico, mas revela-se desprovida de coerência pragmática, considerando que o estado de cansaço é inerente ao falante e, portanto, dispensa qualquer justificativa evidencial; e mais, também não permite ao falante apresentá-lo como resultado de uma inferência sua ou como uma possibilidade. Há de se admitir entretanto a possibilidade de mitigação da força ilocucionária ou de torneios pragmáticos em que esse caso de concordância com o falante serve a um convite para a confirmação (ou reafirmação) da declaração contida na proposição (*realmente você parece cansado*);

- (iv) como argumentado em (i) a (iii), o valor de **parecer** tanto pode ser de ME objetiva quanto de EV, inviabilizando assim o critério (d);
- (v) por fim, a negação parece não atingir o sentido de **parecer**, quer seja ele interpretado como evidencial, quer como epistêmico. Assim, nesse emprego, nega-se sempre a relação de predicação existente entre o predicativo e seu sujeito. Por exemplo, tanto a frase "certas liberdades não pareciam excessivas" como a frase "certas liberdades pareciam não ser excessivas" indicam haver a seguinte relação de escopo: (**Parecer (NEG (predicação))**), podendo, assim, ser consideradas sinônimas. Essa análise favorece também a primeira interpretação anteriormente exposta em (ii) sobre a constituição da informação principal do enunciado com **parecer**.

2.3. Predicado encaixador de proposição

Como predicado que toma por escopo uma proposição, **parecer**₃ encontra um número considerável de análises, uma vez que é nesse uso que se configuram enunciados de maior complexidade estrutural. Relativamente ao modelo da oração em camadas, parece incontestável a análise do verbo como um predicado no qual se

encaixa um conteúdo proposicional, analisado como sujeito sentencial, que, nos termos de Dik (1997), representa uma construção encaixada em posição de primeiro argumento (A_1) de um predicado de atitude proposicional¹⁸.

A predicação encaixada em **parecer₃**, pelo modelo de oração em camadas, deve ser construída em uma estrutura de ordem superior a de um EsCo (e_i), mais especificamente, como uma proposição (X_i), que, nos termos de Dik, designa um "fato possível", entidade de nível 3 que, submetida a uma avaliação em termos de sua verdade, pode ser motivo de surpresa ou dúvida, de menção ou negação, de rejeição e de lembranças, de verdade ou falsidade. As ocorrências em (23), com os respectivos esquemas de predicado em (24), exemplificam esses usos.

- (23) a. Eu conheci aqui um pescador antigo que – para mim, eu considero assim uma história – mas isso lá foi há muitos anos, mas há muitos anos mesmo e – ele saiu para pescar e não voltou mais. Até hoje não se dá definição dele, ninguém encontrou o corpo, ninguém encontrou nada. Encontraram só a canoa dele, é, [Época depois, **parece** que foi encontrado, não sei se no Recreio ou na Barra da Tijuca] (PEUL/CEN/E03)
- b. É, nessa casa que a gente morava, ele, sei lá, acho que o pano de prato caiu, aí a gente tava lá na sala, entre a sala e a cozinha lá tinha um corredor, a gente tava sentado no sofá, [o pano de prato **parece** que se mexeu], sei lá, ele cismou que viu um gato correndo pela cozinha. (PEUL/TEN/T2)
- (24) a. π_2 : presente **parecer** [V] (X_1)_{sujeito/zero}
 ((X_1 :[π_2 : passado ((e_1):[ser encontrado [V] (x_1 :o corpo)_{meta}] (e_1))]) (X_1))
- b. π_2 : presente **parecer** [V] (X_1)_{sujeito/zero}
 ((X_1 :[π_2 : passado ((e_1):[mexer [V] (x_1 :o pano de prato)_{processado}] (e_1))]) (X_1))

Observe-se que o que permite tratar a estrutura encaixada como uma proposição ou predicação é a natureza semântica do predicado matriz¹⁹, que, em (23), especifica uma proposição e não um EsCo como um todo. Assim é que, em (24), atuando sobre a proposição (X_1), **parecer₃** expressa lexicalmente **modalidade**

¹⁸ Dik (1997, p. 106), com base na tipologia de construções complexas dadas em Noonan (1985), define predicados de atitude proposicional como aqueles que "especificam a atitude de uma pessoa em relação aos fatos possíveis designados pelo complemento proposicional". Essas atitudes compreendem atitudes intelectuais ou emocionais. Também Noonan (1985, p. 42) considera a existência de sujeitos oracionais.

¹⁹ Cf. nota 10 do capítulo anterior para uma distinção entre predicação e proposição encaixada.

epistemológica (Hengeveld, 1988, 1989)²⁰. Mais adiante, volto a discutir a diferença estrutural entre (23a) e (23b), relativamente à posição do sujeito da construção encaixada.

Mais claramente do que em **parecer₂**, o valor semântico-pragmático de **parecer₃** expressa a atitude do falante em relação ao conteúdo da proposição (X_1). Em outros termos, no nível interpessoal, o falante deseja que o ouvinte adicione, com certas reservas, o conteúdo de X_1 à sua informação pragmática. Há, por parte do falante, uma preocupação em especificar sua postura em relação à verdade da proposição que ele apresenta à consideração do ouvinte, caracterizando a **modalidade epistemológica evidencial**. **Parecer₃** serve para modalizar ou mitigar a força asseverativa do conteúdo informacional do complemento oracional nele encaixado, funcionando como uma "nota-de-rodapé" para o entendimento do conteúdo da oração encaixada e não uma declaração em si pretendida pelo falante. Resta, entretanto, explicitar, para o caso em questão, o "adjetivo" evidencial nesse rótulo proposto por Hengeveld.

A mesma gradualidade verificada nas alterações de propriedades de **parecer₁** para **parecer₂** pode também ser verificada entre **parecer₂** e **parecer₃**, relação de mudança que é caracterizada por alterações de propriedades discursivas e funcionais, a saber: do funcionamento no nível **ideacional** para o funcionamento no nível **interpessoal**.

Como resultado de uma reanálise semântica e sintática, o verbo tem agora ampliadas suas propriedades de subcategorização de complemento oracional. A predicação do tipo estado, característica do uso anterior, dá lugar, no uso de **parecer₃**, à presença de outros tipos de complementos (finitos ou não-finitos), que passam a abranger outros tipos de EsCo, como ação, processo, evento etc. Os

²⁰ De acordo com a tipologia de modalidade dada em Hengeveld (1989, 1988), a modalidade epistemológica é definida por todos "os meios lingüísticos por meio dos quais o falante expressa seu comprometimento em relação à verdade da proposição" (1989, p. 138-139), comportando uma subdivisão em: (i) **subjativa (epistêmica)**: por meio da qual o falante especifica o tipo (certeza, probabilidade, possibilidade) e o grau (forte, fraco) de seu comprometimento; (ii) **evidencial (inferencial, citativa, experiencial)**: por meio da qual, além do comprometimento, o falante especifica como a proposição chegou a seu conhecimento, podendo ele ser a fonte ou não da informação (cf. Fig. 8, do capítulo anterior).

valores epistêmico e evidencial, possíveis para **parecer**₂, são agora inequívocos para **parecer**₃. O verbo apresenta, nesse uso, uma função modalizadora que indica comprometimento fraco do falante com relação ao conteúdo proposicional expresso na oração encaixada, e tem a acepção de "ser verossímil, crível, provável" ou ainda a de "ser opinião ou parecer (de alguém)". Indica a modalidade da manifestação aparente.

Aqui o esquema cognitivo que dá sustentação à função interpessoal tem suas origens nos usos anteriores. A comparação e a avaliação que, em **parecer**₂, envolviam estados de mundo possíveis que são parte do conhecimento enciclopédico do falante, dão lugar apenas à avaliação do conteúdo proposicional – cuja fonte é o falante –, sempre resultante de uma **evidência indireta inferida não especificada**.

Segundo Willet (1988), caracteriza esse tipo de evidência o fato de que o falante afirma saber da situação descrita somente por meio de inferência, mas não aparece especificado se essa inferência está baseada em resultados observáveis ou se somente em raciocínio.

Deve-se atentar aqui para o uso do termo **fonte**: a **fonte de inferência** (o falante) não deve ser confundida com a **fonte da evidência** (direta, indireta). É esse último tipo de fonte que não aparece especificado no uso de **parecer**₃²¹. Isso equivale a dizer que, nesses casos, o falante é a **fonte de inferência**, mas a **fonte de evidência** não é especificada.

Embora nos limites do complexo oracional com **parecer**₃ não seja especificada a fonte da evidência em que se baseia a inferência do falante, a recorrência ao contexto mais amplo pode auxiliar na identificação dessa fonte. Explicitando isso por meio da ocorrência dada em (23) tem-se que: o falante infere o

²¹ Um exemplo similar desse funcionamento de **parecer** é a expressão **diz que** estudada por Casseb-Galvão (2001). Em sua tese de doutorado, ela mostrou que a forma **diz que** é um recurso gramaticalizado no português que revela um tipo de evidência: o falante não é a fonte do conteúdo proposicional encaixado, cujo conhecimento chega a ele por meio de evidências de tipos variados, que seguem a seguinte escala: **Citativo**, **Intuitivo** > **Reportativo de mito** > **Assumido** > **Inferido** > **De boato** > **Especulativo**. Assim, o efeito discursivo obtido é o de ocultação da fonte da informação e, conseqüentemente, o descomprometimento do falante. (Cf. Casseb-Galvão, 2001; p. 216-221).

conteúdo proposicional encaixado em **parecer** (*época depois, parece **que o corpo foi encontrado...***) a partir de relatos por ele não assumidos como verdade (*para mim, eu considero (isso) uma estória – mas isso lá foi há muitos anos, mas há muitos anos mesmo, porque não se dá definição dele, ninguém encontrou o corpo, ninguém encontrou nada. Encontraram só a canoa dele*). Por essa razão, o falante qualifica epistemicamente esse conteúdo proposicional, avaliando-o como algo possível. Certamente, numa situação diferente, em que o falante tivesse evidência direta, a qualificação modal seria outra, a de certeza²².

Nas ocorrências de **parecer**₃, pode, então, ser verificada uma maior consistência para a interpretação do verbo como portador de marcas de EV indireta inferida, além da de ME, o que, por razões semânticas e sintáticas, comprova seu uso mais gramaticalizado.

Para reforçar minhas argumentações, passo então à análise de outras ocorrências, chamando atenção para as expressões sublinhadas que co-ocorrem com **parecer**. Essas expressões auxiliam na construção dos efeitos de sentido que acionam o espaço epistêmico para a qualificação modal e a marcação da EV indireta inferida. Vejamos as primeiras ocorrências em (25)²³.

- (25) a. Tem um posto de saudezinho aí embaixo que **parece** que faz ali uns curativozinho de vez em quando. Vem um medico que **parece** que não sei se vem todo o dia, não estou ao par, eu não estou em condições de dar essa informação, porque eu não freqüento esse posto de saúde, não foi preciso ainda. Mas vem um medico aí. **Parece** que vem de manhã cedo, oito ou nove horas, e dá lá umas consulta é vai embora. (PEUL/CEN/E03)
- b. A moto **parece** que naquela época custou uns oitenta e poucos mil cruzeiro. (PEUL/CEN/E33)

Pelos contextos dados em (25), verifica-se mais claramente o traço evidencial de **parecer**, pelo fato de os eventos contidos nas proposições se apresentarem de alguma forma distante da consciência do falante, quer por razões físicas (25a) ou

²² Essa análise traduz o equacionamento que propus para o entrecruzamento entre modalidade e evidencialidade (cf. Fig. 9, cap. II).

temporais (25b), refletindo assim algum grau de dúvida em relação à factualidade²⁴ do conteúdo proposicional. O verbo **parecer** marca, então, uma evidência indireta a partir de um conhecimento não atestado ou de um conhecimento experienciado, mas remoto (distante da consciência do falante).

A **evidência indireta inferida** de situações apresentadas como provável/possível é mais clara em (25a), cujo contexto cuida de esclarecer que o falante não tem/teve evidência direta para o conteúdo de sua informação e, por isso, ele infere ser o caso (*funcionamento do posto de saúde*). É em (25b) que o fator distanciamento dos eventos da consciência do falante, enfatizado por marcas temporais, contribui para colocá-lo (falante) como fonte da informação, tomando para si a responsabilidade de uma possível divergência entre o fato apresentado e a realidade, razão que levará a asserção a refletir algum grau de dúvida em relação à probabilidade de a realidade apresentada ser verdadeira. Esse entrecruzamento caracteriza uma evidência indireta inferida a partir de eventos passados. Observe que, em ambos os casos, **parecer** é marca do falante como fonte da informação como um todo; o que varia é o tipo de evidência indireta a partir da qual o falante infere o conteúdo proposicional por ele apresentado: se relato, se boato, se evento remoto experienciado, se resultados observáveis etc.

Um outro exemplo que confirma que o distanciamento do evento da consciência do falante determina, muitas vezes, o entrecruzamento de EV e ME é mostrado em (26) abaixo.

(26) Inf: eu tenho assistido umas Peças eu assisti u::ma com a::aquela artista magrinha de televisão aquela moreninha que é bailarina também...eh

Doc: Marília Pera

Inf: Ma/ é...também não lembro o nome da peça mas me parece que era...`Um grito num::'

Doc: `parado no ar'...

²³ Valho-me aqui de algumas ocorrências extraídas de outros inquéritos do NURC e do PEUL, que foram as primeiras a me chamarem a atenção para o possível valor evidencial de **parecer**.

²⁴ Entre as mais de 30 línguas que investigou, Willet (1988) detectou que, nas implicações do uso de tipos de evidenciais com a concepção de verdade de uma situação, "quanto mais remota uma situação na consciência do falante, menos factual ele a considerará", em razão do julgamento que faz da realidade que embasa suas evidências.

Inf: ach/ não não foi essa... (NURC/SET/DID/234/SP)

Nessa ocorrência, dado o distanciamento do fato ocorrido do momento do ato de fala, verifica-se, no turno da informante, uma declaração de perda temporária de conhecimento (*não me lembro o nome da peça*) usada para justificar a falta de exatidão da informação (*o nome da peça*) que é apresentada como verdade potencial da qual a falante se coloca como fonte²⁵. Essa análise pode ser confirmada pela presença, junto ao verbo **parecer**, do clítico dativo **me**, marca lingüística de reforço que torna inequívoca a interpretação do verbo como marcador de EV indireta inferida, dada pela perda temporária de um conhecimento anteriormente adquirido em experiência direta.

É interessante observar, nessa mesma ocorrência, que a correção complementar da informação feita pelo documentador (Doc) já estava assegurada no turno da informante, por meio das pistas por ela fornecidas sobre sua competência epistêmica referente ao assunto. Nesse caso, o uso do verbo **parecer** deixa a informante de alguma forma descomprometida com a exatidão do conteúdo da proposição, já que justificativas foram previamente dadas por ela para sua possível falta com a verdade dos fatos. Com a sinalização de sua (pouca) competência epistêmica, é como se a informante propusesse ao seu interlocutor um diálogo implícito do tipo: “qualquer responsabilidade da não correspondência do que digo com os fatos deve a mim ser atribuída, em razão da minha falta de lembrança de uma situação passada por mim experienciada”.

O auto-julgamento da competência epistêmica para o desenvolvimento de um tópico discursivo também aparece evidenciado na ocorrência (27). Pode-se verificar como, nessa base, o falante constrói, de alguma forma, o espaço discursivo que o licenciará a usar uma forma de descomprometimento com a verdade do conteúdo

²⁵ Nesse inquérito, durante o desenvolvimento do tópico discursivo “cinema, teatro”, proposto pelo documentador, não apresentado aqui por questão de brevidade, a informante, em esforços repetitivos, faz referência à sua dificuldade em se recordar de nomes de atores, de filmes e de peças teatros, por meio da expressão “eu não me lembro”, e negocia com o documentador essa sua dificuldade.

declarado em seu enunciado, que, encaixado no verbo **parecer**, reflete uma **evidência indireta** possivelmente **inferida** pelo falante.

- (27) eu num posso no momento... lhe dar... uma resposta afirmativa sobre essa questão... porque me faltam meios... para... poder... digamos assim entrar nesse assunto... em maior profundidade... porque eu não estou realmente familiarizado com essa questão ... sei apenas que os associados são obrigados a pagar uma determinada taxa... e essa taxa eventualmente ou anualmente... ela sofre **me parece**... que um reajuste reajuste esse que é... debatido... entre os associados através das chamadas assembléias... que são convocadas pelo seu presidente... com a finalidade de debater assuntos... de interesse da coletividade (NURC/SET/DID/REC/131)

Na ocorrência dada em (28) abaixo, baseada em conhecimentos (insuficientes), a informante se mostra como fonte da informação **inferida** constante na proposição encaixada no verbo **parecer**.

- (28) ... agora existe o:: concurso já faz ahn já:: já caducou não tem validade ... mas ainda tem um número ... de acho que uns trinta umas trinta pessoas mais ou menos ... que entraram com um novo mandato de Segurança não sei exatamente alegando o quê mas entraram quer dizer que então:: estão também aguardando também o resultado disso ... mas **parece** que não vai dar nada. (NURC/SET/D2/360/SP)

Nesse caso, a proposição *o mandato de segurança não vai dar em nada* pode ser analisada como uma inferência da informante, que está baseada em uma evidência de algum tipo, julgada por ela como uma causa possivelmente insuficiente (*o concurso já caducou, não tem validade*) para uma asseveração. Como desconhece as causas que levaram à impetração de um novo mandato de segurança (*não sei alegando o quê*), infere, como negativo, um possível resultado favorável ao mandato (*parece que não vai dar em nada*). A presença do contrajuntivo **mas** antecedendo o enunciado com **parecer** expressa que qualquer contestação (do resultado desfavorável ao mandato) que o interlocutor venha a fazer já foi, antecipadamente, considerada pela informante, mesmo diante da pouca precisão dos conhecimentos que ela tem. Assim é que ela já prevê, por recurso a **parecer**, uma possível contestação para o que está afirmando, do tipo: “como você pode afirmar que não vai dar em nada, se desconhece as causas que levaram à impetração do mandato?”.

O caráter de **parecer** como forma que, ao mesmo tempo que descompromete, remete à uma fonte de inferência, pode, por último, ser confirmado pela ocorrência dada em (29).

- (29) Mas eu tenho a impressão que ela acabou se vendo mais [...] cerceada ela chegou a um ponto...eu não a conheço eu a vi duas ou três vezes eu nunca conversei com ela () mas pelo pelo que chega à gente de terceiros parece que ela (ao menos) tentou lutar tentou lutar e:: não conseguiu. (NURC/SET/D2/360/SP)

Antecedem o uso de **parecer** várias inserções parentéticas de caráter evidencial, expressas por meio dos verbos de cognição (**conhecer**), de percepção (**ver**) e de elocução (**conversar**), que suspendem o fluxo do discurso e auxiliam na criação do espaço epistêmico do irreal/possível (*eu tenho impressão*), no qual se assentará a baixa responsabilidade da informante pelo conteúdo proposicional encaixado em **parecer** (*ela tentou lutar e não conseguiu*). Na verdade, essas inserções revelam que a informante não é portadora de nenhum tipo de evidência direta atestada (como ver e ouvir) e, portanto, tudo o que afirma é apenas uma conjectura sua. O descomprometimento com a verdade da proposição é reforçado sobretudo pela última inserção parentética contrajuntiva que antecede o uso de **parecer** (*mas pelo que chega a gente de terceiros*), por meio da qual a informante parece não dar como confiável a evidência relatada indiretamente e infere uma situação (*ela tentou lutar*) a partir de informações (boatos) que chegam até ela.

Pelas ocorrências analisadas acima, os critérios de EV dados em (7) ajustam-se, então, a **parecer**₃ pelas seguintes razões:

- (i) a EV precede a ME, uma vez que o verbo primeiro indica algo sobre a fonte da inferência representada na proposição (evidência indireta inferida). O valor epistêmico pode então ser analisado como uma decorrência do valor evidencial;
- (ii) **parecer** não integra a informação principal da proposição, porque mais gramaticalizado;

- (iii) em todos os casos, o verbo, perdendo seus privilégios morfossintáticos, aparece na forma impessoal de terceira pessoa, não sendo possível, portanto, a concordância com o falante; embora possível a ocorrência em outros tempos, prevalece, quase categoricamente, a forma de presente do indicativo;
- (iv) como indicado em (i) imediatamente acima, parece compatível a atribuição primeira de um significado EV ao verbo;
- (v) não diferente do que foi mostrado para o caso de **parecer**₂, a negação atinge somente o conteúdo proposicional de **parecer**₃, como revelam as paráfrases em (30) abaixo.
- (30) a. a. **Não parece** que (o médico) vem de manhã cedo...
 (= parece (não (o médico vir de manhã cedo)))
- b. b. A moto **não parece** que naquela época custou uns oitenta e poucos mil cruzeiros
 (=parece (não (a moto custar oitenta e poucos mil cruzeiros)))

Resumidamente, as análises aqui apresentadas apontam para a possibilidade de se interpretar **parecer**₃ também como um marcador de **Evidência Indireta**, cujos efeitos de sentido contribuem para um fraco comprometimento do falante com a verdade da proposição, que é apresentada como provável/possível.

2.4. Satélites parentéticos

Além do uso descrito sob o rótulo de **parecer**₁, outros que não aparecem suficientemente descritos na literatura, quando se trata de construções que envolvem tal verbo, são os usos que caracterizo como **satélite atitudinal** de caráter adverbial. Nesses usos, como mostrarei a seguir, apenas propriedades formais distinguem **parecer**₄ de **parecer**₅, o primeiro funcionando como um **quase-satélite** e o segundo, como um **satélite**.

Como já mostraram Ilari *et al.* (1996), uma noção necessária para a identificação da contribuição semântica dos advérbios é a noção de escopo, entendida “como o conjunto de conteúdos afetados por algum operador”, no caso, o próprio advérbio. Os autores advertem que as maneiras como o advérbio pode afetar a construção de que ele participa são extremamente variadas, sendo suas posições (marginais ou intercaladas) um dos fatores determinantes do escopo.

Segundo Dik *et al.* (1990), os satélites, em geral, são os meios lexicais opcionais que sustentam informação adicional a um dos níveis hierárquicos do modelo da oração em camadas. São **opcionais** porque, se omitidos, não afetam a boa-formação do enunciado em que ocorrem; **sustentam informação adicional** porque a informação principal está contida na estrutura do enunciado à qual o satélite é adicionado. De acordo com a tipologia dos satélites dada por esses autores, a sua classificação é feita a partir do nível da oração em que atuam (predicado, predicação, proposição, ilocução, oração)²⁶. Interessa destacar aqui os **satélites proposicionais** que, como o próprio nome já sugere, têm por incidência uma proposição

Dik *et al.* (1990, p. 35-38) classificam os satélites de proposição (σ_3) da seguinte forma²⁷:

²⁶ A função básica desses cinco tipos de satélites é formulada como segue (cf. Hengeveld, 1990):

- σ_1 : satélites de predicado: especificam propriedades adicionais do EsCo;
(você dançou **bem**_{modo})
- σ_2 : Satélites de predicação: especificam o cenário do EsCo;
(você dançou bem **ontem**_{tempo})
- σ_3 : Satélites de proposição: especificam a validade do conteúdo proposicional;
(você **certamente**_{atitude} dançou bem)
- σ_4 : Satélites de ilocução: marcam as estratégias comunicativas do falante;
(**Francamente**_{modo ilocucional}, você certamente dançou bem ontem)
- σ_5 : satélites de oração: especificam o cenário do enunciado.
(Francamente, você certamente dançou bem ontem, **se posso dizer isso**_{condição})

²⁷ São exemplos de cada um desses tipos de satélites:

- (i) De atitude : **Em minha opinião**, você não deveria ir. (orientado para o conteúdo)
- (ii) De fonte : **Segundo o serviço de meteorologia**, hoje vai chover.
- (iii) De evidência : **Dada a ausência dele nos últimos dias**, ele deve ter viajado.
- (iv) De motivação : João está em casa, **porque eu vi o carro dele lá fora**.

- (i) **de atitude** (orientado para o conteúdo, orientado para o evento, orientado para o participante): especifica a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional ou apenas parte dele;
- (ii) **fonte**: especifica uma terceira parte apresentada como sendo a responsável pela informação contida na proposição;
- (iii) **evidência**: especifica a ocorrência de um EsCo que serve de evidência para o conteúdo proposicional; e,
- (iv) **motivação**: especifica um fato que sustenta o fato designado pelo conteúdo proposicional.

Um tanto confusa nessa descrição de Dik e seus colaboradores é a definição de satélites proposicionais que marcam a **fonte**, em que parece desconsiderado como fonte da proposição o próprio falante. Assim considerando, assumo aqui, para descrição dos usos de **parecer** como satélites parentéticos, os mesmos valores semânticos discutidos para os casos de **parecer**₃. No meu entendimento, os efeitos de sentido quer em **parecer**₃ quer em **parecer**_{4,5} são os mesmos; apenas os meios categoriais são diferentes.

Os casos de **parecer**_{4,5} equiparam-se, então, a satélites de atitudes proposicionais σ_3 , que atuam diretamente na camada proposicional, a exemplo de **parecer**₃. Por meio de **parecer**_{4,5}, o falante avalia o conteúdo proposicional apresentado em um ato de fala, ou apenas parte dele, o que depende das propriedades distribucionais do item na oração. Desse modo, em acordo com o comportamento de outros satélites, os valores de **parecer**_{4,5} podem se orientar ou (i) para o conteúdo da proposição, ou (ii) para um dos participantes (x) do EsCo descrito no interior da proposição.

2.4.1. Parecer₄: um quase-satélite

Parecer₄, como um parentético, assume valores sintático-semânticos próximos aos de satélites adverbiais de nível 3, que também atuam na camada proposicional. Repito, por conveniência, em (31), exemplos já dados em (4).

- (31) a. hoje pode-se fazer o [casamento] religioso com efeitos civis e tal... então mas no/ [nós nos casamos no civil... parece que de manhã... assim por volta de... dez e meia onze horas por aí]. (NURC/RJ/SET/71)
- b. [o pedágio] passou para parece que setenta cruzeiro a partir de dia prime- depois de amanhã. (PEUL/CEN/E32)

Parecer₄ em posição medial, ou seja, rompendo a estrutura de constituição da oração, caracteriza-se pela presença do “complementizador” **que** ainda atrelado ao “verbo”, mas não introduzindo mais um complemento oracional, como em **parecer₃**, mas apenas um constituinte da oração que, semanticamente, toma por escopo: em (31a), um adjunto temporal, e, em (31b), um objeto de preposição. Observe que a incerteza do falante, em (31a) diz respeito ao horário do casamento, e em (31b), sobre o novo valor do pedágio, e não sobre os EsCo em si, codificados na proposição.

Esses casos constituem argumento para afirmar uma das propriedades da GR: a união/compactação da estrutura [verbo + complementizador], nesse uso, não mais analisada como dois constituintes, mas uma só forma, possivelmente originada na **reanálise** do uso anterior, em que, claramente, o complementizador introduz um complemento oracional finito, como mostra o exemplo dado em (32a), transcrito atrás²⁸ e aqui repetido.

- (32) a. o pano de prato parece que se mexeu
- b. Muitas mães parecem que fazem das filhas o que elas queriam pra elas. (PEUL/TEM/T27)

²⁸ Esse mesmo argumento poderia ser usado para indicar que já **parecer₃** na ocorrência em (32b) conteria propriedades sintáticas que permitiriam sua análise como satélite atitudinal de nível 3. Some-se a isso a tendência de satélites proposicionais ocorrerem em posição anteposta à proposição que ele escopa.

Uma possível correlação para o uso de **parecer₄** pode ser buscada nesses casos de topicalização do sujeito da oração encaixada, colocado em posição anteposta ao verbo, como mostra (32a). Nesse uso, a seqüência [verbo + complementizador] parece romper a estrutura canônica da oração [*o pano de prato se mexeu*], o que pode levar o ouvinte a uma reinterpretação induzida pelo contexto e a proceder da mesma forma em qualquer parte da oração, um caso de reanálise. Procedida essa reanálise, o complementizador, não mais funcional sintaticamente, é apagado, e mais claramente o “verbo” assume as propriedades de satélite. Entretanto, há de se observar que, semanticamente, a presença do “complementizador” marca com clareza o constituinte que ele escopa, caso nem sempre claro em **parecer₅**, como será visto adiante.

Na verdade, esses casos podem representar que a posição assumida por **parecer₄** no interior da oração faz diminuir (e não eliminar) o grau de incerteza que recairia sobre toda a proposição (“**parece** [que nós nos casamos no civil de manhã]”, “**parece** [que o pedágio passou para setenta cruzeiro]”), uma vez que a presença do “complementizador” é que permite determinar com clareza o elemento escopado. Sob essa hipótese, o elemento escopado deve ser interpretado como sendo ele o portador de menor grau de comprometimento com a verdade do seu conteúdo, do que toda a proposição. Em outras palavras, há assim um desequilíbrio entre o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição (maior) e com a verdade de apenas parte dela.

Relativamente à sobreposição dos valores epistêmico e evidencial, verifica-se em (31a) um EsCo experienciado pelo informante em um tempo remoto, daí o seu descomprometimento com a verdade sobre a localização temporal desse EsCo. Em (31b), embora estejam ausentes marcas textuais que possam assegurar o tipo de evidência que sustenta a informação proposicional (*o pedágio passou para setenta cruzeiros*), tudo indica que a informação chegou até o informante de fontes outras (relato, boato, notícias etc), também um tipo de evidência indireta.

2.4.2. **Parecer₅: satélite atitudinal**

Parecer₅ apresenta uma completa independência sintática no enunciado modalizado, podendo ocorrer em posições iniciais (33a), mediais (33b) ou finais (33c), como exposto abaixo, diferenciando-se do uso anterior, pela completa ausência do “complementizador” **que**.

- (33) a. Esse homem **que** não é ou não se diria ser um homem RICO é um trabalhador simples ... ele mora decentemente ... não sei se ganha bem ... [**me pa-re-ce** se eu bem entendi o salário mínimo é trezentos dólares o que está muito acima do salário mínimo brasileiro] (NURC/RJ/COM/27)
- b. tinha festa de orfanato. Aquela ali é a festa, também, muito relacionada ali, dada às crianças. Ali, é a coisa <bo-> é no primeiro de maio. Esse ano não teve, caiu no Domingo, onde - <dom-> Domingo – então, [eles preferiram transferir **parece** para o dia das crianças], porque, em geral, os – a religião dele, aos Domingos, [não] – não – é dia completamente de – que não tem comércio, não é? (PEUL/CENE32)
- c. naquele tempo não se tomava uísque tomava-se chope então tinha um barrilzinho de cho:pe uns... uns sanduíches... naquele tempo devia ser presunto e queijo ... **parece** ... eu não me lembro bem ((risos)) mas devia ser assim. (NURC/RJ/SET/71)

Também critérios prosódicos marcam os modais parentéticos (cf. Tenani, 1997), tais como aumento da velocidade de fala e mudança na tessitura, a qual passa de alta a baixa ou vice-versa, e, dependendo da tessitura do enunciado adjacente ao parêntese, “flexões prosódicas sugerem que ele está menos integrado com o restante [da oração]” (Dik *et al.*, 1990, p.36).

O valor de **parecer₅** pode orientar-se, (i) quando em posição inicial e final, para o conteúdo da proposição (34), e, (ii) quando em posição medial, para um dos participantes (x) do EsCo descrito no interior da proposição (35), como é o caso de **parecer₄**, que só aparece em posição medial.

- (34) a. [**me parece**... os: presidentes são: eleitos por um período de três anos] (NURC/SET/DID/REC/131)
- b. a filha do Osvaldo ... nesse tempo meu genro era ... [vereador ... **parece**] (NURC/SET/D2/396/SP)
- (35) a. mas esse colégio:: éh Florence:: depois é que foi vendido para ... [**parece** dona Rosa Flat] (NURC/SET/D2/396/SP)

- b. Depois cessou essa época [agora estão voltando **parece** com a ópera rock também] (NURC/SET/D2/333/SP)
- c. eles preferiram transferir [**parece** para o dia das crianças] (PEUL/CEN/E32)

O satélite em posição medial e a ausência do “complementizador” (que, no caso anterior, claramente marcava o constituinte escopado) podem levar a ambigüidades de escopo, se o satélite não estiver claramente delimitado por pausas, como em (35b). Se isso ocorre, o elemento escopado pode ser a proposição como um todo (*agora [**parece** que estão voltando com a ópera rock também]*) ou apenas parte dela (*agora estão voltando [**parece** com a ópera rock também]*). A esse respeito, Ilari *et al.* (1996, p. 129) dizem que, mesmo nos casos em que segue o verbo, o advérbio “tende a tomar como seu escopo o elemento que está à sua direita”.

O que se constata até aqui, é que, à medida que avança a alteração de propriedades sintático-semânticas, **parecer** se descategoriza, fixando-se na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, alterando assim os privilégios sintáticos de sua categoria original de verbo, para assumir valor de satélite, caso em que não se aplicaria mais um esquema de predicado, como os dados para **parecer**_{1,2,3}. Em (36) abaixo, mostro somente o nível da oração ao qual **parecer**_{4,5} se liga, expressando a opção lexical de expressão de ME/EV.

(36) E₁ IL (F) (O) (σ_3 X₁: (proposição) (X₁)) (E₁)

Uma objeção à interpretação de **parecer** como um caso de GR reside nesses usos identificados como **parecer**₅, cujas propriedades gramaticais lhe conferem uma outra relação com a oração, não mais de predicado, mas de adjunto. Essa alteração representaria um caso de desgramaticalização? No interior das definições e tendências apresentadas no capítulo introdutório deste trabalho, a resposta seria negativa, em função de ser claro o “rebaixamento” de estatuto categorial do item. Nesse sentido, o enfoque da mudança recai sobre o item em si e não nas relações

que ele mantém com outros elementos das construções de que participa. Essa relação serve apenas como **um dos** parâmetros de investigação do grau de autonomia do item, como será visto nos próximos capítulos (cf. Lehmann, 1995 [1982]).

Além dessa objeção, o fato de ocorrer no interior da oração (posição medial) pode não ser propriedade suficientemente forte para a identificação de **parecer**_{4,5} com satélites, uma vez que algumas classes de verbo, como por exemplo os verbos-ponte, apresentam comportamento semelhante²⁹. Entretanto, as outras posições possíveis de **parecer**₅ (inicial e final) contribuem para sua identificação com os satélites.

Embora não tenha realizado um levantamento sobre os tipos que podem funcionar como verbo-ponte, minha suspeita é a de que eles constituem uma classe muito pequena. Por ora me parece que bons exemplares seriam mesmo os verbos *dicendi*, sobretudo os introdutores de discurso relatado. Observo, contudo, a propriedade semântico-pragmática que os aproxima dos verbos de atitude proposicional que codificam também evidencialidade e que ocorrem no interior da oração: marcar a fonte da informação, uma evidência indireta, promovendo o descomprometimento do falante com o conteúdo informado. (Cf. Casseb-Galvão, 2001)³⁰. De qualquer forma, me parece que são as propriedades gramaticais que colocam os verbos-ponte de algum modo diferentes dos usos de **parecer**_{4,5}: enquanto esses apresentam um conteúdo orientado para o falante, sem com ele apresentar qualquer relação morfológica, aqueles têm conteúdo orientado para um agente,

²⁹ Como me apontou Mary Kato, carecem de uma explicação os usos parentéticos com verbo-ponte que se assemelham a **parecer**_{4,5} e que não são possíveis de serem identificados com os advérbios. Expressam essa semelhança as construções abaixo:

- (i) a. Maria está grávida, **parece** que de Pedro.
- b. Maria está grávida, **disse** ela do Pedro.

³⁰ Embora não faça em seu trabalho um estudo sistemático sobre a posição da expressão **diz que** como marcador gramaticalizado de evidência indireta, Casseb-Galvão (2001, p. 194) identifica usos deslocados como em:

- (i) "Nas Escrituras Sagradas há muitos casos como esses em que Jesus Cristo expulsou o demônio do corpo de muita gente, *diz que*" (p. 194),

Usos de **diz que** como esse são interpretados por ela como tendo origem no uso pleno do verbo **dizer**, no contexto de 3ª. pessoa do presente do indicativo. O que quero dizer é que os usos do verbo **dizer** como verbo-ponte podem sim constituir alterações que, posteriormente, o deslocarão para uma categoria diferente da de verbo, como já mostrou Casseb-Galvão (2001). Cf. nota 21, anterior.

expresso gramaticalmente. Essa pode ser uma explicação que justifique o fato de os verbos-ponte não serem tratados como advérbios, enquanto verbos de atitudes proposicionais de conteúdo orientado para o falante o podem, mesmo naqueles usos “cristalizados”, como ocorre com as formas **(eu) acho**, **(eu) acredito**, **(eu) creio**, **(eu) suponho** etc.

Como o modelo da oração em camadas trata apenas das relações de hierarquia entre os diferentes níveis de estruturação da oração (predicado, predicação, proposição), meu foco de atenção volta-se, na próxima seção, para a atuação dos princípios de ordenação dos constituintes em construções com **parecer**, considerados regras de expressão e não de estruturação.

3. A ordenação dos constituintes nas construções com *parecer*

De acordo com a teoria de ordenação dos constituintes proposta pela GF (Dik 1989), cada língua possui um ou mais padrões funcionais, de acordo com o esquema dado em (37) abaixo.

(37) P2, P1 (V) S (V) O (S), P3³¹

A partir desse padrão funcional, Pezatti e Camacho (1997), baseados em evidências empíricas e funcionais, propõem dois padrões de ordenação para o PB:

- (38) a. P2, P1 V S (O), P3
 b. P2, P1 S V (O), P3

que dão conta da passagem do padrão VS (38a), ainda usual no PB, para o novo padrão funcional SV (38b), fixado na língua pela tendência vigente da topicalização do Sujeito. Assim, a oração considerada neutra em português tem a estrutura

SV(O), com S ocupando, na verdade, a posição de Tópico, o que leva a fusão P1/S, na maior parte das orações.

3.1. **Parecer₁**

Quanto à ordenação dos constituintes na oração em que figura **parecer₁**, pode ser verificada a aplicação do padrão básico dado em (38b), do qual (39) é um exemplo de realização desse padrão:

(39) a. P2, P1 S V (O), P3

b. [Eu]_(P1/S) **pareço** mais_(V) [a mãe dela]_(O), porque a mãe dela fica o tempo todo fora de casa. (PEUL/TEN/T11)

em que a posição P2 e P3 são acionadas somente quando constituintes não-argumentais (como Tema e Antitema) ocorrerem na estrutura oracional. Assim, as ocorrências de **parecer₁** podem ser enquadradas na predicação completa dada pelo padrão [P1 S V (O)].

3.2. **Parecer₂**

O padrão sugerido para as construções com **parecer₂** é o dado em (40) a seguir:

(40) P2, P1 S Vf (Vi) O, P3

a. [O relacionamento de você com elas]_(P1/S) **parece** excelente]_(V) não? (PEUL/CEN/E43)

b. [O seu relacionamento com pessoas mais velhas]_(P1/S) **parece** _(Vf) **ser** _(Vi) muito bom] (PEUL/CEN/E38)

c. [∅]_(P1/S) **parece** bairro]_(V) [a cidade]_(P3-Antitema) (NURC/SET/DID/SP/343)

...
⁵¹ Para os constituintes potenciais que preenchem as posições no padrão dado cf. (11) do capítulo II e sua explicitação.

em que em Vf e Vi colocam-se o verbo finito e o verbo não-finito, respectivamente, a exemplo das perífrases formadas por auxiliares modais. Nesse caso, entretanto, Vi sustenta a cópula, nem sempre presente, conforme pode ser verificado no cotejo entre (40a,c) e (40b). Esse padrão prevê, então, a possibilidade em que **parecer** não acumula as funções de modalizador e cópula-suporte (40b), como discutido anteriormente. Observe-se que, em (40c), tanto P2, quanto P1 e S permanecem vazias, em razão de o SN *a cidade* encontrar-se em posição não-argumental típica de Antitema (P3), uma explicitação a posteriori do referente sujeito.

3.3. **Parecer₃**

Ao tratar dos padrões de ordenação, tanto Dik (1989) quanto Pezatti e Camacho (1997) dispensam maior atenção para a descrição de construções simples. Assim, as construções com **parecer₃** requerem uma explicação um pouco mais detalhada, em termos da ordenação de seus constituintes, em razão do complexo oracional constituído e da possibilidade de colocação do sujeito da oração encaixada em posição anteposta ao verbo do predicado matriz, como se verifica em (41b).

- (41) a. **Parece** que ela (ao menos) tentou lutar tentou lutar e:: não conseguiu (NURC/SET/D2/360/SP)
- b. A moto **parece** que naquela época custou oitenta e poucos mil cruzeiro, uma Honda cento e vinte cinco. (PEUL/CENE33)

Na visão de Dik (1997), as construções encaixadas podem ocupar qualquer posição de termo (x) com a qual possam ser semanticamente compatíveis. Isso equivaleria a dizer que uma construção encaixada não pode ser inserida numa posição de termo que, por exemplo, esteja intrinsecamente restrita a entidades <humanas>, <animadas> ou <controladoras> (posições que são ocupadas por termos com funções semânticas de Agente, Posicionador, Receptor, Beneficiário e Companhia). Entretanto, embora constituintes que ocupem a posição de sujeito, em sua forma mais prototípica (a de termo), possam comportar algumas dessas funções

semânticas, essa posição não está restrita a esse protótipo, o que permite, então, que construções encaixadas possam ocorrer em tal posição.

Consoante a organização das línguas naturais em termos de anteposição [*prefield*] e posposição [*posfield*]³² é que se determina a posição da oração encaixada em relação à sua matriz (Dik, 1989, 1997). Assim, em línguas de posposição, como o PB, a construção encaixada aparece posposta ao predicado matriz. Esse fator, entretanto, é apenas co-determinante da posição da construção encaixada. Outros fatores como complexidade categorial da oração encaixada (nominalização, por exemplo), sua função pragmática e semântica em relação ao predicado matriz também são atuantes.

De acordo com os princípios dados em (42) abaixo, é postulado que quanto mais complexo um constituinte, tanto mais à direita ele tende a aparecer: por exemplo, coordenação e subordinação ocorrem sempre à direita do termo coordenante ou subordinante³³:

- (42) a. **Princípio geral de Ordenação de Complexidade Crescente** (Dik, 1989, p. 345):
Há uma preferência para a ordenação dos constituintes em uma ordem de complexidade crescente, que é definida pelo princípio específico abaixo:
- b. **Princípio Específico de Ordenação Preferida Independente da Língua** [LIPOC, do Inglês, *Language-independent preferred order of constituents*],
Estabelece a complexidade categorial:
- (i) clítico < pronome < SN < sintagma adposicional < oração subordinada;
 - (ii) para qualquer categoria X: X < X co X;
 - (iii) para quaisquer categorias X e Y: X < X [sub Y].

³² Em razão de poder haver um entendimento diferente, o termo “posição” aqui determina o lugar dos modificadores, se antes ou depois de um núcleo. Assim línguas de **anteposição** antepõem não o núcleo, mas os seus modificadores, como é o caso do japonês, e línguas de **posposição**, como o português, posicionam os modificadores depois do núcleo (cf. o Princípio SP1, dado em Dik (1989), p. 345).

³³ Ao propor o princípio exposto em (42b), parecem desconsideradas por Dik as línguas de anteposição de constituintes em relação ao núcleo, cuja complexidade categorial expande-se para a esquerda, como é por exemplo o caso do Japonês (cf. Kuno, 1990). Essa inconsistência já foi apontada por Kato (1998), que assim se refere: “o problema com essa explicação [a de que o peso maior na extremidade direita deve-se a restrições de processamento] é que em línguas SOV temos exatamente o contrário, isto é, constituintes longos tendem a ficar no início da sentença. Se o problema é de processamento, envolvendo, portanto memória de curto termo, seria estranho admitir que para falantes de língua SVO o lugar de processamento menos penoso é no fim da sentença e para falantes de língua SOV é no início” (p. 147). Assim, esse princípio proposto falha como um universal (ou seja, como uma ordem preferida “independentemente da língua”). Entretanto, Dik considera que línguas individuais podem constituir-se contra-exemplos puros aos princípios gerais que estabelece, casos em que se configurariam como de caráter “marcado”. Assim, “se elas são contra-exemplos puros, seu caráter “marcado” a esse respeito pode ser individualmente estipulado” (Dik, 1989, p. 340).

Os efeitos do princípio (42b) indicam que a posição preferida de constituintes é da esquerda para a direita, em ordem crescente de complexidade categorial. Verifica-se, assim, que há uma pressão estrutural para orações subordinadas buscarem a posição final, considerada não-marcada, em uma construção complexa.

A aplicação desse princípio às construções encaixadas em posição de argumento parece tranqüila, mas poder-se-ia pensar que se torna complicada se consideradas estruturas encaixadas em posição de satélite que apresentam anteposição como sua ordem não-marcada, como é o caso das orações condicionais. Dik (1997, p. 136) prevê, no entanto, para esses casos, a possibilidade de haver competição na interação dos diferentes princípios de ordenação. No caso das condicionais, por exemplo, há, de um lado, o “princípio de ordenação icônica”, que determina a anteposição como ordenação preferida e, de outro, o princípio de ordenação baseado na complexidade categorial dos constituintes (42b). Assim, como ressalta Dik, havendo competição entre dois princípios, regida pelo “princípio da iconicidade”, a violação ao princípio (42b) pode ser considerada uma questão “sistemática”. Cabe acrescentar, que, na ordenação de constituintes, além da atuação conjunta desses princípios, também intervêm fatores discursivos, como fluxo de informação, relevo discursivo, focalização etc.

Os casos de construções com **parecer₃** obedecem a esse princípio, uma vez que a colocação do sujeito sentencial em posição diferente daquela de sua expressão por um termo deve-se à sua complexidade estrutural. O complemento oracional de **parecer₃** coloca-se à direita do predicado matriz, em razão de este ser menos complexo que aquele. Explica-se assim a colocação do sujeito oracional (posposição, VS) em posição final na oração, em oposição à posição prototípica de sujeito (anteposição, SV).

Para os casos de **parecer₃**, é possível propor ainda que, na determinação da ordem dos constituintes, haja uma harmonização do princípio da complexidade crescente, uma regra de expressão, com as regras de estruturação da oração em camadas. Como já mostrei anteriormente (cf. seção 2.3, deste cap.), o que determina que a oração encaixada seja construída como uma proposição, entidade de nível 3

superior a um EsCo, são as regras semânticas de **parecer**₃, que especificam, basicamente, as relações entre falante, ouvinte e mensagem comunicada. Segundo o modelo da GF, essa regra é determinada no esquema de estrutura subjacente do predicado (cf. Fig. 7 do cap. II). Assim, complexidade crescente, uma regra de expressão, e escopo, uma regra de estruturação, são mecanismos que não competem entre si, mas se harmonizam na determinação da ordem.

De certo modo, a ordenação de constituintes em construções com **parecer**₃ pode ser comparada à ordem dos satélites proposicionais (nível 3), como **talvez**, **possivelmente**, **provavelmente**, **realmente** etc, cuja tendência é vir encabeçando o constituinte que toma por escopo, ou seja, à sua esquerda³⁴. Essa relação ficará um pouco mais esclarecida no tratamento logo a seguir de construções com **parecer**_{4,5}.

Quanto ao padrão funcional interno de ordenação de constituintes da oração matriz e da oração encaixada nas construções com **parecer**₃, tem-se:

- (43) a. Oração matriz : (P1) V (S) Ø
 b. Oração encaixada: (P1) (S) V (O)

cuja aplicação é mostrada por meio das ocorrências em (44):

- (44) a. [Ø]_(P1) Ø_(S) **parece**_(V) [[que]_(P1) [ela]_(S) [ao menos]_(X) [tentou lutar]_(V)]_(S)
 b. [A moto]_(P1) **parece**_(V) [[que]_(P1) [naquela época]_(X) [Ø]_(S) [custou]_(V) [oitenta e poucos mil cruzeiro_(O)]_(S)

Em (44a), no domínio da oração matriz, P1 e S permanecem vazias porque a oração compõe-se somente de **parecer**₃, e, no domínio da encaixada, P1 é preenchida pelo subordinador e os demais constituintes obedecem ao preenchimento padrão. Alternativamente em (44b), nos limites da oração matriz, P1 é acionada

porque ao Sujeito da encaixada é atribuída a função pragmática de Tópico, que o coloca em posição pré-verbal na matriz³⁵. A posição S, na oração matriz, prevê os casos de línguas cujo preenchimento da posição de sujeito é obrigatório. Nos limites da oração encaixada, P1 é preenchida pelo subordinador **que**, S, pelo sujeito da oração encaixada, quando não topicalizado; os demais constituintes ocupam suas posições normais.

O padrão de ordenação da encaixada em relação à matriz depende da realização finita ou não-finita da oração encaixada em **parecer**₃. Obrigatoriamente, os sujeitos oracionais de **parecer**₃, finitos ou não-finitos, são pospostos, acionando a ordem padrão V S; o contrário não me parece resultar uma construção bem-formada³⁶ ou natural.

- (45) a. * [que ela ao menos tentou lutar]_(S) **parece**_(V)
 b. * [ela ao menos tentar lutar]_(S) **parece**_(V)

Complementos oracionais não-finitos encaixados em **parecer**₃ são possíveis somente quando, necessariamente, o sujeito da encaixada recebe a função pragmática de Tópico e é colocado em P1 na oração matriz.

- (46) a. [A moto]_(P1) parece_(V) [[Ø]_(S) [ter custado]_(V) [oitenta reais]_(O)]_(S)
 b. ?? [Parece_(V) [[a moto]_(S) [ter custado]_(V) [oitenta reais (O)]]_(S)

³⁴ Especificamente sobre a ordem dos advérbios modalizadores Ilari *et al.* (1996, p. 123) dizem: “o exame do *corpus* mostra que a posição predominante para os advérbios sentenciais é a uma posição periférica na oração. Mais que isso, que essa posição é a inicial, e em bem menor número de casos, final”.

³⁵ Dik observa que nos limites da oração subordinada P1 é sempre ocupada por um elemento subordinador, caso que exclui portanto a colocação de constituintes com a função de Tópico nessa posição. Assim, também uma pressão semântico-pragmática parece atuar na colocação do sujeito da encaixada em P1 da oração matriz, quando a ele se desejar atribuir a função de tópico.

³⁶ Observe-se que se **parecer** for apenas suporte de um predicador adjetival da matriz, a anteposição do sujeito sentencial não-finito me parece possível:

- (i) **parece certo** ela ao menos tentar lutar.
 (ii) ela ao menos tentar lutar **parece certo**.

Mais especificamente sobre a colocação do sujeito da oração encaixada no domínio da oração matriz, as razões dadas pela GF são primeiramente de ordem pragmática. Um constituinte (sujeito) pode se “deslocar” do seu domínio próprio (oração encaixada) para um outro domínio (oração matriz) ao qual deve se ajustar³⁷. Essa discrepância posicional e formal leva o constituinte a se ajustar ao novo domínio, comportando-se “como se” fosse um constituinte desse domínio, podendo nele contrair relações gramaticais com formas ali presentes. Isso se deve ao princípio chamado **Realce Pragmático** [*Pragmatic highlighting*], que dita: “um constituinte deslocado de seu domínio de ocorrência é colocado em alguma “posição especial” (incluindo principalmente P1, nos casos de **Parecer**₃), por razões pragmáticas”³⁸. Assume-se assim que esse tipo de “deslocamento” é desencadeado por um desejo de “realçar” pragmaticamente um material importante da construção encaixada; a consequência disso é um maior “entrelaçamento” da estrutura da oração principal e da encaixada (Dik, 1997, p. 342-3).

Nos casos de **parecer**₃ em que ocorre “deslocamento” do sujeito da encaixada, no seu novo domínio, esse constituinte passa a agir “como se” fosse um argumento do verbo matriz. Tais termos são considerados na GF “pseudo-argumentos” (cf. Dik 1997, p. 343). Em termos funcionais, Dik propõe que o “alçamento” de constituintes da oração encaixada obedece a uma hierarquia de importância de constituintes dentro do seu domínio original. Em outras palavras, “o alçamento se aplica à entidade mais responsável dentro da oração subordinada”, o que sugere que uma situação tal é criada pelo falante, que ele se impõe a necessidade de falar sobre essa entidade mais importante. E mais, o argumento “ser entidade mais importante” está correlacionado com funções semânticas e com a perspectiva da oração, sobre o que Dik (1997) assim expressa:

³⁷ Para se referir a esses casos, Dik (1989, 1997) emprega termos como **deslocamento** [*displacement*] e **alçamento** [*raising*], o que não me parece uma terminologia adequada se considerarmos que sua GF não prevê movimento de constituintes. Essa é a razão das aspas no emprego desses termos.

³⁸ Esse fator é explicativo dos casos de deslocamento de palavras-QU para posições especiais, principalmente a posição P1 do padrão de ordenação dos constituintes.

A responsabilidade diminui ao longo da hierarquia de funções semânticas, e sujeitos normalmente são mais responsáveis que objetos, e esses mais responsáveis que oblíquos. Isso implica que, no uso real, é muito menor a chance de termo não-sujeito ou não-objeto ser alçado.³⁹

Pode-se, então, ser assumido que a estrutura subjacente da oração e a sua expressão têm a mesma estrutura semântica, mas diferem no valor pragmático do termo “alçado”. Tem-se assim que a função pragmática é a motivação primeira que propicia um termo da oração encaixada ser colocado no domínio da matriz.

Podem ser buscadas no paradigma da Gramática Gerativa justificativas formais que, deixadas de lado nessa análise, me parecem ter maior poder preditivo para as pressões estruturais que promovem o alçamento do sujeito da oração encaixada, especialmente em ocorrências como a dada em (32b), repetida abaixo. Essa é uma ocorrência na qual o sujeito se move do interior da encaixada já com concordância e é alçado para os limites da oração matriz, onde aciona novamente a concordância com **parecer**.

(32) b. Muitas mães parecem que fazem das filhas o que elas queriam pra elas. (PEUL/TEM/T27)

Ferreira (2000), assumindo o quadro teórico do programa minimalista da teoria da Gramática Gerativa, estuda os argumentos nulos em PB e propõe como alternativa analisar o sujeito anteposto a **parecer** como um caso de operação de hiperalçamento⁴⁰. O sujeito movido retém as propriedades formais que adquiriu nos limites da oração encaixada (caso, papel temático, concordância)⁴¹, cujo T(empo) finito é incompleto, continuando ativo para, numa posição não-argumental e hierarquicamente superior, ajustar-se ao conjunto de propriedades (traços por vezes incompletos) morfológicas, possíveis de serem acionadas pelo predicado matriz,

³⁹ “... responsibility will decrease along the Semantic Function Hierarchy, and Subjects will normally be more responsible than Objects, and the latter more responsible than obliques. This implies that in actual usage the chance that a non-Subj, non-Obj term will be raised is very slight indeed.” (Dik, 1997, p. 348)

⁴⁰ Essa operação trata de alçamento de um DP (sintagma determinante = substantivo) da posição de especificador de TP (sintagma de tempo) de uma oração finita para uma oração imediatamente mais alta. (Ferreira, 2001, p. 25).

como por exemplo, o T(empo) completo⁴². Dessa operação, resultam enunciados com alçamento de sujeito, inclusive o tipo dado em (32b). Por outro lado, “a escolha de T finito completo para a oração encaixada só leva a convergência se a numeração contém um expletivo nulo que é inserido na posição de Spec de T da oração matriz” (p.47), caso que explica ocorrências de **parecer** com o sujeito interno à oração encaixada. Se T(empo) da oração matriz é incompleto (não-finito), seu sujeito é alçado para a oração matriz, também sob a mesma operação.

Dessas análises, no que é próprio de cada uma das teorias envolvidas, é possível ver que, na GF, o sujeito anteposto a **parecer** é consequência de necessidades pragmáticas, enquanto no quadro da Gramática Gerativa, é uma necessidade estrutural.

3.4. **Parecer**_{4,5}

Os usos de **parecer**_{4,5} são aqui tratados conjuntamente, em razão da interpretação a eles conferida na seção 2.4, acima: a de satélites atitudinais, diferenciados apenas pela presença do “complementizador” **que** em **parecer**₄, não relevante sintaticamente, porque deixa de ser analisado como introdutor de argumento oracional, em termos funcionais, um subordinador que ocuparia a posição P1 da encaixada. Assim é que ambos os usos se conformam aos casos em que a estrutura **parecer (que)** aparece na mesma posição, a posição medial.

No padrão funcional de ordenação de constituintes do PB, uma categoria X é introduzida para a colocação dos satélites em relação com os outros constituintes da oração, sendo essa uma posição variável que atende às diferentes distribuições dessa categoria. Relativamente ao padrão básico do PB (P2, P1 S V O, P3), temos então a seguinte distribuição para os constituintes de categoria X:

...
⁴¹ Numa formulação diferente da proposta pelo programa minimalista, Ferreira (2000) assume que papéis temáticos são traços formais e que movimentos para posições temáticas são legítimos.

⁴² Sobre as propriedades de T para o PB, Ferreira (2000, p. 30) assume que: “T finito nesta língua não só perdeu a capacidade de licenciar *pro*, como teve seu conjunto de traços- ϕ reanalisado como um conjunto incompleto. Tendo sido reanalisado desta forma, T finito passou a se comportar de maneira semelhante a T não-finito em PB, ou seja, capaz de atrair o sujeito até seu especificador, mas incapaz de tomá-lo inativo”.

(47) P2, (X) P1 (X) S (X) V (X) O (X), P3⁴³.

No caso de ocorrência em posição inicial, **parecer₄** ocupa uma posição X, entre P2 e P1, que pode ser preenchida por **satélites** que tomam por escopo a predicação completa [P1 S V O], construída como uma proposição. Como se observa em (48) a seguir, **parecer₅** exerce a função de **satélite atitudinal**, de nível 3, em razão de constituir uma informação adicional, mas relativamente saliente no contexto de interação verbal, avaliada pelo falante como de importância para que o ouvinte interprete adequadamente o conteúdo proposicional ao adicioná-lo a sua informação pragmática;

(48) a. **me parece** (X)... [os: presidentes] (P1/S) [são eleitos] (V) [por um período de três anos] (X-duração)

Nesse caso, **parecer** não pode ser analisado como ocupando a posição P1, porque, da categoria satélite, somente os de nível 1 (modo, velocidade e instrumento) e de nível 2 (tempo, lugar, freqüência e probabilidade) é que podem se colocar nessa posição.

Para a ocorrência em posição medial, **parecer_{4,5}** é colocado também em uma posição X, específica para **satélites atitudinais orientados para um dos participantes da predicação**, como se observa em (49).

- (49) a. [eles] (P1/S) [preferiram transferir] (V) **parece** (X-atitudinal) [para o dia das crianças] (O)
- b. [nós] (P1/S) [nos casamos] (V) [no civil] (X-lugar)... **parece que** (X-atitudinal) [de manhã] (X-tempo)
- c. [o pedágio] (P1/S) [passou] (V) [para **parece que** (X-atitudinal) setenta cruzeiro] (O) [a partir de dia prime-depois de amanhã] (X-tempo)

⁴³ Para o PB, parece-me possível ainda postular um (X) depois de P3, posição de antitema, como em *está envelhecida a cidade, parece*.

Confirma o “esvaziamento” de funcionalidade sintática do “complementizador” **que**, em exemplos como (49b,c), o fato de **que**, segundo o princípio de ordenação dos constituintes da GF, esse elemento tem a ele reservada a posição P1, o que não caberia postular no presente caso, já que essa posição aparece preenchida por outro elemento da oração, no caso, o sujeito. Isso me leva a postular a não existência de um encaixamento de estrutura oracional em **parecer**₄, como era o caso para **parecer**₃, e, portanto, uma forte coalescência da estrutura [V + **que**], não segmentável.

Para a ocorrência de **parecer**₅ em posição final, a posição X de satélite é também acionada e pode orientar-se tanto para o último termo da oração, como para todo o seu conteúdo, como é o caso de (50) a seguir. O satélite em posição final não pode ser interpretado como ocupando P3, porque essa é posição específica para constituintes com função pragmática de Antitema, geralmente representado por um constituinte deslocado do interior de uma predicação principal, o que não é o caso de **parecer**₅ nessa posição.

(50) c. [a peça] era 'Pássaro de Fogo' me parece...

Há nesses casos uma distribuição clara de **parecer**, de acordo com as funções que exerce no interior do enunciado.

4. Resumo

Recorrendo ao modelo de GF de Dik (1989, 1997), que privilegia os níveis semânticos, sintáticos e pragmáticos na análise e descrição lingüística, caracterizei os diferentes usos de **parecer** no PB, procurando, ao longo das minhas análises e interpretações, considerar as alterações ocorridas nesses diferentes níveis.

Relativamente aos padrões sintáticos, mostrei que o item em análise, de organizador de uma predicação (**parecer**₁), coloca-se completamente para fora dela (**parecer**₅), mudança que interpreto

como resultado de um processo de reanálise categorial, que vai alterando as fronteiras de constituintes na oração em que o verbo ocorre. Em termos semânticos, o esquema cognitivo que sustenta o uso da forma fonte (**parecer₁**) dá lugar aos valores epistêmicos e evidenciais, presentes nos demais usos, mudança resultante de uma subjetivização assentada num sistema metafórico estruturado, responsável pela projeção de experiências do domínio físico para o domínio mental. Nesse processo de alteração semântica, os significados baseados numa situação externa (**parecer_{1,2}**) passam a significados baseados numa situação interna (avaliativa, perceptual, cognitiva) (**parecer₂**), que, por sua vez, passam a significados cada vez mais baseados na atitude subjetiva do falante (**parecer_{3,4,5}**). Ao lado dessas mudanças semânticas e sintáticas, ocorrem alterações de ordem pragmática: o verbo deixa de ser empregado na função referencial da linguagem, usos objetivos (**parecer₁**), descritivos (**parecer_{1,2}**), e passa para o nível que marca as relações intersubjetivas da linguagem (**parecer_{3,4,5}**), a função interpessoal.

Para a implementação desse processo, pode ser proposta unidirecionalmente a seguinte “reconstrução” interna ao sistema:

- **Parecer₁:**

Na sua forma pronominal ou não, subcategoriza duas entidades referenciais, que podem vir representadas como ocupando apenas um *slot*, o de sujeito, ou dois *slots*, o de sujeito e complemento, este antecedido ou não por preposição. Os seus traços semânticos constituem-se, basicamente, na percepção visual do falante, na qual comparações, avaliações e julgamento de semelhanças e diferenças entre duas entidades discretas estão presentes.

- **Parecer₂:**

- (a) em razão da estrutura dada pelo uso anterior, subcategoriza uma predicação formada por um SN-sujeito e SN-predicativo;
- (b) em seguida, em lugar do SN-predicativo da predicação subcategorizada, podem ocorrer outros tipos de complementos de caráter qualificativo, com SAdj e SPrep;

A percepção visual ainda é determinante para que, a uma entidade discreta, sejam atribuídas determinadas propriedades, construtos mentais do falante, caso em que, sintaticamente, apenas um argumento toma parte na estrutura de predicação.

- **Parecer₃:**

- (a) nesse emprego, o verbo pode então passar a subcategorizar complementos oracionais não-finitos, mas somente com verbo **ser/estar**. Essa extensão pode ser explicada pelo fato de complementos não-finitos com verbo **ser/estar** necessariamente denotarem EsCo-estativo, não diferente das predicções sustentadas em **parecer₂**, comentadas, imediatamente acima;

- (b) O passo seguinte é o verbo subcategorizar complemento finito com os verbos *ser/estar*, denotando ainda estado.
- (c) como modalizador, o verbo amplia suas propriedades de subcategorização de complemento oracional (finito ou não-finito), que passa a abranger outros tipos de EsCo, como ação, processo, evento ("parece que faz ali uns curativozinhos"). Esse estágio representa uma ampliação do tipo semântico do EsCo do complemento oracional: de estativo para todos outros tipos;
- (d) como verbo de alçamento, *parecer* permite uma estrutura mais compactada e, portanto, mais gramaticalizada, nos casos de o sujeito da oração complemento aparecer nos limites da oração matriz ("a moto parece que custou uns oitenta e poucos mil cruzeiros");
- (e) Não mais considerado verbo de percepção visual, é em *parecer*₃ que se percebe a retenção de apenas alguns traços semânticos do esquema cognitivo original. Nesse uso prevalecem as avaliações e os julgamentos, classificações e qualificações, não mais de entidades, mas de proposições, cujo conteúdo informacional representa um conhecimento inferido do falante, provindo de fontes variáveis, por vezes indiretas (de relatos, de boatos, de raciocínio, de inferências, de experiências remotas) e julgadas insuficientes, o que o leva a apresentá-lo como passível de confirmação posterior, momento no qual se cruzam EV e ME. Desse entrecruzamento, como marca de evidência indireta, o verbo indica um fraco comprometimento do falante com a verdade da proposição. Sintaticamente, *parecer*₃ subcategoriza apenas um argumento de estatuto semântico e sintático diferentes dos usos anteriores.

- **Parecer₄:**

Como decorrência de construções com alçamento do sujeito da encaixada, os usos de *parecer*₃, que parecem interromper a estrutura canônica da oração, irão permitir usos em que o item, ainda com o "complementizador" *que*, de fato interrompe outros pontos mediais da oração.

- **Parecer₅:**

Assumindo traços de satélites, o "verbo", agora sem o "complementizador", é livre para se posicionar no interior da oração, podendo aparecer em posições iniciais, mediais ou finais e, por essa razão, é indiferente ao tipo de EsCo que toma por escopo.

Em *parecer*_{4,5}, os valores semânticos epistêmico e evidencial se mantêm e sintaticamente o item perde por completo suas propriedades de subcategorização de complementos, passando a funcionar como um satélite atitudinal.

Assim é que proponho, em (51), abaixo, a escala de gramaticalidade dos diferentes usos de *parecer* em vista ao seu processo de GR.

(51) escala de gramaticalidade de **parecer** no PB contemporâneo

Parecer₁ > Parecer₂ > Parecer₃ > Parecer₄ > Parecer₅

CAPÍTULO IV

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO USO DE *PARECER*

No capítulo precedente, ofereci uma descrição sincrônica dos usos de **parecer**, a partir do modelo funcionalista de gramática, por meio da qual argumentei a favor de uma atribuição de valores epistêmico e evidencial ao verbo, como decorrência de sua gramaticalização. Constitui foco deste capítulo a evolução histórica do verbo **parecer**, visando à compreensão do modo como suas diferentes funções se encaixam no sistema lingüístico. Recorro primeiramente a dicionários latinos e etimológicos e parto, em seguida, à busca de evidências empíricas em textos de gêneros variados produzidos entre os séculos XIII e XX, com o objetivo de checar a hipótese da unidirecionalidade, conforme discutida nos capítulos iniciais. Comparo, na evolução histórica de **parecer**, a sua freqüência de uso com a de outras formas concorrentes de natureza verbal e adverbial, que, no português hodierno, codificam valores epistêmicos e evidenciais. Tento mostrar como, ao longo dos séculos investigados, o aumento de freqüência textual (*token*) das formas contribui para que os seus significados se tornem cada vez mais baseados no estado de crença ou atitude do falante, um exemplo de subjetivização em mudança semântica.

1. Introdução

O estudo de processos de GR tanto pode ser feito diacronicamente como sincronicamente. Na análise diacrônica, investiga-se a origem das formas gramaticais e as características das mudanças por que essas formas passam. Tais estudos são centrados principalmente na etimologia e na classificação das palavras. Na perspectiva sincrônica, é possível compreender a GR, fundamentalmente, como um fenômeno sintático e discursivo-pragmático que ocorre em contextos discursivos bastante específicos. Nesse ponto, Hopper e Traugott (1993), ao se referirem às perspectivas para o estudo da GR, afirmam que ela é ao mesmo tempo um **contínuo**

sincrônico e um **processo diacrônico**, já que aquele não pode ser bem situado sem a recorrência a esse. Em princípio, a unidirecionalidade estaria mais para a disposição diacrônica de dados empíricos alocados numa escala de GR do que de dados sincrônicos. Entretanto, não é incompatível com estudos centrados na sincronia, como sugeri no capítulo anterior.

Até algumas décadas atrás, os estudos sobre GR eram essencialmente integrados à lingüística diacrônica, sendo essa uma das maneiras de análise da evolução lingüística e da reconstrução histórica de padrões de uma determinada língua, ou ainda uma maneira de estabelecer relações entre formas lingüísticas de um estágio atual da língua e padrões anteriores do uso lingüístico. Um dos grandes avanços dos estudos mais atuais foi a atenção dada ao potencial que passaram a oferecer como um parâmetro para a compreensão da gramática sincrônica. Heine *et al.* (1991) enfatizam que, para os estudos de GR, é injustificável e impraticável uma separação rígida entre diacronia e sincronia, já que não é possível uma ser entendida separada da outra. Desse modo, a GR pode ser estudada alternativamente numa perspectiva diacrônica ou sincrônica ou ainda pancrônica, e assim, seu princípio regente – a unidirecionalidade – deve permanecer válido.

Bybee *et al.* (1994), no estudo das categorias de tempo, aspecto e modalidade em várias línguas, apresentam fortes argumentos para o empreendimento de uma abordagem diacrônica, sob a perspectiva da GR, quais sejam:

- (i) aumento do poder explicativo da teoria lingüística;
- (ii) fatores cognitivos e comunicativos que subjazem ao significado gramatical são mais claramente revelados à medida que as mudanças lingüísticas são explicitadas;
- (iii) a língua não permite uma organização estática do significado. Estudar somente um recorte sincrônico estreito não permite entender e explicar o alcance dos significados cobertos por um morfema particular;
- (iv) a razão mais importante é que as similaridades entre as línguas são mais facilmente observáveis de uma perspectiva diacrônica. Isto é, as generalizações são mais efetivas quando formuladas como

generalizações sobre caminhos de desenvolvimento do que como generalizações sobre estados sincrônicos.

Tem sido tendência nos estudos mais atuais sobre GR (Bybee, inédito; Bybee e Hopper, 2001) a verificação do aumento de freqüência de uso da forma/construção em GR, no decorrer de sua evolução.

Uma das mais notáveis características dos itens gramaticais nas construções em que eles ocorrem é sua freqüência textual extremamente alta quando comparada à freqüência das formas lexicais. Uma vez que formas gramaticais comumente se desenvolvem de formas lexicais, durante um processo de GR, o crescimento da freqüência de uso de uma forma surge como resultado de um aumento no número de tipos de contextos em que ela é empregada. Como adverte Bybee (inédito), a freqüência não é um resultado da GR, mas apenas uma contribuição primária para a identificação do processo, uma força ativa na investigação das mudanças que ocorrem na GR.

Aplicando aspectos da ritualização a processos de GR, Bybee (inédito) argumenta que a repetição freqüente de uma forma desempenha um importante papel nas seguintes mudanças que ocorrem durante o processo:

- (i) a alta freqüência de uso leva ao enfraquecimento de forças semânticas pela habitualidade – processo por meio do qual um organismo deixa de responder, com a mesma eficácia, a um estímulo repetido;
- (ii) mudanças fonológicas de redução e de fusão de construções gramaticalizadas são condicionadas por sua alta freqüência e por seu uso em porções do enunciado que contêm informação velha ou de fundo;
- (iii) o aumento de freqüência leva a uma maior autonomia de uma construção, o que significa que componentes individuais da construção (tal como flexão em todos os modos e tempos, estrutura argumental etc) enfraquecem ou perdem sua associação com outras ocorrências do mesmo item (os usos menos gramaticalizados);

- (iv) a perda de transparência semântica que acompanha a separação entre os componentes da construção gramaticalizada e seus congêneres lexicais permite o uso da forma em novos contextos com novas associações pragmáticas, levando à mudança semântica;
- (v) a autonomia da forma de uso freqüente torna-a mais enraizada [*entrenched*] na língua e freqüentemente condiciona a preservação de algumas das suas características morfossintáticas obsoletas.

Tomando como referência essa rápida incursão teórica, meu objetivo, com este capítulo, é buscar uma confirmação histórica para a descrição sincrônica dos usos de **parecer**, apresentada no capítulo anterior, podendo assim, checar o alcance da hipótese da unidirecionalidade para o estudo de caso em questão. Em outras palavras, a partir de uma noção de “sincronia dinâmica”, os dados históricos aqui apresentados e discutidos visam a corroborar as evidências sincrônicas representadas no *continuum* de GR do verbo **parecer**.

Quero, nesse ponto, deixar claro que tenho consciência dos limites da pesquisa diacrônica, no que diz respeito à abrangência dos registros que servem de fonte de pesquisa e ao “paradoxo” no confronto dos resultados com a modalidade falada da língua. É claro que a variedade de gêneros discursivos no português arcaico vão além das que aqui estão representadas, de modo que não parece sensato assumir que haja uma relação direta de desenvolvimento entre as variedades representadas nos textos que serviram de fonte diacrônica. É claro também que, num sentido bastante amplo, algum tipo de relação diacrônica existe entre esses textos.

Assim, para alcançar os objetivos desse capítulo, tomo a freqüência de uso de **parecer**, ao longo dos séculos XIII a XX, como um dos parâmetros responsáveis pela sua mudança de estatuto categorial e de significado cada vez mais assentado nas atitudes subjetivas do falante. Dentro dessa mesma abordagem, valho-me também de outras formas de natureza categorial variada (verbos e advérbios

modalizadores), possíveis concorrentes de **parecer** em estágios específicos de sua evolução.

2. Do latim ao português arcaico

De acordo com vários dicionários etimológicos e manuais latinos (Cunha, 1989; Nascentes, 1966; Faria 1955; Maurer Jr., 1959; Ernout e Meillet, 1951; Williams, 1973; Torrinha, 1939, 1945; Quicherat, [s.d.]; Ferreira, 1995), o verbo **parecer** tem suas origens na forma ***parescere** (do lat. vulgar), incoativo de **parere**, "aparecer", verbo intransitivo, com acepções variadas. Pode, primeiramente, ser considerado um verbo de apresentação (de surgimento em cena), com sentido de "aparecer, mostrar-se", conforme exemplos em (1)¹. O verbo geralmente apresenta um SN (explícito ou recuperável) na posição de sujeito.

- (1) a. *Asylas, caeli cui sidera parent* (Ferreira, 1995, p. 829)
 'Asilas, a quem os astros do céu aparecem/se mostram'
- b. *Ad portum quoties paruit* (Quicherat, [s.d], p.845)
 'Todas as vezes que (ele) apareceu no porto'

Destaco, aqui, que o uso de **parere**, como dado em (1), em algum momento, difícil de precisar, se cruza com a forma ***apparescere**, incoativo de **apparere**, cujo sentido "estar visível, mostrar-se manifestamente, ser claro, ser evidente, encontrar-se junto de para o servir" (Faria, 1995; p. 78) sobrepõe-se aos usos de **parere**, sendo possível sugerir esta como um uso variante daquela, instaurada por meio de uma redução fonética (aférese), uma das propriedades de formas que entram em processo de GR. Embora, nenhum dos manuais ou dicionários latinos consultados faça referência explícita à relação existente entre essas duas formas, parece razoável supor que, já no latim, **parere** seria uma forma variante de **apparere**, no

¹ Os exemplos fornecidos nesta seção foram recolhidos de dicionários e manuais latinos. Dei preferência para aqueles que os autores recolheram de textos efetivamente produzidos.

sentido explicitado em (1), dada a base semântica comum que as une. Observe abaixo empregos de **apparere**.

- (2) a. **Ignii celeritas apparet** in respondendo (Ferreira, 1995, p. 113)
'a vivacidade do espírito se manifesta na maneira de responder'
- b. **Apparet** vos officium sequi (idem)
'é evidente que cumpris o vosso dever'

Qualquer afirmação a esse respeito, entretanto, requer cautela, porque, como advertem Ernout e Meillet (1951, p. 855), “a etimologia de **pareo** é pouco segura”, o que, por essa mesma razão, permite-me indagações acerca da forma-fonte do atual verbo **parecer**. É possível supor que, dessa imbricação, **aparecer** reteve seu significado original de apresentativo, de surgimento em cena, e **parecer** é que desenvolveu outros significados, como os que seguem.

Como deslizamento metafórico desse primeiro uso, no latim, registram-se também empregos do verbo **parecer** com a acepção de “ser manifesto, ser evidente, ser patente”, aos quais já se pode atribuir um valor evidencial. Atestam essa acepção as fórmulas de aprovação ou reprovação que usavam os juizes. Em (3), embora bastante restrito o contexto fornecido pelo autor, pode ser inferido um argumento oracional de conteúdo proposicional ligado ao verbo.

- (3) a. **Paret, non paret** (Quicherat, [s.d.], p. 845)
'É claro, não está claro'
- b. **Si paret, ...** (idem)
'Se está provado / demonstrado'

Desse primeiro sentido, pode-se supor a derivação de outros, como o de “submeter-se à ordem de alguém, conformar-se com, ceder, executar” (Faria, 1955; Ferreira; 1995, Torrinha, 1945; entre outros), usos em que o verbo é dado como impessoal.

- (4) a. Nulla fuit civitas quin Caesar **paret** (Quicherat, [s.d.]; p. 8455)
 'Não houve cidade que não obedecesse a César'
- b. **Parere** utilitati communi (idem)
 'atender ao interesse geral'
- c. Temporari **parare** (idem)
 'conformar-se com as circunstâncias'
- d. Iracundiae **parere** (Ferreira, 1995; p. 829)
 'ceder à cólera'

Confirmando essa acepção, advertem ainda Ernout e Meillet (1951) que, apenas no jargão do direito, o uso impessoal **paret** especializou-se no sentido de “estar presente à ordem de alguém”, “submeter-se”, “obedecer”. Segundo esses mesmos autores, a língua clássica usava a forma impessoal **paret** somente no sentido de “obedecer”, enquanto a língua falada reconhecia outras acepções, como a de verbo de apresentação, conservadas nas línguas românicas, que reservou a **oboedire** o sentido de “obedecer”.

Outra acepção registrada, próxima à anteriormente explicitada, é o uso do verbo com o sentido de “estar perto, assistir, servir de assessor”.

- (5) a. Magistratibus **parere** (Quicherat, [s.d.], p. 845)
 'Assessorar os magistrados'
- b. Ad libellos **parere** (idem)
 'fazer o ofício de secretário'

Como uso equivalente ao atual **parecer**₁, em nenhum dos manuais ou dicionários latinos, encontrei registro de **parere** com a acepção de “ser semelhante a”, quer física ou moralmente, sentido que parece despontar no século XIII, como registra Cunha (1999, p. 582)². Para esse sentido, Torrinha (1939, p. 821) registra, para o latim, o emprego da forma **similem** ou **simile esse** (genitivo ou dativo), de ***similiare**, de **similis**, significando “ter semelhança com alguém” ou “com alguma coisa”, e a forma **vultus**, significando “aparência exterior, aspecto fisionómico”.

- (6) a. **Similem** alicuius (Torrinha, 1939; p. 821)
 'Ter semelhança com alguém'
- b. Mors somno **similis** est (idem)
 'a morte parece-se com o sono'
- c. **Vultus** corporis nitor / malas facies (idem)
 'parecer bom / mal (de saúde)'
- d. **Vultus** improba species / misera species / amicus (idem)
 'parecer suspeito / infeliz / bom'

Para o sentido epistêmico de **parecer**, como hoje empregado (**parecer₃**), o latim usava o verbo de percepção **videri**, originalmente de “ver”, a exemplo do que acontece com várias outras línguas, que também recrutam o verbo de percepção “ver” para a marcação da modalidade epistêmica/evidencialidade, todos se submetendo a um processo morfossintático de supressão do argumento externo que tem o papel semântico de experienciador. Nesse sentido, citem-se como exemplo, do trabalho de Barron (1997), as seguintes regularidades translingüísticas: **to see** > **to seem**, do inglês; **görmek** > **görünmek**, do turco; **bona** > **bonakala**, do zulu; **miru** > **mieru**, do Japonês; **aussehen** > **sehen**, do alemão. São exemplos de usos latinos:

- (7) a. Subtristis **visus** est (Torrinha, 1939, p. 821)
 'Pareceu-me um tanto triste'
- b. Quid **videtur**? (idem)
 'Que te parece?'
- c. Res ita se habere mihi **videtur** (idem)
 'Parece-me que é assim'
- d. Exaudire mihi **videor** ... (idem)
 'Parece-me que ouço...'
- e. Sicut mihi **videtur** (idem)
 'Segundo me parece / como me parece'

Chamo atenção nesse ponto para a mesma base semântica dos verbos recrutados para a manifestação da modalidade epistêmica/evidencialidade: de

... _____
² Como se verá nas próximas seções, encontrei o primeiro registro desse emprego somente no século XV.

percepção, “ver”, no latim e em outras línguas, e **parecer**, no português. Os empregos de **parere** com as acepções de “aparecer”, “mostrar-se”, “ser evidente” são os que, tudo indica, fornecem esquema cognitivo e material fonológico e semântico para os diferentes usos atuais de **parecer**.

3. Do português arcaico ao português moderno

Nessa investigação diacrônica, busco apurar a freqüência de uso de **parecer** nas diversas sincronias, comparando-a a de outros itens/construções que, no português contemporâneo, veiculam os mesmos valores semânticos e pragmáticos. Assim, elejo formas de estatutos sintáticos diferenciados com o objetivo de verificar em que ponto se cruzam com a trajetória de **parecer**, dada sua mudança categorial. Além disso, cabe esclarecer como estou empregando o critério da freqüência (cf. Heine *et al.*, 1991; Bybee *et. al.*, 1994; Bybee, inédito; Bybee e Hopper, 2001).

Dois métodos de apurar a freqüência são relevantes nos estudos lingüísticos: um que conduz à freqüência *token* (de sinal) e outro à freqüência *type* (de tipo). *Token* ou freqüência textual é a freqüência de ocorrência de uma unidade, geralmente uma palavra ou morfema, independentemente do significado que ela veicula. Bybee (inédito), assim exemplifica, para o inglês, o significado da freqüência *token*:

Por exemplo, *broke* (passado de *break*) ocorre 66 vezes por milhão em Francis & Kucera (1982), enquanto o verbo *damaged* no passado ocorre 5 vezes no mesmo corpus. A freqüência *token* de *broke* é muito mais alta do que a de *damaged*. Podemos também contar a freqüência *token* de uma construção gramaticalizada, como *be going to*, pela contagem daquelas ocorrências de *be going to* que são usadas seguidas de um verbo (e não de um nome).³

³ “For instance, *broke* (the past tense of *break*) occurs 66 times per million in Francis and Kucera (1982), while the past tense verb *damaged* occurs 5 times in the same corpus. The token frequency of *broke* is much higher than that of *damaged*. We can also count the token frequency of a grammaticizing construction, such as *be going to*, by counting just those occurrences of *be going to* that are used with a following verb (rather than a noun).” (Bybee, inédito, p. 3)

A freqüência *type* refere-se à freqüência de um padrão particular do dicionário. Usando ainda o exemplo de Bybee, o passado em inglês é expresso de vários modos, mas a expressão de freqüência mais alta é a com sufixo *-ed*, como em *damaged*, que ocorre com centenas de verbos. O padrão encontrado em *broke* tem uma freqüência *type* muito mais baixa, ocorrendo somente com uns poucos verbos (*spoke, wrote, rode* etc).

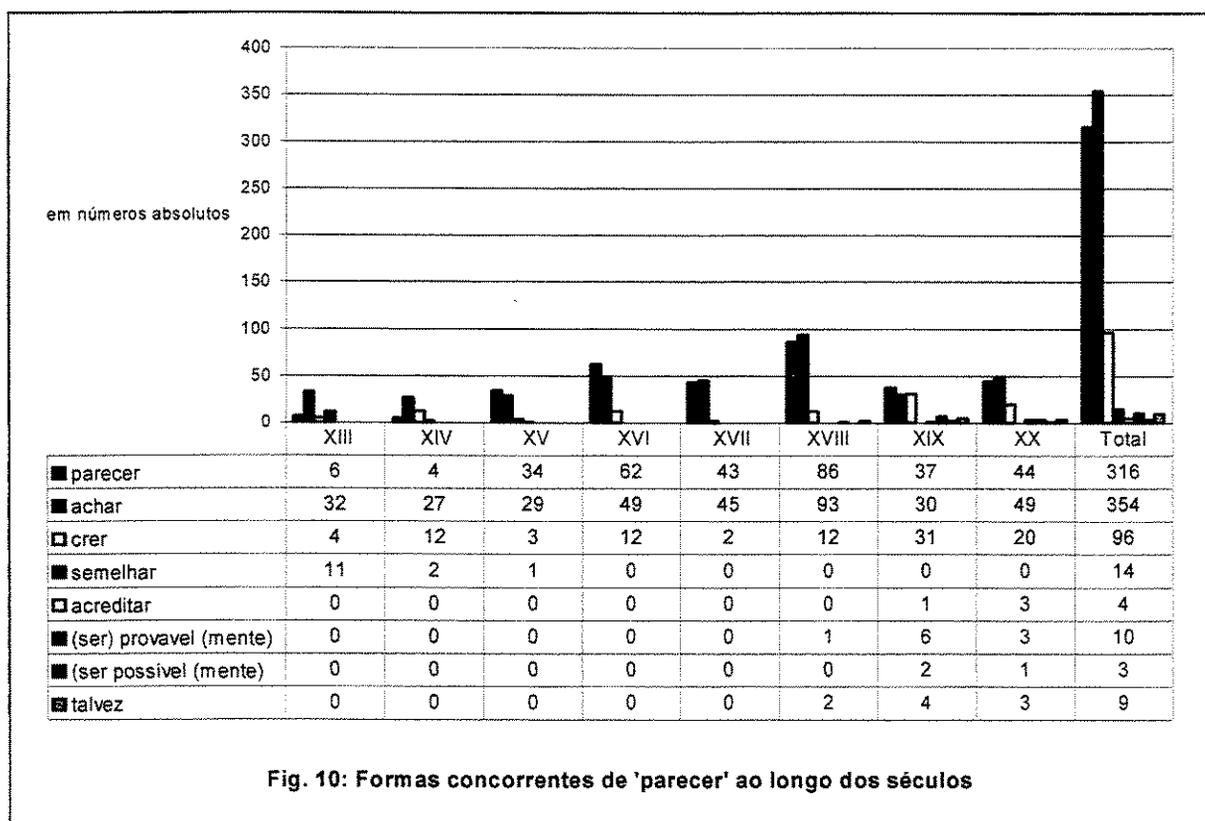
A noção de freqüência *type* pode também ser aplicada para formas/construções gramaticalizadas pela contagem das diferentes funções que elas executam. Por exemplo, no PB, o verbo *ir*, na construção *ir + infinitivo*, tem seu significado literal de movimento, requerendo um sujeito que se desloca espacialmente para realizar uma ação e, portanto, a posição de sujeito só pode ser ocupada por um SN que denota uma entidade animada, que se move, e o verbo infinitivo deve ser um verbo dinâmico. À medida que o sintagma se gramaticalizou e mudou seu significado para codificar futuridade, o número de diferentes *types* apropriados para a posição de sujeito expandiu-se para incluir um alcance mais amplo de predicados (p.ex., o uso corrente permite enunciados como *o prédio vai cair*). Um sintagma gramaticalizado cresce em generalidade (Bybee, 1985), à medida que os contextos em que ele é apropriado mudam de muito específico para mais geral.

Uma propriedade muito notada de construções gramaticalizadas é o seu aumento em freqüência *type*. Como conseqüência, a freqüência *token* também cresce. Tão importante quanto é o crescimento em freqüência *type*, é a alta freqüência *token* das formas/construções em gramaticalização, identificada como uma das causas que desencadeia muitas mudanças na forma e na função das construções gramaticalizadas.

Passo, então, à investigação da evolução histórica de **parecer**, buscando, na comparação com outras formas, enfocar sua freqüência *token* e *type*. Para a definição da freqüência *type* das formas investigadas, valho-me tanto de critérios semânticos quanto de critérios sintáticos, estes para considerar em que medida a construção em que o verbo ocorre contribui para a sua caracterização global. Devo

esclarecer que a oscilação na quantificação de frequência *type* de um século para o outro não implica, necessariamente, o desaparecimento do sistema de determinado padrão de uso registrado em séculos anteriores. Quando esse for o caso, farei referência explícita.

Na figura 10 abaixo, encontra-se a frequência de uso (*token*) das formas investigadas, em números absolutos⁴. Chamo, nesse momento, a atenção para as mais freqüentes: **parecer**, **achar**, **crer** e **semelhar**, como se pode ver na coluna “total”.



O que se observa é que as duas formas mais recorrentes (**parecer** e **achar**) apresentam um aumento crescente de frequência *token* até o século XVIII, momento

⁴ Apresento a frequência em números absolutos, em razão de algumas formas serem pouco produtivas, com baixíssima frequência em alguns períodos. Além disso não seria tarefa fácil extrair do *corpus* todas as formas que, junto com as aqui estudadas, comporiam o universo semântico da expressão de modalidade, de modo a prezar o rigor metodológico que a apuração de frequência percentual exigiria.

em que mais freqüentemente passam a compartilhar suas funções com a forma (**crer**). Ressalte-se desse quadro o total desaparecimento da forma **semelhar**, no momento em que **parecer** ingressa no sistema com força prevalecente às demais formas.

Fora os verbos **dever** e **poder**, as outras formas investigadas (**acreditar**, (**ser**) **provável (-mente)**, (**ser**) **possível (-mente)**, **talvez**), também expressão segmental de modalidade epistêmica/evidencialidade, são escassas ao longo de todos os séculos, razão pela qual não entrarão nas análises comparativas desse capítulo. Observe-se, na figura 10, que é somente a partir do século XIX que essas formas emergem, momento em que **parecer**, **achar** e **crer** apresentam um equilíbrio em suas freqüências.

3.1. Século XIII

Detalhando o quadro mostrado na figura 10, **parecer** apresenta a seguinte freqüência no século XIII:

(8) **Parecer no século XIII**

Freqüência <i>token</i>	Freqüência <i>type</i>
06	02
	i. verbo pleno = apresentativo (05) ⁵
	ii. verbo encaixador de proposição = evidencial/epistêmico (01)

Como variante de **aparecer**, **parecer** ocorre nesse século apenas em um caso (9), interpretado assim por recurso ao co-texto: ocorrência explícita anterior de **aparecer** e a presença da expressão “em semelhança”, seguida de **parecer**. Destaca-se nesse uso a intransitividade do verbo, propriedade da forma original **aparecer**.

⁵ Parêntese como esse indica a freqüência em número de ocorrências para cada *type*.

- (9) [Nabor, o irmão da donzela, sai para caçar e se perde numa floresta. Depois de três dias perdido, sem comer e sem beber, encontra uma fonte de água]
 ... e quando veo ao terceiro dia u andava assi coitado, aparecê-lhe o demo assi como vos direi. [...]
 Entom deceu-se de seu rocim, que era já tal que se nom podia mover, e sentou-se sôbola fonte e começou a pensar mui feramente; e seendo assi pensando, **aque-vos u demo vem, que lhe pareceu em semelhança de homem sesudo** (=eis que vem um demônio, que apareceu/surgiu para ele na aparência de um homem ajuizado). (13DG, p. 50)⁶

Esse uso corrobora minhas suspeitas da existência, já no latim vulgar, de uma possível variação no uso da forma **aparecer**, propiciada pela aférese do “a” inicial, variante que se implementa, ao que tudo indica, na passagem do latim vulgar para o português, e depois se “extingue” às expensas do uso da forma **aparecer**. É de Cunha (1999) também a afirmação da existência desse uso variante, datado do século XIII, como mostra o exemplo, em (10), extraído pelo autor de documentos sobre Descobrimientos Portugueses:

- (10) Perante o dicto aluazil **pareçeo** lourenço maça.

Importam essas considerações acima, tanto de **parere** quanto de **apparere**, em razão de as acepções de usos originais explicarem os sentidos hoje assegurados nos valores epistêmicos e evidenciais de **parecer**. Além disso, se é possível pensar na forma **aparere** como original, é possível também reconhecer o mecanismo da redução fonética atuante no processo de GR de **parecer**.

Argumentos nominais de **parecer** aparecem também nas ocorrências em (11) e (12), em que os nominais pospostos ao verbo são aqui analisados como seu sujeito, a exemplo de (10), favorecendo assim a leitura do verbo como também de apresentação⁷.

⁶ Ao final das ocorrências, seguem, entre parênteses, as informações sobre a fonte de onde elas foram extraídas. (cf. Anexo A). Em alguns ocorrências, segue, entre parênteses, a interpretação que faço do dado sob análise.

⁷ Vale lembrar que, no português antigo, a ordem VS era bastante freqüente e, no PB contemporâneo, essa mesma ordem é a dominante para os verbos apresentativos (**aparecer**, **chegar** etc).

- (11) a. No paaço havia grã lume, assi que preto poderia homem veer tam bem como se fôsse de dia. E, depois que a donzela deu as vozes, nom tardou muito que o paaço se encheu todo de cavaleiros e de sergentes, mas nom havia i tal que armas trouxesse; e os III irmãos, que eram filhos de rei Dirac, quando viram Erec armado nom no conoceram, fora que ela lhes deu vozes outra vez:
 __ Veedes aqui [o] que tanto haveedes demandado. **Ora parecerá o que i faredes.** (=Agora aparecerá o que você fará nesse momento)
 E eles foram espantados, quando viram que desarmados estavam ante Erec... (13DG, p. 21)
- b. "E por esto que me dizedes prometo a Deos ante dom Gallaaz, que aqui sta, que manterrei esta demanda por veer se aquel cavalleiro onde me vos fallastes é tam sandeu que ma querra defender". **"Ora parecerá", disse o outro, "o que i faredes, ca bem vos digo que, se assi quiserdes fazer como dizedes, que mal vos ende verrá, ainda que nom ouvesse outro cavaleiro no mundo fora vos e elle"** (=agora aparecerá o que você fará nesse momento, pois bem te digo que, se assim você quiser fazer como diz, que mal haverá nisso, ainda que não houvesse outro cavaleiro no mundo fora você e ele) (13DG, p. 79)
- (12) Como acharam a cabeça da irmã de Erec saã. Esta maravilha como a viram todos do castelo, veeram e acharam a maa donzela e seu palafrém quemados; mais a cabeça da irmã de Erec era tam saã, que sol uo cabelo nom ardeu em. E disseram todos:
 __ Ai Deus! Como aqui há boõ milagre e fermosas virtudes! **Ora parece a lealdade da nossa donzela e a traiçom desta outra.** (= agora aparecem/mostram-se/são evidentes a lealdade da nossa donzela e a traição desta outra)
 Entom fezerom grã doo e grã chanto sôbola cabeça da donzela, e derom graças a Deus da fremosa vingança que [tomara] da maa donzela. (13DG, p. 31)

Nos exemplos em (11), o significado de apresentação é propiciado pela flexão do verbo no tempo futuro, marca que parece incompatível com o significado de "aparentar-se" física ou psicologicamente. Essa acepção é confirmada pela ausência de um segundo nominal (SN) como argumento de **parecer**, caso em que a leitura de "ter a aparência de" seria possível, conforme uso atual de **parecer**₁.

O sentido equivalente ao de **parecer**₂ poderia ser verificado em (13) abaixo.

- (13) [Depois de a donzela se deitar, às escondidas, ao lado de Gallaaz que dormia ferrenhamente]
 Mas quando sentio a estamenha que o cavalleiro vestia [...] ella foi tam espantada que disse logo: "Ai cativa, que é esto que vejo, nom é elle cavalleiro dos cavalleiros andantes que dizem que som namorados, mas é daquelles que a sua vida e a sua lidice é senpre penitencia, pela Qual lhes vem gram bem para o outro mundo e perdoa Deos a aqueles que erro ouverem feito contra elle. E por nenhua rem" disse ela, "nom posso eu acabar com elle o que querria. **E como quer que este cavalleiro seja ledo para parecer, grande é o marteiro da sua carne, mas mostra bem que o seu coração pensa en al.** (= e como quer esse cavaleiro (a)pareça alegre, grande é o martírio de sua carne, mas mostra bem o que seu coração pensa) (13DG, p. 73)

Nessa ocorrência, poderia ser atribuída a **parecer** a função de suporte de uma predicação, que relaciona um atributo (ledo= alegre) a um nome (o cavaleiro), sustentada pelas impressões do enunciador. Entretanto, descarto essa possibilidade em favor do significado “aparecer”, o mais provável, dada a ocorrência, no mesmo contexto, de um verbo apresentativo (**mostrar**):

Mostro, em (14), um caso de uso evidencial/epistêmico, com leitura mais favorável para a qualificação da proposição somente como “evidente”, conforme acepção mostrada nos usos latinos apresentados em (2) e (3) acima.

- (14) [a filha] Entom lhe contou tôda aquela aventura como aveera e mostrou-lhe seu meestre e seu irmão mortos. E el-rei disse com sanha:
 ___ ora (=agora) **parece** que meu filho serviu maau senhor e maau galardom lhi deu. Êste logar é mau, e maa é a fonte u (=onde) demo mora. (13DG, p. 57)

Observe que, diante de evidências que a filha lhe apresenta (“a aventura relatada e os mortos”), el-rei expõe um conteúdo proposicional (“meu filho serviu a mau senhor”), resultante de uma inferência sua. Sob essa análise, aqui um valor epistêmico também é possível de se verificar: mesmo diante de evidências que conduziriam ao **certo** (“certamente meu filho serviu a mal senhor”), el-rei prefere preservar sua face, expressando o conteúdo inferido como **possível**, **provável** (“parece que ...”).

Somente esse caso configura um constituinte oracional finito encaixado no verbo, o que pode levar-me à identificação, já nesse século, de emprego semelhante ao do atual **parecer**₃. Entretanto, dado o conteúdo semântico da forma original (cf. (2) e (3) acima), quer me parecer que cabe mais a atribuição de valor evidencial, ao verbo **parecer**, nessa ocorrência em (14). Ressalta-se, no conteúdo de (14), o distanciamento das acepções mais concretas de **parecer**, i.e., como verbo de apresentação.

A escassez de usos próximos ao de **parecer**₃ pode ser justificada pelo fato de, especialmente nesse século, haver o predomínio da forma **semelhar** para a qualificação epistêmica da proposição. Com valores muito próximos às configurações

semânticas e sintáticas dos atuais usos de **parecer**_{1,2,3}, a forma **semelhar** apresenta as seguintes frequências:

(15) **Semelhar** no século XIII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
11	03
	i. verbo pleno comparativo = aspectos físicos (01) ii. verbo suporte de predicação = apreciação (02) iii. encaixador de proposição: epistêmico/evidencial (08)

Em (16) a (18), exemplifico (15), explicitando o tipo estrutural e a função de cada uso de **semelhar**⁸:

- (16) **Tipo estrutural: [SN] V_{pleno} [SN] (predicado verbal)**
E rei Mars o fêz cavaleiro em dia de Páscoa. Mas porque andavam dizendo pola casa que Meraugis se **semelhava** a rei Mar. Ca (=porque) muito bem podiam dizer que era seu filho, tanto que rei Mars ouviu toõ, disse que nom queria que vivesse com êle homem sem padre. (13DG, p. 14)
- (17) **Tipo estrutural: [SN] V_{suporte} [Sadj] (suporte de predicação / operador modal)**
E êle foi catando (=mirando) as irmaã polo carreira, e tanto houve grã sabor em ela e tanto [ela] lhe **semelhou** fremosa, que lhe creceu vontade de a haver contra razom. (13DG, p. 55)
- (18) **Tipo estrutural: V_{encaixador} [proposição encaixada] (predicado de atitude proposicional)**
- E Boorz foi a espada e tirou-a da bainha e disse a Gallaz: “Senhor, filhade (=tome) vossas armas e pensade [de] vos defender, ca (=porque) **me semelhava** ca (=que) vos é mui mester. (13DG, p. 75)
 - Entam lhe disse Boorz: “Ora veedes cos como é, e se eu quisesse já vos ora matar[ia]. Mas nom quero ataa que saiba se averemos paz com vosco. E de paz **me semelhava** que avedes mais mester (=ministério) ca (= do que) de guerra. (13DG, p. 77)
 - Entam lhe contou o que en vira com Ivam o Bastardo que fora depos ella. “**Semelhava-me**”, disse ele, “que a leixou”. “Senhor”, disse Boorz, “esta cousa é tam maravilhosa que eu seu bem que nom é outrogada a sabe-la [a] todo homem, e bem cuido que nunca em verade seja sabida se por vos nom. (13DG, p. 78)

Nota-se, nos exemplos (17) e (18), a expressão clara do clítico dativo ao qual é atribuído o papel de experienciador, marca ausente em todos os casos de **parecer** encontrados nesse século. Como se verá mais adiante, tanto a frequência *token*,

⁸ Vale a pena contrastar as ocorrências de (16) a (18) com as ocorrências (1) a (3) apresentadas na introdução do cap. anterior.

quanto a freqüência *type* de **semelhar** reduzem-se drasticamente nos dois séculos seguintes, desaparecendo totalmente a partir do século XVI.

Cabe nesse ponto uma indagação a respeito do estatuto gramatical de **semelhar**, em suas diferentes funções. Estaria, a essa época, a forma **semelhar** em processo de GR, como é hoje o caso de **parecer**? Por que ocorre a redução de sua freqüência *token* e *type* e o seu completo desaparecimento do sistema?

Uma possível resposta a essas indagações pode ser buscada nas funções equivalentes que **parecer** vem a desenvolver, sobretudo a partir do século XV. Na trajetória em que vinha se desenvolvendo, do latim para o português (quando não há registros disponíveis), **semelhar** pode ter tido seu curso de GR interrompido. Assim, suas funções, inclusive a lexical, passam a ser assumidas por **parecer**, que se especializa sobretudo na codificação da modalidade epistêmica/evidencialidade. Comparativamente aos usos atuais de **parecer**, pode-se então supor que este verbo já superou, em estatuto gramatical, o ponto até onde **semelhar** se desenvolveu antes de desaparecer, já que não encontrei nos dados diacrônicos usos parentéticos (com valor de satélite) para essa forma.

Diante dessas constatações, como uma generalização, é possível então propor que o fato de formas diferentes, dentro de um mesmo domínio funcional, cumprirem as mesmas funções pode explicar o motivo pelo qual uma delas se especializa, tornando-se mais freqüente e mais gramatical na codificação daquela função e, uma outra, tenha seu curso de GR interrompido⁹, permanecendo no sistema apenas com valor lexical. É o que parece ilustrar a trajetória de **parecer** na relação com **semelhar**. No seus estágios mais gramaticais, como verbo suporte de predicação e como epistêmico encaixador de proposição, **semelhar** perde essas funções para **parecer** permanecendo apenas como verbo pleno, como se verá mais adiante.

Já bastante recorrente no século XIII, **achar** apresenta a seguinte freqüência:

⁹ Cf., a esse respeito, o princípio da especialização dado por Hopper (1991). Cf. cap. V, seção 3.3.

(19) **Achar** no século XIII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
	03
32	i. verbo pleno = encontrar (27) ii. verbo encaixador de predicação (adjetival) = apreciação (01) iii. verbo encaixador de proposição = percepção/evidencial (04)

Desse total de ocorrências, predominantemente (27 ocorrências) a forma **achar** seleciona argumentos nominais e seu significado é o de “encontrar algo em algum lugar/tempo ou de algum modo” (20a,b) ou simplesmente o de “encontrar, descobrir algo” (20c).

- (20) a. Mas u (=onde) vos **achou** ele ou como aqueceo esta sanha entre vos e elle? (13DG, p. 68)
b. **achei**-o eu mal doente, u (=onde) jazia desacordado todo com o mal. (13CE, p.208)
c. Como Gallaaz e boorz **acharom** Palomades, o da Besta Ladrador. (13DG, p. 78)

Confirmando parcialmente os resultados de Casseb-Galvão (1999)¹⁰, ocorrem, no entanto, já nesse século, 01 (um) caso de **achar**, no qual o verbo seleciona um predicação adjetival simples do tipo [SN, Adj] e porta o valor que interpreto como de “epistêmico de apreciação” (21a), embora não em primeira pessoa¹¹. Além desses usos, o verbo, em 04 ocorrências, já subcategoriza complemento oracional finito (21b) e seu valor semântico mostra-se ambíguo, entre os sentidos “verificar, constatar” e “epistêmico de opinião” (“palpite”, nos termos de Galvão, 1999), casos em que o primeiro sentido parece mais cabível, favorecendo também a atribuição ao verbo de um valor de evidência atestada.

- (21) a. [ele] maenfestou-se, ca (=pois) diz que s'**achou** pecador muit', e poren rogador foi log' a Deus, ca (=que) teve por melhor de guardar a el ca o que aguardou; e, mentre viva, diz que quer Ter um clérigo com que defender possa do Demo, que sempre guardou. (13CE, p. 231)

¹⁰ A autora verificou que **achar**₁ (ação-processo) é a fonte dos demais usos e o processo de gramaticalização desta forma começa a ocorrer, “provavelmente, a partir do século XV” (p. 100), com o uso de **achar**₂ (apreciação), que se estende até o século XVI, quando **achar**₃ (palpite) começa a fazer parte do sistema. **Achar**₄ (modal epistêmico), colocado na extrema direita da escala de gramaticalização, toma-se operante na língua somente a partir da segunda metade do século XX.

¹¹ Esses são os casos identificados por Casseb-Galvão (1999) como **achar**₂ (apreciação).

- b. Em Domas **achamos** que Santa Maria fez gran demonstrança. (13SM, p. 28)

Também empregado no sentido pleno, com valor lexical, ocorre o verbo **crer**.

- (22) a. Todo crischao **crea** firmemente que huu soo é uerdadeyro Deus, Padre e Fillo e Spiritu Sancto e estes III sō I. (13FR, P. 127)
- b. O diaboo lho fez fazer. Ora nom sei que façamos, que seu padre nom nos **creerá**, antes dirá que a matamos. (13DG, p. 75)

A forma **crer**, que virá a desenvolver significados epistêmicos nos séculos seguintes, ocorre nesse século 4 vezes, com o valor de “crença em algo”, não marcando ainda a relação entre o falante e o conteúdo proposicional em relação ao qual ele expressa crença pessoal. Observe, em (22a), que, mesmo selecionando um constituinte oracional, o verbo está empregado com valor lexical.

3.2. Século XIV

No século XIV, são ainda escassas as ocorrências de **parecer**, e continua a ocorrer ainda a sua forma concorrente **semelhar**, com as acepções descritas na seção anterior.

Das 4 ocorrências de **parecer**, 3 subcategorizam constituinte oracional (2 finitos (23a, d) e 1 não-finito (23b)) e a outra, como forma variante de **aparecer** e, portanto, verbo de apresentação, subcategoriza um SN (23c).

- (23) Eu faley a Dorothea quando a leuauã a degolar e dise-lhe em escarnho: Molher, hu te uaas? E ella me disse: Uou-me pera o meu amigo e meu esposo Jhesu Christo, que me coonuida pera muy sanctas uodas e muy solemnes manjares pera o seu parayso. E eu lhe disse como a sandia: Quando fores em esse parayso, emuia-me das rosas e das maçãas. E ella me prometeu que o farya.
- a. E agora, tanto que foy degolada, ueeo a myn huum menino que **me parece** que nõ he mais de idade de quatro ãnos e

- b. Chamou-me de parte e falou-me tam perfectamente, que a mi parecia ser rustico ante el (= que eu parecia ser rústico diante dele) e amostrou-me este pano cõ estas tres rosas e tres maçãs e dise-me: Aquella uirgem sancta Dorothea te envia esto, asy como o prometeuu, estas doas (=doações) do orto do seu esposo.
- c. E, tanto que as eu tomey e comecey a braadar, logo aquelle moço nõ pareceu mais, e eu creou que era ageo de Deus. (140E, p. 4)
- d. [Depois de São Paulo dar vistas a um cego, por meio de um incrédulo, que passa a crer na fé em Jesus Cristo e se torna mártir glorioso]
E asy parece que o nome de Jhesu Christo he luz da ffe catholica. (140E, p. 7)

Pareceria incontestado o valor epistêmico/evidencial de **parecer** em (23a) e (23b), casos em que tem sob seu escopo um constituinte oracional finito e não-finito, respectivamente, a exemplo de **parecer**₃. Confirmaria esse valor semântico a presença do clítico de primeira pessoa, uma possível explicitação do experienciador. Observe que esse clítico de primeira pessoa é adequadamente empregado em (23a), mas não em (23b), na qual ele parece ocupar o contexto que seria de um nominativo, conforme interpretação minha, sugerida a seguir da ocorrência. Assim, o valor “epistêmico/evidencial” mostra-se mais claro para (23a) do que para (23b), essa, antes, uma mera apreciação/opinião, em cuja predicação encaixada em **parecer** (*ser rústico diante dele*) poderia ser omitido o verbo **ser**, o que leva-me a admitir a possibilidade de, já nesse século, **parecer** existir como suporte de predicação, equivalente então a **parecer**₂.

A **parecer**, em (23d), cabe mais a atribuição de valor evidencial (“ser claro”, “ser evidente”), em decorrência do sentido do enunciado dado no co-texto anterior e da ausência de clítico dativo ou forma nominal que expresse o experienciador. De qualquer forma, cabe já a equivalência do verbo **parecer**, em (23a), (23b) e (23d), a **parecer**₃.

Como já mencionado, em (23c), **parecer** constitui um verbo de apresentação, variante de **aparecer**. Assim, nesse século, a frequência *type* e *token* de **parecer** é a seguinte:

(24) **Parecer** no século XIV

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
04	04
	i. verbo pleno = apresentativo (01) ii. verbo encaixador de proposição = epistêmico /evidencial (03)

Relativamente à forma **semelhar**, ela continua a ocorrer, embora em frequência bem menor, neste século. Registram-se apenas as duas ocorrências transcritas em (25) abaixo, uma com valor de “apreciação” (25a) e outra com valor epistêmico (25b). Entretanto, formas nominais como “semelhança”, “semelhante”, são bastante frequentes.

- (25) a. Onde per todas estas rrazões que auemos ditas he bõa a uergonha hu conuem que a aiã e he maa hu há nõ deue a auer. **Demays semelha moyto estranha cousa d’auer nêngu uergõça en descobrir pecados que ha feytos e ditos a Deus**, de hua parte por que o sabe todo e da outra por que pode dar conselho a elle, o que o home a tomar vergonha de maefestarsse poys que esta he carreya dereyta pera partirsse do mal e fazelo bem. (14PP, p. 132)
- b. E esto tambe eno lauor como enos liuros e en totalas outras cousas que fore mester pera onrra e pera seruiço della. **Ca (=pois) o que a doutra guysa fezesse mays semelharia que o fazia por escarnho e por despreço de Deus ca (= do que) por seruiço ne por as onrra**. (14PP, p. 390)

Nesse século, **achar** apresenta alta frequência, como segue:

(26) **Achar** no século XIV

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
27	02
	i. verbo pleno = encontrar (26) ii. verbo perifrástico = decidir/resolver (01)

Das 27 ocorrências, em 26 delas a acepção do verbo **achar** é a de “encontrar” ou “encontrar-se em algum lugar”, casos em que subcategoriza apenas constituintes nominais. Um emprego diferenciado, que foge a essa acepção, é a “perífrase” **achar de + V_{infinitivo}**, com o sentido de “decidir/resolver”, como mostra a ocorrência abaixo, único caso em todo o *corpus*:

- (27) E, po que o emperador amava muyto este rey Teuderigo, pesoulhe muyto de os seus padecerem lazeyra; e sobr'esto pensou de lhes dar alguma Terra que se lhe a elle nō tornasse em dampno. E **então achou em seu conselho de lhe dar Italya**, como quer que elle aaquella sazón nō era senhor de Roma nem de Ytallya. (14CG, p. 56)

A forma **crer**, com 12 ocorrências, sem variação de significado em relação ao século anterior, é empregada apenas como verbo pleno que seleciona ou constituintes nominais (5 ocorrências) ou constituintes oracionais (7 ocorrências).

3.3. Século XV

É no século XV que começam a abundar as ocorrências de **parecer**, e, talvez, por essa razão, começa também a haver uma maior variação de sentidos, em relação ao século anterior. Assim, esse seria um primeiro indício de que o aumento da frequência de uso leva ao surgimento de novas funções para uma forma já existente. Encontrei, neste século, 34 ocorrências do verbo, as quais passo a discutir e exemplificar, de acordo com a distribuição dada em (28).

(28) **Parecer no século XV**

Frequência token	Frequência type
34	05
	i. verbo pleno = apresentativo (04)
	ii. verbo pleno comparativo = aspectos fisicos (01)
	iii. verbo suporte de predicação = apreciação (09)
	iv. verbo encaixador de proposição = epistêmico/evidencial (17)
	v. verbo em expressões = epistêmico (03)

Inicialmente, a forma **parecer**, verbo de apresentação, continua a ser utilizada como variante de **aparecer**, como ilustra a ocorrência em (29):

- (29) E disselhe nostro Senhor: faze hua fegura de serpente d'arame, e **pom-na em hua viga em guisa** (= de modo) **que pareça em meatade do poboo**, e qualquer que for ferido das serpentes, pare mentes em aquela Serpente do arame, e viverá. (15BM, p. 138)

A exemplo dos usos no séculos anteriores, em (29), o verbo subcategoriza somente o argumento externo; daí, seu emprego como verbo de apresentação. Próxima a essa acepção de verbo de apresentação, porém com o sentido de “mostrar-se”, “ser evidente”, encontrei o único caso, abaixo transcrito.

- (30) E aquelas enjurias que som feitas com enteemom dempeecer (=de prejudicar), muytas vezes veem de medo que alguu há, o Qual pensa que se ele nom empeecer (=prejudicar) ao outro, pode dele receber alguu dano. Mas o principal aazo (=motivo) por que as enjurias som feitas, he por aqueles que as fazem entenderem gaanças (=ganância) per elas alguas cousas que cobiiçam, **no qual erro claramente se parece** (= mostra-se) **como he grande mal a avareza.** (15LO, p. 19)

Registra-se, no levantamento efetuado neste século, o primeiro (e único) emprego do verbo identificado com o atual **parecer₁** (“assemelhar-se fisicamente”), como se verifica em (31).

- (31) [Moyses e Aarom] estavam apartados huus dos outros em guisa, que aviam antre sy grandes praças que parecia o apostamento da hoste, feira, ou mercado de cousas pera vender. (15BM, p. 129)

Diante dessa ocorrência, posso sugerir que um novo emprego lexical desponta para **parecer**, antes mesmo de haver a “extinção” de seu emprego como verbo apresentativo. Isso me leva a considerar que uma mesma forma pode desenvolver diferentes percursos de mudanças, rumo a diferentes domínios (lexical ou gramatical).

Empregados como **parecer₂**, que sustenta uma relação de predicação, encontrei 9 casos, cujo significado “apreciação” e a estrutura [SN–V–SAdj] são exemplificados pelas ocorrências dadas em (32).

- (32) a. E sse alguus perguntar quiserem porque taaes presumiam seer todo fingido, **as rrazoões d’elles que nos bem claras parecem** sejam rresposta aa sua pergunta. (15CP, p. 215/216)
- b. E quanto mais liia [o livro dos officios], **tanto me parecia melhor e mais rituoso**, e nom soomente a mym, mas **assy parecia a alguus outros** a que eu liia em protugues alguus seos capitulos. (15LO, p.1)

De modo inequívoco, ocorrem neste século, e com acentuada frequência (17 ocorrências), complementos oracionais encaixados em **parecer**, cujo uso é possível de ser identificado com o de **parecer**₃. Destacam-se, nesses empregos, os valores epistêmico e evidencial de **parecer**. A presença marcante do clítico dativo de primeira pessoa ou formas nominais favorece o valor também evidencial do verbo. São alguns exemplos:

- (33) a. E a estas palavras frey Genebro se maravillhou muyto a demais de tam caritativo feito algum se torvasse, **como lhe parecesse a elle que todas estas cousas temporaaes nom som nada senom Quanto servem a caridade.** (15FG, p. 435)
- b. E por esto, Senhor, a **mym parece que dos livros que vi de philosaphia, este avantejadamente enssyna a cobrar o que os outros fazem amar e desejar.** E quem bem estudar e husar de sua esnssynança, entendo que sera fora da pena e doesto (=injúria, insulto) que disse. E deste velume **os primeiros dous livros, segundo meu juizo, me parecem que tem vantagem do Terceiro, e aquelles achei mais claros.** O Terceiro achey muito scuro, por que reconta estoria e exemplos, e **parece que screvia a quem as sabia.** (15LO, p. 4)

Observe que é nesse século que ocorre pela primeira vez o verbo **parecer** subcategorizando uma oração, cujo sujeito aparece nos limites da oração matriz, por razões de topicalização¹², como se verifica em (33b), na segunda ocorrência.

Embora não tenha encontrado usos que pudessem ser identificados com **parecer**_{4,5}, chamo a atenção para 02 ocorrências em (34), nas quais o verbo é empregado em uma expressão encabeçada pela locução prepositiva **segundo que**, que explicita, de modo mais claro, o valor evidencial de referência à fonte responsável pela informação de um conteúdo proposicional.

¹² Não estou considerando como topicalização do sujeito da oração encaixada os casos em que o complexo oracional com **parecer** ocorre nos limites de uma oração relativa (cf. (i) e (ii) abaixo). Nesses contextos, a meu ver, não parece adequado atribuir ao **que** relator o mesmo valor pragmático de um constituinte topicalizado, embora nos limites da oração subjetiva o sujeito não venha retomado.

(i) Fez alguns bautismos in externis de pessoas antigas e envelhecidas em seus ritos, e hum avia que tinha tres mulheres, scilicet (=evidentemente), duas antigas e **hum muito moça, que parece que era das sobrinhas, que elles herdão por verdadeiras mulheres.** (16CJ, p. 442)

(ii) acho que com muita razão me posso queixar da **ventura que parece que tomou por particular tenção...** (16PF, p. 13)

- (34) a. **Segundo que parece a Panecio**, sobre tres cousas he a determinhaçom do conselho que filhamos. (15LO, p. 13)
- b. Empero assim como eu por meu proveito sempre ajuntei as scripturas ladinhas com as gregas, nom soamente na philosaphia, mais ainda no exercicio do ditar, isto meesmo te conselho que tu faças pera saberes tanto da hua como da outra linguaem, da qual cousa, **segundo que a nos parece**, grande ajudoiro fezemos aos nosso homees. (15LO, p. 7)

Como parece ser óbvio, a alta freqüência de **parecer**, assumindo acepções variadas, leva à redução drástica, nesse século, da freqüência de **semelhar**, como as mesmas acepções. Registro em (35) a única ocorrência encontrada e na qual o verbo é empregado com valor lexical. É interessante observar que, como último registro dessa forma, restou apenas o emprego lexical do verbo, uma vez que se pode supor que suas outras funções foram plenamente assumidas por **parecer**, como se observou em (28).

- (35) [Aquelles doze homees] disserom que os moradores della eram homees mui fortes, e as cidades eram grandes, e muradas, e que virom hy homees tam grandes, que **semelhavam eles gafanhotos ante os outros**. (15BM, p. 132)

A forma **crer**, nesse século, embora ocorrendo apenas 03 (três) vezes, desponta com significado epistêmico, não registrado até o século anterior, o que me leva a propor que é, então, no século XV, que sua GR se inicia. Não encontrei registros de seu emprego como verbo pleno, o que não implica o desaparecimento dessa função; é apenas efeito da sua redução em freqüência *token*. As ocorrências são as seguintes:

- (36) a. De Platom **eu creyo** que, se quisera trauctar daquesta maneira de disputaçom, que mui sobedormente e mui avondosamente podera falar, e Demosten[e]s se tivera aquelas cousas que aprendeo de Plato, e as quisera declarar, muito fremosamente o podera fazer. E isso meesmo d'Aristotiles e de Socrates eu julgo, dos quaaes cada huu delectandosse no seu estudo, despreçou o dos outros. (15LO, p. 9)
- b. Da qual cousa se segue, ainda que a alguus pareça duro, po que nos ousamos de seguir aos estoycos que com grande deligencia buscam os nacimentos das palavras, que **nos creemos que por a justiça fazer estas cousas que dictas som muitas vezes, he chamada fe**. (15LO, p. 18)

- c. Mas creo que esto fezerom por que aqueles lugares erom em tal comarca que suas guerras podiam fazer dano aa cidade de Roma. (15LO, p. 26)

Observo que, nesse século, os atuais empregos de **parecer** começam a surgir e a se fixar no sistema do português, sobretudo os identificados com **parecer**_{1,2,3}, à medida que decresce o emprego da sua principal forma concorrente, o verbo **semelhar**. Rara é ainda a presença de outras formas segmentais de expressão da modalidade epistêmica, possíveis concorrentes de **parecer**. A forma **achar**, bastante freqüente (29 ocorrências), não se mostra concorrente, em razão de, na grande maioria dos casos (26 ocorrências), portar valor lexical, subcategorizando apenas argumentos nominais, como pode ser observado em (37).

- (37) Indo nós per aquel deserto, achámos uua casa de três cantos, mui fremosa e mui bem lavrada de pedra mármore mui branca. (15BD, p. 13)

Continuam a ocorrer, de modo escasso ainda, casos em que, por meio da forma **achar**, o falante expressa sua apreciação acerca de uma entidade. Esse é o uso em que o verbo seleciona uma predicação simples do tipo [SN, SAdj], aqui, com o SN topicalizado (03 ocorrências), como mostra (38).

- (38) E por esto, Senhor, a mym parece que dos livros que vi de philosaphia, este avantejadamente enssyna a cobrar o que os outros fazem amar e desejar. E queM bem estudar e husar de sua esnssynança, entendo que sera fora da pena e doesto que disse. E deste velume os primeiros dous livros, segundo meu juizo, me parecem que tem vantagem do terceiro, e aquelles achei mais claros. O terceiro achey muito scuro, por que reconta estoria e exemplos, e parece que screvia a quem as sabia. (15LO, p. 4)

Três casos de **achar** com complemento oracional finito não se identificam ainda com valor epistêmico (opinião ou palpite) propriamente dito, mas com o sentido de verificar, ou ainda, permitindo uma leitura ambígua entre “descobrir/perceber”, “verificar” (cf. Casseb-Galvão, 1999, p. 125), valor que, entendo, codifica uma evidência possivelmente atestada pelo falante.

- (39) a. E entom tomou Moyses por mandado de Deus doze varas dos doze princepes dos doze tribos, e escreveu em cada hua vara o nome de seu tribo, e ena vara de Aaron escreveu o nome do tribo de Levi, e pose-as Moyses todas treze varas eno tabernaculo ante nostro Senhor, e tornou em outro dia, e **achou que a vara de Aaron enverdecera**. (15BM, p. 135)
- b. Se a vossa mercee ou qual quer outro que leer per este livro pesar bem as pallavras que scribe no primeiro e no segundo, ainda que aa primeita alguas delas pareçam sobejas, **achará que proveitosamente e com bom effecto som scriptas**. (15LO, p. 5)

Ressalte-se, contudo, que em (38) e (39), há o distanciamento semântico da forma original, possivelmente propiciado por contextos ambíguos entre um conceito fonte (“encontrar”) e um conceito alvo (“valor epistêmico”), que permitem uma reanálise rumo a uma estrutura mais gramaticalizada. Cresce assim a frequência *type* de **achar**, como mostro em (40).

(40) **Achar no século XV**

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
29	03
	i. verbo pleno = encontrar (23)
	ii. verbo encaixador de predicação = apreciação (03)
	iii. verbo encaixador de proposição = percepção/evidencial (03)

3.4. Século XVI

Nesse século, constatei que a forma **parecer** de fato se implementa no sistema. Assim, acresce-se à frequência *type* dos séculos anteriores seu novo emprego como **satélite atitudinal epistêmico/evidencial** (41a,b), que, restrito à posição intercalada típica de constituintes adverbiais, rompe a estrutura de constituência da oração. O simples fato de **parecer** ocorrer sem o complementizador e em posição intercalada poderia não constituir evidência suficientemente forte para identificá-lo com **parecer**₅¹³. Entretanto, essa possibilidade de interpretação pode ser

¹³ Minha cautela para a interpretação categorial desse constituinte deve-se à constante irregularidade da grafia e da escrita nos textos desses séculos, o que propicia a omissão de palavras geralmente funcionais como conjunções, preposições etc. Além disso, essa recategorização é mais característica do texto falado do que do escrito. Esse fato não garantiria que realmente esse uso de **parecer** seja semelhante ao do português contemporâneo.

corroborada pelo fato de esse mesmo valor sintático-semântico também ser registrado, pela primeira vez, para a forma **crer** (41c,d).

- (41) a. E os seus, que como digo, vinhão tão embebedos em suas danças, tendo parece alguma notícia do que se passava, supitamente se callarão. (16CJ, p. 440)
- b. E logo ao Domingo consolou a todos cum huma pregação que fez de São Matheus, cuja festa era. E nisto he tão continuo, quanto aqui está, que parece não podem sofrer passar-se-lhe hum santo sem pregar. (16CJ, p. 449)
- c. E sempre os mesmo Indios o esperão no tal tempo e tem-lhe tanto respeito que, por mais solenidade que ouvesse nos seus bautismos, tudo creio terião por pouco, costuma. (16CJ, p. 448)
- d. Mas, porque creio se irá amenhã, abreviarey como puder e acabarey com lhe dar novas das muytas impresas que se aparelhão pera os que lá vierem. (16CJ, p. 449)

Construções com sujeito topicalizado continuam a aparecer (42a,b). Emergem, nos dados, usos de **parecer** em estrutura de predicação em que o atributo qualificativo (adjetivo) recai não sobre um SN, mas, antes, sobre um constituinte oracional (42c). Assim é possível afirmar que o valor atributivo de **parecer** (apreciação) se estende e ele passa a qualificar, mais claramente, não só entidades, por meio da estrutura [SN – V – SAdj/Sprep], mas conteúdos proposicionais, por meio da estrutura [V – Adj – [oração]].

- (42) a. E Quanto ao que diz o Bispo na dita carta, que non procede comtra mim carguo que tenho e pola pessoa que represento, esta me parece, senhor, que ffoy a mauor descortesya que nunca se dise a Governador. (16CJ, p. 221)
- b. Asy que a boa razão parece que nos está mostrando duas cousas a primeira sem duuida a agulha deue fixar não em algua linha meridiana ... (16MN, p. 353)
- c. Eu respondi: [...] aceitardes tal embaixada & não reprenderedes primeiro vosso xatamás que deixe o grão idolo em que adora, & depois que curar a si parecerá bem curar os outros. (16DP, p. 35)

Embora não exemplifique aqui os usos já anteriormente registrados de **parecer**, e que se repetem nesse século, a quantificação dessa forma registra um crescimento tanto em frequência *token* quanto em frequência *type*, como se pode observar em (43).

(43) **Parecer** no século XVI

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
62	06
	i. verbo pleno = apresentativo (02) ii. verbo pleno comparativo = aspectos físicos (09) iii. verbo suporte de predicação = apreciação (16) iv. verbo encaixador de proposição = epistêmico/evidencial (32) v. satélite atitudinal = epistêmico/evidencial (02) vi. verbo em expressões = epistêmico/evidencial (01)

Relativamente ao século anterior, nesse século a frequência *token* de **parecer** é 100% maior. Essa constatação, certamente, propicia o aumento da frequência *type*, da qual me interessa destacar os valores epistêmico e evidencial do verbo, que explicitam o processo de ‘subjativização’ a que comumente se submetem formas/construções de alta frequência no discurso (cf. Scheiban, 2001, Traugott, 1989).

As inferências ou mesmo avaliações, nem sempre precisas, por parte do enunciador, podem ser observadas nas ocorrências dadas em (44). Embora empregado numa porção textual do tipo **descrição**, o uso de **parecer** revela as imprecisões ou as impressões vagas do enunciador.

- (44) a. Sua conhecida [Bahia de São Boa Ventura] são Quatro barreiras muy fermosos que de longe parecem a hum bom e grande palmar. (16MN, p. 338)¹⁴
- b. Secundariamente as mesmas serras de que [a Bahia de Jesus] he formada e cercada que de longe, mas bem defronte, parece que vão beber ao mar. (16MN, p. 338)

É importante observar que a forte presença do clítico dativo de 1ª pessoa que acompanha **parecer** contribui para a explicitação do seu significado, cada vez mais baseado nas atitudes subjetivas do falante. Cabe recordar que essa forma de expressão de 1ª pessoa – que para **achar** e **crer** realiza-se no SN-sujeito e na morfologia verbal – era recorrente no século XIII com a forma **semelhar**, quando

¹⁴ Observe que a presença da preposição “a” seguida de **parecer** lembra sua forma equivalente **semelhar** (cf. 16a).

empregada para marcar as atitudes subjetivas do falantes. Essas e outras mudanças morfossintáticas serão mais bem discutidas em seção específica.

Em relação ao século anterior, o verbo **achar** apresenta um comportamento próximo ao de **parecer**: sua frequência é quase duas vezes maior, porém mantém uma estabilidade sintático-semântica (cf. (40)). Assim se distribui sua frequência:

(45) **Achar** no século XVI

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
49	03
	i. verbo pleno = encontrar (42) ii. verbo encaixador de predicação = apreciação (03) iii. verbo encaixador de proposição = percepção/evidencial (04)

Com relação ao verbo **crer**, seu comportamento semântico permanece inalterado, ou seja, não se registram casos de uso pleno do verbo. Nas 12 ocorrências registradas neste século, o verbo codifica ME/EV, sobretudo pela quase categórica expressão de 1ª pessoa (11 ocorrências) e de tempo presente do indicativo (total das ocorrências). A diferença sintática deve-se a 2 ocorrências com valor de satélite, já apresentadas em (41d,c). Desse modo, observa-se a seguinte variação semântica para a forma **crer**.

(46) **Crer** no século XVI

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
12	02
	i. construção encaixadora de proposição = epistêmico (10) ii. satélite atitudinal = epistêmico (02)

Observe-se, por último, o completo desaparecimento do sistema da forma **semelhar**, a partir desse século.

3.5. Século XVII¹⁵

Para a forma **parecer**, o que ocorre nesse século é a oscilação para baixo na sua frequência *token*, em relação ao século anterior.

(47) **Parecer** no século XVII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
43	06
	i. verbo pleno = apresentativo (04)
	ii. verbo pleno comparativo = aspectos físicos (03)
	iii. verbo suporte de predicação = apreciação (13)
	iv. verbo encaixador de proposição = epistêmico/evidencial (15)
	v. satélite atitudinal = epistêmico/evidencial (02)
	vi. verbo em expressão = epistêmico/evidencial (06)

Sobre **parecer**, vale ilustrar um claro uso como satélite parentético, dado pela sua ocorrência entre vírgulas (48a). Essa constatação me confere maior segurança para fazer a afirmação sobre sua natureza categorial. A simples ausência do complementizador **que** nesse uso poderia ser justificada pelas mesmas razões da omissão, em (48b), das palavras funcionais do nome “ordem”: o determinante **a** e preposição **de** do seu complemento nominal (cf. nota 10 deste capítulo).

- (48) a. Eu fran^{co} da silua ^{ta}m do pubreco judicial nesta sidade ... fis tresladar dos propios que fiCaõ en meu poder por maõdado do juis ^{mei} Curuello uelho a Requerimento do uereador gaspar de oliueira os Coais saõ terladados bem E fielmente os Coais me Reporto Com os Coais este Consertei E Com o ofisial abaixo asinado E **uaõ na uerdade naõ fazendo duueda as duas entrelinhas que disen, pareseo, e (=é) do Costume que se fizeraõ** por uerdade en os uinte e sinco dias do mês de marso de mil E seis sentos e desoito anos E me asinei de meu sinal pubrico que tal he (sinal público) (17GV, p. 111)
- b. E fora de ser tão subita a entrada do inimigo, que antecipasse o cuidado dos naturaes, pera mayor dedensaõ; **ordem parece foy de outro gouerno mais alto**, entregarse a Bahya a inimigos de fee, na conjunção em que a Cidade foy entrada. (= a ordem **de** entregar a Bahya ... foi de outro gouerno mais alto) (17JV, p. 20)

¹⁵ Utilizei somente o volume I dos textos compilados por Tarallo (1991) para este século, em razão da péssima qualidade do material reprográfico do volume II e também em razão de que a inclusão do volume II tornaria desproporcional o tamanho da amostra relativamente aos demais séculos. Imagino que o autor deva ter tido razões, que desconheço, para ampliar a amostra desse século.

Relativamente ao século anterior, a forma **achar** apresenta-se estável em todos os aspectos, como se pode observar em (49). Continua a prevalecer, com frequência bastante alta, seu emprego como verbo pleno (40 ocorrências).

(49) **Achar** no século XVII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
45	03
	i. verbo pleno = encontrar (40) ii. verbo encaixador de predicação = apreciação (03) iii. verbo encaixador de proposição = percepção/evidencial (02)

A formar **crer**, embora continue estável semanticamente, tem drasticamente reduzida sua frequência *token*: de 14 ocorrências, no século anterior, para 02. Sua natureza categorial é a de verbo em construção encaixadora de proposição. Essa mesma redução de frequência *token* é verificada também para **achar** e **parecer**, embora não tão drasticamente, situação que se verá reparada no século seguinte. Observo aqui que a variação nos gêneros textuais pode ser um fator que propicie essa oscilação na frequência das formas investigadas.

3.6. Séculos XVIII

Em relação a todos os séculos anteriores, verifica-se no século XVIII, para as três formas investigadas, a maior frequência *token* já registrada. Observe (50).

(50) a. **Parecer** no século XVIII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
86	06
	i. verbo pleno = apresentativo (02) ii. verbo pleno comparativo = aspectos físicos (03) iii. verbo suporte de predicação = apreciação (46) iv. verbo encaixador de proposição = epistêmico/evidencial (29) v. satélite atitudinal = epistêmico/evidencial (03) vi. verbo em expressão = epistêmico/evidencial (03)

b. **Achar** no século XVIII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
93	04
	i. verbo pleno = encontrar (83) ii. verbo encaixador de predicação = apreciação (07) iii. construção encaixadora de proposição = epistêmico (opinião) (02) iv. verbo encaixador de proposição = ?percepção/evidencial (01)

c. **Crer** no século XVIII

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
12	02
	i. construção encaixadora de proposição = epistêmico (11) ii. satélite atitudinal = epistêmico (01)

Como se pode notar, **parecer** e **achar** apresentam um aumento de 100% de ocorrências *token* em relação ao século XVII, e **crer** volta a abundar entre os epistêmicos e a ser empregado como satélite atitudinal.

Devo registrar aqui a presença de contextos específicos para a determinação do valor de **achar**. Em algumas ocorrências, dada a estrutura de predicação [SN, Adj], o verbo é inequivocamente empregado ou com o sentido de “encontrar-(se)” (51), ou com o sentido de “apreciação” (52). Ocorrem, porém, contextos de difícil decisão entre uma leitura e outra (53).

(51) **Achando-se** neste Porto *hum navio Holandez chamado D. Carlos ...* (18GR, p. 17)
= encontrar-se

(52) **Vou continuando meu Govêrno que ainda o acho muito trabalhoso, êste mesmo trabalho que para me é útil.** (18CB, p. 75)
= apreciação

(53) a. **Achei a tropa em miserável estado, as fronteiras arruinadas, e todas elas desprovidas do que lhes é necessário.** (18CB, p. 28)

b. **Por mim devo repetir-te que êstes povos se acham sumamente satisfeitos.** (18CB, p. 31)
= encontrar-(se)
= apreciação

Neste século, registra-se a presença de oração não-finita encaixada em **achar** com valor próximo ao de “apreciação”. Nesses casos (54a,b), a oração encaixada

codifica um EsCo sobre o qual recai a opinião do falante, o que desfaz a ambigüidade mostrada em (53)¹⁶. Como manifestação de opinião do falante sobre um EsCo, e não mais entidade, a construção com **achar** passa então a permitir o encaixamento de uma proposição, cujo formato é o de oração finita (54c), fato que levará à ambigüidade com os casos em que o verbo é de percepção/evidencial.

- (54) a. Os oficiais também se principiam a exercitar porque **não acho ser razão que os soldados saibam mais que os seus superiores**. (18CB, p. 26)
- b. **Acho [este lugar] não estar na última perfeição** como V.Mag^e por repetidas rezoluções tem encarregado aeste Gov^o. (18GR, p. 8)
= apreciação
- c. Procurando eu também fazer alguns exames pessoais **achei que a nau vinha tão sumamente porca, que parecia mais uma nau que chegava com uma viagem da Índia muito prolongada**. (18CB, p. 84).
= percepção/evidencial
= apreciação

No contexto em (54c), são possíveis tanto a leitura de “percepção” de um EsCo, quanto a de “manifestação de opinião” acerca de um EsCo, sendo a primeira a que me parece mais apropriada, em razão do conteúdo da oração imediatamente anterior, que justifica a constatação “in locu” feita pelo falante (o exame pessoal da nau e a conseqüente verificação do seu estado). A clara avaliação do falante está na oração com **parecer**, que expressa uma comparação entre o EsCo verificado (o estado de “imundície” da nau) e um outro EsCo conhecido, mas não presente na situação (o estado de “imundície” de naus que chegam da Índia em viagens muito longas).

Observe que, se, por um lado, a ambigüidade entre o sentido de “encontrar” e de “apreciação” é desfeita pela mudança de encaixamento estrutural ([SN, Adj] > [oração não-finita]), por outro, ela se mantém para os sentidos de “opinião” e “percepção/evidencial”, também pelo novo tipo estrutural permitido ([oração finita]).

¹⁶ Rotularei de “construção epistêmica encaixadora de proposição (opinião)” esses casos de oração encaixada finita e não-finita, para distingui-las dos casos de uma proposição encaixada na construção com **achar**, cujo valor é o de “percepção”.

Vale lembrar que, até este século, em todos os casos de oração finita encaixada (séc. XV a XVII), o verbo **achar** codificava somente "percepção/evidência direta".

Os exemplos em (51) a (54) permitem atribuir a **achar** um *continuum* de sentidos que são relacionados por mudança que, gradualmente, alteram as fronteiras de constituintes, a saber:

- (55) encontrar (algo de algum modo) > epistêmico (apreciação) > epistêmico (opinião/percepção/evidencial)
 SN V [SN SAdj] > SN V [SN Adj]
 SN V [oração não-finita] > SN V [oração finita]

Como será visto a seguir, essa coexistência de valores "epistêmico" e "percepção/evidência direta" em **achar** + [oração finita] deixa de existir, em razão de desaparecer esse segundo emprego.

3.7. Século XIX

O que constatei, nesse século, foi o decréscimo na freqüência *token* de **parecer** e de **achar**, fato que pode ser explicado por abundarem, nesse período, formas variadas em freqüência *type*, porém em *token* pouco significativa. Essas formas codificam valores epistêmicos muito próximos ao de **parecer** e de **achar**. É o que aponta também Casseb-Galvão (1999), que, embora não tenha apurado a freqüência dessas formas, diz: "Nesse período observamos, em grande escala, outros modais como *acredito, creio, talvez, provavelmente, parece*" (p. 130, ênfase acrescida). Soma-se a essa lista também as formas **pensar, ser provável e ser possível**. Juntas essas formas representam uma freqüência de 22 ocorrências, sobressaindo-se, em freqüência *token*, o satélite adverbial **provavelmente**, com 10 ocorrências. São exemplos de cada uma dessas formas:

- (56) a. **Mme. Dubois, acredito que movida das mais inocentes intenções, vai expor-nos aos epigramas de algum espírito inexorável.** (19CA, p. 48)

- b. Expliquei-lhe que não, que não estava repousando. Apesar de tudo, **é possível que, na segunda-feira próxima, a revista apareça.** (19MA, p. 1055)
- c. Não vi o Novo Mundo do mês de março; mas afixam-me nada vem lá a respeito das Americanas. **Virá no de abril provavelmente.** (19MA, p. 1034)
- d. Como vão o chá e o Paulo. Quisera ir pessoalmente, mas **é provável que não possa.** O tempo voa e o dia 30 está a pinga. (19MA, p. 1044)
- e. Não espero nem tento nomeação do governo, porque naturalmente os nomes estarão escolhidos. **Mais tarde, é possível, talvez.** (19MA, p. 1033)
- f. Tenho o teatro por coisa mais séria e as minhas forças por coisa muito insuficiente; **penso que as qualidades necessárias ao autor dramático desenvolvem-se e apuram-se com o trabalho;** cuido que é melhor tatear do para achar. (19MA, p. 1028)

Parecer, achar e crer apresentam a seguinte distribuição em termos de suas freqüências:

(57) a. **Parecer** no século XIX

Freqüência <i>token</i>	Freqüência <i>type</i>
37	04
	i. verbo pleno comparativo = aspectos físicos (05) ii. verbo suporte de predicação = apreciação (15) iii. verbo encaixador de proposição = epistêmico/evidencial (14) iv. verbo em expressão = epistêmico/evidencial (03)

b. **Achar** no século XIX

Freqüência <i>token</i>	Freqüência <i>type</i>
30	03
	i. verbo pleno = encontrar (20) ii. verbo encaixador de predicação = apreciação (9) iii. construção encaixadora de proposição = epistêmico (opinião) (01)

c. **Crer** no século XIX

Freqüência <i>token</i>	Freqüência <i>type</i>
31	04
	i. verbo pleno = crença em alguém (03) ii. verbo pleno encaixador de proposição = crença (05) iii. construção encaixadora de proposição = epistêmico (18) iv. satélite atitudinal = epistêmico (05)

Das mudanças perceptíveis, **parecer** não ocorre empregado como satélite e, como **achar**, tem sua freqüência *type* reduzida: **parecer**, devido à “extinção”, a partir desse século, do seu emprego como verbo pleno apresentativo, e **achar**, por ver

“extinto” seu emprego com o sentido de “percepção/evidência direta”. Os demais usos permanecem os mesmos.

Superando a frequência de **achar**, a forma **crer** apresenta o pico em frequência *token* e *type*, quando volta a ser empregada também como verbo pleno. Como consequência, registra-se o aumento de sua frequência como satélite atitudinal. **Crer** aparece em posições intercaladas (58a) e, mais comumente, em posição final (58b,c), na qual ocorre destacado da oração, a exemplo de outros constituintes de natureza adverbial.

- (58) a. O Sr. Rodrigo Felício, conquanto já exercesse o lugar de chanceler, é a primeira vez, **creio** eu, que se apresenta em concurso, e a timidez pode prejudicar a habilidade (19MA, p. 1044)
- b. Carneiro está aqui comigo há alguns dias, dos melhores que tenho passado em Newcastle. Tem sido para mim um parenthesis intellectual, n’esta longa folha de prosa chula, em que eu tenho estado a lêr e a dormir desde o começo do meu exílio. Infelizmente, elle parte amanhã – **creio**. E eu tornar-me-hei a achar só, seccado, deante das folhas odiosas do *Crime do Padre Amaro* a revêr. (19EQ, p. 29)
- c. Eu conheço vinte grupos assim formados. Uma sociedade sobre estas falsas bases não está na verdade: ataca-as é um dever. E n’este ponto o *Primo Basílio* não está inteiramente fóra da arte revolucionária, **creio**. (19EQ, p. 51)

3.8. Século XX (até a década de 1950)

Em relação ao século anterior, **parecer** e **achar** crescem em frequência *token*, enquanto **crer** apresenta praticamente o mesmo índice. À exceção de **crer**, que, neste século, não apresenta todos os tipos semânticos, faltando o seu emprego lexical, **parecer** e **achar** se estabilizam no sistema com a coexistência dos tipos semântico-sintáticos apresentados em (59) abaixo. Confirmam essa asserção a descrição de **parecer** apresentada no capítulo anterior¹⁷ e trabalhos sobre a gramaticalização do verbo **achar** (cf. Casseb-Galvão e Gonçalves, 2001; Dall’Áglio-

¹⁷ Um quinto tipo de construção com **parecer** identificado no PB contemporâneo, ausente nos dados diacrônicos é o identificado como **parecera**, que descreve casos em que a construção [V + complementizador] aparece não introduzindo constituinte oracional, mas ligando-se a constituintes arbitrários da oração, razão que me levou a agrupá-lo com **parecers** e a rotulá-lo de um “quase-satélite” (cf. seção 2.4. do capítulo III).

Hattner *et al.*, 2001), em especial o de Casseb-Galvão (1999, p. 123-133), cujas análises diacrônicas convergem, em grande parte, com as aqui apresentadas.

(59) a. **Parecer** no século XX

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
44	4
	i. verbo pleno comparativo = aspectos físicos (04) ii. verbo suporte de predicação = apreciação (18) iii. verbo encaixador de proposição = epistêmico/evidencial (19) iv. satélite atitudinal = epistêmico/evidencial (03)

b. **Achar** no século XX

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
49	4
	i. verbo pleno = encontrar (09) ii. verbo encaixador de predicação = apreciação (23) iii. construção encaixadora de proposição = epistêmico (opinião) (16) iv. satélite atitudinal = epistêmico (opinião/apreciação) (01)

c. **Crer** no século XX

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i>
20	02
	i. construção encaixadora de proposição = epistêmico (crença) (16) ii. satélite atitudinal = epistêmico (4)

Em termos de tipos semântico-sintáticos, somente **achar** apresenta comportamento inovador em relação aos períodos anteriores, emergindo nos dados o seu emprego também como satélite atitudinal, embora em única ocorrência.

- (60) Recebi sua carta hoje e apesar de você dizer que não tem pressa já lhe respondo sobre a escolha de poemas. Achei no geral excelente. (19) Apenas eu e o Couto ACHAMOS a não inclusão do Pneumatoraz "escandalosa", como você fala. (...) (20) Indispensável, **achamos**. (19MA, p. 340)

Além disso, é somente nesse século que as construções de **achar** com valores epistêmicos superam as de valores lexicais. Nesse sentido, chamo a atenção para os usos de **achar**, cujo valor é o de manifestação de opinião.

Como **parecer**, **achar** também ocorre com a topicalização do sujeito da oração encaixada, o que permite sugerir a GR da construção [SN_{suj-1P} + V] e não do

item lexical em si, como propõem Thompson e Mulac (1991), na análise do sintagma *I think* do inglês, e também Bybee (inédito), na redefinição do que ela concebe como GR¹⁸. É exemplo desse tipo de construção com **achar**:

- (61) Não vá pra Cambuquira “consertar” o figado que você estraga completamente, que coragem! *Isso (eu) acho que é demais.* (20MA, p. 350)

Continua escassa a freqüência *token* das formas adverbiais (**talvez**, **possivelmente**, **provavelmente**) e verbais (**acreditar**), que, nesse período, juntas, totalizam 10 ocorrências.

4. Freqüência de uso e alterações morfossintáticas

Nesta seção, analiso os efeitos da freqüência na constituição morfossintática das formas investigadas no seus estágios mais gramaticais. Especialmente, busco correlacionar os padrões de freqüência com as marcas de pessoa e de tempo, dada a importância que essas marcas assumem para os novos significados que as formas desenvolvem ao longo do período de tempo focado. Como a GR ocorre em contextos muito particulares, razão para ter de se considerar a construção que o item lexical compõe, quero mostrar que contextos morfológicos de primeira pessoa e de tempo presente contribuem para o desenvolvimento de usos subjetivos das formas **parecer**, **achar** e **crer**, índices de atitudes subjetivas do falante.

Como definem Traugott e Dasher (2001, p. 29), a subjetivização é o processo semasiológico por meio do qual os usuários da língua, no curso do tempo, desenvolvem significados novos para construções/lexemas já existentes para codificar ou externalizar perspectivas e atitudes que são baseadas no mundo

¹⁸ São de Bybee (inédito, p. 1) as seguintes palavras: “The recent literature on grammaticization seems to agree that it is not enough to define grammaticization as the process by which a lexical item becomes a grammatical morpheme, but rather it is important to say that this process occurs in the context of a particular construction [...] In fact, it may be more accurate to say that a construction with particular lexical item in it becomes grammaticized, instead of saying that a lexical item becomes

comunicativo do evento do ato de fala, e não nas características do evento ou situação referente ao “mundo real”. É, assim, um mecanismo bastante permissivo para a mudança semântica, que se implementa por processos de metaforização ou metonimização. Certamente, os meios de expressão da subjetividade instaurados pela subjetivização permitem, numa ampliação de suas relações de significado, reconhecer a intersubjetividade, e, sob essa perspectiva, assumem especial relevância os meios que permitem a expressão da modalidade e da evidencialidade, estratégias que promovem o (des)comprometimento do falante em relação a um conteúdo proposicional (cf. cap. II).

Para abreviar e ver a importância dessa perspectiva nos estudos das formas recrutadas para a expressão da subjetividade, dentro da qual, volto a dizer, incluem-se modalidade e evidencialidade, transcrevo abaixo a definição de subjetividade dada por Lyons e por mim assumida.

O termo subjetividade refere-se ao modo pelo qual as línguas naturais, em sua estrutura e em seu modo normal de operar, oferecem ao agente locucionário a expressão de si mesmo e de suas atitudes e crenças.¹⁹ (grifos do original)

Como mostram os trabalhos de Traugott e seus colaboradores (Traugott, 1989; Traugott, 1999; Traugott e Dasher, 2001), a perspectiva histórica é sempre o melhor recurso para se reconhecer numa língua a emergência de significados que tendem a se ampliar para codificar o estado de crença subjetiva do falante ou sua atitude em relação ao conteúdo de uma proposição.

Com isso em mente é que apresento, então, as figuras abaixo²⁰.

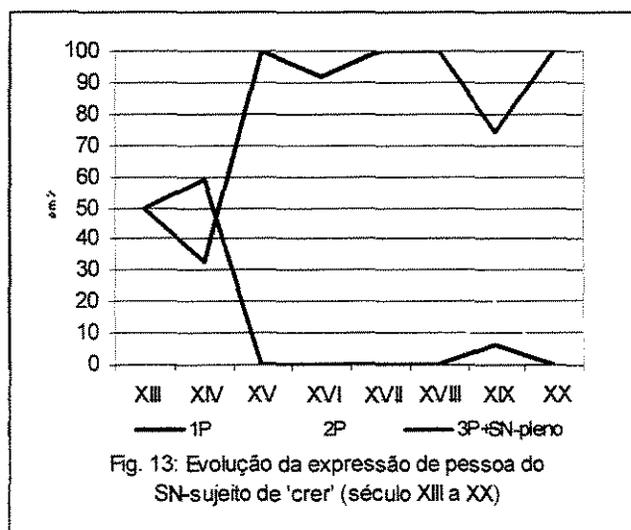
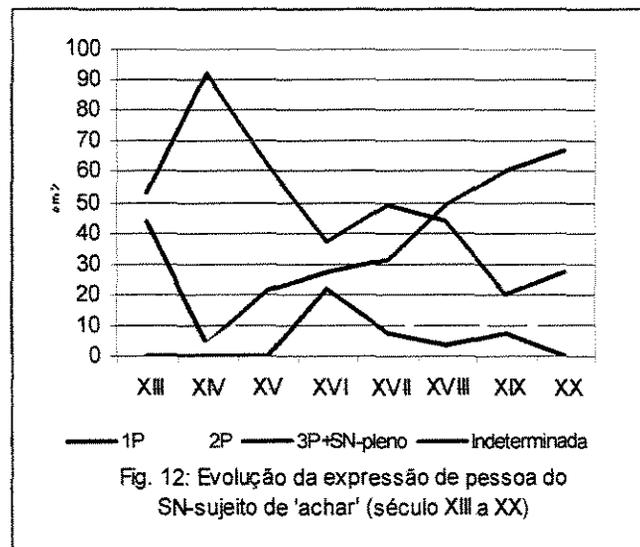
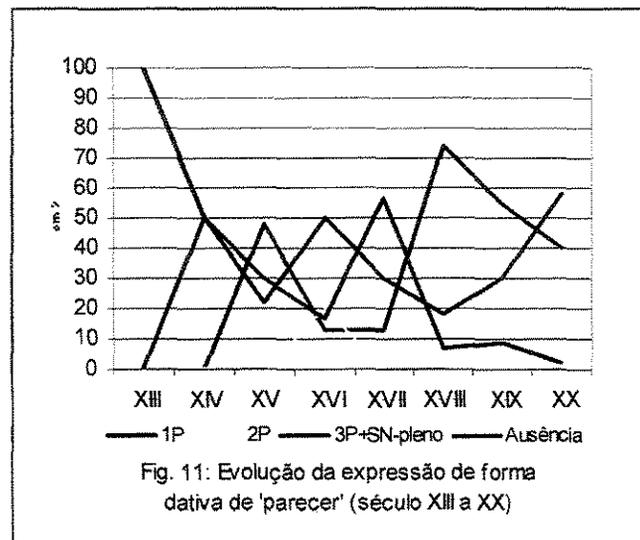
... grammaticized.”

¹⁹ “The term subjectivity refers to the way in which natural languages, in their structure and their normal manner of operation, provide for the locutionary agent’s expression of himself and his own attitudes and beliefs.” (Lyons, 1982, *apud* Traugott, 1999, p. 1).

²⁰ Nessas figuras, as marcas morfológicas de pessoa estão representadas pelas formas dativas de **parecer** e SN-sujeito de **achar** e **crer**, todas portando o papel semântico de experienciador. O termo “ausência”, na fig. 11, indica os casos em que o dativo, embora possível, não é realizado. Chamo atenção aqui para o fato de que **parecer** tem, quase categoricamente, a marca morfológica verbal de pessoa fixa no padrão de 3°. Das 316 ocorrências levantadas em todas as sincronias, encontrei o verbo flexionado fora desse padrão somente em 04 ocorrências (3 com flexão de 2P e 1 com flexão de 1P).

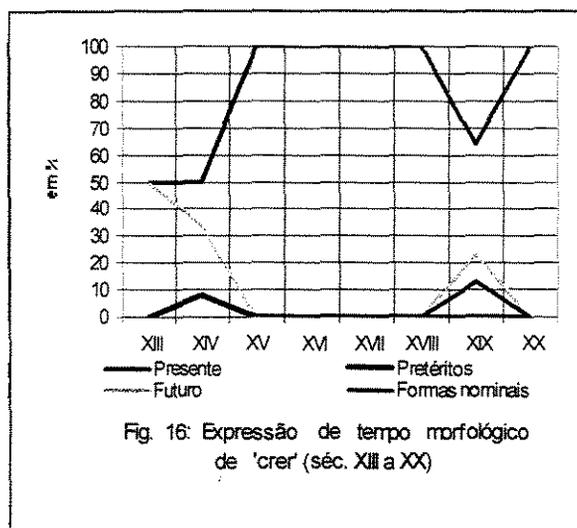
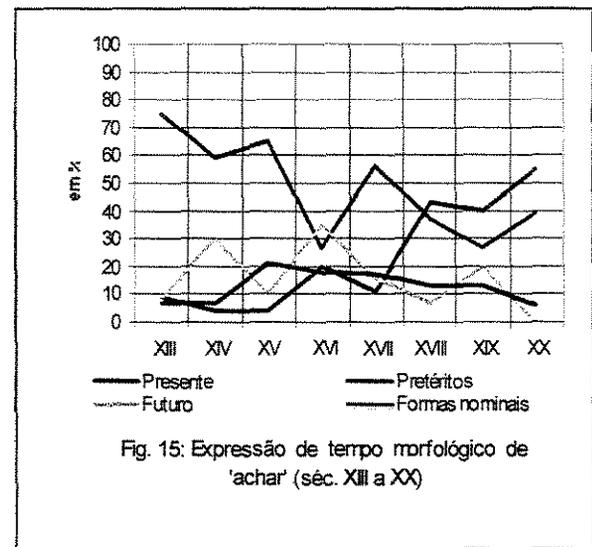
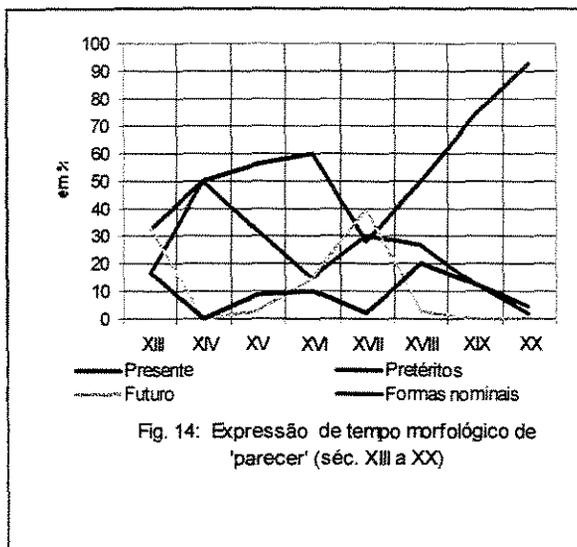
A forte correlação com a mudança de estatuto categorial das formas em análise dirige o entendimento das mudanças morfossintáticas que aqui são discutidas.

Em todas as três figuras, observa-se, como tendência geral, o crescimento das marcas morfológicas de 1ª Pessoa (1P), oscilante para *parecer*, até o séc. XVII, mas contínuo para *achar* e *crer*, a partir do séc. XIV, comportamento que leva ao conseqüente decréscimo do uso de 3ª pessoa (3P). Não ultrapassando a casa dos 20%, os picos para a 2ª pessoa (2P) (séc. XVI e XIX) explicam-se pelo gênero epistolar dos textos, em que a interlocução é fortemente marcada. É do século XVII para o XVIII que a 1P começa, fortemente, a se fixar nas construções com *parecer* e *achar*, mais para aquela do que para esta, constatação que me leva a afirmar que as estratégias de subjetivização ocorrem primeiramente com *parecer* e *crer* do que com *achar*. Com *crer*, é até mesmo mais anterior (séc. XIV), o que se justifica pelo valor de crença inerente a essa forma.



Observe-se que a ausência de marca de dativo nas construções com **parecer** é a mais forte concorrente da 1P, em todos os séculos. É no séc. XX, entretanto, que essas marcas de pessoa tendem a se neutralizar, prevalecendo a ausência de marca. Essa constatação parece-me importante para afirmar o caráter de operador modal epistêmico/evidencial de **parecer** sobre as demais formas, que ainda expressam 1P, morfossintaticamente.

Sob esse mesmo prisma, observe-se agora o comportamento da expressão de tempo morfológico dessas formas.



Nos três casos representados nas figuras 14 a 16, verifica-se, também, como tendência geral na evolução das formas, o emprego crescente do tempo presente, que se acentua e, tudo indica, leva, no período final, à fixação dessa marca morfológica para as formas **parecer** e **crer**, mas não para **achar**, que ainda permite, na sua expressão temporal, uma variabilidade que se distribui entre as formas de pretérito e de presente.

O século XVII assiste ao declínio do tempo pretérito tanto para **achar** quanto para **parecer**, a exemplo do que ocorreu também com a expressão de 3P. Isso permite verificar que, no processo de subjetivização das formas **achar** e **parecer**, a expressão de 1P acompanha a expressão do tempo presente (ou seria o contrário?) e o marco parece ser o século XVII. Reafirma essa tendência o cotejo entre a fig. 13 e a fig. 16 da forma **crer**, cujas trajetórias têm um traçado muito semelhante, sobretudo entre a 1P e o tempo presente.

Essa correlação parece ilustrar bem as considerações feitas na abertura desta seção sobre como se implementam os processos de subjetivização: pelo recrutamento de construções que, ocorrendo em contextos muito específicos, fornecem material semântico e gramatical para a codificação das perspectivas e das atitudes do falante que são baseadas no mundo comunicativo do evento do ato de fala.

A fundamentação da expressão das atitudes e crenças do falante, o evento do ato de fala, parece ser a chave para explicar a crescente frequência do emprego da 1P e do tempo presente: o espaço egodêitico (eu-aqui-agora) que projeta as noções de temporalidade e de pessoa. É possível assim sugerir que a qualificação de um conteúdo proposicional por parte do falante (1P), envolvendo crenças, julgamentos e avaliações, é sempre concomitante com o momento presente do ato de fala, que é tomado como referência para o tempo estrutural.

Das alterações morfossintáticas acima discutidas, pode-se concluir que em relação a **achar** e **crer**, **parecer** encontra-se num processo mais avançado de GR, podendo ser considerado um marcador quase gramatical de ME/EV, na medida em que, praticamente, neutraliza suas marcas morfológicas de tempo e de pessoa verbal, apagando, inclusive, o clítico dativo, marca casual de experienciador.

5. Resumo

No quadro 11 a seguir, encontram-se, de forma resumida, as principais alterações semântico-sintáticas ocorridas ao longo dos séculos com as formas **parecer**, **achar** e **crer**. Na discussão desse

resultado, darei maior ênfase às alterações ocorridas com a forma **parecer**, em vista do foco do presente trabalho.

		Períodos	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Tipos sintático/semânticos										
PARECER	v. pleno (apresentativo)		✓	✓	✓	✓	✓	✓		
	v. encaixador de proposição (epistêmico de probabilidade/evidencial)		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	v. pleno comparativo (aspectos físicos)				✓	✓	✓	✓	✓	✓
	v. suporte de predicação (apreciação)				✓	✓	✓	✓	✓	✓
	v. em expressão (epistêmico/evidencial)				✓	✓		✓	✓	
	Satélite atitudinal (epistêmico/evidencial)					✓	✓	✓	✓	✓
ACHAR	v. pleno (encontrar)		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	v. encaixador de proposição (percepção/evidencial)		✓		✓	✓	✓	✓		
	v. encaixador de predicação (apreciação)		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Auxiliar perifrástico (decidir, resolver)			✓						
	Construção encaixadora de proposição (epistêmico)							✓	✓	✓
	Satélite atitudinal (epistêmico)									✓
CRER	v. pleno (crença em alguém)		✓	✓					✓	
	v. pleno encaixador de proposição (crença em algo)		✓	✓					✓	
	Construção encaixadora de proposição (epistêmico)				✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Satélite atitudinal (epistêmico)					✓		✓	✓	✓

NB: As células destacadas indicam a emergência inequívoca dos valores semânticos em questão.

Q. 11: Quadro sinóptico da evolução diacrônica de 'parecer', 'achar' e 'crer'.

Como se pode observar, a maior variação sintático-semântica de **parecer** ocorre no espaço de tempo compreendido entre os séculos XVI e XVIII, quando se registra uma certa estabilidade no uso de 6 tipos estruturais, que se estreitam e chegam ao final do período a 4 tipos, empregados sobretudo para a codificação das atitudes subjetivas do falante, por recurso a dois tipos diferentes: satélite atitudinal parentético de natureza adverbial e predicado epistêmico/evidencial encaixador de proposição.

Anteriormente a esse período de estabilidade, grandes alterações se verificam em torno de **parecer** até o século XVI, fase de emergência de todos os usos hoje coexistentes. Vale destacar nesse período de emergência que:

- (i) nos séculos XIII e XIV, ocorrem apenas 2 empregos variantes (*types*): verbo apresentativo e encaixador de proposição (epistêmico/evidencial);
- (ii) o século XV configura-se como um período de grandes mudanças, o que pode estar correlacionado com o drástico aumento de freqüência. Emergem o verbo pleno comparativo (aspectos físicos), o verbo suporte de predicação e o uso em expressões epistêmicas/evidenciais, período em que se registam 5 usos diferenciados;
- (iii) no século XVI, soma-se, às 5 funções do período anterior, a última função a emergir no sistema: o emprego do verbo como satélite atitudinal epistêmico/evidencial de natureza adverbial, estágio mais gramatical que a forma irá atingir. Após esse período, o verbo não desenvolve nenhuma nova função.

Desse modo, pode-se assegurar que o século XVI é o período em que já se reconhecem todas as funções hoje cumpridas pelo verbo **parecer**, cujo processo de GR se inicia há **pelo menos** três séculos antes, com o seu emprego como verbo epistêmico/evidencial encaixador de conteúdos proposicionais. Cabe lembrar, entretanto, que já no século XIII a ambigüidade de formas permite reconhecer também o uso do verbo como suporte de predicação (cf. ocorrência 13).

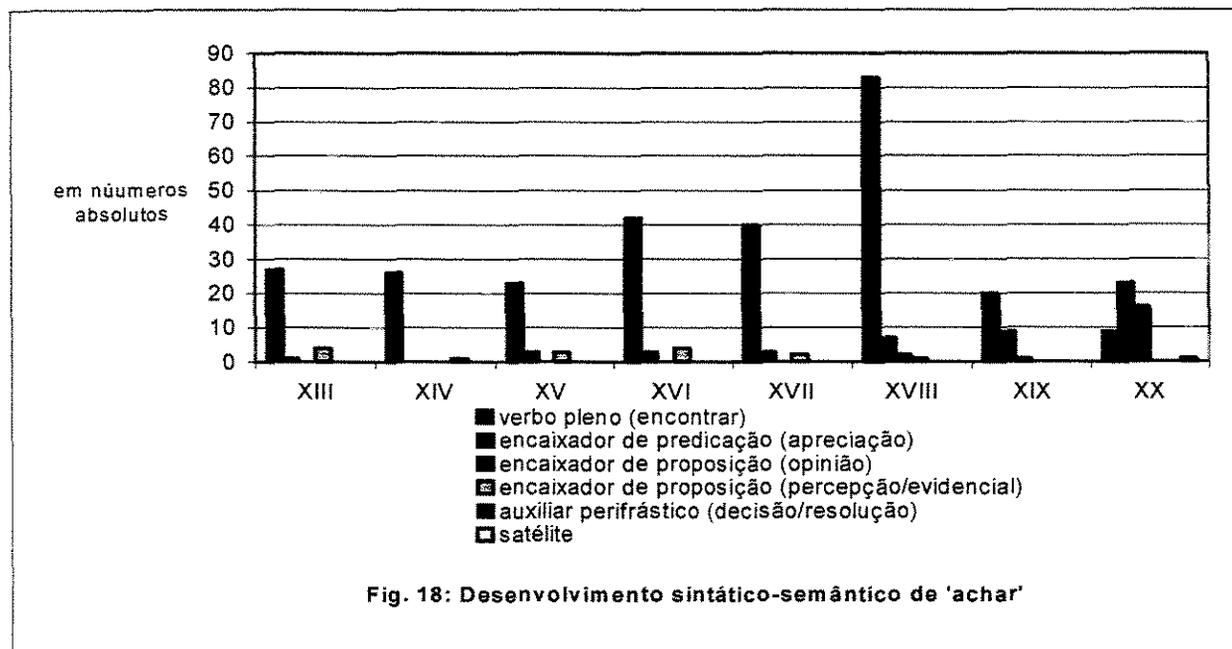
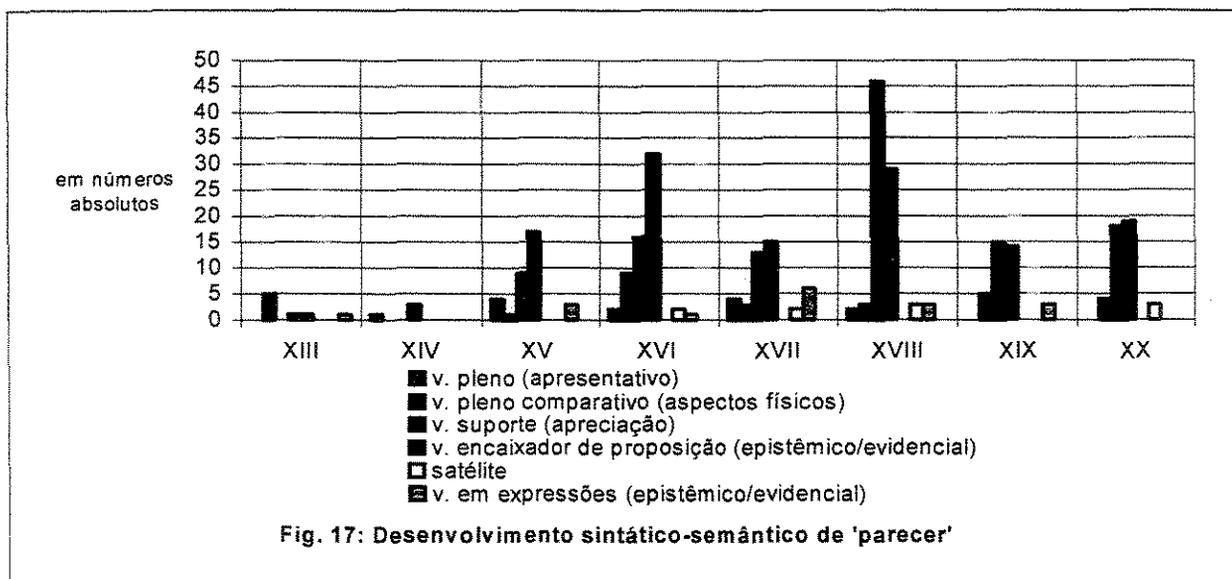
No período de transição compreendido até a redução das funções de **parecer** aos 4 tipos hoje coexistentes, verifica-se o completo desaparecimento do sistema da função pioneira, ao que tudo indica, fonte do processo de GR: o verbo pleno apresentativo, variante de **aparecer**, persistente até o século XVIII; ao traço evidencial de **parecer**, forma original, toma-se inequívoco o acréscimo do valor epistêmico, já a partir do século XIV.

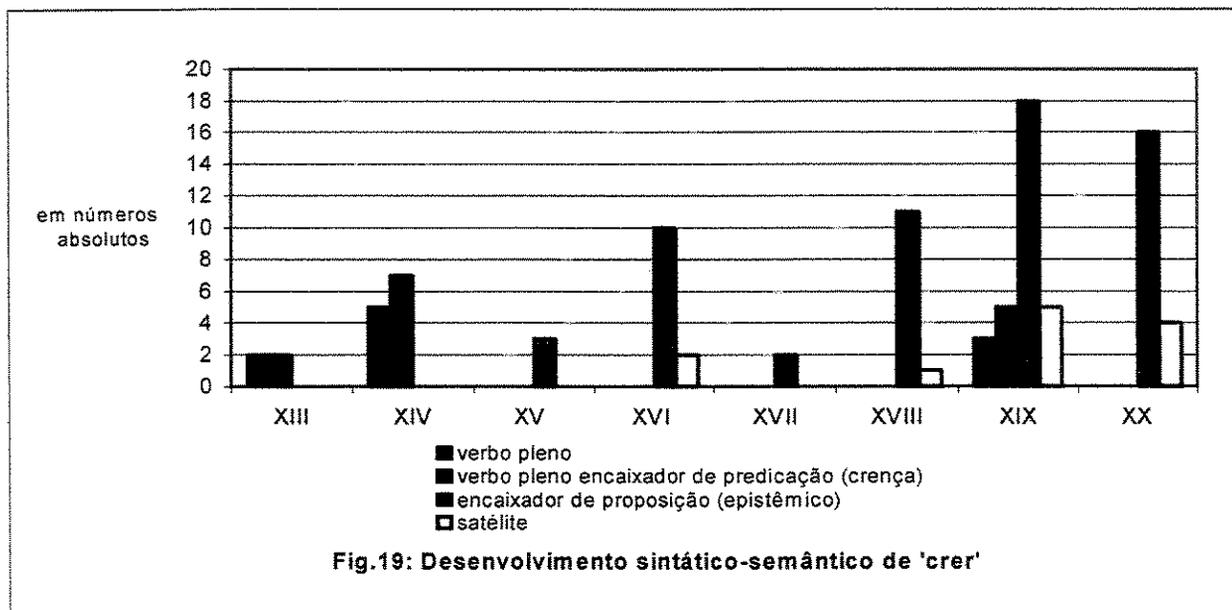
Valendo-me ainda do exposto no quadro 11, na comparação de **parecer** com as outras duas formas, cabe destacar:

- (i) como **parecer**, assim também **achar** e **crer** se desenvolvem a partir de verbos lexicais, formas altamente freqüentes;
- (ii) em relação a **crer** e **parecer**, **achar** é mais resistente à mudança, quando se verifica sua persistência como verbo pleno original, em todos os séculos;
- (iii) **Parecer**, **achar** e **crer** se aproximam no quadro evolutivo, à medida que, muito cedo, permitem encaixamento de conteúdos proposicionais, assinalando, ainda de modo não muito explícito, as atitudes subjetivas do falante;
- (iv) Como predicados que, epistemicamente, promovem o descomprometimento do falante em relação ao conteúdo proposicional neles encaixado, **parecer** é pioneiro (sec. XIII), seguido de **crer** (séc. XV), função que **achar** experimentará somente no século XVIII;

- (v) A completa alteração categorial, de predicator a satélite, emerge no mesmo período para *parecer* e *crer* (século XVI), e só mais tardiamente, no século XX, para *achar*.

Essa análise qualitativa baseada nos dados do quadro 11 é corroborada pela sintetização da frequência das três formas investigadas exposta nas figuras 17 a 19, a seguir apresentadas.





Para não me tornar repetitivo, diante dessas figuras chamo a atenção apenas para a incidência dos empregos lexicais (verbo pleno) dos itens em análise, representados na coluna em vermelho. Apesar do número pouco significativo de ocorrências para **parecer** e **crer**, quando comparado com o de **achar**, nos períodos iniciais, a maior frequência das formas plenas, das quais se pode supor que derivam os demais empregos, confirma a hipótese de GR não só de **parecer**, mas também de **achar** e de **crer**. A maior resistência à mudança de **achar**, em relação a **crer** e **parecer** está expressa na alta frequência de seu uso lexical, que somente no século XX decai mais drasticamente, dando lugar aos valores epistêmicos.

Crer, por sua vez, pelo seu conteúdo semântico original, é mais permissivo para a codificação da modalidade epistêmica, sendo pouco frequente seu emprego como verbo pleno.

Feitas essas rápidas observações, apresento, para finalizar, minha proposta para a trajetória de GR dessas três formas.

Cumpr-me agora confrontar a escala de gramaticalidade de **parecer** proposta no capítulo anterior com o seu desenvolvimento diacrônico. Para tanto, retomo o trajeto proposto naquele capítulo, em (51), aqui repetido como (57).

(57) Escala de gramaticalidade de **parecer** no PB contemporâneo

Parecer₁ > Parecer₂ > Parecer₃ > Parecer₄ > Parecer₅

Estabelecendo as equivalências entre os diferentes usos de *parecer* dispostos na escala (57) e aqueles identificados na diacronia, tem-se o seguinte resultado.

<i>Parecer</i> no Português histórico (em ordem de emergência)	Equivalente no PB atual
Verbo pleno apresentativo	–
Verbo encaixador de proposição (epistêmico/evidencial)	Parecer₃
Verbo pleno comparativo	Parecer₁
Verbo suporte de predicação	Parecer₂
Verbo em expressões (epistêmico/evidencial)	–
–	Parecer₄
Satélite atitudinal (epistêmico/evidencial)	Parecer₅

Q.12: Equivalência entre *parecer* no português histórico e no PB atual

Se as evidências históricas de *parecer*, apresentadas na seção 3 deste capítulo, forem levadas às últimas conseqüências, sem qualquer consideração de toda problemática envolvida na pesquisa diacrônica, e, se considerarmos a hipótese de que o percurso diacrônico de determinados padrões de uso deve, necessariamente, referendar a sua disposição sincrônica, a escala (57) deve ser rearranjada, na ordem em que aparecem as formas na segunda coluna do quadro 12.

Observa-se que *parecer₄* é a forma de uso mais atual no PB. Contrariamente, o verbo pleno apresentativo é a forma mais antiga e hoje completamente não mais usual no sistema. Trajetória semelhante também poderia ser afirmada para o uso de *parecer* em expressões de valor epistêmico, do tipo “ao que parece”, “segundo o que parece” (cf. (34)), bastante presentes do século XV ao XIX. Entretanto, essas expressões são ainda hoje atestadas, embora eu não tenha encontrado equivalentes a elas nas amostras de fala do PB atual. Essa é uma das razões que torna insensato o desejo (ou a exigência!) de que pesquisa de *corpus* dê conta de todas as ocorrências de um padrão. Assim, se um determinado padrão não é encontrado em um *corpus*, isso não necessariamente aponta para a sua inexistência. Advertência a esse respeito, já o havia feito em nota, do capítulo anterior (cf. nota 1, cap. III).

Da comparação exposta no quadro acima, chamo a atenção para a mudança categorial que se verifica nos estádios finais dos dois trajetos propostos. A não correspondência nos estádios iniciais pode, então, ser explicada pela limitação que a pesquisa diacrônica impõe. Verificadas essas limitações, um recurso alternativo seria o de buscar correlações entre diferentes padrões de usos dentro do próprio sistema lingüístico, de modo a explicar possíveis inconsistências que, na reconstituição histórica de uma forma, subvertem a lógica esperada. É o que pretendo mostrar, nesse final, no cotejo da evolução diacrônica dos padrões de uso de *parecer*, *achar* e *crer*.

Na figura 20 a seguir, esquematicamente e de forma resumida, tento cruzar os desenvolvimentos de **parecer**, **achar** e **crer**, propondo seus respectivos trajetos de mudança rumo a uma estrutura mais gramatical. Devo ressaltar que, levando em conta alterações gramaticais (destacadas em **negrito**), semânticas e pragmáticas (dadas entre parênteses), essa trajetória proposta é **uma tentativa**, mais proximamente possível, de recompor a **ordem esperada de emergência** (dada pelos números) de cada uma das formas no sistema do português, a partir das relações que podem ser estabelecidas entre elas.

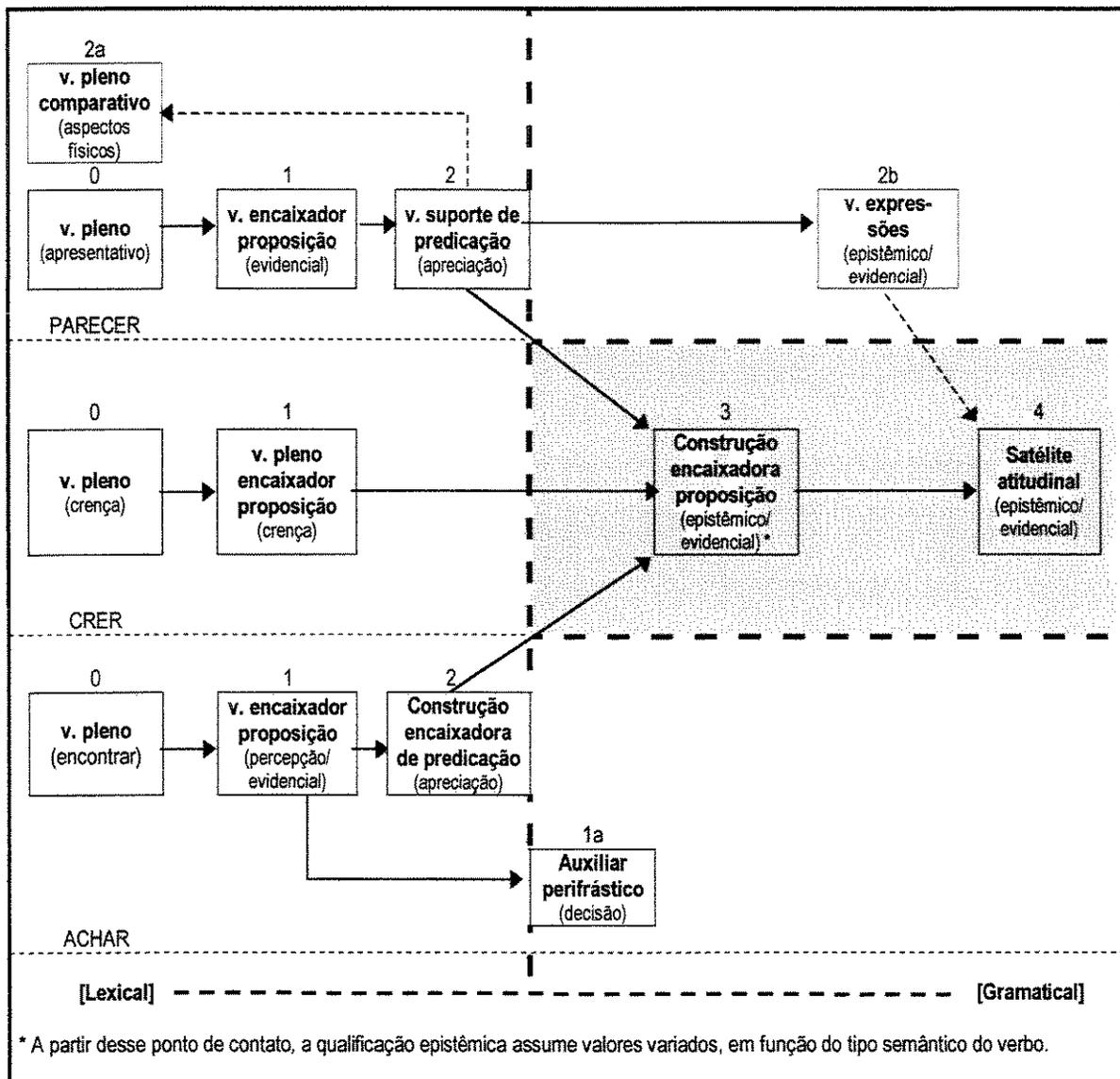


Fig. 20: Trajetória de mudança (GR) das formas *parecer*, *achar* e *crer*

Como já afirmei, os dados diacrônicos nem sempre permitem interpretações inequívocas, seguras, de modo a se afirmar categoricamente a existência ou não de determinados usos, principalmente nos períodos mais iniciais. Assim, o trajeto proposto para uma forma em particular está amparado no trajeto das formas concorrentes. A ordenação, mostrada na figura, é então uma reinterpretação minha da “real” evolução apresentada no quadro 11.

Antes de tudo, importa enfatizar que, apesar da coexistência de funções diferenciadas para cada uma das formas, nesse convívio é reconhecido um estatuto mais gramatical (satélites atitudinais) em relação às formas originais (verbos plenos), antes não verificado, resultado de mudanças possíveis de serem identificadas como instanciação de GR.

Especificamente para o caso de **parecer**, o arranjo unidirecional dos dados proposto no capítulo anterior, que parte de **parecer**₁, na figura 20 representado por 2a, não se encontra de todo inadequado.

No quadro 12, verifica-se que **parecer**₁, embora lexical, não constitui de fato, a forma-fonte desencadeadora do processo. Isso não invalida o pressuposto básico da GR, uma vez que a pesquisa diacrônica revelou que a forma fonte da GR de **parecer** é o seu emprego como verbo pleno apresentativo, variante de **aparecer**, surgido, ao que tudo indica, na passagem do latim vulgar para o português.

Os trajetos apresentados nessa figura me autorizam apontar o verbo suporte de predicação com valor apreciativo (2), identificado com o atual uso de **parecer**₂, como o ponto em que a GR de **parecer** se inicia e depois se firma (parte em destaque no quadro). As setas de traçado descontínuo no trajeto de **parecer** são indicações possíveis de desenvolvimento, para as quais poucas evidências empíricas estão disponíveis²¹. Desnecessário dizer que **parecer** e **achar** apresentam trajetos multidirecionais²², mas somente um desses trajetos, capta unidirecionalmente a natureza de um processo de GR, e aos demais trajetos pode-se atribuir apenas mudança semântica.

²¹ Como bem me apontou Gorsky (comunicação pessoal, por ocasião da defesa desta tese), um traçado “multidirecional” para **parecer** seria uma interpretação alternativa para o trajeto mostrado na figura 20. Sua sugestão é de que, diadronicamente, é possível considerar duas trajetórias distintas de mudança, da seguinte forma:

- (i) v. pleno > v. encaixador de proposição
(apresentativo) (evidencial)
- (ii) v. pleno > v. suporte de predicação > construção encaixadora de proposição > satélite atitudinal
(comparativo) (apreciação) (epistêmico/evidencial) (epistêmico/evidencial)

sendo que a trajetória (ii) daria conta da escala sincrônica de mudança.

²² Devo esclarecer que o termo **multidirecionalidade**, aqui, está sendo empregado de um modo sutilmente diferente ao proposto por Castilho (2003), que busca explicar a coexistência de mais de um padrão categorial codificados por uma mesma forma. A meu ver, a multidirecionalidade não é incongruente com a hipótese da unidirecionalidade em GR, se se atentar para as alterações de propriedades categoriais que diferenciam usos nocionais de usos gramaticais, ou nas palavras clássicas da GR, se se atentar para a direção que vai do menos para o mais gramatical.

É o trajeto desenvolvido pelo verbo **achar** que me leva a propor, de modo mais lógico e coerente com a análise sincrônica, o trajeto de **parecer**. Observe que, na figura 20, o ponto em que a GR de **achar** se inicia pode ser o mesmo de **parecer**, ponto que revela propriedades gramaticais e semânticas semelhantes para ambas as formas: a de suporte de predicação, expressando uma apreciação do falante acerca de uma entidade. Por um processo de reanálise, na estrutura de predicação, gradualmente, vai se encaixando uma predicação completa, construída como uma proposição sobre a qual o falante expressa sua apreciação, em função do conhecimento que tem acerca da verdade da informação aí veiculada. No estágio atual do PB, a diferença entre o processo de mudança de **achar** e de **parecer** é que a forma-fonte desencadeadora da GR de **achar** é ainda usual.

A GR da forma **crer** diferencia-se da de **achar** e de **parecer** quanto à direcionalidade das mudanças. Enquanto a GR de **parecer** e de **achar** experimenta um trajeto multidirecional, a de **crer** não encontra atalhos e segue unidirecionalmente, o que pode ser justificado pela sua frequência de uso bem mais baixa do que a de **parecer** e de **achar**. Além disso, a trajetória de **crer** diferencia-se também no estatuto semântico e categorial do ponto em que a GR se inicia, uma vez que não se registram, mesmo no uso atual do PB, casos em que **crer** é empregado como sustentando uma relação de predicação, como é o caso de **parecer** e de **achar**. Isso se justifica pelo seu próprio conteúdo nocional. Evidências para essas afirmações estão expressas nas figuras 17 a 19 acima.

Essas comparações confirmam a tendência de formas de uso mais recorrentes serem candidatas potenciais para desenvolver uma maior variedade de funções até se gramaticalizarem completamente.

Como considerações finais desse capítulo, destaco:

- (i) do uso original latino ao português, confirma-se a hipótese da unidirecionalidade no processo de GR de **parecer**, não exatamente nos moldes como ela permite arranjar os dados sincrônicos do PB atual. Entretanto, é com cautela que faço essa afirmação, em razão de os textos diacrônicos investigados não cobrirem todos os registros do português que se sabe terem existido, o que não me dá garantias para uma afirmação segura acerca de todos os usos atestados de **parecer**.

Assim, como formulação mais geral, a diacronia explica, mas pode não referendar, com fidelidade, os padrões atuais de uso de uma determinada forma, o que invalida buscar **correlações necessárias** entre funções diferentes de uma mesma forma em estados diferentes da língua;

- (ii) as três formas aqui analisadas não são gramaticalizadas no mesmo grau. A forma **parecer** prevalece sobre as demais, porque é portadora de propriedades semântico-sintáticas que a deixam mais próxima da categoria dos satélites atitudinais. À medida

que há neutralização de marcas morfológicas de tempo e de pessoa, amplia-se o seu estatuto de operador gramatical de modalidade/evidencialidade;

- (iii) a comparação dos estágios de desenvolvimento de **parecer** com o de **achar** e de **crer** me permite uma generalização: constatar a vocação de os verbos epistêmicos encaixadores de proposição (verbos de atitude proposicional) virem a ter sua natureza categorial alterada para empregos parentéticos de natureza adverbial;
- (iv) Uma outra generalização permitida a partir do estudo diacrônico empreendido neste capítulo é a de que, diante da coexistência de funções diferentes para uma mesma forma, como efeito da alta frequência de uso, tem-se um estreitamento de uso das funções, em favor daquelas que estão em estágio mais avançado de GR, ficando, portanto, as de valor lexical sujeitas ao desaparecimento.

CAPÍTULO V

CRITÉRIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Diante da relativa comprovação da hipótese da unidirecionalidade para o desenvolvimento histórico do verbo **parecer** no PB, o presente capítulo tem por objetivo reforçar as considerações dos capítulos anteriores, nos quais tentei argumentar favoravelmente à análise de **parecer** como um caso de gramaticalização em curso. Para tanto, recorro a critérios aferidores do grau de gramaticalização de itens/construções, valendo-me das propostas de dois autores diferentes (Lehmann, 1982 [1995], Hopper, 1991, 1996). Os parâmetros propostos por Lehmann aferem a gramaticalidade de itens/construções em estágio avançado de gramaticalização ou quando um item já se morfologizou; os parâmetros de Hopper detectam os estágios mais incipientes da gramaticalização.

1. Introdução

Concebida por Kurilowicz (*apud* Heine *et. al.*, 1991) como um processo de morfologização, a GR, desde seus princípios, assistiu a uma certa indecisão quanto aos seus limites. Assim é que já Meillet sustentava que, pelo menos em algumas línguas, a ordem dos constituintes poderia ser vista como um tipo de GR. Algumas décadas mais tarde, Givón (1979) também iria distender os limites da GR. Uma questão crucial, porém, ainda persiste e aflora recorrentemente: como identificar e delimitar esse campo de investigação dentro do campo maior da mudança? Ou, abordando o problema sob um enfoque um pouco diferente: os processos que operam na GR são diferentes daqueles que levam à mudança em geral? Afinal, como estabelecer a diferença entre um tipo de mudança e outro?

A esse respeito, a posição de Hopper (1991) é mais radical. Para esse autor, a gramática das línguas é sempre emergente, ou seja, novas funções para formas já existentes estão sempre emergindo. Dada essa sua concepção, Hopper defende

que os processos que levam à GR não são distintos daqueles que propiciam a mudança semântica. Assim o autor se pronuncia:

O ponto é que desde que a gramaticização é sempre uma questão de grau, não um absoluto, os critérios que controlam esta gradação não estão restritos à gramaticização, mas são simplesmente critérios gerais de mudança. A implicação dessa observação é que não há partes para uma língua (módulos, estratos etc) que sejam alvos distintos para mudança, sujeitas a um tipo especial de mudança, e assim por diante; isto por sua vez deve ser visto como um argumento contra estruturas holísticas estáveis da gramática¹.

O que parece ser consenso é que a GR pressupõe, necessariamente, a mudança, mas o inverso dessa proposição não é verdadeiro. Nem todos os estudiosos da GR adotam a mesma postura de Hopper. Ao contrário, salientam que certos domínios funcionais são mais permissivos e, neles, conseqüentemente, um maior número de formas pode se gramaticalizar. Coerentes com tal crença, os partidários dessa vertente procuram verificar as condições que favoreceriam ou não a GR de um determinado item/construção.

Cumprindo indagar se, depois de executados casos clássicos, quando um item já se morfologizou, haveria parâmetros (critérios ou fatores) que auxiliassem o investigador na sua decisão de sancionar o estatuto gramatical de uma determinada forma.

Duas propostas bastante conhecidas são a de Lehmann (1995 [1982]) e a de Hopper (1991, 1996). O primeiro propõe critérios para aferir o grau de autonomia de formas em estágios mais avançados de GR, enquanto os critérios propostos pelo segundo visam a formas em estágios incipientes. Dada a especificidade de cada proposta, seus respectivos critérios acabam por recortar objetos distintos, dificultando, como se verá adiante, a aplicação sistemática e consistente a um

¹ "The point is that since grammaticization is always a question of degree, not an absolute, the criteria which control this gradation are not restricted to grammaticization, but are simply general criteria of change. The implication of this observation is that there are no parts (modules, strata, etc.) to a language which are distinct targets for change, subject to special kinds of changes, and so on; and this in turn must be seen as an argument against stable holistic structures of grammar."(Hopper, 1991, p. 33)

mesmo fenômeno de GR. Apesar disso, o presente capítulo tem duplo propósito: (i) aplicar os critérios de Lehmann e de Hopper para tentar aferir em que medida as mudanças ocorridas com o verbo **parecer** se instanciam como um caso específico de GR, considerando os padrões de uso da história do português, como descritos no capítulos III e IV, e, (ii) ao mesmo tempo, checar o seu grau de GR.

Neste capítulo, lançarei mão das ocorrências abaixo, representativas de cada um dos diferentes funcionamentos de **parecer**, para não me repetir a cada vez que precisar ilustrar uma propriedade ou uma análise.

- (1) **Parecer₁**
- a. E, tanto que as eu tomey e comecey a braadar, logo aquelle moço nã **pareceu** mais, e eu creio que era ageo de Deus. (14OE, p. 4)
 - b. Você **parece** um pouco aquela menina – como é? ... a Glória Pires (PEUL/CEN/E18)
- (2) **Parecer₂**
- a. E quanto mais liia [o livro dos officios], tanto **me parecia** melhor e mais rituoso, e nom soamente a mym, mas assy **parecia a alguus outros** a que eu liia em protugues alguus seos capitulos. (15LO, p. 1)
- (3) **Parecer₃**
- a. Ele foi atropelado ontem, o Rubão ... **Parece** que ele estava bêbado, não estava? (PEUL/CEN/E36)
 - b. Minha mãe estava saindo com aquele fogo azulzinho, despreocupada, rindo. Dando umas gargalhada, sabe? Ela **parecia** que estava com encosto. (PEUL/CEN/E6)
- (4) **Parecer₄**
- a. Agora esse fez uma viagensinha ... ele foi **parece-me que** a Campos do Jordão (NURC/RJ/SET/071)
 - b. Aí, tinha lá secretariado, colégios “Paulo de Frontin, **parece que** “Prado Júnior”, Prado Júnior não, era turismo (PEUL/CEN/E39)
- (5) **Parecer₅**
- a. Um dia eu peguei um papel, né, recortei, aí desenhei, né? **parece**, fiz uma bola, qualquer coisa lá. Comecei a brincar, né? (PEUL/CEN/E53)
 - b. Ele não tira o apetite propriamente ... ele vai mexendo **parece com/com** um hormônio chamado:: *éh/ce/éh::* ... fala aí um hormônio (NURC/RJ/COM/019)
 - c. Ela se mudou ontem, **parece**, eu acho, né Cristina (PUEL/CEN/E50)

2. Os parâmetros de Lehmann (1995 [1992])

Lehmann (1995 [1982]) define a GR como um processo que transforma lexemas em formativos gramaticais e formativos gramaticais em mais gramaticais ainda. Sincronicamente, ela deve ser tomada como um princípio de acordo com o qual subcategorias de uma dada categoria gramatical podem ser arranjadas em uma escala, representada pelo símbolo $x > y$, usado para expressar que y é mais gramatical do que x , subentendo-se daí um processo evolutivo da forma x a y .

Buscando contemplar os efeitos da GR de um item a partir dos eixos paradigmático e sintagmático, o autor propõe seis parâmetros estritamente formais que visam à aferição do grau de autonomia de um item, o que, por consequência, mede seu grau de gramaticalidade, uma vez que a autonomia de um signo é postulada como contrária ao seu estatuto de "gramatical". É com esse entendimento que Lehmann enfatiza que o que seus parâmetros conjuntamente possibilitam é a identificação não da GR, mas da autonomia de um signo.

O quadro abaixo, adaptado do autor, resume essa sua proposta.

Parâmetros		GR incipiente	Processo	Gramaticização Avançada
Eixo paradigmático	Integridade (peso)	Conjunto de traços semânticos	Atrição	Poucos traços semânticos
	Paradigmaticidade (coesão)	Participação "frouxa" em um campo semântico	Paradigmaticidade	Paradigma pequeno, altamente integrado
	Variabilidade paradigmática (variabilidade)	Escolha livre dos itens, segundo as necessidades comunicativas	Obrigatoriedade	Escolhas sistematicamente restritas, uso obrigatório
Eixo sintagmático	Escopo (peso)	Item relaciona-se a constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	Item modifica palavra ou a raiz
	Conexidade (coesão)	O item é justaposto independentemente	Coalescência (união)	O item é afixo ou traço fonológico
	Variabilidade sintagmática (variabilidade)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item ocupa uma posição fixa

Q. 13: Parâmetros de gramaticalização

(cf. Lehmann, 1995 [1982]; p. 164)

Os seis parâmetros acima expostos resultam da combinação dos aspectos **peso, coesão e variabilidade** aos dois eixos de distribuição dos signos da língua. Para ser autônomo, um item deve possuir um certo peso no paradigma e no sintagma de que participa (**integridade vs. escopo**), propriedade que o diferencia dos membros de sua classe e lhe dá certa proeminência. Paradigmática e sintagmaticamente, essa autonomia diminui à medida que o item contrai certas relações de coesão (**paradigmaticidade vs. conexidade**) com outros signos, e aumenta quanto maior sua variabilidade, mobilidade ou alternabilidade com outros itens (**variabilidade paradigmática vs. variabilidade sintagmática**). É dessa forma que se constituem as propriedades de um item em estágio avançado de GR, como mostra a última coluna do quadro 13. Esses seis parâmetros são indiferentes quanto às funções específicas envolvidas nos canais de GR. Quanto à correlação e à dependência desses parâmetros, eles são teoricamente dependentes um do outro, dada a base dedutiva comum da sua constituição. Entretanto, diz Lehmann que não há base teórica para se esperar uma correlação de 100% entre eles. E acrescenta:

A única coisa que podemos, seguramente, assumir é que eles se correlacionarão em um grau significativo. Por outro lado, cada um dos parâmetros pode ser examinado independentemente um do outro: eles são metodologicamente independentes um do outro. A partir desse ponto de vista, a questão é se o grau com que eles se correlacionam pode legitimamente ser considerado um questão empírica. E se eles se correlacionam, esta correlação pode ser explicável pela teoria.²

Os seis processos expostos no quadro acima captam a natureza gradual da GR, levando em conta o item em estágio avançado, o que pode tornar sua aplicação problemática quando se trata de um processo de GR em curso, como suponho ser o caso de **parecer**.

² "The only thing that we can safely assume is that they will correlate to a significant degree. On the other hand, each of the parameters can be examined independently from the others: they are methodically independent of each other. From this viewpoint, the question of whether and to which degree they correlate can legitimately be considered an empirical question. And if they correlate, their correlation may be considered explained by the theory." (Lehmann, 1995 [1982, p. 124])

Procedo, a seguir, à investigação de cada um desses parâmetros para o meu objeto de interesse, enfocando, especialmente, os estágios que considero como os mais gramaticais (**parecer**_{3,4,5}).

2.1. Parâmetros paradigmáticos

No eixo paradigmático, analiso a integração dos traços semânticos do verbo **parecer**, seu grau de participação no domínio funcional das formas de expressão da modalidade epistêmica/evidencialidade e a possibilidade de sua escolha às expensas de outros itens de mesmo valor semântico-pragmático.

2.1.1. Peso vs. paradigmáticação: integridade

Da relação entre o fator peso e o aspecto paradigmático, tem-se o parâmetro da **integridade**, o qual se refere ao tamanho substancial de um signo, em termos de sua matriz semântica e fonológica. Lehmann refere-se ao parâmetro do **peso paradigmático** como a propriedade que diferencia um signo dos demais membros de sua classe e que lhe dá uma certa proeminência no contraste com outros signos. Assim, esse parâmetro pode ser apreciado sob duas perspectivas: a **atrição fonológica** (ou **erosão fonética**, nos termos de Heine *et al.*, 1991) e a **dessemantização** ou **bleaching** semântico. Parece sem resposta definitiva ainda a circularidade na relação de causa-conseqüência que se estabelece entre esses dois processos. No entanto, vários estudos recentes têm apontado o crescimento de freqüência de uso como causa motivadora tanto do desgaste semântico quanto do fonológico.

Bybee (2001), Bybee e Hopper (2001), entre outros, reconhecem, na GR, os desgastes semânticos e fonológicos ao considerarem o papel da repetição, caracterizada por esses autores como o processo por meio do qual uma seqüência de palavra ou morfema freqüentemente usado torna-se automatizado como uma unidade única de processamento. Em outras palavras, a repetição no discurso é a responsável pela automatização da forma lingüística, i.e., o saber como executar um

comportamento lingüístico sem ter de pensar sobre suas partes componentes. A partir dessas assunções tem-se então que itens pouco freqüentes no discurso são mais resistentes à mudança, que, no caso da GR, pode também ser considerada foneticamente motivada. Papel crucial na emergência de novos conceitos para formas já existentes é atribuído à repetição, que leva ao desgaste semântico e fonológico, à medida que um item/construção avança na sua trajetória rumo a uma estrutura mais gramatical. Esse processo parece ser inalienável na integração da forma/construção, antes lexical, ao novo paradigma das formas gramaticais.

Entendendo dessa forma, em termos fonológicos, pode-se considerar que **parecer** se mantém inalterado, em qualquer das acepções com que é empregado, embora, como mostrei no capítulo precedente, é possível constatar uma pequena perda de material fonológico se aceito **aparecer** como sua forma original. Ainda assim, o item continua sendo polissilábico, característica que o distanciaria das formas gramaticais. Pode-se, então, especular que a freqüência de uso de **parecer**, na fase que ele entra em GR, não foi tão alta, de modo a revelar sua escolha, para funções modalizadoras, como uma restrição que, por conseqüência, levaria a um emprego mais freqüente e a um maior desgaste fonológico. Há, no entanto, que se observar a fixação morfofonológica que o item assume, como decorrência da neutralização de suas marcas morfológicas de tempo e de pessoa. A esse respeito, referindo-se a um processo que chama de **degeneração morfológica**, Lehmann reconhece que:

a perda de todas as categorias flexionais é o sintoma de uma mudança de *status*: de palavra, o signo torna-se um morfema. Isso envolve, **em primeiro lugar**, sua transição de uma categoria maior para uma menor.³ (ênfase acrescentada)

³ "The loss of all inflectional categories is the symptom of a change in status: from a word, the grammaticalized sign becomes a morpheme. This involves, in the first place, its transition from a major category to a minor one." (Lehmann, 1995 [1982, p. 132])

Em termos semânticos, o conteúdo evidencial inerente à forma-fonte de **parecer** (apresentação, evidenciação de algo que se apresenta) se mantém nos usos mais gramaticalizados, quando então o verbo passa a expressar além de evidencialidade, também modalidade epistêmica. Entretanto, é no ponto de onde a GR de **parecer** de fato se inicia (**parecer**₂) que se podem buscar os traços da modalidade epistêmica dos usos gramaticalizados. **Parecer**₂, verbo suporte de predicação, compõe-se, basicamente dos seguintes aspectos cognitivos: o falante predica atributos sobre uma entidade, geralmente concreta, com base em uma avaliação que faz, a partir do cotejo da entidade sob sua apreciação (uma evidência, portanto) com um construto mental seu, formulado a partir de seu conhecimento de mundo. A ocorrência em (2), cujo correlato formal é dado em (6), expressa bem esse esquema cognitivo.

(6)	SN	V	SAdj
	Entidade concreta		atributo predicado
	O livro dos ofícios	me parecia	melhor e mais rituoso

Nos usos mais gramaticais (**parecer**₃), pode-se propor uma extensão dos limites da estrutura de predicação [SN, SAdj], para, em seu lugar e num nível maior de abstração, aparecer um EsCo de nível mais alto, construído como uma proposição sobre a qual recai a avaliação do falante. É assim que a estrutura dada em (6) se estende e o verbo passa a subcategorizar uma oração, constituindo assim as reconhecidas **orações subjetivas**. Observe, entretanto, que traços semânticos das estruturas anteriores se mantêm no emprego de **parecer**₃: a evidencialidade, agora representada por uma inferência do falante, e a avaliação, atitude subjetiva que se traduz por julgamentos e/ou crenças de fatos considerados possíveis. Em (7), segue o correlato formal das ocorrências dadas em (3a,b).

(7)	V	[proposição]
	a. Parece	[que ele estava bêbado]
	b. Parece	[que ela estava com encosto]

Observe-se a alteração de traço semântico e cognitivo de **parecer**₂ para **parecer**₃: este baseado mais no mundo psicológico, ao passo que aquele, mais no mundo sociofísico (cf. Sweetser, 1991). Um maior distanciamento se verifica se se considerar ainda o valor semântico do verbo lexical anterior a **parecer**₂, seja ele o apresentativo (1a), forma original, ou o comparativo de aspectos físicos (1b), forma derivada, por mim identificada como **parecer**₁, nos dados do português hodierno.

Se se considera ainda o emprego de **parecer** como satélite atitudinal ((4) e (5)), observa-se que ele deixa de predicar sobre constituintes de qualquer natureza, uma vez que perde por completo suas propriedades de subcategorização, passando de selecionador a selecionado, para marcar valores epistêmicos/evidenciais sobre constituintes arbitrários. De **parecer**₁ a **parecer**_{4,5} há uma completa redução de sua estrutura argumental, justificada em termos de seu esvaziamento semântico: bi- ou monoargumental (**parecer**₁) > monoargumental (**parecer**_{2,3}) > não-argumental (**parecer**_{4,5}), correlato estrutural que se coaduna com a passagem do uso [+concreto] > [-concreto].

Válidas essas análises, posso então considerar que quanto ao parâmetro **integridade**, **parecer** não se encontra totalmente integrado ao paradigma das formas gramaticais. Embora se verifique uma pequena redução na sua matriz de traços semânticos, sua matriz de traços fonológicos mantém-se inalterada, ocorrendo apenas a neutralização de categorias flexionais, um precedente que se abre para a forma se tornar mais gramatical.

2.1.2. Coesão vs. Paradigmatização: paradigmaticidade

A paradigmaticidade diz respeito ao grau de coesão de um item com outros em um paradigma. Mede-se esse parâmetro verificando-se o tamanho e a homogeneidade do paradigma, isto é, pela quantidade de similaridades entre seus membros integrantes e pela regularidade nas diferenças entre eles. Assim, deve-se levar em conta, na aferição desse parâmetro, a integração formal e semântica de um

paradigma como um todo e a integração formal e semântica do item em análise dentro desse paradigma.

Lehmann diz que um aspecto bastante problemático é precisar o tamanho do paradigma que o item em GR passa a integrar. Entretanto, aponta para o fato, já bastante difundido, de que paradigmas altamente gramaticalizados tendem a ser menores do que os menos gramaticalizados. Por exemplo, da classe relativamente aberta de verbos plenos nem todos podem servir para a expressão das atitudes do falante, os modalizadores. O número de verbos que participam desse paradigma, portanto, é restrito (e, conseqüentemente, seus membros estão mais gramaticalizados) quando comparado aos verbos lexicais. Admitir o *status* de categoria dos verbos modais emergentes, então, também é um reflexo taxionômico dessa observação.

Ao se aplicar esse parâmetro ao verbo **parecer**, constata-se sua mudança de domínio funcional, termo empregado por Hopper (1991): do domínio das formas nocionais (categoria referencial) para o domínio das formas de modalidade (categoria epistemológica), um paradigma bastante difuso no PB, dada a existência de várias formas codificando um mesmo tipo de modalidade e ainda, vários tipos de modalidade codificados por uma mesma forma⁴. É claro que a classe das formas de expressão da modalidade é mais restrita quando comparada a dos verbos plenos, mas ainda assim não chega a constituir um paradigma fechado, coeso. Todavia, há de se reconhecer que à medida que **parecer** avança na escala de GR, ele deixa para trás traços que o identificam com as formas plenas, como se observou na seção anterior. São de Lehmann as seguintes palavras:

No processo de gramaticalização, a paradigmaticidade é alcançada gradualmente ... O processo de integração paradigmática ou *paradigmatização* leva a um nivelamento das diferenças com as quais os membros eram equipados originalmente.⁵ (ênfase original)

⁴ A esse respeito, cito a fluidez dos modais **dever** e **poder** na codificação da modalidade deôntica e modalidade epistêmica, com seus subvalores.

⁵ "Paradigmaticity is gradually reached in the process of grammaticalization [...] The process of paradigmatic integration or *paradigmaticization* leads to a levelling out of the differences with which the members equipped originally." (Lehmann, 1995 [1982, p. 134])

Paradigmaticamente, de **parecer₁** a **parecer_{4,5}**, a alteração gradual nas fronteiras de constituintes leva a propor a participação de **parecer** em paradigmas categoriais diferenciados. A forma desencadeadora do processo (**parecer₁**) alinha-se aos verbos plenos. No segundo estágio, meio do caminho rumo a uma estrutura mais gramaticalizada, **parecer₂** identifica-se com os verbos suporte de predicação; quando seguido de um verbo infinitivo, assemelha-se aos auxiliares modais epistêmicos (*o relacionamento de vocês parece ser excelente*). Interessa, entretanto, o paradigma nos usos mais gramaticais.

Parecer₃, como predicado encaixador de uma proposição, insere-se, inequivocamente, no paradigma das formas de expressão de avaliação do falante, nas quais se encaixa um conteúdo proposicional, função que, estruturalmente, identifica-se com as orações subjetivas⁶. Como investiguei em outro trabalho (Gonçalves, 2002), sob a ótica da teoria dos protótipos (Taylor, 1989), os vários tipos de orações subjetivas do PB apresentam propriedades semânticas e morfossintáticas muito semelhantes, quais sejam: (i) encaixamento à direita da matriz; (ii) verbo da matriz na 3ª pessoa do singular e no presente do indicativo; (iii) oração matriz codifica avaliação do falante sobre o conteúdo da oração encaixada.

Reproduzo, no quadro abaixo, os principais predicados encaixadores de orações subjetivas, paradigma categorial que **parecer** passa a integrar.

Função Predicador Matriz	Avaliação Deontica	Avaliação Epistêmica	Outros tipos de avaliação
Adjetival	(ser) necessário, preciso, indispensável, imperativo	(ser) possível, impossível, claro, provável, improvável, evidente	(ser) melhor, formidável, fácil, difícil, justo, bom, vital, comum, cômodo, prudente,
Nominal	(ser) uma obrigação	(ser) verdade	(ser) uma honra, um pecado, meu desejo, um privilégio
Verbal	Cumprir, convir, caber, urgir	parecer, pode ser, constar,	Bastar, custar, adiantar, interessar, preocupar, valer,

Q. 14: Propriedades dos predicadores de orações matriz

(Gonçalves, 2002)

⁶ Valendo-se da iconicidade paradigmática, Krug (2001; p.313) aponta que estruturas similares e recorrentes na língua refletem afinidades entre os conceitos, o que, em outras palavras, traduz que "similaridades recorrentes de forma refletem similaridades de significado".

No quadro acima, verifica-se que **parecer** participa escassamente do paradigma dos predicados encaixadores de oração subjetiva, podendo alternar-se com outros predicados na codificação da modalidade epistêmica, mas não na codificação de evidencialidade.

No estágio mais gramatical, **parecer**_{4,5} se alinha aos satélites de atitudes proposicionais. Em razão das propriedades distribucionais de **parecer**, nesse estágio, ele oscila entre o paradigma dos atitudinais orientados para o conteúdo proposicional (5a,c) e o paradigma dos atitudinais orientados para um participante da predicação ((4a,b) e (5b)). Também nesse uso, concorre com o verbo **achar**, pelas suas propriedades semânticas e distribucionais.

Por não ser de uso obrigatório na tarefa de qualificar epistemicamente um enunciado, **parecer** participa escassamente do paradigma das formas epistêmicas/evidenciais, o que, em princípio, revela-o como um item fracamente gramaticalizado.

2.1.3. Variabilidade paradigmática

A variabilidade paradigmática refere-se à possibilidade de uso de um outro item em lugar daquele em processo de GR. Em termos pragmáticos, refere-se à liberdade com a qual o usuário da língua ou escolhe um signo dentre aqueles pertencentes a um mesmo paradigma ou não escolhe nenhum deles, deixando em seu lugar uma categoria genérica (ou não-marcada) disponível para aquele contexto de uso.

Como já apontado na análise dos parâmetros anteriores, **parecer**, por integrar um paradigma bastante amplo, como o da modalidade, admite várias paráfrases. Como exemplo, mostro, em (8a) a (8c), paráfrases respectivas para as ocorrências dadas em (03a), (04a) e (05c).

- (8) a. **Eu acho / acredito / creio que ele estava bêbado.**
Talvez/provavelmente/possivelmente ele estivesse bêbado.

- É possível/provável** que ele estivesse bêbado.
Ele **devia** estar bêbado.
- b. Ele foi **eu acho que / creio que / acredito que / talvez / provavelmente / possivelmente** a Campos do Jordão.
É um hábito excelente, **acho / creio / acredito / talvez / provavelmente / possivelmente**.
- c. Ela se mudou ontem, **eu acho / acredito / creio / talvez / provavelmente / possivelmente**.

Essa possibilidade de alternância paradigmática revela que a mudança pela qual passa o verbo **parecer** não lhe garante uma restrição de uso no seu novo domínio funcional, uma vez que passa a competir com várias outras expressões (também gramaticalizadas ou já gramaticais) na codificação da modalidade epistêmica.

Como mostrei no capítulo anterior (cf. figuras 10, 17, 18 e 19), a apuração da frequência de uso de **parecer**, nas suas funções modalizadoras, revelou que, diacronicamente, até o século XVIII, essa foi a forma preferida para a codificação da modalidade epistêmica, período de sua especialização nas funções mais gramaticalizadas, que são partilhadas com outras formas concorrentes, a partir do século XIX e sobretudo no século XX. Quero dizer que, paradigmaticamente, já houve uma maior preferência por **parecer** na codificação da modalidade epistêmica. Ilustrando essa asserção, na tabela a seguir rearranjo os dados apresentados no capítulo anterior, utilizando somente a frequência dos usos modalizadores das diferentes formas.

	século	Até o XVIII	XIX	XX
Formas de modalização epistêmica				
Parecer (encaixador de proposição + satélite)		114	17	22
Achar (encaixadora de proposição + satélite)		2	1	17
Crer (encaixador de proposição + satélite)		29	23	20
Acreditar (encaixador de proposição)		0	01	03
(Ser) provável(-mente)		01	06	03
(Ser) possível(-mente)		0	02	01
Talvez		02	04	03

Tab. 1: Período de especialização de 'parecer' na codificação de modalidade epistêmica (em números relativos)

Esses dados me levam a sugerir uma interrupção no avanço da GR de **parecer** rumo a uma estrutura mais gramatical, trajetória que, ao que tudo indica, vem sendo cumprida pelo verbo **achar** quando se verifica sua freqüência de uso no PB atual⁷. É o que já sugeri em trabalho anterior, no qual Casseb-Galvão e eu constatamos que a forma **achar** vem se especializando na codificação da modalidade epistêmica/evidencialidade. Reproduzo abaixo a tabela comparativa da freqüência das formas investigadas nesse trabalho⁸, que vai aqui reenumerada.

Achar _{3,4}	Parecer _{3,4}	Talvez	(é) provável (-mente)	(é) possível (-mente)	Acreditar	Outros*	Total
62 33%	53 28%	25 13%	3 2%	4 2%	16 9%	24 13%	187
* crer, imaginar, ter a impressão, (ser a) opinião etc							

Tab. 2: Comparação da freqüência de 'achar_{3,4}' e 'parecer_{3,4}' com outros modais epistêmicos de mesmo valor

(Casseb-Galvão e Gonçalves; 2001, p. 4)

Sobre esses dados da tabela 2, devo observar que o tipo de amostra de fala (inquéritos do tipo D2), proveniente de uma variedade culta do PB, proporciona a pequena diferença entre a freqüência de **achar** e de **parecer**, diferença que se expande se se consideram outras variedades e outros estilos de fala, o que pode revelar usos sociolingüisticamente determinados. A título de exemplificação, numa investigação posterior, abrangendo todos estilos de fala diferentes que compõem o *corpus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado (DID, D2 e EF, provenientes da cinco capitais do país), confrontando somente **achar** e **parecer** nas suas funções modalizadoras, encontrei 235 ocorrências de **achar** contra 31 de **parecer**. Embora os inquéritos do tipo EF registrem um número reduzido de ocorrências de **parecer**, verifiquei, nesse mesmo tipo de inquérito, uma presença menos acentuada da forma **achar**, o que confirma que estilos formais de fala

⁷ Vale lembrar nesse ponto que fenômeno parecido se passou entre o verbo **semelhar** e **parecer** entre os séculos XIII e XV (cf. seções 2.1.1 a 2.1.3 do cap. III).

⁸ As amostras de fala investigadas nesse trabalho integram os inquéritos do Projeto NURC/SP, na modalidade D2.

estreitam a opção entre um e outro modalizador epistêmico. Em todas essas investigações paralelas, destacam-se o emprego de **achar** e de **parecer** sobre as demais formas, de acordo com a tendência verificada na tabela 2 acima. Diante dessas informações preliminares, os aspectos sociais envolventes no uso da língua parecem assumir papel importante na escolha de uma forma em detrimento da outra, questões que reservo a trabalho futuro, no qual pretendo fazer uma abordagem sociolinguística para este caso de GR.

Não me parece uma situação verificável a alternância de **parecer** com uma forma que não seja lexicalmente expressa. A modalidade epistêmica/evidencialidade, quando é expressa suprasegmentalmente, veicula valores opostos ao de **parecer**, uma vez que a ausência de uma expressão lexical, em um enunciado, altera o tipo de qualificação modal/evidencial pretendida pelo usuário. É, por exemplo, o que se verifica em (9) abaixo.

- (9) a. Apenas mandou convite [para o P.P.], (...) **Ainda por cumulo parece que o convite se perdeu no correio.** Pelo menos ele afirmou que não recebeu e mudou de conversa. (20MA, p. 344)
- b. ? Ainda por cumulo \emptyset o convite se perdeu no correio. Pelo menos ele afirmou que não recebeu e mudou de conversa.

Se comutado com zero, a qualificação modal da proposição muda de “possibilidade/evidência inferida” para “certeza/evidência atestada”⁹. Observe que a supressão de **parecer** torna incoerente o enunciado que segue (*pelo menos ele afirmou que não recebeu*), conteúdo que justifica a inferência do falante apresentada na proposição encaixada em **parecer**.

É possível dizer, a esta altura, que **parecer** é apenas mais uma forma de codificação da modalidade epistêmica, empregada livremente de acordo com as intenções comunicativas do falante. Não há contexto obrigatório para o seu uso.

⁹ Parece-me razoável supor para o PB que a evidência direta atestada é não-marcada ou marcada por zero. Se a fonte da evidência não é expressa segmentalmente pode-se inferir que o falante teve acesso direto de algum tipo (visual, auditivo, por exemplo) à informação que consta na proposição que ele formula.

Assim, a variabilidade paradigmática é, portanto, um parâmetro negativo na aferição do grau de menor autonomia de **parecer**.

2.2. Parâmetros sintagmáticos

No eixo sintagmático, tento captar as relações que o verbo **parecer** mantém com outros constituintes das diferentes construções de que ele participa, sua colocação e seu grau de mobilidade na construção.

2.2.1. Coesão vs. sintagmatização: conexidade

A conexidade ou coesão sintagmática refere-se à coesão de um item com outro, isto é, ao grau com que se liga a outros signos ou com que deles dependa. Embora este critério aplique-se mais a casos de morfologização, tento aqui uma análise que privilegie a coesão de **parecer** com outros itens da construção de que ele participa.

Nos aspectos sintagmáticos, ao longo do *cline* de mudança (**parecer**₁ > **parecer**₂ > **parecer**₃ > **parecer**_{4,5}), pode ser verificado que o verbo vai se colocando completamente para fora dos limites da predicação principal, entendida aqui como o conteúdo informacional principal de um enunciado.

Como predicado encaixador, **parecer**₃ subcategoriza apenas um constituinte oracional (3a,b), sem participar do conteúdo informacional principal¹⁰, contrariamente aos casos em que, enquanto predicador (1a,b) ou suporte de predicação (2), ele é o organizador da predicação e, portanto, mantém um grau maior de coesão na estruturação da construção que ajuda a formar.

Semanticamente, em construções como as dadas em (3), **parecer**, menos integrado ao conteúdo informacional, porta valor evidencial, que revela o falante como a fonte de uma informação inferida de modo indireto – a partir de raciocínio

¹⁰ Lembro que esse é um dos critérios propostos por Anderson (1986) para a identificação de evidenciais.

mental ou de resultados de eventos observáveis e/ou causativos (cf. Willet, 1988, p.57) –, estratégia discursiva que, epistemicamente, leva ao descomprometimento e à diluição da responsabilidade com relação àquilo que é dito.

Com o mesmo valor semântico do estágio anterior, **parecer**_{4,5}, perde por completo suas propriedades de subcategorização, justapondo-se a constituintes arbitrários da oração: ora a toda uma predicação (5a,c) ora a apenas parte dela ((4a,b) e (5b)). Apresenta, portanto, um baixo grau de coesão na construção, não causando qualquer prejuízo gramatical para a oração a sua supressão. Assim, nesse estágio mais gramatical, é possível identificar **parecer**_{4,5} com **satélites atitudinais**¹¹, que se orientam para participantes da predicação ou para um conteúdo proposicional. Quando orientado para um dos participantes (argumentos), o satélite é geralmente diferenciado pelas inflexões prosódicas, o que sugere que ele está menos integrado ao restante da predicação, como bem observam Dik *et al.* (1990; p 36-37).

Para a aplicação desse parâmetro, do uso de **parecer**₁ ao de **parecer**_{4,5}, constata-se um afrouxamento nas relações sintagmáticas do verbo com os demais constituintes que com ele compõem a construção. Nesse percurso, observam-se as seguintes alterações:

- (i) os argumentos oracionais dependem de **parecer**₁, porque, nesse estágio, o verbo tem propriedade de predicador, o que é revelador de um certo grau de coesão sintagmática;
- (ii) observa-se um afrouxamento desse caráter no uso de **parecer**₂ como verbo suporte, que, como o próprio rótulo sugere, sustenta uma relação de predicação e constitui-se como aporte para noções gramaticais (modo, tempo, número e pessoa) que a predicação por si não dá conta de veicular;

¹¹ Cabe aqui retomar a definição de satélites. Segundo Dik *et al.* (1990), os satélites são meios lexicais de fornecer informação adicional sobre qualquer dos níveis hierárquicos da oração, incluídos aí, termos, predicções e proposições.

- (iii) no uso eminentemente modal (**parecer**₃), o verbo é essencial somente como portador de informação da atitude do locutor em relação ao conteúdo proposicional. Sua ausência implicaria a mudança da expressão da modalidade/evidencialidade, sem reflexos nas relações sintáticas da predicação principal, como mostrei em (9) acima;
- (iv) com um baixíssimo grau de coesão, no seu estágio mais gramatical, o satélite atitudinal (**parecer**_{4,5}) não integra a estrutura argumental da predicação que ele modifica, nem sintática e nem prosodicamente, gozando de uma certa liberdade de posicionamento.

Como resultado final, observa-se que, no extremo da escala de GR, o verbo **parecer** apresenta um baixo grau de coesão, correlacionando-se negativamente com o parâmetro conexão. Ressalto que a aplicação que faço desse parâmetro diferencia-se, em parte, da apresentada por Lehmann, que a propõe para investigação de casos de morfologização.

2.2.2. **Peso vs. sintagmatização: escopo**

O peso sintagmático ou escopo de um item refere-se à extensão da construção que ele ajuda a formar. Para esse parâmetro, Lehmann afirma que, com o aumento do grau de GR de um item, seu escopo diminui (p. 143). Melhor explicitando: na mudança, via "condensação", de um estado da língua para outro, o item passa da relação com constituintes de complexidade arbitrária para a relação com palavra ou com radical, mudanças que casos de morfologização ilustram bem. Extrapolando, entretanto, do simples processo de morfologização para o caso em análise, tento aqui a aplicação desse parâmetro, investigando as relações estruturais de **parecer** nos contextos em que ele ocorre.

A aplicação desse parâmetro requer que se considere a representação dos diferentes usos de **parecer** no modelo estratificado da oração, como proposto por Dik (1989, 1997) e já empregado na seção 2 do capítulo III. Para não repetir toda descrição que lá pode ser conferida, apresento-a aqui de forma sucinta, para mostrar

que, ao contrário de ter seu escopo diminuído à medida que se gramaticaliza, **parecer** tem seu escopo **semântico e estrutural** alargado, uma vez que deixa de ser usado na função representacional da linguagem (**parecer_{1,2}**) para atuar na função interpessoal (**parecer_{2,3,4,5}**).

Parecer₁, como exemplificado em (1b), é claramente o predicado por meio do qual se relacionam duas entidades (**A₁: você; A₂: aquela menina**), constituindo assim uma relação de predicação que designa um EsCo que pode ocorrer em algum mundo e, portanto, ser localizado no tempo e no espaço, durar algum tempo e ser visto ou mesmo percebido. Atua, portanto, na camada da predicação.

Nas construções com **Parecer₂**, como ocorrem em (2), o verbo deixa de ser o organizador da predicação, perdendo, portanto, sua propriedade de selecionar argumentos. A relação de predicação verificada é resultante da atribuição de um predicado (**melhor, mais rituoso**) a um argumento (**o livro dos ofícios**). Assim, o verbo, além da função de suporte de uma predicação, fracamente já sustenta também um valor de modalidade objetiva, caracterizada na GF como envolvendo a avaliação, por parte do falante, de um EsCo (**o livro ser melhor, mais rituoso**) em termos do conhecimento que ele tem de estados de mundo possíveis (**ser melhor e ser rituoso**). Nesses contextos, o verbo atua ainda no nível da predicação, já que é o EsCo descrito pela predicação que se encontra sob seu escopo.

Nas construções com **Parecer₃** exemplificadas em (3), o verbo passa a atuar num nível hierarquicamente superior da estrutura da oração, ou seja, coloca sob seu escopo uma proposição (**ele estava bêbado / ela estava com encosto**) que, nos termos de Dik, designa um fato possível, entidade de ordem 3, que, submetida à avaliação em termos de sua verdade, pode ser motivo de surpresa, de dúvida, de menção ou negação, de rejeição e de lembranças, de verdade ou de falsidade. Nesses termos, **Parecer₃** modaliza a força asseverativa do conteúdo informacional de um constituinte oracional nele encaixado, apresentado pelo falante como um fato possível. Funcionalmente, caracteriza-se como portador de **modalidade epistemológica evidencial**, por meio da qual, além do seu comprometimento (fraco), o falante especifica como a proposição chegou ao seu conhecimento (cf.

Hengeveld, 1989); no caso, por meio de uma inferência de raciocínio ou de fatos causativos observáveis. Observe-se, nesse ponto, o alargamento de escopo semântico e estrutural de **parecer₂** a **parecer₃**: o primeiro subcategoriza uma predicação reduzida (*small-clause*, nos termos da gramática gerativa), enquanto que o segundo subcategoriza uma predicação completa, construída como uma proposição, em razão do valor semântico do verbo.

Nas construções com **Parecer₄**, o satélite apresenta escopo variável, em razão de sua distribuição na oração, podendo, assim, incidir tanto sobre uma proposição (5a,c) como sobre apenas um constituinte oracional ((4a,b) e (5c)). Funcionalmente, assemelha-se aos **satélites de atitudes proposicionais**.

Contrariamente ao que prevê o parâmetro **escopo** para a identificação de formas gramaticalizadas, mostrei então que **parecer**, nos seus estágios mais gramaticalizados, relaciona-se a constituintes de complexidade arbitrária e, portanto, tem seu escopo alargado.

Especificamente na checagem desse parâmetro para quatro casos típicos de GR no inglês (o uso de genitivo, as construções de gerúndio, os marcadores *instead of* e *instead* e o marcador discursivo *anyway*), Tabor e Traugott (1988) mostram que o parâmetro **escopo**, proposto para casos de morfologização, e generalizado para a sintaxe, cria um dilema conceitual para o campo da GR, porque coloca em xeque a unidirecionalidade. Nos quatro casos estudados diacronicamente, os autores mostram que, a exemplo do que verifiquei para o verbo **parecer**, o escopo estrutural das formas investigadas cresce à proporção que elas se gramaticalizam¹². Assim, uma generalização para o aumento do escopo em GR é apresentada por esses autores, e o meu objeto de estudo parece ser mais uma confirmação para essa generalização, qual seja: a de que “o aumento de escopo é mais consistente com as

¹² O escopo estrutural é empregado pelos autores, dentro da perspectiva gerativa, em termos de relações de C-comando e de domínio, que numa estrutura arbórea assim se definem: (i) mutuamente, um nó A C-comanda um nó B, se A não domina B e qualquer nó ramificante que domina A também domina B; assimetricamente, um nó A C-comanda um nó B, se A C-comanda B, mas B não C-comanda, porque entre A e B existe um nó ramificante que domina B, mas não domina A; (ii) Um nó X domina Y, se Y é filho de X ou há um filho de X que domina Y. Se esse é o caso, X também domina Y, mas não imediatamente.

evidências da unidirecionalidade em mudanças pragmáticas/semânticas e mudanças estatísticas distribucionais” (Tabor e Traugott, p. 265), uma vez que (i) a mudança do [-abstrato] > [+abstrato] está naturalmente correlacionada com o escopo gramatical, porque significados mais abstratos aplicam-se a uma variedade mais ampla de circunstâncias; e, (ii) a mudança de [-freqüente] > [+ freqüente] está de acordo com o crescimento de escopo, porque, com o aumento do conjunto de possibilidades de co-ocorrências do item, o número de situações em que ele ocorre tende a crescer.

2.2.3. Variabilidade sintagmática

A variabilidade sintagmática de um item refere-se à possibilidade de sua mobilidade na construção em que ele ocorre. A posição fixa do item dentro de um sintagma é indício de seu aumento de gramaticalidade, como ocorre quando um item lexical atinge um grau alto de morfologização, o que ainda não é o caso do verbo **parecer**. Como exemplo de aplicação desse parâmetro, cito a mudança por que vem passando a forma do verbo **ir**, no PB, o qual, além de uso como verbo pleno de movimento (*Eu vou para a Universidade todos os dias*), está também codificando, morfologicamente, futuridadade (*Eu vou pensar no seu caso*), ocupando, assim, uma posição fixa, como os demais auxiliares.

Como já apontado na análise do parâmetro **coesão sintagmática**, a variabilidade sintática do verbo **parecer** aumenta, contrariamente ao que se estabelece para a GR de um item.

Para os casos de **parecer** que estão na parte mais extrema na escala de GR proposta, verifica-se que, no uso de **parecer**₃, existem pelo menos duas posições para o verbo no enunciado (cf. (3)): a primeira posição e a segunda posição, quando se trata de topicalização do sujeito da predicação encaixada no verbo. Nos usos de **parecer**_{4,5}, a liberdade de posicionamento do item cresce, podendo este aparecer em posição inicial, medial ou final (cf. (4) e (5)). Esses usos mostram que o verbo não está integrado nem sintática e nem prosodicamente ao enunciado.

No uso modalizador, portanto, **parecer** não ocupa uma posição fixa, o que revela o seu baixo grau de GR. O item apresenta uma mobilidade muito próxima a dos elementos adverbiais. Fato semelhante também foi o que verifiquei com os verbos **crer** e **achar**. Os resultados para esse último confirmam os estudos de Casseb-Galvão (1999) e também coincidem com os de Thompson e Mulac (1991), na interpretação quantitativa que fazem da GR do sintagma parentético *I think*, do inglês. Reproduzo aqui uma observação desses autores, a qual julgo merecer destaque na investigação desse parâmetro:

Como sintagmas parentéticos, essas combinações [*I think, I guess*] são livres para se colocar em várias posições na oração para as quais elas fornecem evidência, como fazem outras partículas epistêmicas em inglês, como por exemplo o *maybe*.¹³

3. Os princípios de Hopper (1991)

Hopper (1991) afirma que a gramática de uma língua é sempre emergente, ou seja, estão sempre surgindo novas funções/valores/usos para formas já existentes e, nesse processo de emergência, verificável a partir de padrões fluidos da linguagem, é possível reconhecer graus variados de GR que uma forma vem a assumir nas novas funções que passa a executar, tornando-se imperioso, então, contar com recursos que permitam identificar os primeiros estágios desse processo de mudança. Assim é que os objetivos de Hopper (1991) parecem ser o de suplantarem as afirmações de Lehmann (1995 [1982]) e de Heine e Reh (1984), focalizando a GR em seus estágios mais incipientes, quando desenvolvimentos óbvios, tais como a fusão de formas em radical + afixo, ainda não ocorreram. Esse artigo de Hopper vem constituir-se como um guia empírico para a identificação de tendências de GR, possíveis de serem apreendidas na língua em uso. Além de fornecer um guia prático, o autor alerta que os tipos de mudança que seus princípios captam não são

¹³ "As epistemic phrases, then, these combinations are free to float to various positions in the clause to they are providing testimony, as other particles in English do, such as *maybe*". (Thompson e Mulac, 1991; p. 326)

especialmente mudanças gramaticais e empenha-se em mostrar que os limites entre fenômenos lexicais e gramaticais são muito difusos.

Hopper defende, então, ser necessário um outro conjunto de parâmetros diferentes dos de Lehmann e sugere cinco: estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização. Como será visto, esses princípios acentuam o caráter gradual da GR, uma vez que conferem aos elementos analisados o grau de “mais” ou “menos” gramaticalizados, não visando, portanto, verificar se eles pertencem ou não à gramática. Em outras palavras, esses princípios não discriminam entre os processos de mudança que resultam em GR e os que não resultam.

Passo, agora, a apresentar esses princípios de Hopper, aplicando-os aos casos de **parecer**. Como se poderá observar, grande parte deles já foi exaustivamente discutida na seção anterior, uma vez que a não-aplicação dos parâmetros de Lehmann parece implicar a aplicação dos de Hopper, o que mostra que eles, de alguma forma, são complementares, dados os objetivos a que cada um se direciona.

3.1. Estratificação [*layering*]

Segundo o princípio da **estratificação**, em um domínio funcional amplo, novas “camadas” estão sempre emergindo e coexistindo com as antigas. Essa diversidade decorreria do fato de que, ao surgirem as novas formas funcionais, a substituição das equivalentes pré-existentes não é imediata ou pode até mesmo não vir a acontecer, trazendo, como consequência, a interação e a coexistência de “camadas” novas e antigas em um mesmo domínio. Essas diversas camadas, codificando funções similares ou idênticas podem correlacionar-se a itens particulares ou a registros sociolingüísticos. A diferença entre os itens envolvidos é tênue, podendo servir como variantes estilísticas.

As análises de **parecer** apresentadas em 2.1.3, acima, quando discuti o parâmetro **variabilidade paradigmática**, constituem uma instanciação desse

primeiro princípio: **parecer** vai se somar a outros modalizadores epistêmicos, anteriormente disponíveis no sistema lingüístico, à medida que a ele é conferida essa função.

Como bem observa Hopper, a estratificação não surge para a eliminação das formas antigas e substituição pelas formas novas, mas pelo "amontoamento", num mesmo domínio funcional, de formas sutilmente diferenciadas que têm, aproximadamente, o mesmo significado.

3.2. Divergência

Esse princípio se superpõe ligeiramente ao anterior e dita que a unidade lexical que dá origem ao processo de GR pode manter suas propriedades originais, preservando-se como item autônomo e, assim sendo, estar sujeita a quaisquer mudanças inerentes a sua classe, inclusive sofrer um novo processo de GR.

Segundo Hopper, a divergência poderia ser interpretada como um caso especial de estratificação, embora com diferenças significativas. Apesar de ambos visarem a aferir graus de GR de estratégias gramaticais, suas atuações incidem sobre campos distintos: a estratificação remete às diferentes codificações de uma mesma função, enquanto a divergência remete aos diferentes graus de GR de um mesmo item lexical e é aplicável aos casos em que um mesmo item lexical autônomo se gramaticaliza em um contexto, deixando de o fazer em outros.

Esse princípio explica a existência de formas etimologicamente iguais, porém funcionalmente divergentes, o que ilustra bem a evolução de **parecer** para as várias funções, que, diacronicamente, veio a desenvolver. Retomo, rapidamente aqui, o seu trajeto: desaparece do sistema o verbo lexical apresentativo, forma-fonte que, instaurando o processo de GR, desenvolve outros significados, inclusive de valor também lexical (**parecer**₁). A partir de **parecer**₂, desenvolvem-se os usos mais gramaticalizados (**parecer**_{3,4,5}), hoje todos coexistentes, embora com frequência e contextos diferenciados.

3.3. Especialização

O terceiro princípio, **Especialização**, tem relação com a questão do estreitamento da escolha de formas pertencentes a um mesmo domínio, ou seja, relaciona-se com o estreitamento de opções para se codificar uma determinada função, à medida que uma dessas opções começa a ocupar mais espaço porque mais gramaticalizada. Uma consequência, indício, portanto, dessa especialização, é o aumento na frequência de uso da forma mais adiantada no processo de GR. Como mostrei no capítulo anterior e aqui sintetizei na tabela 1, como item que primeiro entrou em processo de GR em relação a outras formas, **parecer** foi de uso mais freqüente, situação que se viu reparada nos dias atuais, à medida que **achar**, por ser mais freqüente (cf. tab. 2), vem ganhando a preferência no discurso, às expensas de outras estratégias de modalização a ele equivalentes, o que ainda não representa um estreitamento de escolha.

Essas considerações complementam as já arroladas na seção 2.1.3, quando abordei a variabilidade paradigmática, mostrando que **parecer** não se submete a uma escolha obrigatória para a função que desempenha e, portanto, não se especializou na codificação de ME/EV. Tampouco, a forma mais gramaticalizada (**parecer₅**) é a preferida em relação às demais (**parecer_{3,4}**), que cumprem a mesma função.

3.4. Persistência

O princípio da **Persistência** é o que prevê a manutenção de alguns traços da forma fonte na forma gramaticalizada, o que pode ocasionar restrições sintáticas sobre o uso da forma gramaticalizada.

A aplicação desse princípio revela que o traço semântico presente nas diversas acepções de **parecer** é o de [evidencial], em algum nível (concreto vs. abstrato). Em **parecer_{3,4}**, o processo cognitivo de comparação e de avaliação não envolve mais entidades referenciais, como no caso de **parecer_{1,2}** (uso mais concreto), mas, ao contrário, remete à realidade de EsCo, em termos do

conhecimento que o falante tem de situações possíveis, prováveis, vindas da realidade, ou de situações hipotéticas, por ele inferidas. O eixo do conhecimento parece guiar quaisquer dos usos de **parecer**, quer ele expresse uma simples verificação de similaridades entre EsCos (**parecer**_{1,2}), quer seja ele uma marca da atitude do falante (**parecer**_{2,3,4,5}).

Em termos mais concretos, considere o exemplo dado em (1b). Nele há duas entidades observáveis (**você vs. Aquela menina**), geralmente expressões referenciais, que se submetem a uma avaliação do falante, o qual constata, mesmo na ausência de uma delas, existir entre elas uma semelhança, não identidade total. Chamo a atenção para o fato de esse uso ser guiado pelas evidências do mundo sociofísico.

Estendendo para um uso pouco mais abstrato, esse mesmo esquema cognitivo pode ser verificado no uso de **parecer**₂. Para tanto, considere agora o exemplo em (2). Há aqui uma equiparação entre duas entidades a que o falante tem acesso: uma concreta (**o livro dos ofícios**) e outra abstrata, vinda do conhecimento armazenado (**ser melhor, ser rituoso**) do falante, que lhe permite estabelecer a comparação. A avaliação que o falante faz entre esses dois estados, permite-lhe reconhecer a existência de semelhanças entre eles, e não uma identidade total.

Esse mesmo esquema se aplica ao uso de **parecer**_{3,4,5}, para os quais o processo comparativo e avaliativo se mantém, não mais envolvendo qualquer entidade concreta, mas agora EsCo e conhecimento do falante: aquilo que de fato é *versus* aquilo que o falante julga poder ser, quer estejam em jogo evidências, fatos, boatos, inferências, etc. As ocorrências (3), (4) e (5) ilustram essa proposição. Considere (3a). Nessa ocorrência, o falante deve saber reconhecer um estado de embriaguez (conhecimento armazenado) para qualificar epistemicamente o EsCo por ele conhecido. O fato de o conjunto de informações entre um e outro estado não ser suficiente leva o falante a modalizar subjetivamente seu enunciado, de modo que, em vista das evidências que tem ou do conhecimento que possui, não afirma o que de fato é, mas apenas o que poderia ser. Esse parece ser o esquema que sustenta o emprego de **parecer** como expressão do *provável/possível* em relação a um EsCo.

Nesse processo cognitivo a restrição sintática que poderia haver seria a de manter-se uma estrutura comparativa, preservada em **parecer₁** e **parecer₂**, mas ausente nos demais usos, dado o nível de abstração em que o item passa a operar. Observa-se, assim, a extensão de uso do domínio sociofísico para o domínio interno (psicológico, emocional), como lembra Sweetser (1991).

3.5. Descategorização

Este último princípio remete à perda, por parte da forma em processo de GR, dos marcadores opcionais de categorialidade e de autonomia discursiva. Por exemplo, os nomes deixam de identificar participantes no discurso e os verbos, de reportar novos eventos. Em outras palavras, tem-se que a forma em GR tende a perder ou neutralizar as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos, que caracterizam as formas plenas como nomes e verbos, vindo a assumir atributos das categorias secundárias, mais gramaticalizadas, como advérbios, preposições, clíticos, afixos, podendo, em alguns casos chegar a zero.

Essa assertiva pode ser verificada no quadro abaixo, o qual apresenta as alterações semânticas, sintáticas e pragmáticas, algumas das quais ((i), (ii) e (iv)) características do processo de GR:

- (i) mudança de significado: concreto > abstrato;
- (ii) mudança de estatuto categorial: predicado > satélite;
- (iii) mudança de atuação no nível da oração em camada: predicação > proposição;
- (iv) mudanças morfológicas: [+ Tempo, + Concordância] > [- Tempo, - Concordância];
- (v) Posição na oração: [+ fixa] < [- fixa].

Estatuto categorial		<i>Continuum</i>	Nível estrutural de incidência	Configuração sintática	Restrições de modo/tempo e concordância
Predicado (forma-fonte)		Parecer₁	Predicação	P1/S V O	[+T, + Conc]
Verbo suporte de predicação (uso ambíguo)		Parecer₂	Predicação	P1/S Vf (Vi) O	[+T, + Conc]
Forma alvo	Predicado (encaixador)	Parecer₃	Proposição	(P1) _i (S) V [P1 (S) _i V O]	[± T, - Conc]
	Satélite (parentético)	Parecer_{4,5}	Proposição/Termo	P2 (X), (X) P1 (X) S (X) V (X) O (X), P3	[-T, -Conc]

Q. 15: Aspectos gerais da gramaticalização de *parecer*

4. Resumo

Na verificação do grau de integração aos eixos sintagmático e paradigmático, é possível concluir que o verbo **parecer** apresenta ainda um relativo grau de autonomia e, portanto, grau baixo de GR. Ao longo do *cline* de GR, o verbo vai se colocando completamente para fora da estrutura de predicação, menos integrado portanto, apresentando um comportamento sintático semelhante ao de outros advérbios epistêmicos/evidenciais, que podem se justapor a constituintes de complexidade arbitrária, à medida que, portando valor de satélite atitudinal, toma por escopo ou a oração ou apenas um constituinte dela. Nos estágios mais gramaticais, mostrei que o verbo tem uma participação fraca no paradigma dos predicados encaixadores de proposição (**parecer₃**) e no paradigma dos satélites proposicionais (**parecer₄**), em razão da possibilidade de se alternarem com outros itens que codificam os mesmos valores semânticos.

Confirmando os parâmetros de Lehmann, a aplicação dos princípios propostos por Hopper (1991, 1996) possibilitou concluir que o verbo **parecer** se encontra em processo de GR no PB: embora não seja a forma por excelência de expressão da modalidade epistêmica/evidencialidade, passa a conviver com várias outras estratégias lingüísticas que codificam o mesmo tipo de modalidade, sem contudo deixar de existir enquanto item lexical pleno; mantém, no uso modal, traços

da forma fonte, porém num domínio mais abstrato; no nível sintático, apresenta mudanças no estatuto de transitividade, afetando a estrutura oracional e a categoria dos constituintes presentes; no estágio mais gramatical, restringe suas propriedades morfológicas ao paradigma de 3ª pessoa do presente do indicativo.

No quadro 16 dado a seguir, resumo as análises acima, em termos de aplicação (+) e não-aplicação (-) dos critérios investigados.

	Parâmetros	GR incipiente	GR Avançada
Lehmann (1995 [1982])	Integridade		-
	Paradigmaticidade		-
	Variabilidade paradigmática		-
	Escopo		-
	Conexidade		-
	Variabilidade sintagmática		-
Hopper (1991)	Estratificação	+	
	Divergência	+	
	Especialização	+/-	
	Persistência	+	
	Descategorização	+	

Q. 16: Aferição da gramaticalização de *parecer*.

Aplicados esses critérios, é possível confirmar que os fatores de Lehmann recortam bem os fenômenos em estágios avançados de GR mas se revelam pouco úteis quando se trata da identificação de etapas iniciais do processo.

Os princípios de Hopper revertem essa proposição. Vale mencionar que a urdidura de quase todos os critérios, aliada à especificidade de cada proposta, parece dificultar a aplicação sistemática e consistente a todas as etapas de um mesmo fenômeno de GR, o que certamente não inviabiliza tratar o fenômeno em estudo dentro desse quadro.

Ressaltam-se das análises deste capítulo para o verbo **parecer**: sua mudança de estatuto categorial, dada por alterações de propriedades gramaticais, semânticas e discursivo-pragmáticas, fatores que, unidirecionalmente, captam processos de mudança lingüística caracterizados como GR.

Da análise global da aplicação desse conjunto de critérios aos estágios de GR de **parecer**, dois prognósticos são possíveis: ou o item se encontra nos estágios iniciais de um processo de GR, podendo vir a cumprir uma trajetória rumo a uma estrutura mais gramatical ainda (como, por exemplo sua identificação com a categoria dos clíticos ou afixos, o que demandaria alterações

morfofonológicas profundas em sua estrutura), ou pode ter seu processo de GR interrompido, possibilidade prevista nesse quadro teórico (cf. Hopper e Traugott, 1993).

CONCLUSÕES

É teve alguma coisa **parece** que teve alguma coisa errada. É como se a gente **suspeitasse**, digo, de um assassinato, de um troço qualquer, de um político aí, que é o que tem acontecido muito aqui no Brasil, né? A gente **suspeita, mas não tem certeza de nada, que num se pode saber a certeza**, mas é **na minha mente ficô** ... que houve qualquer coisa, houve. (PEUL/TEN/T25).

No modo de apresentação dos capítulos que compõem este trabalho, elaborei, para cada um deles, uma última seção que, intitulada **Resumo**, reúne os pontos principais discutidos e analisados nas seções precedentes. Esses pontos, na verdade, antecipam resultados e reflexões que, no meu entender, deveriam estar reservados para o fechamento geral deste trabalho. Entretanto, como justifiquei na **Introdução**, meu propósito com essa estruturação do trabalho era o de oferecer ao leitor uma melhor orientação, na medida em que o foco de cada um dos capítulos embasa o do capítulo seguinte.

Desse modo, os dois primeiros capítulos constituíram abordagens mais teóricas: o primeiro voltou-se para questões da GR e o segundo, para questões envolvendo ME e EV, categorias tratadas dentro de uma abordagem funcional da língua. Os próximos capítulos trouxeram, para discussão, um estudo de caso envolvendo, então, GR, ME e EV: no terceiro capítulo, descrevi detalhadamente construções com o verbo **parecer**, analisadas e discutidas dentro do quadro da GF de orientação holandesa e interpretadas como uma instanciação de GR; no quarto capítulo, apresentei a evolução histórica do verbo **parecer**, para o qual propus uma trajetória de GR que buscasse dar conta dos seus empregos no PB contemporâneo;

no último capítulo, com a aplicação de critérios de GR, busquei argumentar favoravelmente à hipótese de que os diferentes usos de **parecer** podem ser interpretados como um caso de GR em curso.

Não vou repetir aqui, portanto, resultados já antecipados; vou, de modo breve, apresentar as principais conclusões a que cheguei; algumas mais direcionadas para o estudo de caso em questão, portanto, mais específicas, e outras, mais relacionadas a questões gerais.

No PB contemporâneo, ocorrem cinco contextos de usos do verbo **parecer**, claramente diferenciados por propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas, cujas aplicações permitem reconhecer, de um lado, usos mais identificados com a categoria dos verbos plenos (**parecer₁**) e, de outro, usos mais identificados com a categoria dos satélites atitudinais de natureza adverbial (**parecer₅**). De um uso ao outro, há um processo contínuo de recategorização, que conduz à **alteração de estatuto categorial**, fato que *per se* justifica tratar este como um caso de GR, de acordo com a concepção que assumi no capítulo I deste trabalho.

A **unidirecionalidade**, princípio diretor da GR, mostrou-se ferramenta útil para a proposição de uma escala sincrônica de gramaticalidade que, no PB contemporâneo, dá conta de explicar a GR do verbo **parecer**, de acordo com propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas acionadas nos seus diferentes empregos.

A confirmação apenas **parcial** dessa escala no mapeamento diacrônico revela que a unidirecionalidade tem sua validade garantida como instrumental metodológico na explicação e no arranjo de dados de um recorte de tempo específico, mas deve ser usada com cautela como propriedade teórica e definitiva da GR, no tratamento de fenômenos que, da perspectiva diacrônica, ainda não se instanciaram como casos de morfologização. Assim, condicionada à confirmação diacrônica, a unidirecionalidade torna-se questionável e, nesse sentido, os “detratores” da GR têm razão em questionar o seu alcance como princípio geral de mudança que deve se aplicar a todos os casos de GR.

A proposta de substituir a unidirecionalidade por **multidirecionalidade** (cf. Castilho, 2003) parece, então, plausível para dar conta da simultaneidade de processos que intervêm na mudança lingüística. Embora reconhecedor do alcance dessa nova proposição, não a adotei no desenvolvimento desse trabalho por conta de sua formulação ser bastante recente.

Apoiado, então, na unidirecionalidade, a escala de GR, que propus para os cinco usos de **parecer**, reflete uma hierarquização de aumento de gramaticalidade e mostra que, nos usos mais gramaticalizados, o item termina por se colocar completamente para fora da estrutura de predicação, processo que, gradualmente, o distancia da categoria dos predicados verbais portadores de propriedades seletivas. Assim, de elemento subcategorizador, empregado na função referencial da linguagem, **parecer** passa a elemento subcategorizado que, na função interpessoal, é selecionado para marcar as relações entre falante, ouvinte e mensagem, relações que se explicitam, no caso em particular, por recurso à ME e/ou à EV.

Como já disse, essas alterações de propriedades permitiram-me arranjar, unidirecionalmente, os diferentes usos de **parecer**, numa escala de gramaticalidade que não se implementa **exatamente** da mesma forma no mapeamento diacrônico. Essa constatação colocaria em dúvida a interpretação desse estudo de caso como, de fato, sendo uma instanciação de GR. Entretanto, o recurso à etimologia e à evolução histórica explicam satisfatoriamente as propriedades que caracterizam os usos mais gramaticalizados de **parecer**, alocados no ponto terminal da escala proposta.

De um uso originalmente calcado em propriedades cognitivas mais básicas – verbo de apresentação, percepção visual, com acepção de “aparecer” –, codificadas, referencialmente, pela categoria verbo, resultam propriedades mais abstratas, que são codificadas, pragmaticamente, pela categoria dos satélites atitudinais – ME/EV – e que são reconhecidas mais tardiamente. Assim, se considerados apenas o ponto de partida e o ponto de chegada, a unidirecionalidade, que serviu de instrumental para a explicação dos dados sincrônicos, explica também as mudanças diacrônicas.

Entretanto, os pontos intermediários da escala de mudança de **parecer**, embasados somente em dados diacrônicos, carecem de uma explicação para que se mantenha seu tratamento atual como um caso de GR, adotando-se a unidirecionalidade como princípio atuante.

Dado o grau de confiabilidade dos registros históricos das línguas, torna-se imperiosa, na interpretação de fenômenos específicos de mudança lingüística, a verificação de suas relações com outros padrões de uso semelhantes, para que seja conferida uma maior coerência interna ao processo da mudança lingüística em foco.

Neste trabalho, essa coerência foi buscada na comparação entre os diferentes percursos históricos de três formas que, no PB contemporâneo, se equivalem: **parecer**, **achar** e **crer**. As respectivas trajetórias dessas três formas, de modo muito semelhante, se implementam por alterações em suas propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas.

Interessante para a interpretação que comprova a hipótese deste trabalho é a alteração de estatuto gramatical que, na evolução histórica, aproximam **parecer**, **achar** e **crer**: seus empregos originais como verbo pleno, e seus empregos, mais tardiamente reconhecidos, como satélite atitudinal (cf. quadro 11 e figuras 17 a 19, do cap. IV).

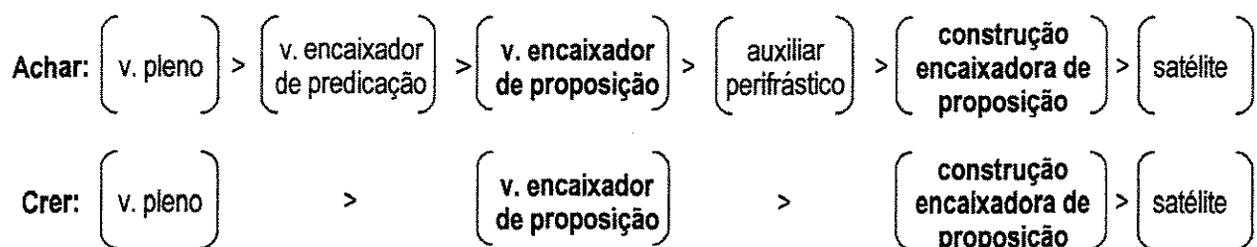
Nesse processo histórico evolutivo, o aumento de freqüência de uso correlaciona-se fortemente com a estratificação de funções inicialmente reconhecidas para cada uma dessas formas. A alta incidência de marcas morfológicas de 1P¹ e do tempo presente do indicativo que acompanham os diferentes empregos de cada uma dessas formas contribuem para as alterações graduais de suas propriedades semântico-pragmáticas. Reconhecem-se, nesses contextos de uso, mudanças que apontam para um processo de subjetivização, ou seja, a codificação lingüística das perspectivas e das atitudes do falante, que estão baseadas no mundo comunicativo do evento do ato de fala. A maior GR de **parecer**,

¹ Lembro, aqui, que a marca de pessoa de **parecer** está expressa nas formas de dativo.

em relação a **achar** e a **crer**, se justifica na neutralização dessas mesmas marcas morfológicas, fato que propicia sua mais completa descategorização.

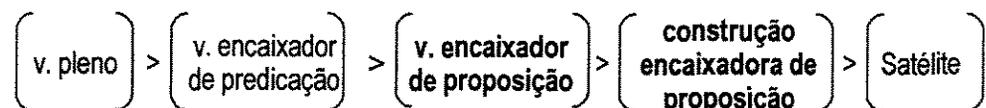
Voltando-se, agora, para os pontos intermediários da escala de mudança, na comparação do desenvolvimento histórico dessas três formas, o percurso de **achar** e **crer** se aproximam mais, não no tempo, mas nas alterações categoriais, conforme pode ser visualizado nas suas respectivas trajetórias dadas abaixo:

(1) Comparação entre o desenvolvimento categorial de **achar** e de **crer**.



No cotejo dos desenvolvimentos mostrados acima, os trajetos intermediários de **achar** e de **crer** podem também ser usados para recompor o percurso que torna mais coerente a hipótese de mudança de **parecer**. Assim, como tendência mais geral extraída das semelhanças nos trajetos de **achar** e de **crer**, pode-se propor, em (2), uma escala geral de mudança que capte a natureza categorial de formas que, diacrônica ou sincronicamente, são recrutadas para a implementação de processos de subjetivização:

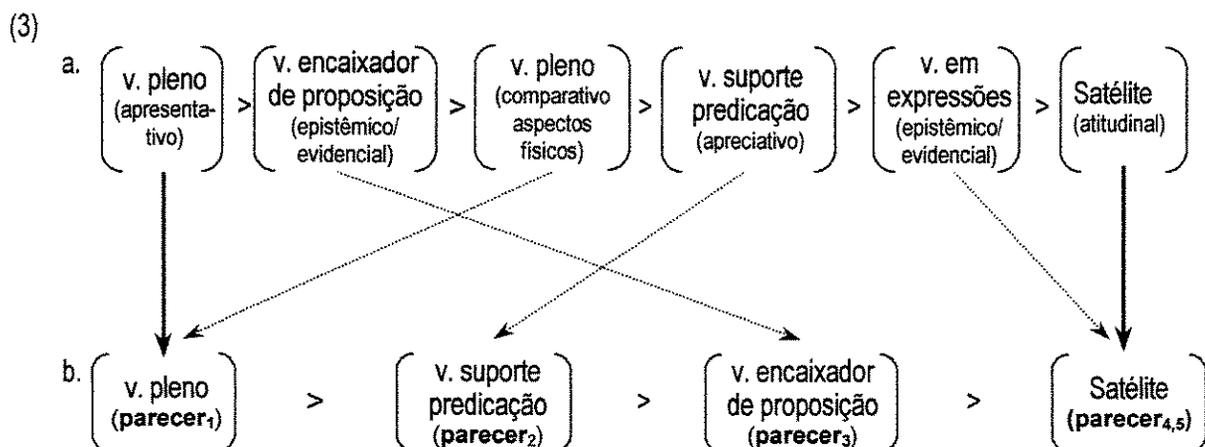
(2) Escala geral de mudança para verbos de atitude proposicional



Essa escala pode ser usada para buscar a comprovação da regularidade que acompanha a mudança lingüística em determinados campos semânticos (cf. Traugott e Dasher, 2001), no caso específico, os verbos de atitude proposicional.

Fica como proposta de trabalho, a ser desenvolvida, a investigação da validade dessa escala para outros verbos, como por exemplo, **acreditar**, **supor**, **imaginar**, **pensar** etc, que, por sua natureza semântico-pragmática, podem apresentar usos muito próximos aos aqui identificados para **parecer**, **achar** e **crer**.

Diante dessa formulação mais geral, a escala em (2) daria conta de restabelecer a coerência interna da evolução diacrônica de **parecer** de modo a justificar seus atuais padrões de usos. Os esquemas dados em (3) mostram uma reordenação possível dos usos diacrônicos de **parecer** (3a) que seja compatível com seus atuais empregos (3b).



Nessa representação esquemática, que procura mostrar como padrões de uso sincrônicos e padrões de uso diacrônicos de **parecer** se relacionam, as setas com traçado descontínuo indicam a reordenação possível para o percurso intermediário da escala de mudança e as setas com traçado contínuo, a “real” natureza categorial que caracteriza o ponto inicial e o ponto final dessa escala. Assim é que, na relação sincronia/diacronia, se verificaria a viabilidade de tratar os diferentes padrões de uso de **parecer** como um caso de GR, hipótese confirmada por meio da aplicação de dois conjuntos de parâmetros distintos a esse estudo de caso: o primeiro, proposto por Lehmann (1995 [1982]), mostra que **parecer** apresenta ainda um relativo grau de autonomia e, portanto, grau baixo de GR; o segundo, representado pelos critérios de

Hopper (1991), mostra que **parecer** encontra-se ainda em processo de GR. Fica, para o tempo, a verificação ou não da completa GR de **parecer**, quando o verbo poderá vir a se identificar com categorias como a de clítico ou mesmo afixo, processo que demandaria outras alterações morfofonológicas, o que é difícil prever no atual estágio de uso.

Essas argumentações permitem duas possibilidades de interpretação para a hipótese deste trabalho: ou o verbo **parecer** ainda se encontra nos estágios iniciais de um processo de GR ou ele teve seu curso de GR interrompido.

Diante dessas conclusões, relativamente às categorias semânticas EV e ME, envolvidas no processo de GR de **parecer**, é possível propor que, em razão de não se caracterizar como uma língua que possui evidências gramaticais, o PB está em processo de GR de EV, começando pelo nível mais baixo da hierarquia proposta para esse domínio, ou seja, pela marcação da EV Indireta, que, no atual estágio de mudança, ainda se entrecruza com a ME, como bem explicita o dado de fala apresentado como epígrafe dessas conclusões. Assim, a exemplo de outras línguas com sistema gramatical de EV, é possível que o PB venha a gramaticalizar somente evidência indireta e a assumir a evidência direta como forma não-marcada ou marcada por zero. Diante dos prognósticos apontados no parágrafo anterior, no sistema de EV em desenvolvimento no PB, o verbo **parecer** constitui uma das formas de expressão que podem vir a se desenvolver ainda mais, em contextos mais específicos, deixando de codificar ME, em detrimento de um valor puramente evidencial.

Principalmente no estudo de caso em questão, a relação existente entre EV e ME – domínios que podem desencadear alterações semânticas identificadas com a GR –, revela a necessidade de se considerar as dimensões individuais (subjetivas) e sociais nesse processo de mudança, porque as marcas que, na língua, explicitam tal relação decorrem da necessidade de expressão do indivíduo e de suas relações sociais.

Assim, como mais uma proposta de continuidade deste trabalho, fica registrada a minha pretensão de associar a GR a uma teoria que considere o papel que o indivíduo e a sociedade desempenham na mudança lingüística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, L.B. Evidentials, paths of change, and mental maps. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds.) **Evidentiality: the linguistic coding of epistemology**. Norwood, NJ: Ablex, p. 273-312, 1986.

AUSÍN, A.; DEPIANTE, M. On the syntax of *parecer* ('to seem') with and without an experiencer. In: CAMPOS, H. *et al.* (eds.) **Hispanic linguistic at the turn of millenium**. Somerville: Cascadilla, 2000.

BARNES, J. Evidentials in the Tuyuca verb. **International Journal of American Linguistics**, v.50, p.255-71, 1984.

BARRON, J.. LFG and the history of raising verbs. In: BUTT, M.; KING, T.H. (eds). **Proceedings of the LFG97 Conference**, Stanford: CSLI Publications, 1997. Disponível em: LFG online <<http://clsi-publications.stanford.edu/LFG/2barron-lfg97.html>>. Acesso em: novembro/2000.

BELLERT, L. On semantic and distributional properties of sentential adverbs. **Linguistic Inquiry**, v.8, p. 337-51, 1977.

BOLKSTEIN, A.M. Limits to layering: locatability and others problems. In: FORTESCUE, M.; HARDER, P.; KRISTOFFERSEN, L. (eds.) **Layered structure and reference in a functional perspective**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 387-407, 1992.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JANDA, R.; BRIAN, J. (eds.). **Handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell. (inédito)

_____. **Morphology: a study of the relation between meaning and form**. Philadelphia: John Benjamins, 1985.

BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (eds.) **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

BYBEE, J.; HOPPER, P. (eds.) **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Philadelphia: John Benjamins, 2001.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CAMPBELL, L. What's wrong with grammaticalization. **Language Sciences**, v. 23, p. 113-161, 2001.

CASSEB-GALVÃO, V.C. O 'achar' no Português do Brasil: um caso de gramaticalização. 1999. 167f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão *diz que***. 2001. 231f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CASSEB-GALVÃO, V.C.; GONÇALVES, S.C.L. Modalidade e gramaticalização: os casos de *achar* e de *parecer*. **Estudos Lingüísticos**, Assis, v. XXX, 6p., 2001. CD-ROM.

CASTILHO, A.T. Unidirectionality or multidirectionality?: o problema da gramaticalização. In: KOLLOQUIUM IN MUNSTER 2003: DANS BRASILIENISCHE PORTUGIEISCH: PERSPEKTIVEN DER GEGENWÄRTIGEN FORSCHUNG, 1-18 de Janeiro, 2003, 19p. Trabalho não publicado.

_____. **Introdução à lingüística cognitiva**. São Paulo, 2001 (Relatório Científico submetido à FAPESP, Proc. 99/10399-9). Trabalho não publicado.

CASTILHO, A.T.; CASTILHO, C. M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (org.) **Gramática do Português falado**. 3.ed. Campinas: Unicamp, v.2, p.213-260, 1996.

CERVONI, J. **L'enonciation**. Paris: PUF, 1987.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds.) **Evidentiality: the linguistic coding of epistemology**. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

COMBÉ, H.A. Some discrepancy phenomena in Spanish. In: BOLKSTEIN, A.M. *et al.* **Predication and expression in functional grammar**. London: Academic Press, p. 185-203, 1981.

CRAIG, C. Ways to go in Rama: a case study in polygrammaticalization. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (eds.) **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, p. 455-492, 1991.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (5ª impressão).

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor**. 1995. 163f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

DALL'ÁGLIO-HATTNER, M.M. *et al.* Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M.H.M. (org.) **Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 103-143, 2001.

DE HANN, F. **Evidentiality and epistemic modality**. Artigo apresentado no 2o. ALT meeting, Eugene, OR, 1997a. Disponível em: <<http://www.unm.edu/~fdehaan/evidepi.htm>>. Acesso em: novembro/2000.

_____. **Evidentiality in Dutch**, 1997b. Disponível em: <<http://www.unm.edu/~fdehaan/dutch.html>>. Acesso em: novembro/2000.

_____. **The category of evidentiality**. 1996. Disponível em: <<http://www.unm.edu/~fdehaan/catevid.txt>>. Acesso em: novembro/2000.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Introduction: evidentiality and related notions. **Journal of Pragmatics**, v.33, p. 339-348, 2001.

DIK, S. **The theory of functional grammar**. Part 2: Complex and derived constructions. 2.ed. N.Y.: Mouton de Gruyter, 1997.

_____. **The Theory of Functional Grammar**. Parte I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

_____. The interaction of subject and topic in Portuguese. In: BOLKSTEIN, A.M. *et al.* **Predication and expression in functional grammar**. London: Academic Press, 1981.

_____. **Studies in functional grammar**. New York: Academic Press, 1980.

DIK, S.; HENGEVELD, S. The hierarchical structure of the clause and the typology of perception-verb complements. **Linguistics**, v. 29, p. 231-259, 1991.

DIK, S.; HENGEVELD, K.; VESTER, E.; VET, C. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKSTEIN, A.M.; VET, C. (eds.) **Layers and levels of representation in language theory: a functional view**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 25-70, 1990.

DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. **DELTA**, v.7, n.1, p. 395-407, 1991.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine**. Histoire des mots. 3.ed. Paris: Klincksiedck, 1951.

FARIA, E. **Dicionário escolar latino-português**. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

FERREIRA, A.G. **Dicionário latim-português**. Porto: Porto, 1995.

FERREIRA, M.B. **Argumentos nulos em português brasileiro**. 2000. 113f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FOLEY, W.; VAN VALIN Jr, R. **Functional syntax and universal grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. **Syntax: a functional-typological introduction**. Philadelphia: John Benjamins, 1984.

_____. Evidentiality and epistemic space. **Studies in Language**, v.1, n. 6, p. 23-49, 1982.

_____. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.

_____. Serial verbs and syntactic change: Niger-Congo. In: Li, C.N. (ed.) **Word order and word change**. Austin: University of Texas Press, p. 47-112, 1975.

_____. Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist's field trip. **Papers from the 7th Regional Meeting**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1971.

GONÇALVES, S.C.L. Orações subjetivas e teoria dos protótipos. **Revista Scripta**, 2002 [no prelo].

GORDON, L. The development of evidentials in Maricopa. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds.) **Evidentiality: the linguistics coding of epistemology**. Norwood, NJ: Ablex, p. 75-88, 1986.

GORSKI, E.M. *et al.*. Gramaticalização/discursivização de itens de base verbal: funções e formas concorrentes. **Estudos Lingüísticos**, v. XXXI, 5p., 2002. CD-ROM.

HAIMAN, J. **Iconicity in Sintax**. Amsterdam/Filadelfia: John Benjamins, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

_____. Language structure and language function. In: LYONS, J. (ed.) **New horizons in linguistics**. Harmondsworth: Penguin Books, p. 140-165, 1970a.

_____. Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English. **Foundations of Language**, v.6, p.322-61, 1970b.

HARDMAN, M. J. Datasource marking in the Jaqi languages. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds.) **Evidentiality: the linguistic coding of epistemology**. Norwood, NJ: Ablex, p. 113-136, 1986.

HASEGAWA, Y. **Linguistic systems and social models: a case study from Japanese**. Disponível em: <http://ist-socrates.berkeley.edu/~hasegawa/Social_Models/SocialModel.html>. Acesso em dezembro/2003.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. London: University Chicago Press, 1991.

HEINE, B.; REH, M. Patterns of grammaticalization in African Languages. **AKUP-47**, Cologne: Universität zu Köln, Institut für Sprachwissenschaft, 1984.

HENGEVELD, K. illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **J. Semantics**, v.6, p.227-269, 1988.

_____. Layers and operators in Functional Grammar. **J. Linguistics**, n. 25, p.127-57, 1989.

_____. The hierarchical structure of utterances. In: NUYTS, J., BOLKSTEIN, A.M., VET, C. (eds.) **Layers and levels of representation in language theory: a functional view**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 1-24, 1990.

HOPPER, P. Emergent grammar. **BLS**, n.13, p. 139-57, 1987.

_____. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (eds.) **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, p. 17-35, 1991.

_____. Some recent trends in grammaticalization. **Annu. Rev. Anthropol.**, v. 25, p. 217-236, 1996.

HOPPER, P., THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. **Language**, v. 56, p. 251-299, 1980.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E.C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R. *et al.* Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A.T. (org.). **Gramática do português falado**. 3.ed. Campinas: Unicamp/Fapesp, v.1, p.63-42, 1996.

JANDA, R.D. Beyond "pathways" and "unidirectionality": on the discontinuity of language transmission and the counterability of grammaticalization. **Language Sciences**, v. 23, p. 265-340, 2001.

JACOBSEN JR, W.H. The heterogeneity of evidentials in Māori. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds.) **Evidentiality: the linguistic coding of epistemology**. Norwood, NJ: Ablex, p. 3-28, 1986.

JOSEPH, B.D. Is there such a thing as “grammaticalization”? **Language Sciences**, v. 23, p. 163-186, 2001.

KATO, M.A. Formas de funcionalismo na sintaxe. **DELTA**, São Paulo, v.14, n. especial, p. 145-168, 1998.

_____. Restrições de predicação em japonês: o lugar do sujeito na gramática da narrativa. In: SEMINÁRIO SOBRE SUJEITO, 1987, Campinas, 1987, 3p. Trabalho não publicado.

KATO, M.A.; MIOTO, C. A inexistência de sujeitos oracionais. **Laços**, Rio de Janeiro, p. 61-90, 2000.

KOCK, I.V. **Argumentação e linguagem**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KRÜG, M.G. Frequency, iconicity, categorization: evidence from emerging modals. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (eds.) **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Philadelphia: John Benjamins, p. 309-336, 2001.

KUNO, S. **The structure of the Japanese language**. 9th ed. Massachusetts: MIT Press, 1990.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago. The University of Chicago Press, 1980.

LEHMANN, C. **Thought on grammaticalization**. Munich: LINCOM EUROPA (originalmente publicado como **Thought on grammaticalization: a programatic sketch**. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49 – Projects, v.1.), 1995 [1982].

LI, C.; THOMPSON, S. Subject and topic: a new typology for language. In: LI, C. (ed.) **Subject and topic**. New York: Academic Press, 1976.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MATISOFF, J. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (eds.) **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, p. 383-454, 1991.

MATLOCK, T. Metaphor and the grammaticalization of evidentials. **BLS**, Berkeley, 15, p. 215-225, 1989.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S.A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S.A. (ed.). **Clause combining in**

- grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 275-330, 1988.
- MAURER JR., Th. H. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, p. 230-280, 1958 [1912].
- MIOTO, C.; KATO, M.A. Aspectos sintáticos da subordinação de sentenças. **Gramática do Português Falado**. (inédito)
- MIOTO, C.; SILVA, M.C.F.; LOPES, R.E.V. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.
- NASCENTES, A. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.
- NASCIMENTO, M. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. **DELTA**, São Paulo, v.6, n.1, p. 83-98, 1990.
- NEVES, M.H.M. A modalidade. In: KOCH, I.V. (org.) **Gramática do português falado**. Campinas: Unicamp/Fapesp, v. 6, p. 163-200, 1996.
- _____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. A modalidade: um estudo de base funcional na língua portuguesa. **Revista Portuguesa de Filologia**. (inédito)
- _____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.
- NEWMAYER, F.J. Deconstructing grammaticalization. **Language Sciences**, v. 23, p. 187-229, 2001.
- NOONAN, M. Complementation. In: SHOOPEN, T. (ed.) **Language typology and syntactic description: complex constructions**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 43-140, 1985.
- NORDE, M. Deflexion as a counterdirectional factor in grammatical change. **Language Sciences**, v. 23, p. 231-264, 2001.
- NURC/RIO DE JANEIRO. **Amostras de fala**. Disponível em: <<http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>>. Acesso em: maio/2002.
- NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, v. 31, p. 933-69, 1993.

_____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, v. 33, p. 383-400, 2001.

PALMER, F.R. **Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. **Modality and the English modals**. London: Longman, 1979.

PERLMUTTER, D.M. Evidence for subject downgrading in Portuguese. In: SCHIMIDT-RADEFELDT, J. (ed.) **Readings in portuguese linguistics**. Amsterdam: Noth-Holland, p. 93-138, 1976.

PEZATTI, E.G.; CAMACHO, R.G. Aspectos funcionais da ordem de constituintes. *DELTA*, São Paulo, v.13, n.2, p. 275-291, 1997.

QUICHERAT, L. **Novíssimo dicionário latino-português**. 9.ed. Rio de Janeiro: Garnier, [s.d]

QUICOLI, A.C. On portuguese impersonal verbs. In: SCHIMIDT-RADEFELDT, J. (ed.) **Readings in portuguese linguistics**. Amsterdam: Noth-Holland, p. 63-91, 1976.

RAMAT, A.G.; HOPPER, P. **The limits of grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.

SCHEIBMAN, Joan. Local patterns of subjectivity in person and verb type in American English conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (eds.) **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Philadelphia: John Benjamins, p. 61-89, 2001.

SIEWIERSKA, A. Layers in FG and GB. In: FORTESCUE, M.; HARDER, P.; KRISTOFFERSEN, L. (eds.) **Layered structure and reference in a functional perspective**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 409-432, 1992.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____. Grammaticalization and semantic bleaching. *BLS*, Berkeley, n. 14, p. 389-405, 1988.

TABOR, W.; TRAUOGOTT, E. Structural scope expansion and grammaticalization. In: RAMAT, A. G.; HOPPER, P. (eds.) **The limits of grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 229-272, 1998.

TARALLO, F.; KATO, M.A. Harmonia trans-sistêmica: variação inter- e intralingüística. *Preedição*, Campinas, n. 5, 1989.

- TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- TENANI, L.E. O fenômeno da parentetização na fala. **Estudos Lingüísticos**, Campinas, v. XXXVI, p. 787-793, 1997.
- THOMPSON, S.A.; MULAC, A. A quantitative perspective on the grammaticalization of epistemic parenthetical in English. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (eds.) **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamim, p. 314-329, 1991.
- TORRINHA, F. **Dicionário português-latino**. 2.ed. Porto: Domingos Barreira Editorial, 1939.
- TRAUGOTT, E.C. On the rise epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. **Language**, v. 65, n. 1, p. 31-55, 1989.
- _____. From subjectification to intersubjectification. In: WORKSHOP SOBRE PRAGMÁTICA HISTÓRICA/CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 14, Vancouver, jul. 1999, 10 p. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/papers/subject2intersubject.pdf>>. Acesso em: setembro/2002.
- TRAUGOTT, E.C.; DASHER, R. **Regulatory in semantic change**. Cambridge: CUP, 2001.
- TRAUGOTT, E.C.; KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds.) **Approaches to grammaticalization**. v.1., Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p.189-218, 1991.
- TRAVAGLIA, L.C. **Gramática e interação**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- VAN DER AUWERA, J.; PLUNGIAN, V. On modality's semantic map. **Linguistic typology**, v.2, p. 79-124, 1997.
- VOTRE, S.J.; NARO, A. Mecanismos funcionais do uso da língua. **DELTA**, São Paulo, v.5, n.2, p 169-184, 1989.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.I. Empirical foundation for a theory of language change. In: LEHMANN, P., MALKIEL, Y. (eds.) **Directions for historical linguistics: a symposium**. Austin: University of Texas Press, p. 95-195, 1968.
- WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português**. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- WILLET, T. A cross-linguistic survey of evidentiality. **Studies in Language**, n. 12, v.1., p. 51-97, 1988.

ANEXO A

RELAÇÃO DAS FONTES DIACRÔNICAS (Tarallo, 1991)

SÉCULO XIII (volume 1)	
SIGLARIO	Fonte
13TA	OLIVEIRA, C., MACHADO, S. (eds) Textos Medievais Portugueses: Testamento de D. Afonso II (1214) . 9.ed. Coimbra: Coimbra, p. 3987-404., 1967.
13NT	OLIVEIRA, C., MACHADO, S. (eds) Textos Medievais Portugueses: Notícia de Torto (1212) . 9.ed. Coimbra: Coimbra, p. 404-412, 1967.
13CE	LAPA, M.R. (ed.) Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses . Vigo: Galaxia, 1965.
13SM	METLMANN, W. (ed.) Afonso X, o Sábio: Cantigas de Santa Maria . Coimbra: Acta Universitatis Conimbridgensis, vol. I, p. 21-38, 1959.
13DG	PIEL, J.M.. (ed.) A Demanda do Santo Graal . (edição concluída por Irene Freire Nunes, com introdução de Ivo de Castro). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 69-78, 1988.
13FR	OLIVERIA, J.A. (ed.) Afonso X: Foro real . Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. I, p. 125-143, 1987.
SÉCULO XIV (volume 2)	
14PP	OLIVERIA, J.A. (ed.) Alphonse X: Primeyra partida . Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica, p. 120-123, 144, 409-414, 1980.
14OP	MALER, B. (ed.) Orto do Esposo . (Texto inédito do fim do século XIV ou começo do XV). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, vol. I, p. 1-13, 1953.
14LA	ROSSI, N. <i>et al.</i> (eds.) Livro das Aves . Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, p. 19-29, 1965.
14CG	LINDLEY-CINTRA, L.F. (ed.) Crônica Geral de Espanha de 1344 . Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. II, p. 83-94, 153-15, 1957; vol. IV, p. 5-6, 176-177, 537-539, 1990.

SÉCULO XV (volume 3)	
15FG	OLIVEIRA, C., MACHADO, S. (eds) Textos Medievais Portugueses: Crônica da Ordem dos Frades Menores. Frei Genebro. 2.ed., Coimbra: Coimbra, p. 434-437, 1967.
15BD	MAGNE, A. Boosco Deleitoso [1400?] . Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, vol. I, p. 3-13, 1950.
15BM	SILVA NETO, S. (ed.) Bíblia Medieval Portuguesa. Histórias d'abreviado Testamento Velho, segundo Meestre das Historias Scolasticas. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, p. 21-25, 129-146, 1958.
15LO	PIEL, J.M. (ed.) Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual tornou em linguagem o Ifante D. Pedro, Duque de Coimbra. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, p. 1-30, 1948.
15CP	LOPES, F. Crônica de D. Pedro. (Edizione critica, com introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi). Roma: Edizione dell'Ateneo, p. 119-121, 207-229, 1966.
SÉCULO XVI (volume 4)	
16SD	Os Sete Únicos Documentos de 1500 , conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Alvares Cabral. Lisboa: Agência Geral das Colônias, p. 23-46, 1940.
16CJ	LEITE, S. (ed.) Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, vol. I (1538-1553), vol. II (1553-1558), mesma edição e vol. III (1558-1563), mesma edição, 1954.
16MN	TEIXEIRA DA MOTA, A. (ed.) Um manuscrito náutico seiscentista reencontrado. (Edição em <i>Memórias da Academia das Ciências de Lisboa</i>). Classe das Ciências, Tomo XVIII. Lisboa: Academia Científica Lusitana, p. 291-371, 1976.
16PF	Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto. (Transcrição de Adolfo Casais Monteiro). Lisboa: Casa da Moeda, p. 13-27, 1983.
16DP	ASENSIO, E. (ed.) Desengano de Perdidos [1573] de D. Gaspar de Leão. Coimbra: Acta Universitaria Conimbricensis, p. 25-41, 1958.
SÉCULO XVII (volume 5)	
17JV	Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal, do Pe. Bartolomeu Guerreiro. Rio de Janeiro: Biblioteca nacional, p. 17-29, 66-79, 1966.
17JT	HERCULANO, A. (ed.) Annaes de ElRei Dom João Terceiro, por Fr. Luiz de Souza. Lisboa: Arcadia Lusitana, p. 354-357, 1844.
17GV	Livro Primeiro do Governo do Brasil [1607-1633]. (Prefácio do Bem. J.C. de Macedo Soares). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, s.d.

SÉCULO XVIII (volume 6 – parte I)	
18SM	Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas etc. Tomo Primeiro. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galvão, p. 20-31, 230-239, 1707.
18CB	Cartas da Bahia [1768-1769] do Marquês do Lavradio. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, p. 9-41, 1972.
18GR	Governadores do Rio de Janeiro: Correspondência Activa e Passiva com a Corte. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Archivo Nacional, 1915.
18DV	Diários de Viagem [1780] de Francisco José de Lacerda e Almeida. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1944.
SÉCULO XIX (volume 7)	
19CA	RODRIGUES, J.H. (org.) José Maria da Silva Paranhos – Cartas ao Amigo Ausente. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores, p. 42-52, 1953.
19MA	COUTINHO, A. (ed.) Machado de Assis: Epistolário. In: _____. Obra Completa. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda, vol. III, p. 1028-1058, 1962.
19EQ	EÇA DE QUEIROZ. Correspondência. 6.ed. Porto: Livraria Lello & Irmão, p. 4-54, 1946.
19CB	COELHO, J.P. (org.) Camilo Castelo Branco: Epistolário. In: _____. Obra Seleta. Rio de Janeiro: Editora José Aguillar Ltda., vol. I, p. 118-130, 1960.
SÉCULO XX (volume 8)	
20MA	Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira. Prefácio e notas de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Simões, p. 309-353, 1958.
20MB	BUARQUE DE HOLANDA, S., BARBOSA, F.A. (org.) Manuel Bandeira: Epistolário. In: _____. Poesia e Prosa. Rio de Janeiro: José Aguilar., vol. II, p. 1835-1407, 1958.
20NR	NELSON RODRIGUES. Teatro Quase completo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. III, pp. 13-97, 1966.

ANEXO B

DETALHAMENTO SOBRE COMPOSIÇÃO DAS AMOSTRAS DE FALA INVESTIGADAS VISANDO A ESTUDOS FUTUROS

Para um futuro estudo do tema deste trabalho sob a perspectiva Sociolingüística, avaliei como necessária durante a composição das amostras (cf. 5.1.2 da Introdução) o controle da variável “escolaridade”, cujos graus contemplam informantes que possuem desde 4 anos de instrução formal até o nível superior de instrução. Assim, para implementação dessa variável, complementei os inquéritos dos informantes das amostras PEUL/CEN com informantes do NURC/RJ/SET. A inclusão de informantes das amostras PEUL/TEN e NURC/RJ/COM justifica-se pelo fato de se intentar a realização de um estudo de mudança no tempo real de curta duração.

Para o estabelecimento de equivalência ainda que parcial com as amostras PEUL/CEN e PEUL/TEN, selecionei das amostras NURC/RJ/SET e NURC/RJ/COM somente inquéritos do tipo DID, em razão do tipo de interação que se estabelece entre documentador e informante. Sendo assim, obviamente não foram utilizados todos os inquéritos de cada uma das amostradas acima apresentadas.

Diante desses procedimentos prévios, procurei, de início, selecionar ao menos um informante por célula, considerando os seguintes fatores extralingüísticos:

- a) **tipo de amostra de fala** (4 variantes): PEUL/CEN, PEUL/TEN, NURC/RJ/SET e NURC/RJ/COM;
- b) **faixa etária** (5 variantes): dos 7 aos 15 anos, dos 16 aos 25 anos, dos 26 aos 35 anos, dos 36 aos 55 anos, e mais de 55 anos;
- c) **escolaridade** (4 variantes): até 4 anos de escolaridade; de 5 a 8 anos de escolaridade; de 9 a 11 anos de escolaridade, e instrução superior completa;
- d) **gênero** (2 variantes): masculino e feminino.

Do cruzamento dessas variáveis, resultaria um total de 160 informantes. Entretanto, o número efetivo de informantes selecionados foi de 57, em razão da exclusão de combinações de células impossíveis de serem preenchidas (por exemplo, informante de 7 a 15 anos com curso superior) e da ausência de informantes das amostras PEUL/CEN e PEUL/TEN que preenchessem as características sociais de algumas células.

Visando a uma distribuição equilibrada das células resultantes, o total de informantes ficou assim distribuído:

- a) **quanto à idade:** 8 informantes da faixa etária 1 (7 a 15 anos); 11 informantes da faixa etária 2 (16 a 25 anos); 11 informantes da faixa etária 3 (26 a 35 anos); 15 informantes da faixa etária 4 (36 a 55 anos); e, 12 informantes da faixa etária 5 (mais de 55 anos)¹;
- b) **quanto ao gênero:** 28 informantes do sexo masculino e 29 do sexo feminino;
- c) **quanto à escolaridade:** 17 informantes possuem até 4 anos de escolaridade; 16 situam-se na faixa de 5 a 8 anos de escolaridade; 12, na faixa de 9 a 11 anos; e, 12 informantes possuem ensino superior completo;
- d) **quanto ao tipo de amostra de fala:** 23 informantes integram a amostra PEUL/CEN; 22, a amostra PEUL/TEN; 6, a amostra NURC/RJ/SET; e, 6, a amostra NURC/RJ/COM. Justifica o desequilíbrio entre o número de informantes das amostras PEUL e NURC o fato de se tentar considerar a proporcionalidade entre informantes com maior grau e menor grau de escolaridade.

É possível checar todas essas informações no quadro a seguir. Nele encontra-se indicado, dentro de cada célula, o número do inquérito que identifica o informante que preenche as características em questão. A identificação dos inquéritos é determinada pelos respectivos projetos que eles integram.

¹ Em razão da junção de amostras diferenciadas para a composição do *corpus* desse estudo, devo esclarecer que a identificação da faixa etária que aqui enquadra os informantes provenientes do projeto NURC/RJ não corresponde àquela originalmente estabelecida pelo projeto. Os informantes originalmente pertencentes à faixa etária 1 (26 a 35 anos), 2 (36 a 55 anos) e 3 (mais de 55 anos) estão aqui enquadrados, respectivamente nas faixas etárias 3, 4 e 5, continuando válidos os intervalos de idade considerados.

Amostra / Gênero Faixa Etária / Escolaridade		PEUL/CEN		NURC/RJ/SET		PEUL/TEN		NURC/RJ/COM		Sub- total	Total
		MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM		
7 a 15 anos	Até 4 anos	E60	E50	-	-	0	T01	-	-	3	8
	5 a 8 anos	E55	E23	-	-	T02	T11	-	-	4	
	9 a 11 anos	-	E39	-	-	∅	∅	-	-	1	
	Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
16 a 25 anos	Até 4 anos	E15	E06	-	-	T06	T07	-	-	4	11
	5 a 8 anos	E21	∅	-	-	T10	T12	-	-	3	
	9 a 11 anos	E38	E22	-	-	T13	T14	-	-	4	
	Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
26 a 35 anos	Até 4 anos	∅	E10	-	-	∅	T17	-	-	2	11
	5 a 8 anos	E25	∅	-	-	∅	T22	-	-	2	
	9 a 11 anos	E42	∅	-	-	T23	T24	-	-	3	
	Superior	-	-	12	140	-	-	23	12	4	
36 a 55 anos	Até 4 anos	E07	E17	-	-	T16	T18	-	-	4	15
	5 a 8 anos	E32	E29	-	-	T19	0	-	-	3	
	9 a 11 anos	E45	E28	-	-	T31	T32	-	-	4	
	Superior	-	-	135	328	-	-	014	019	4	
+ de 55 anos	Até 4 anos	E03	E18	-	-	T25	T27	-	-	4	12
	5 a 8 anos	E46	E35	-	-	T29	T30	-	-	4	
	9 a 11 anos	∅	∅	-	-	∅	∅	-	-	0	
	Superior	-	-	71	373	-	-	028	027	4	
Sub- total	Até 4 anos	4	5	-	-	3	5	-	-	17	57
	5 a 8 anos	5	3	-	-	4	4	-	-	16	
	9 a 11 anos	3	3	-	-	3	3	-	-	12	
	Superior	-	-	3	3	-	-	3	3	12	
TOTAL		12	11	3	3	10	12	3	3	57	
		23		6		22		6			
		29				28					

Traço, "—", indica impossibilidade de informantes para a célula, e zero, "∅" indica ausência de informantes para a célula

Q. 17: Distribuição dos informantes selecionados por variáveis sociais e tipo de amostra de fala

Cabe mencionar ainda que, dada a variação na dimensão dos inquéritos, quantificada por páginas digitadas, busquei guardar uma proporcionalidade entre eles, tomando como referência os menores inquéritos, que giram por volta de 7 páginas. Uma vez que nem todos os inquéritos apresentam o mesmo formato na sua digitação, levei em conta a quantidade de caracteres, para garantir a proporcionalidade em tamanho entre eles. Esse procedimento se justifica pelo fato de que a frequência de algumas formas, como, por exemplo, o verbo **achar**, têm maior chance de aumentar à medida que o inquérito aumenta. Assim, os inquéritos que ultrapassaram um número maior que 6500 caracteres (equivalente em média a 7

páginas) não foram considerados na sua totalidade; selecionei, então, na medida do possível, páginas alternadas desses inquéritos para a seleção dos dados. Desnecessário dizer que os inquéritos com até 6500 caracteres foram considerados na íntegra. Esse mesmo procedimento não foi adotado para a investigação diacrônica, em razão de os textos não se encontrarem digitalizados.